

ex æquo

ex æquo

Revista semestral • Nº 43, 2021 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2021

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 43, 2021

Diretora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Diretoras Associadas

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Cláudia Álvares – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL

Lina Coelho – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Sara Isabel Magalhães – Centro de Psicologia da Universidade do Porto

Diretoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Revisão: Virgínia Ferreira, Teresa Mourinho Tavares

Coordenação do Dossier: Bakea Alonso Fernández de Avilés, Fundación CEPALM (Madrid, Espanha) e Tatiana Moura, Centro de Estudos Sociais (Coimbra, Portugal)

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Sede da Redação: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com **URL:** <http://exaequo.apem-estudos.org/>

Edição/Impressão: Edições Afrontamento; Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira/Portugal

N.º de edição: 2056

Edição/Impressão: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira/Portugal

Capa: Departamento Gráfico/Edições Afrontamento

Tiragem: 500 exemplares

Sede da Editora/Impressão/Encomendas: Edições Afrontamento, Rua de Costa Cabral, 859, 4200-225 Porto/
comercial@edicoesafrontamento.pt

Publicação apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.00>

Indexação: SCOPUS – <https://www.scopus.com/sources>;

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: *SciELO Citation Index* – http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Eletronic Library Online: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) – <https://doaj.org/toc/2184-0385>

SHERPA/RoMEO: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/>

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal: <http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734>;

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities): <https://dbh.nsd.uib.no/publi-seringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587>;

Qualis CAPES (Brasil): <https://qualis.capes.gov.br/>

Nota: Ver composição do Conselho Científico e Estatuto Editorial no final da revista.

ÍNDICE

Editorial	5
<i>Virgínia Ferreira</i>	
Dossier: <i>Diálogos feministas sobre masculinidades: experiências, desafios e horizontes</i>	
Coordenação de Bakea Alonso Fernández de Avilés e Tatiana Moura	7
Apresentação: masculinidades em debate	9
<i>Bakea Alonso Fernández de Avilés e Tatiana Moura</i>	
Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática	15
<i>Mariana Riquito</i>	
La evolución de la masculinidad en Disney a través de <i>La Bella y La Bestia</i> : de la versión animada de Kirk Wise y Gary Trousdale (1991) a la de acción real de Bill Condon (2017)	31
<i>Nerea Cuenca Orellana e Natalia Martínez Pérez</i>	
Análisis de la incorporación de los hombres y las masculinidades en los planes estratégicos de igualdad en España	49
<i>Bakea Alonso Fernández de Avilés</i>	
Reimaginando os contornos de gênero: intervenções artísticas no campo das masculinidades	69
<i>Andréa Gill, Isabela Souza da Silva, Marta Fernández e Tatiana Moura</i>	
Homosocialidad y secretismo en la experiencia de los hombres que consumen prostitución en España	85
<i>Beatriz Ranea Triviño</i>	
Prostitución y confinamiento: El Putero 2.0	101
<i>Águeda Gómez Suárez e Rosa M^a Verdugo Matés</i>	
(Des)construção de masculinidades de homens trans, entre Portugal e Brasil	113
<i>Matilde Soares, Catarina Moreira, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira</i>	

Estudos e Ensaios

La I República Portuguesa y la II República Española en perspectiva de género. Estudio comparado	133
<i>María de la Paz Pando Ballesteros</i>	

Salud y Población LGBTI+ en Chile: desde la invisibilidad a un enfoque identitario ...	149
<i>Caterine Galaz, Catalina Álvarez Martínez-Conde e Rodolfo Morrison</i>	
Joana Semião, <i>Homo Economicus e Homo Politicus</i> : Urdindo uma Epistemologia "Tolerante" Moçambicana	165
<i>Dulce Maria Passades Pereira</i>	

Recensões

<i>Problemas de género</i> , de Judith Butler. Lisboa: Orfeu Negro, 2017, 319 pp.	185
<i>Ermelinda Liberato</i>	
<i>Mulheres Invisíveis. Como os dados configuram o mundo feito para os homens</i> , de Caroline Criado Perez. Lisboa: Relógio D'Água, 2020, 392 pp.	188
<i>Rosa Loureiro</i>	
<i>Bisexuality in Europe: Sexual Citizenship, Romantic Relationships, and Bi+ Identities</i> , editado por Emiel Maliepaard e Renate Baumgartner. London: Routledge, 2020, 222 pp.	192
<i>Mafalda Esteves</i>	

Números já publicados	197
Próximos números	211
Estatuto Editorial.....	215
Normas para submissão e avaliação de artigos	216
Declaração de ética e de boas práticas da <i>ex æquo</i>	219
Conselho Científico/Scientific Board	223
Proposta de assinatura	225

A *ex æquo* consta da lista de revistas diamante em acesso aberto (*Open Access Diamond Journals*), por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica/ *ex æquo* is an "Open Access Diamond journal" – free for readers and authors.

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.

Neste quadragésimo terceiro número da *ex æquo* dedicamos o *dossier* temático aos “Diálogos Feministas sobre Masculinidades: Experiências, Desafios e Horizontes”. A organização do *dossier* esteve a cargo de Bakea Alonso Fernández de Avilés e Tatiana Moura, que, além de investigadoras das problemáticas das masculinidades, têm uma outra característica que as uniu neste projeto – a intervenção social em prol de novos modelos de masculinidades mais igualitárias e aliadas no envolvimento em ações e políticas de promoção da igualdade de género. Bakea Avilés na fundação CEPAIM, em Espanha, e Tatiana Moura na organização não-governamental Promundo.

O sentido procurado na intervenção social em questões relativas aos modelos de masculinidade hegemónicos é o de desenvolvimento de identidades masculinas que rejeitam a dominação, e os seus traços associados, e abraçam valores de cuidado e interdependência. A União Europeia tem apoiado medidas de política neste mesmo sentido e, a nível académico, a questão das masculinidades tem estado em foco em extensas agendas de investigação e debates teóricos. Encontramos na literatura abordagens relativamente à problemática dos papéis atribuídos aos homens e os custos (físicos, mentais e emocionais) que para estes representa o esforço de corresponderem às expectativas abertas por esses papéis; em paralelo surgiram concetualizações focadas na centralidade que o poder masculino tem na ordem de género e nas masculinidades hegemónicas; por fim, sob influência do pós-estruturalismo feminista, multiplicaram-se as demonstrações de como o sentido de masculinidade dominante é validado por meio de atos performativos discursivos sobre si mesma e a sua relação com poder (e resistência).

Em especial na última década tem surgido um campo de estudos interdisciplinares, designado de diversas maneiras na comunidade académica internacional, mas que podemos de forma simplificada nomear como “Estudos sobre os Homens” (Men’s Studies). Neste contexto, são várias as designações propostas para masculinidades que se querem promotoras do engajamento e envolvimento dos homens na igualdade de género e da mudança nas relações sociais de género. O modelo da masculinidade cuidadora tem sido uma das concetualizações mais disseminadas, focadas nas transformações da vertente paternal da masculinidade, mas excluindo dos estudos empíricos muitas das suas vertentes.

Causou-nos alguma estranheza o facto de poucos textos terem sido submetidos ao *dossier* sobre as questões suscitadas pelas masculinidades cuidadoras (com muitas fragilidades dos submetidos, diga-se, não tendo sido aprovados pela revisão por pares). Seria bom perceber se o investimento em cuidado dos pais (homens) continua, tal como tem sido mostrado pelos estudos empíricos, a focar-se nas tarefas com as crianças que implicam interação, mas não nas tarefas que, dizendo respeito a essas mesmas crianças, não envolvem a interação direta com elas – como seja o tratamento das roupas e a preparação de alimentos, por exemplo. Ou seja, investimento que não se traduz numa diminuição da carga mental das mães ou numa transformação das relações no casal. A continuar assim, não podemos afirmar que a masculinidade cuidadora é necessariamente igualitária, nem que caminhemos para o modelo da pessoa cuidadora universal a que aspira Nancy Fraser.

Será interessante até percebermos se a masculinidade cuidadora é já uma nova masculinidade hegemónica. Na medida em que os homens cuidadores são tão notados e elogiados – até quando vão ao supermercado transportando o seu bebe – não será que eles se sentem como estando no bom caminho e que são os homens que praticam a masculinidade hegemónica convencional que constituem o problema? E quanto às mulheres? O que é que elas podem fazer de inovador, de igualitário, uma vez que os homens “igualitários” agora fazem parte do que elas sempre fizeram? Será que as mulheres que prestam cuidados a crianças e jovens serão classificadas de “tradicionais” e os cuidados que prestam desvalorizados? Ao ceder o seu papel aos pais, será inevitável que as mães se sintam num turbilhão emocional quanto aos ideais morais da maternidade? Como vemos, falar de masculinidades leva-nos longe... e o apelo ao surgimento de novas masculinidades continua nas agendas políticas e de debate, bem assim como o apelo reativo à defesa dos modelos convencionais de masculinidade. As questões da partilha do cuidado entre mulheres e homens é central no nosso viver da cidadania e constitui um domínio que, para ser captado no seu mais amplo significado, deve ser abordado numa perspetiva institucional, organizacional e pessoal, e interdisciplinar.

Prometemos voltar a esta temática, uma vez que se não se nasce mulher, também não se nasce homem e será interessante voltar a olhar para as “masculinities in the making” e analisar os impactos das crises pandémica, ambiental e do #MeToo# nas identidades masculinas, perante a obrigatoriedade de usar máscara, ou de alterar a relação depredadora com a natureza ou de aprender a reconhecer o que é o consentimento afirmativo.

Este número da *ex æquo* aborda, porém, outras temáticas, trazidas a partir de várias origens. María de la Paz Pando Ballesteros traz-nos uma comparação entre “La I república portuguesa y la II república española en perspectiva de género”, sublinhando os aspetos comuns dos dois lados da fronteira – desde os perfis das protagonistas, à natureza das suas iniciativas, algumas delas em comum, até às reações dos governos republicanos assaltados pelos mesmos receios de que os ganhos civis e políticos das mulheres pusessem em causa os valores e os papéis tradicionais. Catherine Galaz, Catalina Álvarez Martínez-Conde e Rodolfo Morrison dão-nos conta das mudanças na abordagem das questões da população LGBTI+ no estudo sobre “Salud y población LGBTI+ en Chile: desde la invisibilidad a un enfoque identitario”, identificando a passagem da invisibilidade à sobre-especificação identitária nas políticas públicas de saúde. Por fim, Dulce Maria Passades Pereira dá-nos a conhecer uma intelectual de Moçambique “Joana Semião, *homo æconomicus* e *homo politicus*: urdindo uma epistemologia ‘tolerante’ moçambicana”. Ficamos a conhecer um pouco da história desta mulher ausente dos espaços formais, obscurecida, no entender da autora, pela priorização dos discursos economicistas.

No capítulo das **Recensões**, Ermelinda Liberato apresenta-nos a sua leitura do clássico de Judith Butler, finalmente traduzido para português, *Problemas de género*. Rosa Loureiro apresenta-nos o best-seller *Mulheres Invisíveis. Como os dados configuram o mundo feito para os homens*, de Caroline Criado Perez, cuja publicação para português tem fornecido o pretexto para denúncias de enviesamentos masculinos na conceção de produtos científicos, estatísticos e de *design* em variadíssimos campos de atividade. A coletânea sobre *Bisexuality in Europe: Sexual Citizenship, Romantic Relationships, and Bi+ Identities* é anotada por Mafalda Esteves. Dividido em três partes, a obra reúne contributos de investigadoras/es com trabalho desenvolvido em diferentes contextos geográficos europeus. Esperemos que a diversidade temática, geográfica e autoral deste número da *ex æquo* seja suficientemente aliciante para contarmos com o vosso interesse.

Dossier

Diálogos feministas sobre
masculinidades: experiências,
desafios e horizontes

APRESENTAÇÃO: MASCULINIDADES EM DEBATE

 *Bakea Alonso Fernández de Avilés**

 *Tatiana Moura***

O conceito de masculinidade, ou masculinidades, não é um conceito estático, e está em constante evolução, referindo-se às várias formas em que a masculinidade é socialmente definida através de contextos históricos e culturais, bem como às diferenças de poder existentes entre as diferentes versões de masculinidade. No entanto, são as consequências da definição de masculinidade – historicamente rígida e hegemónica – que levaram a que, nos últimos anos, tenham surgido novas abordagens e propostas da sua re-definição.

As análises iniciais sobre masculinidades tiveram como objecto central a crítica às estruturas rígidas do poder patriarcal, problematizando esta construção social enquanto fonte da opressão, obstáculo à liberdade de escolha e emancipação das mulheres. À medida que o campo de pesquisa se ampliou, no entanto, as perspectivas também se expandiram: deixaram de se centrar exclusivamente na opressão e violência contra as mulheres para passarem a reconhecer os efeitos negativos que a construção social da masculinidade patriarcal tem também em homens. Passaram, além disso, a incluir componentes interseccionais, reconhecendo que existe uma hierarquia profundamente enraizada em termos de privilégio masculino, em termos de raça, classe, nacionalidade, orientação sexual, etc.

Estas abordagens marcaram um ponto de viragem no movimento de luta pela igualdade de género, deixando de considerar os homens apenas como agressores e/ou estando num campo diametralmente oposto ao das mulheres, para se passar a considerar os homens enquanto aliados que também podem ser prejudi-

* Área de Igualdad y no Discriminación de Fundación CEPAIM, Madrid, CP 28019, España.
Endereço postal: Fundación CEPAIM, C/ Nicolás Morales, 11, 3º D – Madrid, CP 28019, España.
Endereço electrónico: pazalo01@ucm.es

** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (3000-104 Coimbra, Portugal) e Instituto Promundo (CEP: 70711-903 Brasília, DF – Brasil).
Endereço postal: Centro de Estudos Sociais, Colégio de São Jerónimo, 3000-104 Coimbra, Portugal.
Endereço electrónico: t.moura@promundoglobal.org

cados pelos papéis de género rígidos sem, contudo, esquecer os privilégios ainda ostentados pelo sexo masculino.

É importante considerar como a construção de masculinidade(s) varia através de diferentes culturas e fronteiras geopolíticas, bem como verificar como essas diferenças se refletem nas pesquisas globais e políticas públicas. Enquanto no Sul a prevenção de violência de género passou, durante um tempo, pela transformação de atitudes masculinas em relação à saúde sexual e reprodutiva, no Norte a prioridade passou pela promoção e alteração de políticas públicas sobre licença de paternidade, promovendo o cuidado e a não violência.

Pesquisas mais recentes, levadas a cabo ao longo das últimas duas décadas, reafirmam a multiplicidade e maleabilidade das masculinidades tanto no tempo quanto no espaço. São cruciais os esforços para compreender esta construção social, e reconhecer as suas pressões e consequências, que se manifestam tanto na vida de homens quanto de mulheres.

Atualmente, num contexto de crise global, torna-se evidente a centralidade do estudo das masculinidades e suas transformações para uma compreensão abrangente e rigorosa dos impactos de género da crise. E é-o ainda mais se analisarmos a forma como as atitudes, práticas e decisões políticas legitimadas por entendimentos patriarcais sobre masculinidades têm afetado recentemente o mundo, com expressões visíveis atualmente.

O objetivo central deste dossier temático é o de reunir as principais experiências, propostas e debates sobre o trabalho de transformação de masculinidades a partir de uma perspetiva interdisciplinar feminista e a partir do olhar e experiências de mulheres investigadoras e ativistas.

Consideramos a análise das masculinidades como um objetivo próprio dos estudos feministas. A partir dos estudos críticos das masculinidades (Hearn 2004) a análise da construção social das masculinidades caracteriza-se pela crença na necessidade de mudança de comportamentos masculinos, se queremos realmente construir uma sociedade mais democrática e menos violenta. Apesar de todos os avanços dos direitos das mulheres no mundo, é indispensável questionar e redefinir o que significa ser homem e a forma como a masculinidade se apresenta associada ao poder, à violência e ao controle dos homens sobre as mulheres. Mas não se trata apenas do privilégio masculino, de forma generalista. As diversas formas de masculinidade e como a categoria género se entrecruza com variáveis sociodemográficas (como classe social, origem étnica, orientação e identidade sexuais, ...) devem ser temas de análise e reflexão a partir das teorias feministas. As identidades masculinas constroem-se não só em relação à feminilidade mas também a outros eixos e categorias que estabelecem hierarquias outras (Viveros 2007). É necessária, portanto, uma abordagem interseccional nos estudos sobre homens e masculinidades.

Este dossier temático é composto por sete textos escritos por investigadoras do Brasil, Espanha e Portugal, que abordam temas muito variados e que passamos a resumir.

Não é possível, atualmente, falarmos em masculinidades sem as relacionarmos com um dos desafios mais importantes que a humanidade tem pela frente: as alterações climáticas. O artigo “Antropoceno patriarcal, petro-masculinidades e masculinidades industriais: diálogos feministas sobre a crise climática”, de Mariana Riquito, analisa criticamente a forma como as elites políticas masculinas da ultradireita persistem em negar as alterações climáticas, uma estratégia político-discursiva de preservação do *status quo* do qual sempre beneficiaram. Servindo-se dos conceitos de “petro-masculinidade”, de “masculinidades industriais” e introduzindo o conceito de “Antropoceno patriarcal”, este trabalho argumenta que o negacionismo climático destes líderes políticos está inextricavelmente ligado às suas identidades masculinas. Neste sentido, estes discursos contribuem para (re)produzir masculinidades autoritárias e ecologicamente irresponsáveis.

Nerea Cuenca Orellana e Natalia Martínez Pérez analisam a representação da masculinidade em duas versões do filme *A Bela e o Monstro*, separadas por mais de 25 anos. O objetivo é observar a evolução psicológica da personagem do Monstro para analisar o modelo de masculinidade que representa e verificar as mudanças entre as duas versões. Com esta análise o artigo procura aferir que qualidades masculinas continuam presentes e como a evolução interior do personagem objeto do estudo está relacionada com a busca de uma masculinidade amável, emocional e sentimental como características que as mulheres procuram nos homens.

Assumindo que nenhuma das mudanças possíveis no campo das masculinidades se pode alcançar apenas no terreno individual, torna-se indispensável que as políticas públicas problematizem esta questão, desenhando estratégias para a sua transformação. Bakea Alonso propõe, no seu artigo, uma análise sobre os Planos Estratégicos para a Igualdade em Espanha, onde põe em evidência a ausência de uma perspectiva de género em relação aos homens no desenho de políticas de igualdade. Apesar de as agendas políticas internacionais apontarem a necessidade de se incorporarem reflexões sobre masculinidades nas estratégias de promoção da igualdade, em Espanha o processo é ainda lento e díspar. O artigo apresenta alguns dos debates, recomendações e desafios em torno da incorporação de homens e rapazes nas políticas de igualdade.

O artigo de Marta Fernandez, Tatiana Moura, Andréa Gil e Isabela Souza da Silva analisa possibilidades de construção e reconstruções de contornos de género com um olhar para as masculinidades a partir de intervenções artísticas levadas a cabo no Rio de Janeiro, Brasil. Partindo da violência estrutural e estruturante que marca as pós-colónias, questionam-se as dinâmicas de violências raciais-genderizadas que reproduzem as normas, padrões e pactos imbricados de masculinidades hegemónicas. Desta forma, propõe-se um diálogo com práticas artístico-culturais periferizadas que redimensionam como incorporamos tais idealizações de género. Para esse fim, o artigo centra-se na produção do espetáculo *Na Manha* – desenvolvido no âmbito da residência artística do projeto de pesquisa-ação GlobalGRACE (Género e Culturas Globais de Igualdade), com a Companhia de Dança Passinho Carioca e sob a direção do coletivo de dança Mulheres ao Vento no Rio de Janeiro.

Este dossier inclui dois artigos que se dedicam ao tema da prostituição, tema central e fraturante da agenda feminista ao longo de várias décadas. Nos últimos anos, contudo, os estudos colocam mais o foco na análise dos consumidores (homens) do que nas vítimas. O artigo da socióloga Beatriz Ranea Triviño apresenta o consumo da prostituição por parte dos homens como um espaço de ritual grupal da masculinidade. Através de uma análise qualitativa de 15 entrevistas em profundidade observa-se como o secretismo caracteriza, em parte, estas práticas, gerando, por sua vez, uma série de vínculos de homossocialidade. O artigo seguinte, de Águeda Gómez Suárez e Rosa M^a Verdugo Matés, analisa o comportamento dos clientes de prostituição durante os meses de confinamento na primavera de 2020 em Espanha, no início da crise de pandemia global causada pela COVID-19. Nesses meses, e apesar do risco para a saúde e para a vida das pessoas envolvidas, a procura por prostituição não desapareceu, em Espanha, como se depreende dos testemunhos das mulheres em situação de prostituição e dos conteúdos dos *chats* de “puteros”. Segundo as autoras, a masculinidade patriarcal confinada decidiu ser temerária, irresponsável, egoísta e pouco solidária.

Por fim, o artigo “(Des)construção de masculinidades de homens trans, entre Portugal e Brasil”, da autoria de Matilde Soares, Catarina Moreira, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira, pretende explorar as formas como homens trans constroem e desconstroem as suas masculinidades perante imposições para aderir a um tipo de masculinidade hegemónica. Os temas explorados e resultantes das entrevistas a 12 homens trans em Portugal e no Brasil demonstram a necessidade de reconhecer a diversidade de formas de “ser homem” e “ser masculino”, contribuindo para a promoção de vidas mais livres e espontâneas.

Sabemos que ficam muitos temas por explorar e que este dossier temático não espelha a riqueza dos debates existentes, nomeadamente o modo como os estudos sobre masculinidades se têm incorporado nos conteúdos programáticos das universidades e qual a sua relação com os estudos de género; paternidades e cuidados e práticas equitativas de masculinidades; modelos de intervenção social com homens que mostram evidências de mudança; o papel dos homens nos movimentos feministas; ou os vários impactos que a crise pandémica global teve e está a ter nas relações de género. Acreditamos, contudo, que este será um primeiro dossier de vários, na tentativa de contribuir para os diálogos feministas no campo das masculinidades.

Referências bibliográficas

- Hearn, Jeff. 2004. “From hegemonic masculinity to the hegemony of men.” *Feminist Theory* 5(1): 49-72. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464700104040813>
- Viveros, Mara. 2007. “Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes.” *La manzana de la discordia* 2(2): 25-36. DOI:10.25100/LAMANZANADELADISCORDIA.V2I2.1399

Bakea Alonso Fernández de Avilés. Licenciada en Sociología por la Universidad de Salamanca, Master en Problemas Sociales (UNED), Título de Experta en Políticas Europeas de Género por la UCM y suficiencia investigadora en el Programa de Doctorado “La Perspectiva Feminista como Teoría Crítica” (UCM). Autora de guías y materiales en las temáticas de violencia de género, masculinidades y migraciones. Actualmente es Doctoranda en Trabajo Social en la Universidad Complutense de Madrid. Forma parte del equipo de coordinación del Área de Igualdad de la Fundación CEPAIM.

Correo electrónico: pazalo01@ucm.es

Tatiana Moura. Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coordenadora do Promundo Portugal e Diretora Associada do Instituto Maria e João Aleixo (Maré, Rio de Janeiro, Brasil). Entre 2011 e 2019 foi Diretora Executiva do Instituto Promundo (Rio de Janeiro, Brasil).

Endereço eletrônico: t.moura@promundoglobal.org

ANTROPOCENO PATRIARCAL, PETRO-MASCULINIDADES E MASCULINIDADES INDUSTRIAIS: DIÁLOGOS FEMINISTAS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA

 Mariana Riquito*

Resumo

Este artigo analisa criticamente a forma como as elites políticas masculinas da ultradireita persistem em negar as alterações climáticas, uma estratégia político-discursiva de preservação do *status quo*, do qual sempre beneficiaram. Servindo-se dos conceitos de «petro-masculinidade», de «masculinidades industriais» e introduzindo o conceito de «Antropoceno patriarcal», este trabalho argumenta que o negacionismo climático destes líderes políticos está inextricavelmente ligado às suas identidades masculinas. Neste sentido, estes discursos contribuem para (re)produzir masculinidades autoritárias e ecologicamente irresponsáveis.

Palavras-chave: Crise climática, Antropoceno, masculinidades, ultradireita.

Abstract

Feminist Dialogues on the Climate Crisis: Patriarchal Anthropocene, Petro-masculinities and Industrial Masculinities

This article critically analyzes how far-right political male elites persistently deny climate change, a political-discursive strategy of maintaining the *status quo*, which has historically benefited them. Making use of concepts such as «petro-masculinity» and «industrial masculinities», and introducing the concept of «patriarchal Anthropocene», this paper argues that climate denial is inextricably linked to these leaders' masculine identities. Thus, these discourses contribute to the (re)production of authoritarian and ecologically irresponsible masculinities.

Keywords: Climate crisis, Anthropocene, masculinities, far right.

* Investigadora Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), 3000-104 Coimbra, Portugal.

Endereço postal: Centro de Estudos Sociais, Colégio de São Jerónimo, 3000-104 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrónico: mariana.riquito@gmail.com / marianariquito@ces.uc.pt

Résumé

Dialogues féministes sur la crise climatique: Anthropocène patriarcal, petro-masculinités et masculinités industrielles

Cet article analyse de manière critique comment les élites politiques masculines d'extrême-droite nient de façon persistante le changement climatique, une stratégie politico-discursive de préservation du *statu quo* dont elles ont toujours bénéficié. En utilisant les concepts de «pétro-masculinité», de «masculinités industrielles» et en introduisant le concept d'«Anthropocène Patriarcal», cet article considère que le négationnisme climatique de ces dirigeants est inextricablement lié à leurs identités masculines. En ce sens, leurs discours contribuent à la (ré)production de masculinités autoritaires et écologiquement irresponsables.

Mots-clé: Crise climatique, Anthropocène, masculinités, extrême-droite.

Introdução

Nos últimos anos, assistimos à eleição de vários chefes de Estado da ultradireita, na sua maioria homens, cujos discursos, valores e projetos políticos parecem ter ressuscitado alguns fantasmas do passado. É o caso de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, de Narendra Modi na Índia, de Rodrigo Duterte nas Filipinas, de Viktor Orbán na Hungria, entre outros. Muito embora as trajetórias, as intenções e as retóricas destas lideranças políticas sejam sempre únicas e específicas aos seus contextos locais, há elementos comuns entre elas (Mudde 2019). Todas elas promovem uma visão autoritária da sociedade (Wodak 2015; Mudde 2019), um projeto político que adere à lógica económica neoliberal (Halimi e Rimbart 2019; Dardot e Laval 2019), tendem a ser céticas, ou até mesmo negacionistas, quanto ao impacto das atividades humanas sobre os sistemas climáticos (Pulé e Hultman 2019a e 2019b; Forchtner 2020), e fazem uso de uma retórica assente numa ideia monolítica, exclusivista e identitária do «povo» (Wodak 2015; Mudde 2019).

A par do avanço da ultradireita, os movimentos emancipatórios por justiça social global ganharam um novo fôlego (Bringel e Pleyers 2017). Tanto a luta feminista como a luta ambientalista têm vindo a adquirir expressão mediática, pública e política muito significativa (Arruzza, Bhattacharya e Fraser 2019; Pellizzoni 2019). As lutas ambientalistas, no seu combate contra o antropocentrismo e contra a exploração do meio ambiente, e as lutas feministas, no seu combate contra o patriarcado e contra a exploração das mulheres e outras minorias sociais, constituem agendas eminentemente emancipatórias, pois o seu intuito é *romper* com as estruturas de dominação vigentes: o patriarcado, o antropocentrismo, o racismo, o (neo)colonialismo. A ultradireita contemporânea, pelo contrário, representa a vontade de *manter* uma sociedade estritamente ordenada, autoritária, reacionária e repressiva (Giddens 2007; Bello 2019; Mudde 2019).

É neste sentido que as pautas progressistas surgem como *ameaças* nos discursos destes líderes (Wodak 2015; Mudde 2019; Norris e Inglehart 2019). Historicamente, esta dinâmica é muito comum: sempre que houve movimentos de grande agitação social, os membros da maioria exprimem um «ressentimento profundo», nos termos de Elias (1991), ou, nas palavras de Appadurai (2009), uma «ansiedade da incompletude», isto é, temem a perda de privilégios, de poder e de controlo. Ao sentirem que o seu estatuto se encontra ameaçado pelas propostas emancipatórias, procuram invisibilizar, menosprezar ou violentar quem luta por transformação social.

No contexto atual de crise ecológica, os discursos negacionistas climáticos proferidos pelos líderes da ultradireita seguem essa mesma lógica. Muito embora tenhamos evidências científicas avassaladoras quanto à relação de causa-consequência entre o extrativismo/industrialização e as alterações climáticas, e tenhamos inclusive atingido consensos políticos globais¹ de modo a reduzir – ou mesmo acabar com – a queima e extração de combustíveis fósseis, estes líderes políticos da ultradireita descredibilizam propositadamente a ciência e negam as alterações climáticas antropogénicas (Forchtner 2020). Fazem-no pois são dos principais beneficiários da ordem industrial moderna, pelo que as medidas de mitigação climática e de descarbonização ameaçam o seu estatuto político-económico dominante (Anshelm e Hultman 2014; Daggett 2018; Pulé e Hultman 2019b). Ora, a ordem industrial moderna, extrativista, produtivista e fóssil foi historicamente sustentada, legitimada e perpetuada pela ordem patriarcal branca (*ibid.*). A crise ecológica que enfrentamos está, pois, profundamente relacionada com as estruturas generificadas em que assentam as práticas, as identidades sociais e as relações sociais de poder. Isto é, as alterações climáticas são atravessadas, em permanência, pelas estruturas de opressão patriarcal e por isso mesmo devemos entender as alterações climáticas como uma problemática feminista (*ibid.*).

Assim, no contexto dos discursos proferidos pelas lideranças masculinas da ultradireita no tocante às alterações climáticas, é importante reconhecer e explorar de que modo são perpetuados padrões hegemónicos de masculinidade que reforçam os tradicionais estereótipos de género e contribuem para comportamentos ecologicamente irresponsáveis e devastadoras. Ao negarem as causas antropogénicas das alterações climáticas e ao considerarem como ameaças as lutas sociopolíticas feministas, os líderes políticos da ultradireita dificultam todos os esforços coletivos de mitigação das alterações climáticas e tendem a restringir e a retroceder em direitos para minorias. Neste sentido, a retórica empregue pela ultradireita tem vindo a acentuar – e até mesmo a agravar – as diferentes crises que atravessamos: política, económica, social, institucional e ambiental.

Perante estas diferentes crises, parece-nos crucial estudar de que forma certos chefes de Estado, face à urgência climática, persistem em negar ou, pelo menos,

¹ É o caso do Acordo de Paris ou do Pacto Ecológico Europeu, para citar apenas os mais recentes.

em diminuir o problema, atacando *simultaneamente e de forma co-constitutiva* as agendas e as agentes feministas. Neste artigo, propomo-nos perceber *de que forma os líderes políticos da ultradireita reagem à crise climática (re)produzindo padrões de masculinidade que protegem a ordem vigente*.

Para responder a esta problemática, o artigo colhe das epistemologias feministas, apoiando-se nomeadamente no ecofeminismo, e dos estudos sobre masculinidades, mobilizando conceitos como «petro-masculinidades» e «masculinidades industriais». O artigo está dividido em três secções diferentes. Na primeira, discorremos sobre os fundamentos teórico-epistemológicos do ecofeminismo, que guiarão a nossa análise; na segunda, tecemos uma leitura (eco)feminista da crise climática; na terceira, avaliamos a posição dos líderes da ultradireita face à crise climática, explorando que masculinidades são (re)produzidas, ilustrando esta hipótese com exemplos concretos.

1. A teoria ecofeminista: interseccionalidade(s) entre a dominação patriarcal e a exploração da Natureza

A teoria ecofeminista considera que as estruturas do «patriarcado» e as estruturas do *antropocentrismo* se reforçam mutuamente através das estruturas do sistema capitalista global e operam segundo uma lógica comum, oriunda do pensamento ocidental moderno. Esta imbricação dos diferentes sistemas opressivos deu origem ao que Mies e Shiva (2014) apelidam de *patriarcado capitalista* – um sistema global de opressão generizada em prol do lucro, do crescimento económico e da lógica do mercado, que acentua, por um lado, a dominação patriarcal e, por outro lado, a exploração da Natureza.

Definimos «patriarcado» como o sistema de estruturas e de práticas sociais nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres (Walby 1989) e os homens cujas opções, identidades e comportamentos não são consentâneos com o que se convencionalmente se consensualizou como sendo «masculino» (Connell 1993). Isto porque, no quadro das sociedades patriarcais, o «género masculino» – e as práticas, valores e identidades a ele associadas – encontra-se, de forma sistemática, em posição de poder. Assim, falar de «masculinidade» implica falar de poder, pois este termo refere-se ao conjunto de padrões comportamentais e de práticas identitárias através das quais os homens e as mulheres atingem e perpetuam uma determinada posição social, política e económica de poder (*ibid.*). Embora nem todos os homens tenham vocação para a dominação, todos os homens sofrem uma pressão para almejarem uma prática hegemónica da masculinidade. A «masculinidade hegemónica» é *normativa*: ela simboliza a forma mais honrosa de se ser homem, é uma masculinidade *construída em relação e por oposição* às mulheres e às outras masculinidades, pelo que ela é *simultaneamente definidora* do que significa «ser-se homem» e *excludente* de todas as pessoas que nela não se enquadrem (*ibid.*).

Historicamente, o sistema patriarcal foi legitimado por uma concepção androcêntrica do mundo, isto é, uma visão filosófica centrada em perspectivas, padrões e valores masculinos (Hibbs 2014). Esta concepção filosófica tem vindo a justificar a exploração do Homem sobre a Natureza, legitimando práticas violentas sistémicas – a que apelidamos de «antropocentrismo» (Gaard 1993; Boddice 2011; Mies e Shiva 2014; Solón 2019). O antropocentrismo encontra legitimidade filosófica no pensamento ocidental moderno, um *pensamento abissal*, criador de «divisões visíveis e invisíveis» (Santos 2007, 71), que estrutura o mundo em binarismos dicotómicos: Homem/Natureza, espírito/corpo, bom/mau, civilizado/selvagem, razão/emoção, cultura/saberes ancestrais, independência/dependência (Santos 2007; Mies e Shiva 2014). Estes binarismos são entendidos como «pares de contrários com valor desigual» (Herrero e Pascual 2010, 1): «Homem», por exemplo, é entendido como «superior» à «Natureza». Este pensamento dicotómico-hierárquico serve de princípio justificativo e legitimador das relações de opressão: apenas compreendendo o «Homem» como «superior» à «Natureza» é legítimo que este domine a primeira; de forma semelhante, apenas a compreensão do «homem» como «superior» à «mulher» permite a subjugação desta última.

Segundo as teorias (eco)feministas, estes binómios fundadores do pensamento ocidental moderno são profundamente generificados. Isto é, esses pares estão *associados* e são *atribuídos* a cada um dos géneros, também eles concebidos de forma binária. De um lado, o *masculino*, entendido como superior, próximo da cultura e da razão; de um outro, o *feminino*, percecionado como inferior, essencialmente ligado à Natureza e submetido às emoções. A primazia do masculino legitimou que o domínio do mundo físico tenha sido protagonizado pelos homens, enquanto as mulheres, pelo contrário, foram associadas ao mundo instável das emoções e relegadas à esfera doméstica (Gaard 1993; Herrero 2013; Mies e Shiva 2014; Fraser 2017; Federici 2019).

É esta análise que permite à teoria ecofeminista analisar *conjuntamente* as estruturas de exploração da Natureza e as estruturas de opressão patriarcais, que o capitalismo global tem vindo a exacerbar. Por um lado, o capitalismo acentuou as estruturas patriarcais ao invisibilizar, desqualificar e desvalorizar o trabalho reprodutivo e de cuidado que as mulheres exercem em espaços (ainda) não mercantilizados (*ibid.*). Por outro lado, o capitalismo reforçou a visão antropocêntrica do mundo, segundo a qual a Natureza é passível de ser explorada, dizimada e transformada em prol do lucro, pois esta concepção serviu de base ideológica e legitimadora dos processos de industrialização, de tecnologização, de extração de recursos e de acumulação de capital, nomeadamente no Sul Global (Gaard 1993; Herrero 2013; Mies e Shiva 2014; Bello 2019; Solón 2019).

Com efeito, desde a Revolução Industrial – marco do início definitivo do capitalismo (Foster 1977; Grassby 1999) – que os progressos científico-tecnológicos têm determinado a *necessidade* de se ultrapassar os limites da Natureza para criar

abundância económica. A *rationale* capitalista do crescimento ilimitado sugere que podemos violar e destruir a Natureza, da qual nós fazemos parte, sem sofrer os efeitos desse esgotamento, pelo que este modelo baseado na exploração infinita dos recursos naturais é fundamentalmente anti-ecológico (Paterson 2005). Para além da degradação ecológica, este modelo económico gerou novas formas de opressão patriarcal, tendo separado, de forma profundamente generizada, a *reprodução social* da *produção económica* (Fraser 2017): o objetivo do crescimento ilimitado apenas pôde ser sustentado porque as mulheres sistematicamente exercem um papel de género específico – a procriação, o cuidado e as tarefas domésticas –, economicamente não remunerado e socialmente não valorizado (*ibid.*).

A teoria ecofeminista questiona, pois, os fundamentos do atual modelo civilizacional, que depende da espoliação da Natureza e da exploração das mulheres, e que deu origem aos níveis irreversíveis de degradação socioecológica a que assistimos.

2. Uma leitura ecofeminista do Antropoceno: crise climática, género, raça e classe

Perante a rápida e profunda degradação ecológica que experienciamos e constatando a inseparabilidade entre as atividades humanas e os sistemas climáticos, Crutzen e Stoermer (2000) propuseram o termo «Antropoceno» – que significa literalmente a «Era dos Humanos» – para definir o período geológico mais recente da Terra. Ora, a utilização desse conceito reforça a ideia segundo a qual toda a Humanidade é responsável, de igual modo, pela destruição da Natureza e, como bem demonstra a teoria ecofeminista, a imagem de uma Humanidade homogénea é contrariada em permanência pelas gritantes assimetrias de poder.

Em 2017, apenas oito pessoas – oito homens, por sinal – possuíam a mesma riqueza que 3,6 biliões de pessoas, a metade mais pobre da humanidade (OXFAM 2017). Entre 1988 e 2017, 71% das emissões globais de CO₂ foram causadas por somente 100 empresas (Climate Accountability Institute 2017). Em 2015, os 10% mais ricos do mundo produziam metade dessas emissões globais, enquanto a metade mais pobre contribuía apenas em 10% (OXFAM 2015). Em 2014, de entre 29 cientistas, apenas uma mulher fazia parte do grupo de trabalho berlinense sobre o Antropoceno, e apenas quatro membros provinham do Sul Global (Raworth 2014). Estes números demonstram que são as grandes empresas e multinacionais do Norte Global que geram – através das suas atividades económicas extrativistas – impactos irreversíveis e de grande escala nos sistemas climáticos. Também são ilustrativos de como as mulheres e as pessoas do Sul Global são sistematicamente silenciadas e retiradas das estruturas de decisão internacionais. Em suma, estes exemplos demonstram que não é possível analisar os contornos do fenómeno «Antropoceno» se não procurarmos relacioná-los com as relações de poder.

É nesse sentido que termos como «Capitaloceno» (Moore 2016), «Plutoceno»² (Solón 2019) ou «Homentropoceno»³ (Raworth 2014) – que colocam o ônus da responsabilidade pela crise ecológica, respetivamente, na lógica do capital e do lucro, na concentração de poder nas mãos de uma elite, e na estrutura generizada do poder – nos parecem sociologicamente mais apropriados. Todas estas estruturas de poder estão eminentemente *interseccionadas*: não é possível compreendermos a concentração de poder e de riqueza nas mãos de uma elite sem relacionarmos essa dinâmica com o sistema capitalista financeirizado e com o sistema produtivista extrativista, que, por sua vez, assenta em lógicas de exploração da Natureza semelhantes à lógica de dominação patriarcal. Assim, neste artigo, sugerimos o conceito de «Antropoceno patriarcal», que permite reconhecer a interconexão entre as diferentes estruturas de opressão na génese da «Era dos Humanos» e que sublinha que as alterações climáticas têm consequências em termos de género, raça e classe, com especial incidência para as mulheres negras, pobres, do Sul Global, indígenas, camponesas, etc.

Nos países da OCDE, independentemente da classe, raça, etnia ou localização geográfica, as mulheres têm uma pegada ecológica inferior à dos homens. Contudo, a nível mundial, em caso de desastres naturais, as mulheres e crianças têm uma hipótese de morrer 14 vezes superior à dos homens (INWF 2015) e são elas as mais impactadas por fenómenos como as secas ou a escassez de comida, nomeadamente as do Sul Global (Goldsworthy 2010). Neste sentido, são as mulheres as maiores vítimas do capitalismo predatório, apesar de serem as que menos contribuem para o seu sistema de exploração e esgotamento de recursos. Também as populações indígenas sofrem desproporcionalmente os impactos das alterações climáticas, embora sejam as que mais esforços fazem por preservar o ambiente: apesar de constituírem apenas 5% da população mundial, são responsáveis por proteger 80% da biodiversidade global (Raygorodetsky 2018). Ora, estas populações tendem a ser as mais impactadas pelos conflitos violentos despoletados por motivos ambientais e encontram-se em situações de pobreza superiores à média mundial, o que exacerba a sua vulnerabilidade (Baird 2008). Por fim, também as populações racializadas e outras minorias étnico-raciais, sistematicamente mais pobres, sentem de forma mais acutilante os efeitos das alterações climáticas. As populações negras dos EUA estão expostas a 56% mais poluição aérea do que a que é causada pelo seu consumo; nas populações latinas, este número eleva-se a 63%; por seu turno, as populações brancas não-hispânicas estão sujeitas a menos 17% de poluição aérea que a causada pelo seu consumo (Tessum *et. al* 2019).

² O termo não deve ser confundido com o seu homólogo geológico que diz respeito a um possível período posterior ao «Antropoceno», em que os níveis de concentração de plutónio seriam tais que o Planeta Terra se tornaria um lugar inóspito.

³ Na versão original em inglês, a autora emprega a expressão «Manthropocene», um neologismo de difícil tradução para o português.

Estas desigualdades refletem a estrutura desigual e injusta do atual sistema, onde múltiplos sistemas de opressão se combinam e se reforçam mutuamente. Em tempos de crise ecológica, esta análise permite entender que a justiça climática é (indissociável da) justiça social – de género, de raça, de classe socioeconómica. Na era do «Antropoceno patriarcal», quem sofre desproporcionalmente os efeitos das alterações climáticas são as mulheres, mas são também elas que se encontram na linha da frente da luta. É nesse sentido que as ativistas feministas ambientalistas têm vindo a ser permanentemente atacadas pelas estruturas de poder dominantes – sejam elas o Estado, os interesses paramilitares, as grandes indústrias extrativistas, ou ainda os líderes da ultradireita.

3. Líderes políticos da ultradireita e crise climática: negacionismo climático, petro-masculinidades, masculinidades industriais

A crise climática convida-nos a repensar a nossa presença no Planeta, que sempre tivemos por infinita. Esta proximidade do fim coloca problemas *existenciais* ao modelo civilizatório atual, cuja expansão, crescimento e desenvolvimento assentam na exploração, *sem fim e sem limites*, dos recursos naturais e do trabalho reprodutivo, como explica o ecofeminismo. Ao ameaçar diretamente este sistema social, político e económico, a crise climática ameaça, consequentemente, quem historicamente mais beneficiou desta ordem. No contexto atual, os principais beneficiários da industrialização são os detentores dos meios de produção, os executivos destas indústrias, os gestores financeiros – na sua maioria, homens brancos ocidentais (Anshelm e Hultman 2015; Pulé e Hultman 2019b).

Os líderes políticos da ultradireita – na sua maioria homens com ligações fortes às indústrias do extrativismo fóssil (Sen 2019) – tendem a ser céticos ou até mesmo a negar as alterações climáticas antropogénicas (Anshelm e Hultman 2015; Pulé e Hultman 2019a e 2019b; Forchtner 2020). À semelhança de alguns/mas autores/as, argumentamos que as lutas feministas e ambientalistas, ao ameaçarem o *business as usual* e os privilégios individuais dessas elites, ameaçam a própria identidade masculina destes líderes e do seu eleitorado (Dunlap e McCright 2011 e 2015; Collomb 2014; Anshelm e Hultman 2015; Bell, Hulliger & Brislen 2015; Daggett 2018; Greig 2019; Pulé e Hultman 2019b). Um estudo conduzido em 2011 revelou que o negacionismo climático dos homens brancos e conservadores estadunidenses funciona como uma forma de cognição, protetora da sua identidade masculina (Dunlap e McCright 2011). Um outro, levado a cabo em 2016 no Brasil e na Suécia, chegou às mesmas conclusões: os homens brancos conservadores têm mais tendência a negar as alterações climáticas, pois essa lógica discursiva ajuda à construção da sua identidade, historicamente orientada para a dominação (Jylhä *et al.* 2016). Estes estudos demonstram que, independentemente do contexto (geo)político e sociocultural, para os homens brancos e con-

servadores – aqueles que mais tendem a lucrar com o sistema político-económico vigente –, o reconhecimento da emergência climática constitui uma ameaça *direta* à preservação de um *status quo* que lhes é benéfico – pois lhes confere lucros, privilégios e poderes – e que está inextricavelmente ligado às suas identidades masculinas, brancas e conservadoras (Dunlap e McCright 2011; Collomb 2014; Jylhä *et al.* 2016; Daggett 2018).

Ora, o «conservative male effect» (Jylhä *et al.* 2016) e o «white male effect» (Dunlap e McCright 2011) são particularmente notáveis em homens com tendência para votar na ultradireita contemporânea (Forchtner, Kroneder e Wetzel 2018; Mudde 2019; Norris e Inglehart 2019). Não é, pois, surpreendente que os líderes da ultradireita tendam a ser indiferentes, céticos ou até negacionistas das alterações climáticas (Anshelm e Hultman 2015; Dunlap e McCright 2015; Forchtner 2020). Reconhecer a necessidade de travar os processos de industrialização, assentes predominantemente no extrativismo fóssil, pilares do desenvolvimento e crescimento económico capitalista, implicaria admitir que a lógica político-económica neoliberal – que eles corroboram (Halimi e Rimbert 2016) – falhou profundamente. Ao invés de reavaliarem as suas bases intelectuais, estes líderes políticos adotam uma estratégia de negação, preservando assim a sua identidade político-intelectual (Collomb 2014) bem como a sua identidade masculina.

Perante a constatação das inegáveis ligações entre a emergência climática e as questões de género e de masculinidades, novos conceitos têm surgido na literatura. Anshelm e Hultman (2014) e Pulé e Hultman (2019a e 2019b) referem-se a *masculinidades industriais* e a *breadwinner masculinities* para salientar a aliança entre as identidades masculinas das elites industriais do Norte Global e as identidades dos trabalhadores da classe operária cujos empregos – e, consequentemente, a capacidade de desempenharem o seu papel de chefe de família (*breadwinner*) – têm até agora dependido da indústria de combustíveis fósseis. Como salienta Mutz (2018), o voto nas eleições de 2016 em Donald Trump explica-se, em parte, pela aliança entre estas duas identidades masculinas: no lado da oferta política, Trump apresenta-se enquanto acérrimo defensor da ordem industrial moderna e do extrativismo fóssil; no lado da procura política, encontramos homens brancos, de classe média-baixa, que sentem o seu estatuto de *breadwinners* ameaçado. Assim, este eleitorado vota numa personalidade cuja identidade é semelhante à sua e que, pelo menos em teoria, os protegerá das *ameaças* representadas pelas lutas progressistas (*ibid.*). Compreendemos, pois, que aquilo que estes grupos entendem como parte integrante do seu modo de vida – os privilégios e lucros, no caso das elites políticas industriais; a capacidade de manter o seu papel de género tradicional, no caso dos trabalhadores – é inseparável daquilo que entendem ser definidor da sua própria identidade masculina (Anshelm e Hultman 2014; Daggett 2018; e Pulé e Hultman 2019b).

O conceito de «petro-masculinidade», proposto por Cara Daggett, serve para «enfatizar a relação – tanto técnica quanto afetiva – entre os combustíveis fósseis e

as ordens patriarcais brancas» (2018 28). De acordo com Daggett, quando analisamos a ascensão da ultradireita e nos debruçamos sobre os discursos oficiais dos seus líderes, importa estudar *conjuntamente* o discurso negacionista climático e o discurso misógino. Segundo a autora, o foco na «petro-masculinidade» permite reconhecer que a crise climática representa uma ameaça não só àquilo que tem sido o estilo de vida e o sistema económico favorecedor de determinados grupos de homens, mas também – igual e simultaneamente – uma ameaça às identidades masculinas, erigidas sobre esses estilos de vida e sobre o sistema patriarcal que os criou e sustenta. Este conceito sublinha ainda a forma como estes dois discursos se co-constituem para legitimar práticas autoritárias: a ordem industrial extrativista foi construída *por* e *para* homens brancos e as políticas autoritárias têm sido historicamente cruciais para *garantir a segurança* dessas ordens e privilégios. De facto, como sublinha a teoria ecofeminista, a ordem industrial extrativista requer um fluxo quase-infinito e barato de combustíveis fósseis e de trabalho doméstico não remunerado por forma a manter a concentração das riquezas nas mãos de uns em detrimento da precariedade, vulnerabilidade e pobreza de outro/as – o que só foi historicamente possível recorrendo a práticas autoritárias (Mies e Shiva 2014; Fraser 2017; Daggett 2018; Solón 2019).

No contexto de ascensão da ultradireita, estes (novos) conceitos ajudam-nos a compreender a forma como os líderes políticos da ultradireita reagem à crise climática reproduzindo padrões de masculinidade que contribuem para perpetuar a ordem vigente; e a forma como aprovam e apoiam medidas autoritárias e repressivas por forma a garantirem os interesses e privilégios da ordem industrial extrativista e da ordem patriarcal branca. Os exemplos dos discursos oficiais de Donald Trump e de Jair Bolsonaro no tocante à questão climática são particularmente ilustrativos da forma como os líderes políticos da ultradireita generificam a temática ambiental por forma a perpetuar o *status quo* do qual beneficiam.

O atual presidente brasileiro, por exemplo, recorre frequentemente à generificação do território amazónico e do/as habitantes da floresta. Ao retratar a Amazónia como um espaço por ocupar, dizendo que «Nossa Amazônia permanece praticamente intocada», Bolsonaro ativa imaginários patriarcais. Com efeito, as representações sociohistóricas do órgão sexual feminino fazem com que pensemos nele como um «buraco», como um *orifício vazio a ser preenchido pelos homens* (Mazurette 2020). Ao dizer que a Amazónia é «uma virgem que todo o tarado de fora quer»⁴, Bolsonaro ativa esses imaginários patriarcais, representando este território como passivo, à *espera* de ser ocupado, explorado, preenchido. Analisada na perspectiva ecofeminista, a Amazónia, tal como os corpos das mulheres ao longo da história, é representada como passiva, submissa, um espaço de disponibilidade para a exploração do «patriarcado capitalista». Bolsonaro representa

⁴ Citado no *Observador* (10 de agosto de 2020). Disponível em: <https://observador.pt/2020/08/10/ministerio-publico-do-brasil-acusa-bolsonaro-e-ministros-brasileiros-por-ofensas-a-mulheres/>

ainda as populações que habitam a floresta e/ou que a protegem como «inferiores», «selvagens», «incultas» – categorias associadas historicamente ao género feminino. Repetidas vezes, Bolsonaro lamenta que o seu país não esteja «nas mãos de israelense, sul-coreanos, japoneses», pois, se estivesse, tudo «seria diferente». Bolsonaro opõe essas populações ocidentais às populações negras, indígenas e pobres, que são definidas como «selvagens», «corpóreas», «inferiores» nos seus discursos. O atual Presidente chegou a comparar negros a gado, ao dizer que «O afrodescendente mais leve lá [num quilombo] pesava sete arrobas». Ao retratar assim as populações da floresta e o próprio território amazónico, Bolsonaro legitima práticas autoritárias de extração de recursos, de não-demarcação de terras indígenas, de parcerias com o capital e investimento estrangeiro, de megaprojetos industriais. Isto é, justifica práticas autoritárias que permitem consolidar e proteger a ordem vigente, que beneficia as identidades masculinas (industriais e petro[líferas]), serve os interesses do «patriarcado capitalista», justifica comportamentos ecologicamente irresponsáveis, contribuindo, assim, para a patriarcalização do Antropoceno.

Também o anterior presidente estadunidense, Donald Trump, se serviu do negacionismo climático para captar eleitorado masculino e para perpetuar a ordem vigente, da qual sempre beneficiou. De acordo com Mutz (2018), as eleições estadunidenses de 2016 explicam-se sobretudo por questões culturais e identitárias e não tanto por perdas económicas. Um dos discursos que Trump mais mobilizou foi a tese segundo a qual os EUA estariam a perder estatuto por conta da ascensão global da China, e Mutz estuda particularmente como este discurso mobilizou uma grande parte do eleitorado masculino cuja identidade depende de se conceber como cidadão de uma nação poderosa. No caso da questão climática, é interessante notar como Trump combina o discurso anti-China e de reforço da dominação estadunidense com o discurso anti-climático e de reforço da dominação extrativista, apelando, assim, aos WASP (*White, Anglo-Saxon, Protestant, and Male*). Por exemplo, em novembro de 2012, Trump tweetou que «O conceito de aquecimento global foi criado por e para os chineses com a finalidade de tornarem a indústria manufatureira dos EUA não-competitiva». Mal foi eleito presidente, Trump retirou os EUA do Acordo de Paris e passou legislação favorável à indústria fóssil, com quem tem relações muito próximas (CAP Action 2019). O seu negacionismo climático permitiu, deste modo, perpetuar o *status quo* e aprovar medidas autoritárias e repressivas de destruição ecológica.

Em suma, os conceitos de «masculinidades industriais» e de «petro-masculinidade» sugerem que os combustíveis fósseis têm um significado *para além* do lucro: eles moldam e contribuem para a formação de identidades sociais, nomeadamente das identidades masculinas – no caso do eleitorado de Trump, a identidade dos WASPs; no caso do eleitorado de Jair Messias Bolsonaro, a identidade dos fazendeiros, dos detentores da propriedade privada, do agronegócio. É neste sentido que podemos afirmar que os líderes da ultradireita, nos seus discursos, (re)

produzem padrões de masculinidade que servem a proteção da ordem vigente, que lhes é benéfica e da qual não querem abdicar, e que contribuem para legitimar práticas autoritárias e ecologicamente irresponsáveis.

Conclusão

Neste artigo, partindo do contexto de crise climática, procurámos refletir sobre a forma como esta emergência não pode ser analisada sem a relacionarmos com as estruturas de opressão, nomeadamente as patriarcais. Embora os estudos sobre masculinidades e a crise climática sejam ainda periféricos, este ângulo permite-nos tecer uma análise mais criticamente detalhada sobre as implicações da crise climática em termos de género, classe e raça.

Na era do Antropoceno patriarcal, e face à explosão das lutas feministas e ambientalistas, os líderes políticos da ultradireita persistem em negar ou em ignorar o problema. Uma análise (eco)feminista do negacionismo climático permite-nos entender a forma como este discurso das elites dominantes – na sua maioria masculinas – serve não só a proteção, preservação e manutenção da ordem vigente, que lhes é benéfica, como também a proteção das suas próprias identidades masculinas. É neste sentido que estes líderes (re)produzem padrões de masculinidade – de cariz autoritário – que servem os interesses da ordem extrativista bem como da ordem patriarcal, que historicamente sustentou a primeira. Esta proposta teórica foi ilustrada por exemplos concretos, nomeadamente dos discursos de Donald Trump e de Jair Messias Bolsonaro, que demonstram a forma como estes chefes de Estado procedem à generificação da temática ambiental para justificar e legitimar práticas autoritárias em favor do «patriarcado capitalista».

Hoje, vivemos momentos de destruição socioecológica acelerada acompanhados da ascensão de governos antidemocráticos. Para enfrentar estas crises, será necessária uma transformação multidimensional, que passa também pela desconstrução das normas de género dominantes. Assim, e como sugerem Bell e Braun (2010) e Pulé e Hultman (2019a), os estudos sobre masculinidades devem procurar envolver homens nos movimentos ambientais. O combate ao Antropoceno patriarcal começa pela construção de masculinidades ecologicamente mais conscientes, responsáveis e cuidadoras.

Referências bibliográficas

- Anshelm, Jonas, e Martin Hultman. 2015. *Discourses of Global Climate Change. Apocalyptic framing and political antagonisms*. London: Routledge.
- Anshelm, Jonas, e Martin Hultman. 2014. «A green fatwa? Climate change as a threat to masculinity of industrial modernity.» *NORMA: International Journal for Masculinity Studies* 9(2): 84-96. DOI: <https://doi.org/10.1080/18902138.2014.908627>

- Appadurai, Arjun. 2009. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Editora Iluminuras.
- Arruzza, Cinzia, Tithi Bhattacharya, e Nancy Fraser. 2019. *Feminism for the 99%: A Manifesto*. London: Verso Books.
- Baird, Rachel. 2008. *The Impact of Climate Change on Minorities and Indigenous Peoples*. London: Minority Rights Group International.
- Bell, Shannon Elizabeth, e Yvonne A. Braun. 2010. «Coal, identity, and the gendering of environmental justice activism in central Appalachia.» *Gender & Society* 24(6): 794-813. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243210387277>
- Bell, Shannon Elizabeth, Alicia Hullinger e Lilian Brislen. 2015. «Manipulated Masculinities: Agribusiness, Deskillng, and the Rise of the Businessman-Farmer in the United States.» *Rural Sociology* 80(3): 285-313. DOI: <https://doi.org/10.1111/ruso.12066>
- Bello, Walden. 2019. *Counterrevolution: The Global Rise of the Far Right*. Nova Scotia: Fernwood Publishing.
- Boddice, Rob. 2011. *Anthropocentrism. Humans, Animals, Environments*. Leiden: Brill.
- Bringel, Breno, e Geoffrey Pleyers. 2017. *Protesta e Indignación Global. Los movimientos sociales en el nuevo orden internacional*. Buenos Aires: CLACSO.
- CAP Action. 2019. «Here's Everything You Need to Know About Trump's Fossil Fuel Connections.» Disponível em <https://capaction.medium.com/heres-everything-you-need-to-know-about-trump-s-fossil-fuel-mafia-54eda20f4a8b> [Consultado a 21 de março de 2021].
- Climate Accountability Institute. 2017. *The Carbon Majors Database CDP Carbon Majors Report 2017*. Colorado: CDP.
- Collomb, Jean-Daniel. 2014. «The Ideology of Climate Change Denial in the United States.» *European Journal of American Studies* 9-1. DOI: <https://doi.org/10.4000/ejas.10305>
- Connell, Raewyn. 1993. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press.
- Crutzen, Paul, e Eugene Stoermer. 2000. «The 'Anthropocene'.» *Global Change Newsletter* 41: 17-18.
- Daggett, Cara. 2018. «Petro-masculinity: Fossil Fuels and Authoritarian Desire.» *Millennium: Journal of International Studies* 47(1): 25-44. DOI: <https://doi.org/10.1177/0305829818775817>
- Dardot, Pierre, e Christian Laval. 2019. «Anatomie du nouveau néolibéralisme.» Disponível em <http://reflexions-echanges-insoumis.org/anatomie-du-nouveau-neoliberalisme/> [Consultado a 10 de agosto de 2020].
- Dunlap, Riley, e Aaron McCright. 2011. «Cool dudes: The denial of climate change among conservative white males in the United States.» *Global Environmental Change* 21(4): 1163-1172. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2011.06.003
- _____. 2015. «Challenging Climate Change: The Denial Countermovement.» In *Climate Change and Society: Sociological Perspectives*, editado por Riley Dunlap e R.J. Brulle, 300-332. New York: Oxford University Press.
- Elias, Norbert. 1991. *The Symbol Theory*. London: Sage.
- Federici, Silvia. 2019. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Forchtner, Bernhard, Andreas Kroneder, e David Wetzel. 2018. «Being Skeptical? Exploring Far-Right Climate-Change Communication in Germany.» *Environmental Communication* 12(5): 589-60. DOI: 10.1080/17524032.2018.1470546
- Forchtner, Bernhard. 2020. *The Far Right and the Environment. Politics, Discourse and Communication*. Abingdon: Routledge.

- Foster, John. 1977. *Class Struggle and the Industrial Revolution. Early Industrial Capitalism in Three English Towns*. London: Routledge.
- Fraser, Nancy. 2017. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. London: Pluto Press.
- Gaard, Greta. 1993. *Ecofeminism. Women, Animals, Nature*. Philadelphia: Temple University Press.
- Giddens, Anthony. 2007. *Beyond Left and Right*. Cambridge: Polity Press.
- Goldsworthy, Heather. 2010. «Women, global environmental change and human security.» In *Global Environmental Change and Human Security*, editado por Richard A. Matthew et al., 215-235. Cambridge: MIT Press.
- Grassby, Richard. 1999. *The Idea of Capitalism before the Industrial Revolution*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Greig, Alan. 2019. «Masculinities and the Rise of the Far-Right. Implications for Oxfam's Work on Gender Justice.» *Oxfam Research Backgrounder series*. Disponível em <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/masculinities-and-the-far-right/> [Consultado a 21 de agosto de 2020].
- Halimi, Serge, e Pierre Rimbart. 2019. «Assim surgiu o proto-fascismo contemporâneo.» Disponível em <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/assim-surgiu-o-proto-fascismo-contemporaneo/> [Consultado a 4 de outubro de 2019].
- Herrero, Yayo, e Marta Pascual. 2010. «Ecofeminismo, una propuesta para repensar el presente y transitar al futuro.» *Boletín ECOS* 10: 1-9.
- Herrero, Yayo. 2013. «Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible.» *Revista de Economía Crítica* 16: 278-307.
- Hibbs, Carolyn. 2014. «Androcentrism». In *Encyclopedia of Critical Psychology*, editado por Thomas Teo. New York: Springer.
- INWF. 2015. *Climate Justice and Women's Rights: A guide to supporting grassroots women's actions*. London: Global Greengrants Fund.
- Jylhä, Kirsti M. et al. 2016. «Denial of anthropogenic climate change: Social dominance orientation helps explain the conservative male effect in Brazil and Sweden.» *Personality and Individual Differences* 98: 184-187. DOI: 10.1016/j.paid.2016.04.020
- Mazaurette, Maïa. 2020. *Sortir du trou ! Lever la tête*. Paris: Anne Carrière Editions.
- Mies, Maria, e Vandana Shiva. 2014. *Ecofeminism*. London: Zed Books.
- Moore, Jason. 2016. *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press.
- Mudde, Cas. 2019. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press.
- Mutz, Diana. 2018. «Status threat, not economic hardship, explains the 2016 presidential vote.» *PNAS* 115(9). DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1718155115>
- Norris, Pippa e Ronald Inglehart. 2019. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OXFAM. 2015. «World's richest 10% produce half of carbon emissions while poorest 3.5 billion account for just a tenth.» Disponível em <https://www.oxfam.org/en/press-releases/worlds-richest-10-produce-half-carbon-emissions-while-poorest-35-billion-account> [Consultado a 10 de maio de 2020].
- OXFAM. 2017. «Uma Economia para os 99%.» Disponível em <https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/uma-economia-para-os-99/> [Consultado a 10 de outubro de 2019].
- Paterson, Matthew. 2005. «Green Politics.» In *Theories of International Relations*, editado por Scott Burchill et al., 235-257. New York: Palgrave Macmillan.

- Pellizzoni, Luigi. 2019. «Climate crisis and new ecological mobilisations (Part I).» Disponível em <https://undisciplinedenvironments.org/2019/11/08/climate-crisis-and-new-ecological-mobilisations-part-i/> [Consultado a 1 de junho de 2020].
- Pulé, Paul, e Martin Hultman. 2019a. *Ecological Masculinities. Theoretical Foundations and Practical Guidance*. Abingdon: Routledge.
- Pulé, Paul, e Martin Hultman. 2019b. «Industrial/Breadwinner Masculinities and Climate 4 Change: Understanding the ‘White Male Effect’ of Climate Change Denial.» In *Climate Hazards, Disasters, and Gender Ramifications*, editado por Helle Rydström e Catarina Kinnvall, 86-100. Abingdon: Routledge.
- Raworth, Kate. 2014. «Must the Anthropocene be a Manthropocene?» Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/20/anthropocene-working-group-science-gender-bias> [Consultado a 11 de junho de 2019].
- Raygorodetsky, Gleb. 2018. «Indigenous people defend the Earth’s biodiversity – but they’re in danger.» Disponível em <https://www.nationalgeographic.com/environment/2018/11/can-indigenous-land-stewardship-protect-biodiversity/> [Consultado a 9 de maio de 2020].
- Santos, Boaventura de Sousa. 2007. «Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.» *Novos estudos CEBRAP* 79: 71-94. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>
- Sen, Basav. 2019. «Dig Beneath the World’s Far-Right Governments – You’ll Find Fossil Fuels.» Disponível em <https://ips-dc.org/dig-beneath-the-worlds-far-right-governments-youll-find-fossil-fuels/> [Consultado a 26 de agosto de 2020].
- Solón, Pablo. 2019. «Introdução.» In *Alternativas Sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*, organizado por Pablo Solón, 13-17. São Paulo: Editora Elefante.
- Tessum, Christopher *et al.* 2019. «Inequity in consumption of goods and services adds to racial-ethnic disparities in air pollution exposure.» *PNAS* 116(13): 6001-6006. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1818859116>
- Walby, Sylvia. 1989. «Theorising Patriarchy.» *Sociology* 23(2): 213-234.
- Wodak, Ruth. 2015. *The Politics of Fear. What Right-Wing Discourses Mean*. London: SAGE Publications.

Mariana Riquito. Investigadora Júnior no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC); Pesquisadora Internacional do LABMUNDO – Laboratório de Análise Mundial, do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ); Licenciada e Mestre em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); Bacharel em Estudos Políticos e Mestre em Sociologia e Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos de Bordéus (IEP).

Endereço eletrônico: mariana.riquito@gmail.com / marianariquito@ces.uc.pt

Artigo recebido a 04 de janeiro e aceite para publicação a 21 de março de 2021.

LA EVOLUCIÓN DE LA MASCULINIDAD EN DISNEY A TRAVÉS DE *LA BELLA Y LA BESTIA*: DE LA VERSIÓN ANIMADA DE KIRK WISE Y GARY TROUSDALE (1991) A LA DE ACCIÓN REAL DE BILL CONDON (2017)

 Nerea Cuenca Orellana*

 Natalia Martínez Pérez**

Resumen

El clásico Disney *La Bella y la Bestia* (Kirk Wise y Gary Trousdale, 1991) es considerado un icono de la cultura popular, que no sólo fue un éxito de taquilla en el momento de su estreno, sino que se convirtió en el primer largometraje animado en ser nominado al Óscar a la Mejor Película. Casi treinta años después, en 2017, el mismo estudio realizó su *remake* en acción real dirigido por Bill Condon, alcanzando de nuevo una gran audiencia y diversas nominaciones debido a su calidad estética y de producción. Apoyándose en los estudios de género y utilizando una metodología centrada en el aspecto psicológico del personaje de ficción, en este artículo se analiza la representación de la masculinidad en ambas películas con el objetivo de observar su evolución y, especialmente, qué discursos articulan este tipo de textos audiovisuales que tienen la capacidad de llegar a todos los públicos.

Palabras clave: Masculinidad, estudios de género, personaje, Disney, *La Bella y la Bestia*.

Resumo

A evolução da masculinidade na Disney por meio da *Bela e o Monstro*: da versão animada de Kirk Wise e Gary Trousdale (1991) à versão *live action* de Bill Condon (2017)

O clássico da Disney *A Bela e o Monstro* (Kirk Wise e Gary Trousdale, 1991) é considerado um ícone da cultura popular, que não só foi um êxito de bilheteira na época do seu lançamento, mas também se tornou a primeira longa-metragem de animação a ser nomeada para o Óscar de Melhor Filme. Quase trinta anos depois, em 2017, o mesmo estúdio fez o seu *remake* em *live action*, realizado por Bill Condon, alcançando novamente um grande público e várias nomeações devido à sua qualidade estética e de produção. Apoiando-se

* Universidad Rey Juan Carlos (URJC), Camino del Molino s/n, 28943 Fuenlabrada, Madrid, España.

Dirección postal: Los Arcos 3, CP 28971 – Griñón, Madrid, España.

Correo electrónico: nerea.cuenca@urjc.es

** Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), 28903 Getafe, Madrid, España.

Dirección postal: Edificio Ortega y Gasset, Calle Madrid, 126, 28903 Getafe, Madrid, España.

Correo electrónico: nmperez@hum.uc3m.es

nos estudos de género e utilizando uma metodologia focada no perfil psicológico da personagem ficcional, este artigo analisa a representação da masculinidade em ambos os filmes com o objetivo de observar a sua evolução e, principalmente, que discursos articulam este tipo de textos audiovisuais que têm a capacidade de chegar a todos os públicos.

Palavras-chave: Masculinidade, estudos de género, personagem, Disney, *A Bela e o Monstro*.

Abstract

The Evolution of Masculinity at Disney through *Beauty and the Beast*: From the animated version of Kirk Wise and Gary Trousdale (1991) to the live action version of Bill Condon (2017)

Disney's classic *Beauty and the Beast* (Kirk Wise and Gary Trousdale, 1991) is considered an icon of popular culture, which was not only a box office success at the time of its release, but also became the first animated feature film to be nominated to an Academy Award for Best Picture. Almost thirty years later, in 2017, the same studio made a live-action remake directed by Bill Condon, reaching a large audience and obtaining several nominations due to its aesthetic and production quality. From a gender studies approach and applying a methodology focused on the psychological profile of the fictional character, this article analyzes the representation of masculinity in both films. The aim is to examine its evolution, and especially the discourses conveyed by audiovisual texts that are able to reach all kinds of audiences.

Keywords: Masculinity, gender studies, character, Disney, *Beauty and the Beast*.

1. Introducción: El arco de transformación en el cine de animación

En las historias audiovisuales se representan, a través de los personajes, iconos masculinos y femeninos como ideales a seguir. Una historia comienza cuando un personaje lleva a cabo acciones para conseguir un objetivo cualquiera, pero que para él/ella es difícil de lograr (Sanz Magallón 2007). El personaje es una pieza esencial en todo guion, dado que la historia que cuenta se centra en sus necesidades, sus objetivos internos y sus metas externas. El esfuerzo que realiza y las decisiones que toma dicho personaje – para superar o aliviar estos tres puntos centrales de la narración – es lo que resalta el valor de la historia. En definitiva, lo que se busca es que los personajes tengan personalidad y vivan emociones (Porter 2000). Es importante que estos tengan personalidad para que la espectadora o el espectador vaya descubriendo al personaje y conozca así sus valores, sus miedos, sus virtudes y sus defectos. Estos son los elementos que los “humanizan” y, por tanto, los que invitan a que la audiencia pueda identificarse con ellos.

Seymour Chatman describió el concepto “personaje” como una unidad psicológica y de acción que debe ser estudiada como una categoría narrativa individual, en la que se combinan una serie de rasgos y características diferenciales que hacen único a este sujeto (1990, 155). Los personajes pueden ser materia narrativa en tanto se dejan modelar en función de la acción o pueden ser considerados como

conciencia narrativa porque participan en la forma de narrar (Anderson 2007, 237). En cualquiera de los dos casos, el personaje o agente de la acción solamente existe en relación a la acción: lo que hace y cómo se comporta, lo que dice, con quién y cómo se relaciona. Son los rasgos y características de un personaje en cuestión lo que le hacen único, independientemente de cuál sea la forma en que se presenten: humana, animal, monstruo, criaturas sobrenaturales o formas abstractas (*ibíd.*, 237-238).

Pero estos rasgos y características no son estáticos. A lo largo de la acción, el personaje puede mutar y adquirir comportamientos y formas de expresarse completamente distintas a lo que se apreció al inicio. Esto es lo que se conoce como “arco de transformación” de un personaje. Los arcos de transformación de las historias se pueden categorizar en cinco tipos de transformaciones interiores: el arco plano, la transformación radical, los arcos moderados, los arcos traumáticos y las transformaciones circulares del personaje (Sánchez-Escalonilla 2014). Como señala Linda Seger (1991, 182), la transformación interior o arco de transformación surge cuando el personaje no está seguro de sí mismo porque es entonces cuando vive un conflicto interno.

En el caso de las historias del cine de animación, en los últimos treinta años estas se han centrado más en generar interés por las crisis internas que sufren los personajes que por crear conflictos externos. Los deseos y las necesidades que les van surgiendo, la toma de decisiones y aprender a afrontar cualquier situación frente a la resolución de los conflictos generan crisis internas que les hacen evolucionar (Finch 2011). “El conflicto es el elemento clave de cualquier forma dramática” (Seger 1991, 181). Los conflictos pueden ser de relación, sociales o de situación. Se introdujeron en la animación las crisis personales de los personajes, lo que diferenciaba a los nuevos personajes de aquellos que se crearon cincuenta años atrás (Finch 2011). Esto ha repercutido en el diseño de las personalidades, que pretende alejarlos de los estereotipos literarios clásicos (Martínez González 2011). Los arquetipos siguen existiendo, pero sus personalidades son mucho más variadas de lo que los cuentos de hadas permitían (Martínez González 2011).

2. La masculinidad en la animación del estudio Disney

El arco de transformación es clave para presentar un nuevo ideal de masculinidad o de feminidad a la sociedad a través de personajes protagonistas. La masculinidad aparece reforzada por los medios de comunicación, que, para ello, infravaloran lo femenino (Morales Romo 2015, 36-37). En la cultura occidental los varones siguen trabajando con un esquema tradicional narrativo con el que se enseña a las mujeres a aceptar la dominación masculina. Esta tradición aparece en las adaptaciones de Disney (Downey 1996, 189). En el mundo Disney, los padres ejercen el dominio y las madres no aparecen en las historias con protagonistas

femeninas y, si lo hacen, no es como co-protagonistas ni aportan acción en la narración. Este punto de vista masculino promueve “el patriarcado”, en el sentido de que impone una necesidad de la figura paterna como establecimiento del orden: primero en la representación del cuento y, posteriormente, en las adaptaciones Disney (Zipes 2011, 189).

Curiosamente, se considera que los personajes femeninos de Disney¹ son un modelo para ambos sexos, mientras que es más difícil sentirse representado por un personaje masculino de todos los creados por el estudio, tanto en la Época Clásica (1937-1967) como en la Post-Walt (1968-1988) (Yerby *et al.* 2014). Este punto de vista cambia cuando se inicia el periodo conocido como Renacimiento de la animación (1989-1999). Si bien el primer personaje masculino de este periodo, el personaje del príncipe Eric de *La Sirenita* (Ron Clements y John Musker, 1989), es plano y no evoluciona siguiendo la estela de personajes masculinos anteriores de Disney, tales como el príncipe de *Blancanieves y los siete enanitos* (David Hand, 1937), del príncipe de *La Cenicienta* (Clyde Geronimi, Wilfred Jackson, y Hamilton Luske, 1950) o del príncipe Felipe en *La bella durmiente* (Clyde Geronimi, 1959) (Cuenca Orellana 2019, 189).

A partir de 1991, Disney aumenta el protagonismo y, por tanto, la acción de sus personajes masculinos. Desde ese momento, el género de animación deja de ser un método de entretenimiento infantil para dar paso a nuevas temáticas, las cuales impulsan a todos los públicos a mostrarse interesados en ver películas de animación (Sánchez Moreno 2009, 5). Al mismo tiempo, se abrió un camino con nuevas opciones de masculinidad gracias a las novedades introducidas en la sociedad. El acceso de las mujeres a la vida laboral implicó también el cambio de los varones en la esfera privada al demandar estas su implicación en el cuidado de los hijos. Estas transformaciones sociales en la década de los 70 en Estados Unidos se vieron reflejadas en la creación de personajes masculinos del cine (Kreimer 1991, 160-161). Esta nueva masculinidad se reflejó en largometrajes como *Kramer contra Kramer* (Robert Benton 1979), *Rain Man* (Barry Levinson 1988) o *Memorias de África* (Sydney Pollack 1985). En todas ellas, los personajes masculinos viven un viaje del héroe relacionado con la superación de conflictos en las relaciones sociales – amo-

¹ En la presente investigación, cuando se indica “películas o largometrajes Disney”, se hace referencia a “películas del estudio de animación Walt Disney”. Cabe diferenciar entre Walt Disney Company, y por extensión Walt Disney Pictures, de lo que es Walt Disney Animation Studios. La primera, como multinacional, aglutina otras productoras además de Walt Disney Animation Studios, como Pixar Animation Studios, DisneyToon Studios, Marvel Studios, Lucasfilm, 20th Century Studios, Searchlight Pictures y Blue Sky Studios, entre otras franquicias. En este sentido, quedan fuera de esta investigación otros modelos de masculinidad distintos e interesantes, presentes en otros largometrajes del estudio como el mostrado en *Brave* (Mark Andrews y Brenda Chapman 2012). Para un análisis de estas películas, incluido el de *Brave*, véase *La construcción del género en las películas de Pixar Animation Studios entre 1995 y 2015: modelos de masculinidad, feminidad y relaciones entre personajes* (Cuenca Orellana 2019).

rosas, familiares y amistosas – independientes del vínculo laboral, que constituía una novedad.

En la década de los noventa, el estudio Disney, a pesar de seguir adaptando los relatos para el público infantil donde las protagonistas femeninas sufrían distintas desgracias y eran rescatadas por apuestos y heroicos príncipes, abandonó el referente masculino individualista y simplista de los cuentos de hadas. Así, para introducir nuevas características al héroe tradicional, los creativos de Disney se fijaron en las películas de acción real de Hollywood que ya contaban con una masculinidad más social, puesto que tradicionalmente la masculinidad se ha relacionado con el aislamiento y el aparente desinterés por el manejo de sentimientos y emociones (Sharma y Das 2016, 10). Este periodo renacentista se caracteriza por el estreno de diez largometrajes donde los personajes masculinos – Bernardo en *Los rescatadores en Cangurolandia* (Hendel Butoy y Mike Gabriel 1990), Bestia en *La bella y la bestia* (Kirk Wise y Gary Trousdale 1991), Aladín en *Aladín* (Ron Clements y John Musker 1992), Simba en *El rey león* (Rob Minkoff y Rogers Allers 1994), John Smith en *Pocahontas* (Mike Gabriel y Eric Goldberg 1995), *El jorobado de Notre-Dame* (Kirk Wise y Gary Trousdale 1996), *Hércules* (Ron Clements y John Musker 1997), Capitán Li Shang en *Mulán* (Tony Bancroft y Barry Cook 1998) y Tarzán en *Tarzán* (Kevin Lima y Chris Buck 1999) – dejan claro que son los héroes de la acción, incluso cuando ellas son, aparentemente, el centro de la historia. La forja heroica recae en ellos, puesto que o las rescatan o bien influyen de manera positiva en la evolución interna que ellas viven. La desigualdad de género aparece en las narraciones audiovisuales en términos cuantitativos – más personajes masculinos que femeninos –, pero también a la hora de repartir los papeles en cuanto a la superación de conflictos y la resolución final del mismo u objetivo narrativo (Vázquez-Miraz 2017, 67). En la última década, la seguridad atribuida a los personajes masculinos eclipsa a los femeninos, por lo que se perpetúa una cultura androcéntrica copiada de los cuentos de hadas (Cantillo Valero 2010, 2).

Esta desigualdad continúa presente en los últimos años, desde lo que algunos autores han denominado como “etapa *revival* de las princesas de Disney” (Cantillo Valero 2018), y que comenzaría en 2009. Así, con el estreno de *Tiana y el sapo* (John Musker y Ron Clements 2009) comienza un nuevo periodo en el que, aparentemente, las princesas no necesitan ser rescatadas, sino que son heroínas que saben defenderse ante cualquier villano/a para conseguir su objetivo dramático, el cual ya no es casarse con el héroe. Es en este periodo cuando Disney decide lanzar sus grandes éxitos en acción real – esto es, sin dejar atrás la animación, pero buscando nuevos éxitos de taquilla y conquistando al público adulto que disfrutó de las versiones animadas durante su infancia.

Si bien ya había habido adaptaciones en acción real como *El libro de la selva: la aventura continúa* (Stephen Sommers 1994) y *101 Dálmatas* (Stephen Herek 1996), no es hasta 2010 con *Alicia en el país de las maravillas*, dirigida por Tim Burton, un director-autor de prestigio, cuando Disney inaugura y consolida la tendencia de

los *remakes* de sus clásicos con actores de carne y hueso: *El aprendiz de brujo* (Jon Turteltaub 2010), a partir del cortometraje homónimo incluido en *Fantasia* (Bill Roberts y otros 1940), al que seguiría *Maléfica* (Robert Stromberg 2014) y *La Cenicienta* (Kenneth Branagh 2015). Al mismo tiempo, la evolución de la tecnología CGI (Computer Generated Imagery / imágenes generadas por ordenador) y su utilización en cine ampliaron las posibilidades de crear *remakes* de *live action* (acción real) sin límites a la imaginación, como sucedió con *El Libro de la Selva* (Jon Favreau 2016). También ese mismo año se estrenaría *Peter y el dragón* (David Lowery 2016) y *Alicia a través del espejo* (James Bobin 2016). El resto de adaptaciones hasta la actualidad han sido: *La bella y la bestia* (Bill Condon 2017), *Christopher Robin* (Marc Forster 2018), *Dumbo* (Tim Burton 2019), *Aladín* (Guy Ritchie 2019), *El Rey León* (Jon Favreau 2019), *Maléfica: Maestra del Mal* (Joachim Rønning 2019), *La Dama y el Vagabundo* (Charlie Bean 2019) y *Mulán* (Niki Caro 2020).

3. Objetivos y justificación

Este trabajo tiene como objetivo analizar el ideal de masculinidad que ha articulado el estudio Disney en los últimos treinta años, utilizando como estudio de caso el personaje protagonista Bestia en las películas *La bella y la bestia*: el largometraje de dibujos animados de 1991 dirigido por Kirk Wise y Gary Trousdale, y la versión de acción real de 2017 de Bill Condon.

La historia, basada en la versión que Jeanne-Marie Leprince de Beaumont escribió en 1770 a partir de la original de Gabrielle-Suzanne Barbot de Villeneuve, cuenta la historia de Bella, una joven brillante que sueña con aventuras más allá de los confines de su pueblo en Francia. Bella no quiere saber nada del engreído Gastón, quien la persigue sin descanso. Todo cambia un día cuando su padre Maurice es encarcelado en el castillo de una horrible Bestia, y Bella se ofrece a intercambiarse con su padre quedando recluida. Rápidamente se hace amiga del antiguo personal del lugar, que fue transformado en objetos tras una maldición. Bella consigue que Bestia se enamore de ella, rompiendo así el hechizo y devolviendo a todos a su forma humana, incluida la Bestia que se convierte en un hermoso príncipe.

Se ha elegido este personaje por varios motivos. En primer lugar, por ser un personaje masculino con gran peso narrativo, característica que, como se ha visto anteriormente, es novedosa en el estudio Disney. En ese sentido, mientras que en el cuento de hadas se trata la historia de una joven, en el largometraje de Disney la historia relata la transformación de la Bestia. En la historia de Beaumont no se sabe de qué trata el hechizo hasta que Bestia captura al padre de Bella (Downey 1996). Así, la película otorga un mayor valor al personaje masculino. Por este motivo, hay autoras que consideran que las historias de Disney de los años 90 dan más protagonismo y heroicidad al personaje masculino de lo que se había hecho anteriormente (Jeffords 1995, 171).

En segundo lugar, por considerar a la Bestia como un icono de la cultura popular consolidado, pues ambas películas tuvieron un éxito de público y también de taquilla. En el primer caso, fue un éxito paradigmático, recaudando más de 171 millones de dólares en EEUU y más de 403 millones en todo el mundo². Su número de ventas hizo que fuera la tercera película más exitosa de 1991, y el primer largometraje de animación que alcanzó los 100 millones de dólares, formando parte del Top 10 del American Film Institute. Además, obtuvo tres Globos de Oro (Mejor Película Comedia o Musical, Mejor BSO, Mejor Canción Original), y fue galardonada con dos Óscar: a la Mejor Banda Sonora Original y a la Mejor Canción Original, recibiendo un total de seis nominaciones, convirtiéndose así en la primera película animada nominada al Óscar a la Mejor Película, ya que en ese momento aún no existía la categoría de Óscar a la Mejor Película de Animación. En 2002 fue añadida al Registro Nacional de Películas de Estados Unidos como “cultural e históricamente significativa”.

En cuanto a la versión de Bill Condon, el tráiler oficial alcanzó 91,8 millones de visitas, lo que superó el número de puntos de visitas vistas en esa cantidad de tiempo en la historia, incluyendo para los resúmenes de otras películas distribuidas por Disney como *Star Wars: Episodio VII. El despertar de la Fuerza* (J.J. Abrams 2015). Alcanzó 1.260.998.471 dólares a nivel mundial, convirtiéndose en la décima tercera película más exitosa de todos los tiempos y la segunda de 2017³. Cabe destacar que fue la película de imagen real de Disney más exitosa, sólo superada por el estreno del *remake* en imagen real de *El Rey León* de 2019, que la superó en taquilla. Fue nominada a los Premios Óscar en las categorías de Mejor Diseño de Producción y Mejor Vestuario.

Este trabajo pretende determinar cómo es la masculinidad que el estudio Disney representa y si ha variado en las últimas tres décadas. Con este análisis se busca, además, concretar qué cualidades masculinas siguen presentes y cómo la evolución interior que sufre el personaje objeto de estudio está completamente relacionada con la búsqueda de una masculinidad amable, emocional y sentimental como características que las mujeres buscan en los varones y, por tanto, como rasgos fundamentales para que la conquista del personaje femenino tenga lugar en la narración. Por tanto, se busca comprobar si ese ideal de masculinidad se ha visto alterado en el arco temporal que va de un estreno a otro. Para tal fin, la investigación se centra en el arco de transformación y las relaciones del personaje. Tras el análisis se realizará una comparación con la que determinar si ha evolucionado la imagen masculina que Disney nos presenta en los últimos años respecto a la que representaba en la última década del siglo XX.

² Véase: <https://www.boxofficemojo.com/release/rl4490753/weekend/> (Acceso: 20/12/2020).

³ Véase: <https://www.boxofficemojo.com/release/rl222594561/> (Acceso: 20/12/2020).

4. Metodología

Se ha optado por una metodología centrada en el aspecto psicológico del personaje. En ese sentido, con el tiempo, los héroes masculinos Disney han ido ganando una mayor participación narrativa, no sólo en cuanto a tiempo de aparición, sino también al aumentar su profundidad psicológica en el transcurso de la acción narrativa (Do Rozario 2004). Lo que, en películas de la Época Clásica, Post-Walt o *La Sirenita* en el Renacimiento, era un amor a primera vista basado en el físico y la idealización del otro, derivó en un viaje interior de los dos enamorados a partir de 1991. La primera película que contó con este cambio fue *La bella y la bestia*. Mediante el arco de transformación de ambos personajes, se profundizó en los dos puntos de vista, y, por tanto, en la psicología y en la manera de aceptar los pensamientos, opiniones y acciones de su pareja. Los cambios en la manera de iniciar su relación determinan una nueva psicología de los personajes, que tiene un mayor sentido en la época de creación. Esto, precisamente, facilitó una mayor identificación con los personajes por parte del espectador (Rodríguez y Cardete 2018, 98).

Para profundizar en la psicología del personaje objeto de estudio y de su *remake*, se ha utilizado la ficha de análisis de Carlos Grossocordón (2019). Con las variables recogidas en esta tabla se pretende definir cómo ha evolucionado psicológicamente el personaje desde 1991 hasta 2017 y comprobar si han variado o no las características que componen la masculinidad del estereotipo *new man* o si ha surgido un nuevo icono representativo masculino.

Ficha de análisis de la dimensión psicológica de un personaje

Arco de transformación
Ambiciones
Objetivos primarios/secundarios
Tipo de conflicto
Frustraciones
Temperamento/actitud ante la vida
Carácter/tendencias
Virtudes
Defectos
Carisma
Vida afectiva
Autoestima/complejos
Supersticiones
Imaginación
Inteligencia

Fuente: Grossocordón (2019)

5. Resultados y discusión

Ficha 1:

Análisis de la dimensión psicológica de Bestia 1991

Arco de transformación	Transformación radical
Ambiciones	Ninguna
Objetivos primarios/secundarios	Dejar de tener aspecto físico de Bestia
Tipo de conflicto	Interno
Frustraciones	No poder salir de ese cuerpo en el que se siente encerrado
Temperamento/actitud ante la vida	Agresivo, violento, solitario
Carácter/tendencias	Malhumorado
Virtudes	Gentil y dulce cuando Bella muestra interés en conocerlo
Defectos	Testarudo
Carisma	De autoridad, excepto cuando se enamora de Bella, con quien muestra su carisma de bondad
Vida afectiva	Se enamora de Bella
Autoestima/complejos	Tiene poca autoestima y está lleno de complejos por su aspecto físico
Supersticiones	No se aprecian
Imaginación	No se aprecia
Inteligencia	Ha desarrollado su inteligencia física: sabe pelear contra los lobos y contra Gastón. No tiene inteligencia emocional porque no sabe cómo tratar a Bella hasta que los habitantes del castillo le aconsejan que sea dulce y delicado

Ficha 2:

Análisis de la dimensión psicológica de Bestia 2017

Arco de transformación	Transformación radical
Ambiciones	En la primera secuencia se descubre que le encanta hacer fiestas con mucha gente en su casa, según avanza la trama, se descubre que conquistar a Bella se convierte en una ambición
Objetivos primarios/secundarios	Abandonar su forma de bestia para volver a ser un príncipe, para ello necesita que una chica se enamore de él

(continua na página seguinte)

Tipo de conflicto	Interno
Frustraciones	Su madre murió siendo él niño y ese dolor le hace poner barreras con el resto del mundo, ser déspota y arrogante y no sentir amor hasta conocer a Bella
Temperamento/actitud ante la vida	Violento, egoísta y prepotente
Carácter/tendencias	Se enfada con facilidad, maltrata, grita e incluso, humilla, es solitario y superficial hasta que Bella pone interés en él y comienza a mostrarse amable, empático y considerado
Virtudes	Culto, sensible y cercano con Bella cuando la va conociendo (deja salir su yo oculto según avanza la narración)
Defectos	Temperamento fuerte y quiere salirse con la suya
Carisma	De autoridad, excepto cuando se enamora de Bella, con quien muestra su carisma de bondad
Vida afectiva	Se enamora de Bella y es correspondido
Autoestima/complejos	Tiene la autoestima baja y está lleno de complejos por la maldición que sufre, pero poco a poco los va superando con Bella a su lado
Supersticiones	No aparecen
Imaginación	No parece imaginativo antes de conocer a Bella ni cuando la concibe como el objeto de deseo con el que cambiar su vida, sin embargo, cuando se interesa por ella como persona, usa su imaginación para buscar actividades que sean del interés de la muchacha: leer, pasear por el jardín, viajar al pasado...
Inteligencia	Ha desarrollado su inteligencia física: sabe pelear contra los lobos y contra Gastón. No es nada inteligente en términos emocionales, puesto que no ha sabido gestionar el dolor de la pérdida de su madre

Observando los resultados de este análisis comparativo, se puede indicar en primer lugar que en la personalidad de Bestia de 1991 se incluyó un aspecto clave para acercarlo al mundo real: es capaz de mostrar emociones y sentimientos complejos que le llevan tener mal carácter cuando se enfada, pero, también, a mostrar su buen humor e, incluso, su lado inocente (Fonte 2001). Sin duda, se creó un personaje en el que el buen trato hacia Bella aparece paulatinamente, según va descubriendo a la muchacha como persona y ella se interesa por él. Este conocimiento mutuo a él le influye positivamente, porque comienza a demostrar su respeto por las decisiones y la personalidad de la joven. Así, Bestia se aleja del icono masculino tradicional representado por Gastón, el villano de la película, quien pretende imponer el matrimonio como única solución. Y es que fue a partir de 1991 cuando

Disney añade nuevas características al héroe o personaje protagonista, el cual se estereotipa con lo que se definió como “hombre nuevo” (*new man*).

Este nuevo ideal de masculinidad que aparece en los dibujos animados se centra en aprender a ser humano, cercano, social y capaz de desarrollar con éxito las relaciones familiares, de amistad y de pareja, sin abandonar el rol de salvador y protector. Con estas cualidades, Disney crea personajes masculinos que siguen el nuevo estereotipo masculino: el *new man* (Guarinos 2009, 282). Una de las características que componen este nuevo ideal es que Bestia aprende a amar y demostrar sus sentimientos en público. Este nuevo icono masculino se interesa por las emociones, las decisiones y los pensamientos de quienes le rodean, en especial, de la chica de quien se enamora. Este estereotipo masculino también puede denominarse “nuevos liberales” (Martín 2002, 13), que son varones que desean ser compañeros y padres modelo que, a través de las relaciones amorosas y familiares, alcanzan su propia plenitud y madurez.

Bestia del 1991 experimenta un gran aprendizaje a lo largo de la película, quien pasa de ser egoísta e individualista a un *new man* gentil y considerado cuando deja de interesarse por Bella como el objeto de deseo con el que romper el hechizo que le devolverá su físico de apuesto príncipe. Con el maleficio, el físico de Bestia (cabeza de león, cuerpo de oso, patas de lobo, cuernos de búfalo...) refleja cómo es el caos de su interior, pero cuando comienza a mostrarse tal y como es con Bella, su transformación interior y el beso de ella acaban dando lugar a un príncipe alto, rubio y con ojos claros. La evolución interna de Bestia se basa en comprender que su cambio físico no surgirá hasta no ser capaz de mutar su interior. El objetivo de la hechicera es que el protagonista deje atrás la soberbia y las faltas de respeto hacia los demás. En el transcurso de su evolución, Bestia aprende a aceptarse como persona, valorar a los demás y descubrir que no hay que juzgar a nadie por el exterior. En resumen, Bestia es el primer personaje Disney que pasa de ser musculoso, fuerte y dominante como los héroes de acción del Hollywood de los 80, a ser considerado, cariñoso y capaz de autosacrificarse. Como señala Susan Jeffords, “Bestia es un ‘hombre nuevo’, el único que puede transformarse a sí mismo, pasando de ser fuerte, musculoso y autoritario, característico de los 80, a considerarse un hombre amoroso y capaz de autosacrificarse, propio de los 90” (Jeffords 1995, 170; traducción propia)⁴.

No se ha optado, por tanto, por cambiar el icono representativo masculino con la imagen masculina surgida durante el postfeminismo, ya que, desde 2009, los héroes Disney son representados como cómicos, quizá incluso inmaduros o incapaces de hacer algo por sí mismos, para poder, así, subrayar la idea de capacidad e independencia de los personajes femeninos que han aparecido desde *Tiana*

⁴ “The Beast is The New Man, the one who can transform himself from the hardened, muscle-bound, domineering man of the ‘80s into the considerate, loving, and self-sacrificing man of the ‘90s” (1995, 170).

y el sapo. Tampoco se ha representado el nuevo príncipe azul bajo el ideal *softman* que Disney introdujo en *Frozen* en 2013. Este *softman* u “hombre blando” surge, según Elisabeth Badinter, “para gustar a las mujeres que durante los años 70 pusieron en cuestión al macho, algunos hombres creyeron que les convenía abandonar todo tipo de virilidad y adoptar valores y comportamientos tradicionalmente femeninos” (1993, 175).

Ambas películas comienzan con la misma premisa: “Al fin y al cabo, ¿quién querría amar a una Bestia?” Pero el hechizo tiene solución y sabemos desde el principio que, si consigue conquistar a una mujer, se convertirá en príncipe de nuevo, es decir, alcanzará su objetivo dramático. Sin duda, el objetivo dramático de Bestia se cumple progresivamente: poco a poco y gracias a la ayuda de Din Don y de Lumière y a las recomendaciones de la Señora Potts para tratar a Bella, Bestia la conquista con pequeños detalles (pasa tiempo con ella para descubrir sus intereses) y grandes demostraciones (salva a la joven de morir atacada por unos lobos y le permite salir del castillo para cuidar de su padre). Gracias a estas actitudes, la joven se fija en él y descubre que debajo de ese cuerpo hay un corazón noble que necesita amor. Cuando Bella cree que ha perdido a Bestia tras la pelea con Gastón, que le dispara, llora desconsolada.

En *La bella y la bestia* del 1991 el arco de transformación de Bestia se basa en una transición: de hombre con corazón de bestia a bestia con corazón de hombre. Esto comienza con el hechizo de una bruja que le condena por su incapacidad de amar. Surge entonces el interés del espectador que desea descubrir cómo se resolverá (Jeffords 1995, 167). Mientras que en el cuento de hadas se trata la historia de una joven, en el largometraje de Disney la historia relata la transformación de la Bestia. En la historia de Beaumont no se sabe que es un hechizo hasta que él no captura al padre de Bella. Aun con todo, que Bestia alcance su evolución interior y que la historia se centra, mayoritariamente, en el arco de transformación de él no resta la importancia de Bella en dicha evolución (Cordwell 2016, 10). De hecho, ella es el detonante y se involucra narrativamente en la resolución de los conflictos internos de Bestia (Downey 1996, 91). Se evidencia la agresividad y falta de control de Bestia en escenas en las que la muchacha no respeta las normas que él impone o cuando se muestra testaruda. De este modo, Bestia pierde sus cabales y se torna agresivo. Lo mismo le ocurre cuando Bella acude a la habitación en la que está la rosa encantada, lugar al que Bestia prohibió el acceso. Este comportamiento también se repite cuando la chica decide no bajar a cenar con él. Estos problemas de Bestia se convierten en el centro de la historia (Jeffords 1995, 164).

Es gracias al arco de transformación que vive Bestia a través del enamoramiento de la princesa que se incluye tridimensionalidad psicológica al personaje masculino, y este lo transmite a Bella y la historia de amor que surge entre ambos durante el transcurso de la película (Finch 2011, 293). Y es así también cómo los héroes Disney de los 90 se convirtieron en hombres con más opciones y poder, en una época en la que los cambios culturales, la lucha de las mujeres, los estímulos

políticos-sociales y la voluntad individual y grupal generaron modificaciones hacia el trato igualitario (Bonino 1999, 20).

Bestia abandona de forma paulatina comportamientos de la masculinidad tradicional: la autonomía, la autoridad, la agresividad o el egoísmo. Actitudes por las que fue castigado con el hechizo, pero que no supera hasta conocer a Bella. A través de la convivencia, se crea un vínculo entre los dos. Una vez que Bestia se acepta a sí mismo, deja paso a las relaciones sociales y amorosas, al diálogo y el aprendizaje de preocuparse por los demás y ofrecerles ayuda (aprende a dar de comer a los pájaros bajo la nieve). Así, a través de las relaciones, Bestia descubre qué es la generosidad y la pone en práctica (le muestra a Bella toda la biblioteca para que ella pueda leer) y comprender la importancia y necesidad de libertad de Bella para decidir si quedarse a su lado o no. Por último, Bestia aprende a valorar a Bella por cómo es, en lugar de exigirle un beso que le libere, como ocurría en historias previas como *La bella durmiente* o *Blancanieves y los siete enanitos*.

Bestia de 2017 está basado en la versión que Disney hizo en 1991; sin embargo, la inclusión de dos nuevas secuencias interpretadas por el personaje de Bestia dan una visión más amplia de quién es y qué supone su cambio. Primero hacia un “príncipe déspota y consentido”, capaz de cargar a su pueblo de impuestos para comprar los objetos más caros para su castillo, después a héroe actual. Estas novedades añaden profundidad a la psicología del personaje y a su transformación interior: la primera de ellas, tras la muerte de su madre – la persona a la que más amaba – para luego salir de su arrogancia y superficialidad al sentir amor, también por una mujer, pero en este caso, amor romántico. La importancia del amor es, de nuevo, la relación que guía el cambio interior de Bestia. El hecho de que sea el “amor romántico” lo que mueve a Bestia a evolucionar supuso en 1991 toda una modificación narrativa: hasta entonces, quien cambiaba de vida por amor era el personaje femenino, salvado de las garras de la bruja por el héroe. Es así como se aprecia que la relación amorosa que se desarrolla entre Bella y Bestia genera identidad, supone compañía y aporta seguridad emocional al personaje masculino en ambas películas. Esta relación se convierte en una forma de expresión y conocimiento de sí mismo. De hecho, la relación amorosa de Bestia 2017 se representa como una oportunidad para que los protagonistas se muestren y acepten tal y como son (Langford 1999, 3).

En la versión de 1991 la familia como institución no es parte del desarrollo personal de Bestia; sin embargo, en la película de 2017 sí tiene cabida. La estúpida relación que Bestia tiene con su madre le marca positivamente; es su pérdida y la educación que su padre – “tan retorcido como él” – le da lo que le lleva a convertirse en una Bestia por dentro, y esto se acaba reflejando en su físico tras el hechizo.

A pesar de ser huraño, Bestia cuenta con dos buenos consejeros: Din Don y Lumière. Los dos son empleados del castillo, y saben que, aunque no tiene mal fondo, su comportamiento es indebido. Ambos le muestran fidelidad y compren-

sión, de forma que son lo más cercano a un amigo que Bestia tiene. De esta relación resalta la conversación sobre emociones y sentimientos hacia Bella que mantienen los tres hombres. Una conversación que ya existía en la versión de 1991, pero que en la versión de 2017 adentra al espectador en la necesidad del joven de expresar sus impresiones, inseguridad, dudas y miedos en torno a la correspondencia de Bella, pero también a hacerle daño y que ella se niegue a conocerlo. En ese sentido, la relación de Bestia con otros pares masculinos es interesante, pues esa relación de camaradería es importante en tanto responde al “deseo social de afirmar la identidad masculina” (Badinter 1993, 116).

Bestia es un príncipe del que sólo se sabe que, antes del hechizo, gustaba de celebrar fiestas y bailes, así como tenía cierta afición por la lectura. Esto contrasta con el villano de la película: Gastón. Este ha ido a la guerra, le gusta ir a la tasca y cazar, aborrece la lectura y está seguro de que se casará con Bella sin considerar su opinión. Estos rasgos están asociados a la masculinidad tradicional, pues como se dice en su canción, “no hay otro más macho en el pueblo”. Desde este punto de vista, las dos películas siguen los aportes que los estudios sobre el icono masculino de los 70 y 80:

“la recuperación de modelos alternativos y emergentes masculinos, de nuevas masculinidades, que pusieran en entredicho a los modelos tradicionales de ser hombre, criticando esos modelos que ocasionaron una violencia estructural hacia las mujeres, así como el desarrollo de otro tipo de violencias, incidiendo también en los factores de riesgo que tenía para los propios hombres la adopción de estos modelos” (Pinilla 2012, 22).

El hecho de que sea el villano quien represente estas características refuerza la idea de que la imagen masculina hegemónica es aquella que rechaza lo que Gastón representa con el objetivo de alimentar un icono masculino amable, sensible e interesado por las relaciones amorosas igualitarias. Connell (1987) denomina “masculinidad hegemónica” al modelo predominante, aquella masculinidad que es valorada social y culturalmente como única opción válida y que, a su vez, subordina y desprecia al resto de masculinidades. A pesar de que Bestia parece vivir en primera persona una transformación radical, en la versión de 2017 se muestra cómo en el pasado, al pasar de “príncipe educado y sensible” a “príncipe con corazón de Bestia” (cuando su físico se convierte en el de una Bestia), su corazón muestra su verdadera naturaleza, confirmando que el arco de transformación que sufre a través de su relación amorosa es moderado.

6. Conclusiones

Aunque veintiséis años separen los dos largometrajes de *La bella y la bestia* analizados, poco ha variado el icono masculino representado. Si bien las representaciones cinematográficas de la masculinidad en el cine de acción real se transformaron de manera profunda a partir de la década de los setenta, el cine de animación no lo puso en práctica hasta los noventa. Aunque la adaptación de 2017 podría haber insertado cambios para mostrar una masculinidad más actualizada, el *remake* ha seguido fielmente la masculinidad de entonces. Aquella que se corresponde con la figura del *new man*: un hombre sensible, delicado y lleno de bondad que construye relaciones positivas y se interesa por conquistar a la mujer de sus sueños, que nada tiene que ver ya con la sumisión y la aceptación de la jerarquía que la situaba en un lugar inferior. En ese sentido, huye de una masculinidad hegemónica tradicional, que le permite desarrollar relaciones amorosas igualitarias. Esta investigación subraya cómo en el audiovisual contemporáneo en las representaciones de la masculinidad articuladas por Disney no se han insertado cambios tan profundos como los incorporados en 1991, aunque sí se ha matizado al personaje principal a través del arco de transformación y sus relaciones sociales en la persecución de su objetivo narrativo. En la versión de 2017 se aprecia que continúa la representación del *new man* de la película de 1991, pero se ha ampliado el desarrollo moral del personaje masculino, dotándole de mayor protagonismo y profundidad psicológica.

Referencias bibliográficas

- Anderson, Enrique. 2007. *Teoría y técnica del cuento*. Barcelona: Ariel.
- Badinter, Elisabeth. 1993. *XY La identidad masculina*. Madrid: Alianza.
- Bonino Méndez, Luis. 1999. "Los varones ante el cambio de las mujeres." *Lectora: revista de dones i textualitat*, 4: 7-22.
- Cantillo Valero, Carmen. 2010. "Alfabetización Audiovisual Crítica. Análisis de los estereotipos sexistas en la filmografía de Disney: de la ingenua Blancanieves a la postmoderna Tiana (1937-2009)." Tesis doctoral. Madrid: UNED.
- Cantillo Valero, Carmen. 2018. "Las princesas Disney y la construcción de Humanidades Digitales 'silenciadas' en el cine de animación." *Index comunicación*, 8 (2): 83-102.
- Chatman, Seymour. 1990. *Historia y discurso. La estructura narrativa en la novela y el cine*. Madrid: Taurus.
- Connell, Raewin W. 1987. *Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press.
- Cordwell, Caila Leigh. 2016. "The Shattered Slipper Project: The Impact of the Disney Princess Franchise on Girls Ages 6-12." *Selected Honors Theses* 57. Lakeland: Southeastern University.
- Cuenca Orellana, Nerea. 2019. "La construcción del género en las películas de Pixar Animation Studios entre 1995 y 2015: modelos de masculinidad, feminidad y relaciones entre personajes." Tesis doctoral. Burgos: Universidad de Burgos.

- Do Rozario, Rebecca Anne C. (2004). "The Princess and the Magic Kingdom: Beyond Nostalgia, the Function of the Disney Princess." *Women's Studies in Communication*, 27 (1). DOI: <https://doi.org/10.1080/07491409.2004.10162465>
- Downey, Sharon. 1996. "Feminine Empowerment in Disney's *Beauty and the Beast*". *Women's Studies in Communication*, 19 (2). DOI: <https://doi.org/10.1080/07491409.1996.11089812>
- Finch, Christopher. 2011. *El arte de Walt Disney: De Mickey Mouse a Toy Story*. Barcelona: Lunweg.
- Fonte, Jordi. 2001. *Walt Disney. El universo animado de los largometrajes 1970-2001*. Madrid: T & B Editores.
- Grossocordón, Carlos. 2019. "Propuesta metodológica sobre análisis de personajes en el relato cinematográfico." *Communication & Methods*, 1(1): 9-28. DOI: <https://doi.org/10.35951/v1i1.18>
- Guarinos, Virginia. 2009. "Belleza, fealdad y deformidad en producciones Disney." De *Blancanieves a High School Musical*. I Congreso Internacional de Estética Cinematográfica. Bilbao: UPV/EHU.
- Jeffords, Susan. 1995. "The Curse of Masculinity. Disney's *Beauty and the Beast*." En *From Mouse to Mermaid. The Politics of Film, Gender, and Culture*, editado por Elizabeth Bell, Lynda Haas y Laura Sells, 161-172. Bloomington: Indiana University Press.
- Kreimer, Juan Carlos. 1991. *El varón sagrado. El surgimiento de una nueva masculinidad*. Buenos Aires: Planeta.
- Langford, Wendy. 1999. *Revolutions of the Heart. Gender, Power, and the Delusions of Love*. Londres: Routledge.
- Martín, Sara. 2002. *Monstruos al final del milenio*. Madrid: Imágica.
- Martínez González, Estefanía. 2011. "Los mundos [teóricos] de Coraline: Psicoanálisis, Postfeminismo y Postmodernismo en el cine de animación." *Con A de Animación*, 1: 79-96. DOI: <https://doi.org/10.4995/caa.2011.862>
- Morales Romo, Beatriz. 2015. "Roles y estereotipos de género en el cine romántico de la última década. Perspectivas educativas." Tesis Doctoral. Universidad de Salamanca.
- Pinilla, David. 2012. "Masculinidades: un acercamiento a los grupos de hombres por la igualdad en el estado español." Tesis de Máster. Zaragoza: Universidad de Zaragoza.
- Porter, Tom, y Galyn Susman. 2000. "Creating Lifelike Characters in Pixar Movies." *Communications of the ACM*, 43 (1): 25-29. DOI:10.1145/323830.323839
- Rodríguez, José, y María Jesús Cardete. 2018. "La bella y la bestia. Todos somos contadores de cuentos." En *Los cuentos infantiles y la transmisión de estereotipos: las creencias limitadoras*, editado por María Luisa Fanjul. Madrid: AMEC.
- Sánchez-Escalonilla, Antonio. 2014. *Estrategias de guion cinematográfico*. Barcelona: Ariel.
- Sánchez Moreno, Ana Belén. 2009. "El cine/cuento animado o la ruptura del modelo clásico." *Área Abierta*, 24, 1-10.
- Sanz Magallón, Ana. 2007. *Cuéntalo bien. El sentido común aplicado a las historias*. Madrid: Plot Ediciones.
- Seger, Linda. 1991. *Cómo convertir un buen guion en un guion inolvidable*. Madrid: Rialp.
- Sharma, Alankaar, y Arpita Das. 2016. "Men, Masculinities and Violence." *Graduate Journal of Social Science*, 12(3): 7-11.
- Vázquez-Miraz, Pedro. 2017. "Sexismo en Digimon: quince años de inmovilismo." *Femeris* 2(1): 67-79. DOI: <https://doi.org/10.20318/femeris.2017.3549>
- Yerby, Amanda, Samantha Baron y Youjin Lee. 2014. "Gender Roles in Disney Animation." Assignment for History of Animation course. Washington, D.C.: American University.
- Zipes, Jack. 2011. *The Enchanted Screen. The Unknown History of Fairy-tale Films*. Nueva York: Routledge.

Nerea Cuenca Orellana. Doctora en Ciencias de la Comunicación y Humanidades por la Universidad de Burgos, y miembro del Grupo de Investigación *Visual*. Ha publicado artículos en revistas de investigación como *Index Comunicación*, *Comunicación y Género* o *RAEIC*. Desde 2009 hasta 2020 trabajó como apoyo docente en la Universidad Rey Juan Carlos (URJC), y en la actualidad es Profesora Asociada en el departamento de Comunicación y Sociología de la URJC.
Correo electrónico: nerea.cuenca@urjc.es

Natalia Martínez Pérez. Profesora ayudante doctora en el departamento de Comunicación en la Universidad Carlos III de Madrid y miembro del grupo de investigación Televisión-Cine: memoria, representación e industria (TECMERIN). Sus publicaciones más recientes se encuentran en la *Revista Panamericana de Comunicación* y en el volumen *La maternidad en la ficción contemporánea* (Peter Lang, 2020).
Correo electrónico: nmperez@hum.uc3m.es

Artículo recibido el 04 de Enero y aceptado para su publicación el 22 de Marzo de 2021.

ANÁLISIS DE LA INCORPORACIÓN DE LOS HOMBRES Y LAS MASCULINIDADES EN LOS PLANES ESTRATÉGICOS DE IGUALDAD EN ESPAÑA

 Bakea Alonso Fernández de Avilés*

Resumen

La desigualdad entre mujeres y hombres hace necesaria la acción de los poderes públicos para su erradicación. Tras 30 años de Políticas de Igualdad, son necesarias estrategias que aborden con mayor eficacia la complejidad de las relaciones de género. Las políticas de igualdad han puesto el foco en la lucha contra la discriminación de las mujeres y en el fomento de su participación en la sociedad. Sin embargo, no son muchas las medidas concretas que se han diseñado para promover el cambio en los hombres, a pesar de las recomendaciones de diferentes organismos internacionales. A través de una revisión de los planes de igualdad elaborados en España, estatales y autonómicos, analizaremos el tipo de medidas dirigidas a los hombres que se están diseñando. El análisis se enmarca en la discusión sobre cómo las políticas públicas pueden promover la transformación de los hombres y del significado de la masculinidad en nuestras sociedades.

Palabras clave: Políticas de igualdad, planes de igualdad, género, masculinidades.

Abstract

Analysis of the Inclusion of Men and Masculinities in the Strategic Plans for Equality in Spain

The inequality between women and men makes the action of the public powers necessary for its eradication. After 30 years of equality policies, strategies are needed that more effectively address the complexity of gender relations. Equality policies have focused on combating discrimination against women and promoting their participation in society. However, few concrete measures have been designed to promote change in men, despite the recommendations of different international organizations. Through a review of the equality plans drawn up in Spain, at both state and autonomous community level, we will analyze the type of measures aimed at men that are being designed. This analysis is part of the discussion on how public policies can promote the transformation of men and the meaning of masculinity in our societies.

Keywords: Equality policies, plans for equality, gender, masculinities.

* Doctoranda en Trabajo Social en la Universidad Complutense de Madrid, 28223 – Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.
Dirección postal: c/ Sigerico 5, 28019 – Madrid, España.
Correo electrónico: bakea@cepaim.org

Resumo

Análise da inclusão dos homens e das masculinidades nos planos estratégicos para a igualdade em Espanha

A desigualdade entre mulheres e homens torna necessária a ação dos poderes públicos para a sua erradicação. Após 30 anos de políticas de igualdade, são necessárias estratégias que abordem eficazmente a complexidade das relações de género. As políticas de igualdade têm-se focado no combate à discriminação contra as mulheres e na promoção da sua participação na sociedade. Porém, poucas medidas concretas foram concebidas para promover a mudança nos homens, apesar das recomendações de diferentes organizações internacionais. Através de uma revisão dos planos para a igualdade elaborados em Espanha, tanto a nível estatal como das comunidades autónomas, analisaremos o tipo de medidas dirigidas aos homens que estão a ser construídas. A análise enquadra-se na discussão sobre o modo como as políticas públicas podem promover a transformação dos homens e do significado da masculinidade nas nossas sociedades.

Palavras-chave: Políticas de igualdade, planos para a igualdade, género, masculinidades.

Introducción

La situación de las mujeres y las niñas en el mundo (ONU 2020) hace necesario que los poderes públicos desarrollen políticas que incidan en la desigualdad de género. En España, tras tres décadas de políticas de igualdad, la desigualdad entre mujeres y hombres sigue presente en muchos ámbitos. La violencia que todavía sufren las mujeres por el hecho de serlo es incompatible con la pretensión de un Estado democrático y de derecho. Sumado a esto, la pandemia de COVID-19 no sólo ha hecho más visibles estas desigualdades, sino que, en muchos casos, las ha incrementado (OIT 2020).

Si bien la Constitución española afirma la igualdad entre mujeres y hombres, también plantea la necesidad de remover los obstáculos y promover que dicha igualdad sea efectiva. Desde su aprobación en 1978, y gracias en gran parte al movimiento feminista, se trasladaron a la esfera política reivindicaciones que se tradujeron en la implementación de políticas públicas de igualdad (Roldan 2006) destinadas a lograr la corrección de las desigualdades sociales entre los sexos.

Las administraciones públicas en España cuentan con un instrumento donde se plasman los objetivos y compromisos en materia de igualdad entre mujeres y hombres: los llamados, en las primeras fases, Planes de Igualdad¹ de Oportunidades para las Mujeres y, más recientemente, Planes Estratégicos de Igualdad. Dichos planes han contemplado el análisis de la situación y acciones concretas en relación con las mujeres, pero nos preguntamos cómo ha sido el tratamiento dado a los hombres y las masculinidades y sin han sido objeto de análisis y/o de medidas concretas de acuerdo con las recomendaciones de diferentes organismos internacionales.

¹ No confundirlos con los Planes de Igualdad de las empresas que definió la Ley de Igualdad de 2007.

Hasta fechas recientes, las políticas de igualdad han estado dirigidas a las mujeres con la intención de favorecer la igualdad de oportunidades de éstas (Astelarra 2005). Sin embargo, en su análisis de políticas públicas de España y Europa, ya Bustelo y Lombardo (2009) se preguntaban si las medidas para promover la igualdad de género llegaban a cuestionar el poder masculino y a pedir el cambio en los hombres. Las autoras concluirán que había “una tendencia a representar a las mujeres como sujetos que tienen el problema y grupo objetivo de las medidas”, y constatarán “la ausencia de una llamada al cambio y a la acción para los hombres” (*ibid.* 17).

Sin embargo, en diferentes documentos internacionales se ha subrayado la importancia del papel que pueden jugar los hombres para la disminución de las brechas de género (ONU 2004, 2008, 2015; Ministry of Social Affairs and Health 2006; Comisión Europea 2012). Hace más de 25 años, en la Conferencia de las Mujeres de Beijing, se “alienta a los hombres a que participen plenamente en todas las acciones encaminadas a garantizar la igualdad de mujeres y hombres” (ONU 1995). En 2011 el conocido como Convenio de Estambul² señalará que las estrategias de prevención de la violencia hacia las mujeres debían incluir a los hombres y a los niños. La Estrategia Europea para la Igualdad de Género 2020-2025 (Comisión Europea 2020) indica que la prevención de la violencia centrada en hombres, niños y masculinidades debe ser de vital importancia.

En España, sin embargo, la incorporación de los hombres en las políticas públicas de igualdad apenas ha sido objeto de reflexión y práctica. Hasta la fecha, las políticas de igualdad para hombres han sido más una reivindicación del Movimiento de Hombres por la Igualdad (Sáez y Lozoya 2019) y de otras organizaciones de la sociedad civil (Alonso y López 2019) que objeto de reflexión por parte de la academia.

En este contexto nos proponemos analizar los planes de igualdad estatales y autonómicos a la luz de algunas propuestas que se han hecho a nivel internacional para que las políticas de igualdad se dirijan a los hombres, incluyendo los posibles riesgos.

Método

Para el análisis de los Planes de Igualdad, estatales y autonómicos, se ha llevado a cabo una búsqueda documental en Internet. La investigación documental de textos oficiales ha sido utilizada para el análisis de las políticas de igualdad por autoras como Verloo y Lombardo (2007), Bustelo y Lombardo (2009) y, más recientemente, Jiménez (2020). El análisis de los textos de los planes nos permite ver

² Convenio del Consejo de Europa sobre prevención y lucha contra la violencia contra las mujeres y la violencia doméstica.

cómo se problematiza la desigualdad de género, la definición de los actores que deben intervenir y el tipo de medidas que se diseñan para cumplir con los objetivos que se marcan. Es cierto que el análisis documental se muestra insuficiente para ver todas las fases de las políticas públicas, pero se muestra eficiente para analizar la fase del diseño que aquí nos interesa.

En cuanto al acceso a las fuentes de información, los planes estatales han sido localizados en la página web del Instituto de la Mujer.³ Los planes autonómicos han sido localizados en las páginas web de los Institutos de la Mujer de las comunidades autónomas o en las propias páginas web de éstas últimas.

El análisis de los planes comprende un período que abarca desde el primer plan estatal elaborado en 1988 hasta los autonómicos más recientes. Sobre la temporalidad, existen diferencias importantes en el número y periodicidad en la elaboración de planes, por lo que tomaremos el último plan de cada una de las comunidades autónomas aprobado. Una vez localizados los 25 planes (6 estatales, 17 autonómicos y los 2 de las ciudades autónomas), se ha prestado especial atención a dos cuestiones:

- ¿Se señala en los diagnósticos u objetivos que los hombres tengan que cambiar o hacer algo para que sea posible la igualdad?
- ¿Existen medidas destinadas de forma específica a los hombres? ¿Cuáles y en qué áreas/ejes?

Marco teórico

Nos acercamos al objeto de estudio desde los estudios de masculinidades con un enfoque constructivista conectado con los discursos feministas. En concreto, los llamados “estudios críticos de la masculinidad” (Hearn *et al.* 2004) cuya pretensión no es sólo el conocimiento de los hombres sino su transformación. El concepto de masculinidad que se ha venido debatiendo y redefiniendo desde los años 1970 pivota sobre un término clave que popularizó Connell (1997, 39), la *masculinidad hegemónica*, entendida como “la configuración de práctica genérica que encarna la respuesta corrientemente aceptada al problema de la legitimidad del patriarcado, la que garantiza (o se toma para garantizar) la posición dominante de los hombres y la subordinación de las mujeres”.

Las masculinidades son construcciones sociales que varían a lo largo del tiempo. Si bien entendemos el género como una categoría de análisis y una herramienta fundamental para entender las desigualdades y cómo se debe intervenir sobre las mismas (Scott 1990), con demasiada frecuencia el género se utiliza como sinónimo de mujer, a pesar de que la información sobre las mujeres es siempre información sobre los hombres. Sin embargo, es precisamente la construcción de

³ <https://www.inmujer.gob.es/>

género de los hombres lo que hace necesario que “las políticas de igualdad empiecen a tener como destinatarios también a los hombres” (Salazar 2013, 40). Las políticas de igualdad dirigidas a los hombres estarían destinadas a desmontar los pilares de esa masculinidad hegemónica o en palabra de Bourdieu (2000), la dominación masculina sobre las mujeres.

Sucede que, para el caso de los hombres, la construcción del género camina por dos senderos paralelos. Por un lado, los hombres obtienen enormes beneficios por formar parte de un grupo social privilegiado, pero, por otro, la masculinidad hegemónica supone para éstos una menor esperanza de vida, mayores tasas de drogodependencias, fracaso escolar, accidentes de tráfico, sobrerrepresentación en las cárceles, muertes violentas, suicidios, etc. (Connell 1997).

En España hay una escasez de investigaciones sobre hombres y masculinidades, no existiendo líneas de investigación y de asignaturas específicas de masculinidades en las universidades españolas (Quiles 2019). Por el contrario, en otras latitudes hay aportaciones importantes – en el ámbito anglosajón, Bob Pease (2001) con sus reflexiones desde el trabajo social, y sobre políticas públicas y hombres, autores como Jeff Hearn (2006); en el contexto latinoamericano, encontramos referencias sobre políticas públicas, hombres y masculinidades (Alatorre 2006; Aguayo y Sadler 2011; Barker y Greene 2011; Garda 2011; Menjívar 2012; Figueroa 2014; Tena 2014; Aguayo *et al.* 2016; Ramírez y Gutiérrez de la Torre 2017) con una variedad de estudios de caso. En líneas generales, la literatura señala que las políticas no han entendido a los hombres como género, considerando que todos los hombres son iguales y poseen la misma cantidad de poder y asumiendo, de alguna manera, que los hombres no pueden cambiar.

Desde el análisis de las políticas de igualdad, nos situamos en la clasificación que ofreció Astelarra (2009), que distingue tres fases: actualización de toda la normativa al principio de igualdad y no discriminación; acciones positivas destinadas a contrarrestar las desventajas históricas sufridas y el *mainstreaming* de género, en la que se establece la necesidad de que la perspectiva de género sea transversal a todas las políticas y sectores. La incorporación del concepto de *mainstreaming* supone un cambio en las políticas de igualdad y ya no se trata tanto de diseñar medidas específicas para mujeres sino de introducir una mirada de género en todas las políticas.

Resultados

En el Anexo 1 hay detalle de las medidas localizadas en cada plan. Resumimos aquí los más significativos, según se desprendan de los planes estatales o autonómicos y de acuerdo a las dos preguntas de investigación relacionadas con los diagnósticos y las medidas.

Planes estatales

- El primero (1988-1990) y el segundo (1993-1995) están diseñados como estrategia para mejorar la situación social de las mujeres. En el III plan se señala que la promoción de la igualdad no requiere únicamente la adopción de medidas positivas dirigidas a las mujeres, también requiere medidas destinadas a adaptar la organización de la sociedad hacia una distribución más justa de roles. No es hasta el IV plan (2003-2006) que los hombres son mencionados explícitamente. En el diagnóstico se señala que “sin la implicación de los hombres no habrá reparto equitativo”, afirmando que la implicación de los hombres en lo doméstico es una asignatura pendiente. En el V plan (2008-2011) se marca como objetivo “fomentar el uso del permiso de paternidad y vigilar posibles discriminaciones que puedan sufrir los padres”. En el diagnóstico del área de salud, se dice que “los hombres tienen mayores riesgos debido a la masculinidad”.
- En el IV plan aparece como medida “estudiar la posibilidad de ampliar el permiso de paternidad y estudiar las causas por la que los hombres no hacen uso de sus derechos en la materia” y el desarrollo de campañas que promuevan la implicación de los hombres en las tareas (aunque dice dirigidas a “la población en general”). También, señala la sensibilización y cambio de actitudes, especialmente entre los hombres, y favorecer la implicación de los padres en la salud infantil. En el eje de violencia se busca la extensión de programas específicos de reeducación y tratamiento psicológico dirigido a las personas⁴ condenadas por violencia de género. En el V plan (2008-2011) aparecen nuevos indicadores como “la tasa de actividad doméstica masculina”. En el último plan aprobado (2014-2016) hay una medida para promover la implicación de los hombres en las tareas del cuidado y el desarrollo del vínculo afectivo y de apego, así como actuaciones de sensibilización y difusión de la parentalidad positiva.

Planes autonómicos

- En cuanto a los objetivos, 6 planes se marcan el trabajo con hombres como estrategia para el logro de la igualdad (Aragón, Castilla y León, Castilla y La Mancha, Extremadura, Galicia y La Rioja). Los planes de algunas Comunidades Autónomas van incluso más allá al incluir en las presentaciones referencias explícitas a los hombres. El plan de la Rioja señala que “es objetivo el cambio de valores especialmente en los hombres (...)”. En la presentación del plan de Castilla y La Mancha se menciona como una

⁴ Sorprende el uso del término “persona”, aunque la Ley contra la Violencia de Género de 2004 señala a los hombres como los perpetradores de este tipo de violencia.

de las novedades del plan las “nuevas masculinidades” y se habla de “modelo masculino hegemónico”. En el plan de Asturias, en la introducción, se señala que “la igualdad con respecto al género no es propiamente un *problema de las mujeres*, concierne también a los hombres”.

- A pesar de que no todos los planes tienen a los hombres en sus objetivos explícitos, la mayoría incluyen medidas dirigidas, específicamente, a éstos. Las áreas donde aparecen medidas para hombres son los de violencia y conciliación/corresponsabilidad. La medida prioritaria gira en torno al permiso de paternidad. En ocasiones, el trabajo con hombres se plantea sólo con algunos colectivos, como el caso de “hombres reclusos” (plan de Murcia). Los planes de La Rioja y Extremadura mencionan a los grupos de hombres. El primero marca como medida “fortalecer la participación ciudadana de asociaciones de mujeres, de movimientos feministas y de grupos de hombres por la Igualdad”. El segundo se marca como objetivo “impulsar la creación de asociaciones o grupos de reflexión de hombres en relación con las masculinidades”. El plan de Castilla y León propone la participación de las asociaciones de hombres por la igualdad y propiciar encuentros entre las asociaciones de mujeres y las asociaciones de hombres pro-igualdad. El plan del País Vasco se destaca en la incorporación de medidas así como en el diseño de indicadores, siendo además el único que menciona un programa específico, Gizonduz.

Discusión

Los hombres siempre han sido objetivo de las políticas públicas. Lo novedoso, en nuestro objeto de estudio, radica en analizar si se actúa con ellos en cuanto *hombre*, como seres que participan en las relaciones de género (Flood 2015).

Para nuestro análisis son especialmente interesantes los trabajos de Ramírez y De la Torre (2017) en México sobre la construcción de una agenda de políticas públicas de género de los hombres donde se identifican los temas-problemas, las instancias que podrían ofrecer soluciones, actores involucrados, alianzas necesarias, así como las propuestas de políticas públicas. El esquema seguido podría servir de base para recorrer un camino parecido en España, dado que lo que muestra nuestro análisis de los planes es que no hay una estrategia común y que cada comunidad autónoma ha ido incorporando el asunto de los hombres de manera diferente. En lo único en lo que todos los planes coinciden es en enmarcar las medidas dirigidas a los hombres (cuando lo hacen) en los ejes de violencia y conciliación/corresponsabilidad, a pesar de que los estudios y documentos internacionales plantean ir bastante más allá, como veremos.

Barker y Greene (2011) plantearon cuatro principios para la inclusión de los hombres en las políticas públicas: la necesidad de asegurar derechos, que las polí-

ticas estén basadas en evidencia, que partan de una necesaria mirada relacional de género y que se articule la igualdad de género con la pobreza y la exclusión social. Con excepción de la medida estrella del permiso de paternidad, ninguno de los principios se estaría cumpliendo en los planes autonómicos y estatales analizados.

Por su parte, Connell (2003) realizó recomendaciones a los poderes públicos que podrían orientar el diseño de políticas de igualdad y que, de momento, no se ven plasmado mayoritariamente en los planes analizados:

- nombrar a los hombres y a los niños como agentes de cambio
- reconocer la capacidad de hombres y niños para cambiar las relaciones en las que están envueltos y su responsabilidad
- conocer las diferencias y diversidades entre los propios hombres y sus intereses

Además de las consideraciones de los expertos, hay que subrayar que desde el movimiento feminista hay recelo a que se inviertan fondos públicos y que los escasos recursos disponibles que hay para las mujeres se dediquen también para trabajar con los hombres. Garda (2011) alertó, además, de que algunos enfoques podrían ser erróneos a la hora de incluir a los hombres. En ocasiones, parece que se pretende compartir responsabilidades en las problemáticas de género entre mujeres y hombres. También alerta acerca de que las políticas para las mujeres desaparecen como tales. Le preocupa la ausencia de un sujeto político que demande éstas políticas, y sí estas políticas deben incluir en sus costos la generación de consciencia para quien va dirigida. Este último punto nos alertaría de las medidas de los planes analizados que incluyen campañas de sensibilización hacia los hombres.

Sobre los diagnósticos

Las políticas públicas se diseñan a partir de diagnósticos de la realidad social. Si el significado de ser hombre – construido culturalmente – está asociado mayoritariamente a roles y expectativas que, a la larga, desembocan en actitudes y prácticas violentas y machistas (Lorente 2009), ¿no deberían las políticas de igualdad dirigirse a revertir dicha construcción? ¿son suficientes las medidas de “empoderamiento” femenino o de promoción de las mujeres? De los planes analizados son pocos los que en los diagnósticos hacen alguna reflexión sobre qué les pasa a los hombres más allá de presentar una batería de estadísticas que comparan la situación de mujeres y hombres en diferentes esferas.

Nos preguntamos por qué el tema no ha entrado en la agenda pública española sobre igualdad. Un hecho determinado (la relación entre masculinidad y violencia, por ejemplo) se convierte en parte de la agenda pública si se dan tres condiciones: si se convierte en tema, en un problema público y si se dota de carga

política (PNUD 2008). Por tanto, problematizar la masculinidad y a los hombres es el primer paso necesario para que se puedan diseñar políticas públicas al respecto. Cabe preguntarse por qué unos problemas llegan a formar parte del programa de acción de los poderes públicos y otros no. En la literatura sobre políticas públicas se señala que los temas entran en agenda, fundamentalmente, por dos vías: interna (partidos políticos, organismos estatales, etc.) y externa (sociedad civil) (Subirats 1989).

En relación al papel de los partidos políticos en España, las mujeres feministas han impulsado fuertemente el desarrollo de políticas de igualdad y de un feminismo institucional en las últimas décadas. Sin embargo, sobre la posibilidad de dirigir políticas de manera específica a los hombres no hay una posición clara. Al respecto, el contrapunto viene desde la extrema derecha, que podría estar canalizando lo que se ha dado en llamar “crisis de la masculinidad” (Kaufman 1993). Vox, en sintonía con las proclamas de los movimientos por los derechos de los hombres, se ha alineado con corrientes *anti-gender* (Kuhar y Paternotte 2017) presentando a los hombres como víctimas de las políticas de igualdad.

En cuanto al papel del movimiento feminista, no existe en España una corriente de opinión que esté abogando mayoritariamente por la inclusión de los hombres en las políticas de igualdad. De todas formas, se observan algunos cambios: los debates sobre prostitución comienzan a centrarse cada vez más en los “puteros” que en las mujeres prostitutas (Ranea 2019). Ana de Miguel (2016) dedica las últimas páginas de su *Neoliberalismo Sexual* a los hombres. El problema del consumo masivo de pornografía y los problemas asociados con el mismo no puede entenderse sin una reflexión sobre la construcción de la sexualidad masculina y su relación con el poder (Cobo 2020).

Otra de las cuestiones que se observa en los planes analizados es que *género* se usa como sinónimo de mujer, a pesar de que la perspectiva de género “permite analizar las posibilidades vitales de unas y otros, el sentido de sus vidas, sus expectativas y oportunidades y las complejas y diversas relaciones que se dan entre los sexos” (Lagarde 1996).

Medidas y áreas de intervención

Hay autoras que ya han señalado que ha faltado una actuación explícita a favor de la igualdad por parte de otras políticas públicas que aunque no podamos catalogar como de igualdad sí que afecta a las posibilidades reales de una igualdad efectiva (Lombardo y León 2014). Si bien la mayoría de los planes analizados citan el *mainstreaming* como estrategia, no se observa una mirada de género – que además sea sobre mujeres y hombres – en la batería de medidas que despliegan. Esto no sucede sólo en el caso español; aún cuando la definición de *mainstreaming* de género incluye a los hombres, en la mayoría de países los hombres no han sido un objetivo como estrategia para la igualdad de género (Scambor y Scambor 2009).

Para la inclusión de los hombres en las políticas de igualdad, el documento "Men and Gender Equality Policy in Finland" (*apud* Abril 2010) señala dos estrategias: acciones que apoyan el rol de los hombres a la hora de mejorar la situación de las mujeres (ej: corresponsabilidad en los cuidados), y acciones que reduzcan los problemas que afectan específicamente a los hombres (ej: accidentes de tráfico). Las medidas que incluyen los planes analizados estarían situadas en el primer tipo de acciones, con excepción de las problemáticas relacionadas con la salud⁵ masculina.

De cara a ver si las medidas que se plasman en los planes en España recogen las que se recomienda en la literatura internacional, nos remitimos a la revisión que llevan a cabo ICRW y Promundo (2010) sobre diferentes políticas dirigidas a hombres. Sugieren que las políticas que pretendan incluir a los hombres deben: incorporar el área de educación y especialmente en la infancia; políticas de seguridad pública, que engloban a las fuerzas armadas, policía y prisiones; políticas dirigidas a grupos específicos de hombres con mayor vulnerabilidad; programas sobre salud masculina que incluya sexualidad y salud reproductiva; violencia de género; políticas contra la pobreza; y programas sobre paternidades positivas y cuidados.

La mayoría de estas propuestas no están recogidas en los planes analizados. Con respecto a las medidas de prevención de violencia de género (eje en el que todos los planes coinciden en incluir a los hombres), y según el documento promovido por la ONU (Aguayo *et al.* 2016), éstas deberían: realizar más investigaciones sobre los hombres; incorporar la prevención con hombres en las leyes y planes; elaborar campañas dirigidas a ellos; evaluar los programas dirigidos a los maltratadores; implementar programas e intervenciones con los hombres; aumentar el número de hombres como agentes de cambio y líderes contra la violencia, incorporando orientaciones basadas en evidencias. En los planes analizados lo que más se echa en falta es la promoción de investigaciones, los programas de intervención con hombres y la evaluación de los impactos en la vida de las mujeres de lo que se hace con los hombres.

En cuanto al trabajo con grupos específicos de hombres, se ha encontrado que esto puede provocar que se problematice sólo el comportamiento de algunos hombres (reclusos, por ejemplo) como si con el resto de los hombres no fuera necesario hacer nada. Y es que, si nos fijamos en las medidas de los planes analizados, los hombres son vistos como padres o como maltratadores, de facto o en potencia. El resto de hombres parecen no existir en cuanto a destinatarios de posibles medidas.

⁵ Es en el ámbito de la salud donde se han desarrollado las iniciativas más ambiciosas en otros lugares del mundo. El caso más emblemático es el de Brasil, que puso en marcha en 2009 uno de los programas más importantes en el mundo sobre la salud masculina, impulsado por el Ministerio de Salud.

De todas formas y tal y como señaló Connell (2003), es necesario que las medidas dirigidas a los hombres hablen en concreto y positivamente acerca de ellos, sus intereses, realidades, esperanzas y problemas. Si desarrollamos medidas para los hombres, éstas deberían ser compatibles con alguno de su “intereses”. Nos preguntamos si las medidas que enumeran los planes analizados se corresponden con los “intereses” de los hombres, pregunta que nos remite directamente a otra: ¿Sabemos cuáles son los intereses de los hombres? Y esta cuestión nos lleva a otro debate: ¿Pueden los hombres tener intereses no patriarcales? (Pease 2015), cuestión que sería necesario abordar para un futuro diseño de políticas dirigidas a hombres desde un enfoque de género.

Es significativo que en alguno de los diagnósticos que incluyen los planes analizados se mencionen los problemas específicos de salud de los hombres, pero no se diseña ninguna medida para intervenir sobre esta situación. Cuando el plan de Canarias señala que “los hombres, debido a sus roles de género, no reconocen su malestar físico, no sienten la necesidad de cuidarse, no hablan de sus problemas de salud ni siquiera con otros hombres y suelen acudir tarde a los servicios sanitarios”, no se propone ninguna medida para atajarlo. He aquí uno de los ámbitos donde podemos ver cómo confluye lo que anteriormente señalábamos acerca de la relación entre los costes y los beneficios de la masculinidad. Por un lado, en los textos se reconoce que determinada forma de ser hombre es perjudicial para la salud de esto, pero esto no se pone en relación con lo que le pasa a las mujeres. En definitiva, no se vinculan los “costes de la masculinidad” con los “privilegios” que siguen ostentando los hombres como grupo social.

En líneas generales, las investigaciones señalan que hay que enfocar más las medidas en las estructuras que sostienen el patriarcado y menos en el cambio individual (Greig y Flood 2020) dado que existe un riesgo político de un proyecto individualizado de reforma de la masculinidad que ayudará a modernizar el patriarcado en lugar de abolirlo (Connell 2003).

Las propuestas de trabajo con hombres en España estarían llegando, sobre todo, desde los ámbitos de la intervención social que comienzan a ver indispensable trabajar con los hombres (Alonso, Aranguren y Bacete 2019). La escasa y incipiente reflexión académica no ha impedido el desarrollo de algunos programas o servicios específicos dirigidos a hombres para la transformación de las masculinidades desde administraciones públicas. Ejemplos destacados son el pionero programa de salud del Ayuntamiento de Jerez⁶, el programa Gizonduz⁷ de Emakunde, el teléfono de atención a hombres del Ministerio de Igualdad en 2009⁸ y el Servicio de Atención a hombres del Ayuntamiento de Barcelona⁹.

⁶ https://www.jerez.es/nc/webs_municipales/hombresigualdad/

⁷ <https://www.emakunde.euskadi.eus/gizoncas/-/informacion/gizonduz-informacion/#QUE>

⁸ https://elpais.com/diario/2010/12/17/sociedad/1292540405_850215.html

⁹ <https://seuelectronica.ajuntament.barcelona.cat/oficinavirtual/es/tramit/20100000461>

La experiencia y evaluación de todos estos programas debería guiarnos, y que no suceda lo que indica Aguayo (2011): “hay un abismo entre las políticas esbozadas en las leyes, planes (...) y lo que sucede a nivel de la implementación de servicios públicos o financiados con recursos públicos”. Es necesario dotar de conocimiento técnico y estratégico o sucederá que las acciones dirigidas a los hombres no tendrán un enfoque feminista. Idoia Eizmendi señala que hay que tener cuidado con algunas propuestas que, “en vez de acercar a los hombres a asumir responsabilidades, les llevaba a un camino victimista” (Azpiazu 2017).

Conclusiones

Podemos afirmar que los planes, tímidamente, comienzan a contemplar a los hombres como objetivo de medidas. Empieza a considerarse que, sin un cambio en los hombres, no será posible alcanzar la igualdad de género. Hasta la fecha, las medidas que se han planteado en los planes se localizan en las áreas de prevención de la violencia y de fomento de la corresponsabilidad. Sin embargo, y de acuerdo con la literatura internacional, esto resulta insuficiente. Según los principios del *mainstreaming* de género, las medidas dirigidas tanto a mujeres como a hombres deberían considerar otros muchos ámbitos de la vida.

En los planes analizados se observa la ausencia de un discurso que ponga en relación los costes de la masculinidad para los hombres, con sus privilegios como grupo social. No hay nomenclatura común ni líneas estratégicas marco que puedan guiar las políticas públicas que aborden el cambio social que una sociedad compleja como la del siglo XXI requiere.

A pesar de todo, algo se mueve y los hombres comienzan a entrar en la agenda de las políticas de igualdad: La Rioja¹⁰ ha iniciado diagnósticos que darán pie a programas dirigidos a los hombres. El Instituto Canario de la Mujer organizaba en 2019 el II Encuentro de Masculinidades Igualitarias¹¹ y anunciaba la elaboración de un programa específico para el fomento de masculinidades igualitarias. La ley andaluza contra la violencia de género introdujo en 2018 una modificación para incluir actividades con hombres¹². La Universidad Miguel Hernández de Elche ha puesto en marcha el primer curso de Especialista Universitario sobre Masculinidades¹³ y la Universidad Complutense de Madrid y la Universidad del País Vasco pronto seguirán sus pasos con un Experto sobre Masculinidades y

¹⁰ Más información en: <https://www.larioja.org/igualdad/es/educacion-investigacion/diagnostico-masculinidades-igualitarias-comunidad-autonoma>

¹¹ <https://www3.gobiernodecanarias.org/noticias/el-ici-celebra-en-la-laguna-el-ii-encuentro-de-masculinidades-igualitarias-en-canarias/>

¹² Consulta BOE en: <https://www.juntadeandalucia.es/boja/2018/148/1>

¹³ Más información en: <http://especialistamasculinidades.edu.umh.es/>

Acción Social. La Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género dedicó uno de sus seminarios¹⁴, con motivos del 25N, a las masculinidades. La nueva Estrategia Nacional contra las Violencias Machistas recoge una línea sobre masculinidades (Reguero 2020). En noviembre de 2020 se presentaba en Sevilla el Servicio para Atención a Hombres¹⁵ impulsado por la Fundación Iniciativa Social y apoyado por el Ayuntamiento de dicha ciudad.

Es deseable que todas estas iniciativas se traduzcan en programas concretos que respondan a diagnósticos y que incluyan medidas para un cambio en los hombres, desde un enfoque feminista, sin olvidar que, fuera de España, existe ya una importante producción académica y experiencia práctica que puede ayudar en el proceso de incorporación de los hombres en las políticas de igualdad.

De cara al futuro, es necesario el diseño de nuevos indicadores que puedan dar cuenta del cambio en los hombres, el papel que pueden jugar las asociaciones de hombres por la igualdad y la sociedad civil en el diseño de una nueva generación de políticas de igualdad. El análisis de los planes contra la violencia de género, de las leyes de igualdad autonómicas, los planes de igualdad en las empresas y la evaluación del impacto en las mujeres de las medidas dirigidas a los hombres son campos de análisis que se abren. Una de las grandes cuestiones a explorar es cómo pueden las políticas públicas atajar la doble realidad de los hombres (costes y beneficios de la masculinidad), preguntándonos si las vulnerabilidades específicas de los hombres deberían ser objeto de las políticas de igualdad.

Referencias

- Abril, Paco. 2010. "¿Por qué son necesarias las políticas de igualdad de género dirigidas a hombres?" Dossier Desigualtat i gènere, *Barcelona Societat* 17: 152-161.
- Aguayo, Francisco, y Michelle Sadler (eds.). 2011. *Masculinidades y Políticas Públicas: Involucrando Hombres en la Equidad de Género*. Santiago: Universidad de Chile.
- Aguayo, Francisco, Eduardo Kimelman, Pamela Saavedra, y Jane Kato-Wallace. 2016. *Hacia la incorporación de los hombres en las políticas públicas de prevención contra las mujeres y las niñas*. Santiago: EME/CulturaSalud. Washington, D.C.: Promundo-US. Ciudad de Panamá: ONU Mujeres y UNFPA.
- Alatorre, Javier. 2006. "Masculinidad y políticas públicas." En *Debates sobre masculinidades: poder, desarrollo, políticas públicas y ciudadanía*, editado por Gloria Careaga y Salvador Cruz Sierra, 303-314. Ciudad Universitaria: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Alonso, Bakea, Eduarne Aranguren, y Ritxar Bacete. 2019. "El trabajo con hombres desde una perspectiva de género: una asignatura pendiente en intervención social." *Zerbitzuan* 69: 23-38. DOI: <https://doi.org/10.5569/1134-7147.69.02>

¹⁴ Más información sobre los seminarios: <https://seminariosnosqueremosvivas.es/project/seminario-2-masculinidades-machismo-es-violencia-sobre-masculinidades-y-otras-formas-de-combatir-desde-la-raiz/>

¹⁵

- Alonso, Bakea, y Angela López. 2019. *Vístete despacio que tenemos prisa. Claves para el trabajo con hombres y masculinidades como estrategia para el logro de la Igualdad*. Beniján, Murcia: Fundación Cepaim. Disponible en: http://cepaim.org/th_gallery/vistete-despacio-que-tenemos-prisa/
- Astelarra, Judith. 2009. *Veinte años de Políticas de Igualdad*. Colección Feminismos. Madrid: Cátedra.
- Azpiazu, Jokin. 2017. *Masculinidades y feminismo*. Barcelona: Virus Editorial.
- Barker, Gary, y Michelle Greene. 2011. "¿Qué tienen que ver los hombres con esto?: Reflexiones sobre la inclusión de los hombres y las masculinidades en las políticas públicas para promover la equidad de género." En *Masculinidades y Políticas Públicas: Involucrando hombres en la equidad de género*, editado por Francisco Aguayo y Michelle Sadler, 23-49. Santiago: Universidad de Chile.
- Bordieu, Pierre. 2000. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama
- Bustelo, María, y Emanuela Lombardo. 2009. *Políticas de Igualdad en España y Europa*. Colección Feminismos. Madrid: Cátedra.
- Cobo, Rosa. 2020. *Pornografía. El placer del poder*. S/I: Ediciones B.
- Connell, Robert. 1997. "La organización social de la masculinidad." En *Masculinidad/es. Poder y crisis*, editado por Teresa Valdés y José Olavarría, 31-48. Santiago, Chile: ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres n.º 24.
- Connell, Robert. 2003. "The Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality." United Nations Division for the Advancement of Women (DAW), Expert Group Meeting, Brasilia, Brazil, 21-24 October 2003 (EGM/Men-Boys-GE/2003/ BP.1).
- Comisión Europea. 2012. *The Role of Men in Gender Equality – European strategies & insights*. Disponible en <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f6f90d59-ac4f-442f-be9b-32c3bd36eaf1>
- Comisión Europea. 2020. "Una Unión de la igualdad: Estrategia para la Igualdad de Género 2020-2025." Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo, al Consejo, al Comité Económico y Social Europeo y al Comité de las Regiones. Disponible en <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=CELEX:52020DC0152&from=ES>
- De Miguel, Ana. 2016. *Neoliberalismo sexual*. Colección Feminismos. Madrid: Cátedra.
- Figueroa, Juan Guillermo. 2014. *Políticas públicas y la experiencia de ser hombre: paternidad, espacios laborales, salud y educación*. México: El Colegio de México.
- Flood, Michael. 2015. "Men and Gender Equality." En *Engaging Men in Building Gender Equality*, editado por Michael Flood y Richard Howson. Cambridge Scholars Press.
- Garda, Roberto. 2011. "¿Incluir a los hombres en las políticas públicas con perspectivas de género? Por una propuesta menos liberal y más feminista y radical." Comunicación presentada en el Congreso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo, Barcelona, 7-8 de Octubre.
- Greig, Alan, y Michael Flood. 2020. *Work with men and boys for gender equality: A review of field formation, the evidence base and future directions*. Discussion Paper. New York: UN WOMEN.
- Hearn, Jeff et al. 2004. *The European Research Network on Men in Europe: The Social Problem and Societal Problematisation of Men and Masculinities*. Vols 1 and 2. Brussels: European Commission.
- Hearn, Jeff. 2006. "Men and Gender Equality Policy." Finnish Presidency Conference on *Men and Gender Equality. Towards Progressive Policies*. Helsinki, 5-6 October. Disponible en <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.631.582&rank=1&q=Men%20and%20Gender%20equality%20policy&osm=&ossid=> [Acceso el 12 mayo, 2021].

- ICRW/Promundo. 2010. *What men have to do with it. Public policies to promote gender equality*. Disponible en <https://promundoglobal.org/resources/what-men-have-to-do-with-it-public-policies-to-promote-gender-equality/> [Acceso el 13 enero, 2020].
- Jiménez, M^a Luisa. 2020. "Posibilidades de la investigación documental para el análisis interseccional de las políticas de igualdad." *Investigaciones Feministas* 11(2): 319-331. DOI: <https://doi.org/10.5209/infe.66080>
- Kaufman, Michael. 1993. *Cracking the Armour: Power, Pain and the Lives of Men*. Toronto: Viking.
- Kuhar, Roman, y David Paternotte. 2017. *Anti-Gender Campaigns in Europe. Mobilizing against Equality*. London/New York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Lagarde, Marcela. 1996. "Nociones y definiciones básicas de la perspectiva de género." En *Estudios Básicos de Derechos Humanos*, compilado por Laura Guzmán y Gilda Pacheco. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos.
- Lombardo, Emanuela, y Margarita León. 2014. "Políticas de igualdad de género y sociales en España: origen, desarrollo y desmantelamiento en un contexto de crisis económica." *Investigaciones Feministas* 5: 13-35. DOI: https://doi.org/10.5209/rev_INFE.2014.v5.47986
- Lorente, Miguel. 2009. *Los nuevos hombres nuevos*. Colección Imago Mundi. Barcelona: Ediciones Destino.
- Menjivar, Mauricio. 2012. *¿Hacia masculinidades tráfugas? Políticas públicas y experiencias de trabajo sobre masculinidad en Iberoamérica*. San José, Costa Rica: FLACSO.
- Ministry of Social Affairs and Health, Finland. 2006. *Men and Gender Equality. Towards Progressive Policies – Conference Report*. Edited by Jouni Varanka, Antti Närhinen and Reetta Siukola. Helsinki: Ministry of Social Affairs and Health. Disponible en <https://julkaisut.valtioneuvosto.fi/handle/10024/74753>
- OIT. 2020. "Strengthening Gender Measures and Data in the COVID-19 Era: An urgent need for change." Disponible en https://www.ilo.org/stat/Publications/WCMS_774261/lang--en/index.htm [Accesado 8 marzo de 2021].
- ONU. 1995. *Declaración y plataforma de acción de Beijing*. UN Women. Disponible en <https://beijing20.unwomen.org/en> [Acceso el 12 enero, 2021].
- ONU. 2004. "The role of men and boys in achieving gender equality." Panel II. Commission on the Status of Women, 48th session, New York. Disponible en <https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw48/Thematic1.html> [Acceso el 12 enero, 2021].
- ONU. 2008. *El papel de los hombres y los niños en el logro de la igualdad de género*. Nueva York: ONU, División para el Adelanto de la Mujer. Disponible en <https://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw48/Thematic1.html> [Acceso el 12 enero, 2021].
- ONU. 2015. *Hombres, masculinidades y cambio en el poder. Un documento de debate sobre la participación de los hombres en la igualdad de género desde Beijing 1995 hasta el año 2015*. Disponible en <http://menengage.org/wp-content/uploads/2014/11/Beijing-20-Hombres-Masculinidades-y-Cambios-en-el-Poder-MenEngage-2014.pdf> [Acceso el 12 enero 2021].
- ONU. 2020. *El mundo para las mujeres y las niñas. Informe anual 2019-2020*. ONU Mujeres. Disponible en https://issuu.com/carlotta.aiello/docs/es_unw_annual_report_2019-2020
- Pease, Bob. 2001. "Developing profeminist practice with men in social work." *Critical Social Work*, 2(1): 1-8.
- Pease, Bob. 2015. "¿La reconstrucción de la masculinidad o el fin de la hombría? Posibilidades y limitaciones de transformar las subjetividades masculinas para conseguir la igualdad de género." En *Masculinidades alternativas en el mundo de hoy*, editado por Angels Carabí y Josep Armengol, 25-46. Barcelona: Icaria.

- PNUD. 2008. *Políticas de igualdad, equidad y gender mainstreaming. ¿De qué estamos hablando.* Disponible en http://www.americalatinagenera.org/es/documentos/doc_732_Políticas_deigualdad23junio08.pdf [Acceso el 08 marzo, 2021].
- Quiles, María. 2019. "Políticas de formación e investigación en género en la universidad española: estudios de masculinidad." En *Masculinidades igualitarias y alternativas. Procesos, avances y reacciones*, editado por Anastasia Téllez, Javier E. Martínez y Joan Sanfélix, 299-322. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Ranea, Beatriz. 2019. "Masculinidad hegemónica y prostitución femenina: (re) construcciones del orden de género en los espacios de prostitución en el estado español." Tesis, Universidad Complutense de Madrid. [<https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=248857>]
- Ramírez, Juan Carlos, y Norma Gutiérrez de la Torre. 2017. *Hombres y Políticas de Igualdad de Género: Una Agenda en Construcción*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Reguero, Patricia (2020). "La estrategia de Igualdad contra las violencias machistas incluirá una línea de trabajo orientada solo a hombres." *EL SALTO*, 23 Octubre [Acceso el 01 diciembre, 2020].
- Roldán, Elena. 2006. "Servicios sociales y políticas de igualdad de oportunidades." *Acciones e Investigaciones Sociales* 1 Ext.
- Saez, Hilario, y Angel Lozoya. 2019. "Políticas públicas de Igualdad específicas para hombres." Dossier GALDE 25. Disponible en <https://www.galde.eu/es/politicas-publicas-de-igualdad-especificas/>
- Salazar, Octavio. 2013. *Masculinidades y Ciudadanía. Los hombres también tenemos género*. Madrid: Dykinson.
- Scambor, Christian, y Elli Scambor. 2009. "Men and Gender Mainstreaming: Prospects and Pitfalls of a European Strategy." *The Journal of Men Studies* 16(3): 301-315. DOI: <https://doi.org/10.3149/jms.1603.301>
- Scott, Joan. 2002. "El género: una categoría útil para el análisis." *Op. Cit. Revista del Centro de Investigaciones Históricas* 14: 9-45. Disponible en <https://revistas.upr.edu/index.php/opcit/article/view/16994> [Acceso el 29 abril, 2020].
- Subirats, Joan. 1989. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la administración*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas.
- Tena, Olivia. 2014. "Incorporación del trabajo con hombres en la agenda feminista." En *Debates y reflexiones en torno a las masculinidades. Analizando los caminos hacia la igualdad de género*, editado por Tania Rocha y Ignacio Lozano. México: UNAM, Facultad de Psicología.
- Verloo, Mieke, y Emanuela Lombardo. 2007. "Contested Gender Equality and Policy Variety in Europe: Introducing a Critical Frame Analysis Approach." En *Multiple Meanings of Gender Equality. A Critical Frame Analysis of Gender Policies in Europe*, editado por Mieke Verloo, 21-51. Budapest: Central European University Press.

Anexo I: Resultados

Tabla I:
Planes estatales¹⁶

PLAN ¹	MEDIDAS
IV Plan de igualdad de oportunidades para las mujeres (2003-2006)	Estudiar la ampliación del permiso de paternidad. Estudiar las causas por la que los hombres no hacen usos de sus derechos en la materia. Campañas que promuevan la implicación de los hombres en las tareas
V Plan Estratégico (2008-2011)	Favorecer implicación de los padres en la salud infantil. VIOLENCIA: extensión de programas específicos de reeducación y tratamiento psicológico dirigido a las personas condenadas por violencia de género Nuevo indicador: tasa de actividad doméstica masculina
VI Plan estratégico (2014-2016)	Implicación hombres en las tareas del cuidado y desarrollo del vínculo afectivo y apego Especial atención a los permisos parentales Actuaciones de sensibilización y difusión de la parentalidad positiva.

Elaboración propia

Tabla II:
Planes Autonómicos

PLAN	MEDIDAS
Plan Estratégico (2010-2013) ANDALUCIA ²	Imprescindible implicar a los hombres y a las mujeres SALUD: “los hombres, desde los modelos tradicionales de masculinidad, asumen mayores situaciones de riesgo aunque por otra parte también duermen más horas y practican más deporte que las mujeres” IMAGEN Y MEDIOS: Impulso a la generación de una imagen del hombre alternativa a la del modelo tradicional machista, hombres sensibilizados en materia de igualdad y que se posicionan en contra de la violencia de género
I Plan estratégico (2017-2020) ARAGÓN	Promover campañas, incluyendo las realidades existentes donde tenga cabida las nuevas feminidades y masculinidades. Se incentivará el uso de medidas de conciliación por parte de los hombres
II Plan estratégico (2016-2019) ASTURIAS	Señala: “La igualdad entre mujeres y hombres se refiere a una igualdad de derechos, responsabilidades y oportunidades para las mujeres y los hombres, las niñas y los niños. Esta igualdad con respecto al género no es propiamente un <i>problema de las mujeres</i> , concierne también a los hombres”

¹⁶ Se han omitido de la tabla los 3 primeros planes estatales ya que ningún contempla medidas específicas dirigidas a los hombres.

PLAN	MEDIDAS
IV Pla Estratègic (2015-2020) BALEARES	EDUCACIÓ I FORMACIÓ Introduir la perspectiva de gènere en l'orientació educativa, per tal d'eliminar el biaix de gènere que tendeix a orientar els homes cap a àmbits com el científic i tecnològic CORESPONSABILITAT I CONCILIACIÓ Potenciar, des de les polítiques de sanitat, a través del personal sanitari i auxiliar, la promoció de més implicació dels homes en les tasques de cura i el vincle afectiu, fomentant més participació en la maternitat/paternitat i criança
Plan estratégico 2019-2022 CATALUÑA	COEDUCACIÓN. Impuls de les actuacions formatives en igualtat de gènere, noves masculinitats i diversitats sexuals i en l'abordatge de les violències masclistes en joves adreçades a professionals de la joventut.
Plan para la igualdad y contra la violencia de género (2013-2018) CASTILLA Y LEÓN	Acciones de sensibilización, especialmente dirigidas los hombres, para avanzar en la corresponsabilidad en todos los ámbitos de la vida Propiciar encuentros entre asociaciones de mujeres y asociaciones de hombres pro-igualdad para facilitar el alcance de objetivos comunes Desarrollar programas de intervención psicológica para agresores
II Plan estratégico (2019-2024) CASTILLA Y LA MANCHA	En la presentación se dice como una novedad del Plan ("nuevas masculinidades"). Habla de "modelo masculino hegemónico". Este plan aborda nuevos ámbitos como: masculinidades igualitarias o "nuevas masculinidades", que cuestionan la masculinidad hegemónica y los privilegios que el sistema patriarcal atribuye a los hombres.
III Plan de igualdad (2003-2006) ³ CANTABRIA	CONCILIACION Realizar acciones de sensibilización para incentivar que los permisos y licencias por razones familiares sean disfrutados por hombres.
Estrategia para la igualdad (2013-2020) CANARIAS	Diagnóstico: los hombres presentan enfermedades más graves y fatales (consecuencia, entre otros factores, de su falta de cultura preventiva y de hábitos y conductas de riesgo) pero no diseña medidas para intervenir en esta situación.
III Plan estratégico	ATENCIÓN Y PREVENCIÓN VIOLENCIA DE GÉNERO Integra medidas dirigidas a sensibilizar a toda la sociedad, especialmente, a los hombres
V Plan estratégico (2017-2021) EXTREMADURA	Proyectos de capacitación en nuevas masculinidades Proyectos de cooperación entre movimientos de hombres
VII Plan Estratégico (2017-2020) GALICIA	Fomento del uso de permisos y medidas de conciliación que fomenten la corresponsabilidad por parte de los hombres Impulso de los programas de atención psicológica dirigidos a hombres con problemas de control de la violencia

PLAN	MEDIDAS
I Plan estratégico (2019-2022) LA RIOJA	Facilitar la puesta en marcha de programas dirigidos a hombres para promover su concienciación, participación e implicación en pro de la igualdad y la corresponsabilidad Impulsar programas de sensibilización y formación orientadas a prevenir los riesgos de salud en los chicos y hombres derivados de su socialización de género VIOLENCIA Impulsar la creación de asociaciones o grupos de reflexión de hombres en relación con las nuevas masculinidades
Estrategia para la Igualdad (2018-2021) MADRID	Concienciar de la importancia de la educación por las familias en la igualdad entre géneros y de la implicación del hombre en la conciliación, sensibilizando sobre la sobrecarga de trabajo realizado por las mujeres Proponer al Gobierno la adopción de medidas de mejora de los permisos y licencias vinculados a la paternidad y a la maternidad
II Plan estratégico (2018-2022) MEILLA	JUVENTUD Y EDUCACIÓN EN VALORES Los hombres deben estar igual de implicados que las mujeres, asumiendo su corresponsabilidad CONCILIACIÓN Y CORRESPONSABILIDAD Diagnóstico: “no ha llevado consigo la involucración de los hombres al trabajo doméstico, pues, en la mayoría de las familias, las tareas domésticas siguen recayendo sobre las mujeres”
V Plan estratégico (2016-2020) MURCIA	VIOLENCIA. Desarrollo de acciones que contribuyan a evitar comportamientos de pareja tóxicos y violentos, trabajando tanto con mujeres como con hombres Talleres prevención de violencia de género en población reclusa
I Plan de igualdad (2006-2010) NAVARRA ⁴	SALUD Y BIENESTAR. Impulsar la presencia y participación activa de los padres en los cursos, y programas prenatales de preparación al parto y cuidados con el fin de implicarles en una paternidad más activa y corresponsable CONCILIACIÓN. Incentivar la utilización, por parte de los hombres, de permisos y licencias para el cuidado de personas dependientes.
VII Plan para la igualdad PAIS VASCO ⁵	EMPODERAMIENTO MUJERES. Indicador: normalizar la participación de los chicos en ámbitos o actividades no masculinizadas TRANSFORMACIÓN DE LA ECONOMÍA. Aumentar el número de hombres jóvenes y adultos que cuestionan el modelo tradicional masculino y desarrollan actitudes y comportamientos coherentes con la igualdad y comprometidos con los trabajos de cuidados. Incrementar el número de hombres que se acogen a medidas para la conciliación corresponsable. Indicador: Incremento del porcentaje de matriculaciones de hombres en las titulaciones de formación profesional de grado medio y superior, y en los grados universitarios que cuentan con más de un 75% de matriculación femenina. Aumentar el número de hombres que cuestionan el modelo tradicional masculino y desarrollan actitudes y comportamientos coherentes con la igualdad y comprometidos con los trabajos de cuidados. Indicador: Evolución de la participación de los hombres en acciones de formación y sensibilización en igualdad, en el marco de Gizonduz. VIOLENCIA. Incrementar el número de chicos y hombres, que participan en programas y actividades que visibilicen la relación entre la desigualdad y la violencia contra las mujeres o que procuren su prevención

PLAN	MEDIDAS
Plan de igualdad 2006 – 2009 VALENCIA ⁶	CORRESPONSABILIDAD Instar a la creación de un permiso de paternidad de cuatro semanas posteriores a la finalización del permiso de maternidad.

¹ Por una economía del texto, se han omitido los títulos completos de los planes.

² El II Plan Estratégico para la Igualdad de Mujeres y Hombres (2018-) se encuentra en elaboración.

³ No se ha localizado ninguno posterior.

⁴ En la web del Instituto Navarro para la Igualdad se dice que El Plan estratégico para la Igualdad entre mujeres y hombres en Navarra se encuentra en proceso de desarrollo. Tendrá una vigencia de 6 años.

⁵ No se indican los años que abarca. Fue aprobado en 2017.

⁶ No se ha localizado ningún plan posterior.

Fuente: Elaboración propia

Bakea Alonso Fernández de Avilés. Licenciada en Sociología por la Universidad de Salamanca, Master en Problemas Sociales (UNED), Título de Experta en Políticas Europeas de Género por la UCM y suficiencia investigadora en el Programa de Doctorado “La Perspectiva feminista como Teoría Crítica” (UCM). Autora de guías y materiales en las temáticas de violencia de género, masculinidades y migraciones. Actualmente es Doctoranda en Trabajo Social en la Universidad Complutense de Madrid. Forma parte del equipo de coordinación del Área de Igualdad de la Fundación Cepaim.

Correo electrónico: bakea@cepaim.org

Artículo recibido el 20 de Enero y aceptado para su publicación el 05 de Marzo de 2021.

REIMAGINANDO OS CONTORNOS DE GÊNERO: INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NO CAMPO DAS MASCULINIDADES

 *Andréa Gill*^{*}

 *Isabela Souza da Silva*^{**}

 *Marta Fernández*^{***}

 *Tatiana Moura*^{***}

Neste artigo situa-se a discussão sobre gênero e masculinidades no contexto das suas qualificações e desqualificações hierárquicas da nossa humanidade. Partindo da violência estrutural e estruturante que marca as pós-colônias, como o Brasil, questionam-se as dinâmicas de violências raciais-genderizadas que reproduzem as normas, padrões e pactos imbricados de masculinidades hegemônicas. Desta forma, propõe-se um diálogo com práticas artístico-culturais periferizadas que redimensionam como incorporamos tais idealizações de gênero. Para esse fim, centramo-nos na produção do espetáculo *Na Manha* – desenvolvido no âmbito da residência artística do projeto de pesquisa-ação GlobalGRACE (Gênero e Culturas Globais de Igualdade), com a Companhia de Dança Passinho Carioca e sob a direção do coletivo de dança Mulheres ao Vento no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: masculinidades, periferias, arte, passinho, decolonial.

^{*} Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e UNIperiferias. Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP: 22451-900.

Endereço postal: IRI – PUC-Rio, R. Marquês de São Vicente, 225, Vila dos Direitórios, Casa 20, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico: andrea.b.gill@gmail.com

^{**} Universidade Federal Fluminense (UFF) e Observatório de Favelas. Niterói – RJ, Brasil, CEP: 24220-900.

Endereço postal: Observatório de Favelas, Rua Teixeira Ribeiro, 535, Maré, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 21044-251.

Endereço eletrônico: isabela@observatoriodefavelas.org.br

^{***} Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP: 22451-900.

Endereço postal: IRI – PUC-Rio, R. Marquês de São Vicente, 225, Vila dos Direitórios, Casa 20, Gávea, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico: martafygarcia@gmail.com

^{****} Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (3000-104 Coimbra, Portugal) e Instituto Promundo (CEP: 70711-903 Brasília, DF – Brasil).

Endereço postal: Centro de Estudos Sociais, Colégio de São Jerônimo, 3000-104 Coimbra, Portugal.

Endereço eletrônico: t.moura@promundoglobal.org

Abstract**Reimagining Gender: Artistic Interventions in the Field of Masculinities**

In this paper we situate the discussion on gender and masculinities in the context of their hierarchical qualifications and disqualifications of our humanness. Taking as a point of departure the structural and structuring violence that marks postcolonies, such as Brazil, we question the dynamics of racial-gendered violence that reproduce the imbricated norms, standards and pacts of hegemonic masculinities. In this way, we propose a dialogue with peripheralized artistic-cultural practices that reshape how we incorporate such idealizations of gender. To this end, we focus on the production of the performance *Na Manha* – developed within the scope of the artistic residency of the GlobalGRACE (Global Gender and Cultures of Equality) research-action project, with the Dance Company Passinho Carioca and under the direction of the dance collective Mulheres ao Vento (Women in the Wind) in Rio de Janeiro.

Keywords: masculinities, peripheries, art, *passinho*, decolonial.

Resumen**Reimaginando los contornos del género: intervenciones artísticas en el ámbito de las masculinidades**

Em este trabalho situamos la discusión sobre género y masculinidades en el contexto de sus calificaciones y descalificaciones jerárquicas de nuestra humanidad. Tomando como punto de partida la violencia estructural y estructurante que marca las poscolonias, como Brasil, cuestionamos las dinámicas de violencias raciales-generizadas que reproducen las normas, estándares y pactos imbricados de las masculinidades hegemónicas. De esta forma, proponemos un diálogo con prácticas artístico-culturales periferizadas que redimensionan cómo incorporamos tales idealizaciones de género. Para este propósito, nos centramos en la producción de la performance *Na Manha* – elaborado en el contexto de la residencia artística del proyecto de investigación-acción GlobalGRACE (Género y Culturas Globales de Igualdad), con la Compañía de Danza Passinho Carioca y bajo la dirección del colectivo Mulheres ao Vento (Mujeres al viento) en Río de Janeiro.

Palabras clave: Masculinidades, periferias, arte, *passinho*, decolonial.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi estruturada com base numa profunda desigualdade socioterritorial que lançou e segregou a sua população negra para/nas suas margens, favelas e periferias, interditando o seu direito à cidade, mobilidade e vida, produzindo o que os movimentos negros vêm denunciando como a farsa da abolição. Sustentada e reproduzida violentamente pelas instituições do Estado como a polícia e o exército, esta desigualdade que atravessa o território brasileiro – e o da *América Latina*, como Lélia Gonzalez (1988) denominou o nosso continente – expressa-se e renova-se diariamente na distribuição desigual de recursos materiais, políticos, simbólicos e culturais através da cidade, para além de violências das mais variadas formas e escalas. Esta ordem urbana injusta, bifurcada e hierárquica, por sua vez, não se mantém como obra do acaso. A sua reprodução e normalização resultam de um projeto de necropolítica (Mbembe 2011) que tem

como objetivo matar econômica, social e fisicamente uma parcela significativa da população negra, pobre e periférica, como condição de possibilidade de sustentar populações privilegiadas e brancas pelo projeto moderno colonial europeu.

O confinamento da população negra no que Frantz Fanon (2004) chamou de *zona do não ser*, sujeita a processos seculares de precarização e aniquilação, depende de incursões diárias de brutalidade policial e de racismo institucional forjados no seio de uma sociedade escravista. Ao mesmo tempo em que o Estado se omite, ele se excede. Se, por um lado, ele se retira de territórios onde se habita a zona do não ser, esquivando-se das suas funções públicas essenciais no campo da infraestrutura, da saúde, da educação e do lazer, por outro lado, o seu braço penal não dá trégua, conduzindo de forma contínua operações de extermínio da população negra nesses territórios (IPEA, Atlas da Violência 2020). Vemos essa dupla violência exercida pelo Estado, pela omissão e pelo excesso, no caso recente da morte de João Vitor Gomes da Rocha, em maio de 2020, durante a pandemia do novo coronavírus – circunstância que ampliou as desigualdades colocadas e o longo momento de ausência de políticas sociais articuladas de proteção e cuidado coletivo. O jovem foi assassinado durante uma operação das polícias militar e civil na Cidade de Deus, na zona oeste do Rio de Janeiro, durante a distribuição de cestas básicas pelo movimento Voluntários da Frente Cidade de Deus (Frente CDD).

Historicamente, a ausência do Estado tem impulsionado as/os moradoras/es das periferias a organizarem-se e construir soluções criativas que não passam pela alçada do Estado – a título de exemplo, a distribuição de cestas básicas que se intensificou durante a pandemia a partir, sobretudo, de redes de cuidado pré-existent. Justo no momento em que a Frente CDD cumpria uma função que deveria ser do Estado, o Estado ausente se fez presente, assassinando João Vitor Gomes da Rocha.

O caso de João Vitor não é um caso isolado levado a cabo por alguns membros desviantes da polícia, mas efeito de uma ação sistemática voltada para “fazer morrer” (Bento 2018) que tem na mira pessoas de uma cor de pele e territórios demarcados. Essa política planeada e reiterada de fazer morrer é visível, por exemplo, nos números: no Brasil, um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos (Flacso 2016) e, segundo dados do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2 em cada 3 pessoas presas são negras (Acayaba e Reis 2020). O território corporal da/o sujeita/o negra/o que habita as periferias do Rio de Janeiro torna-se o primeiro alvo das investidas coloniais (Rufino 2016) que a/o racializam, desumanizam e coisificam, transformando-as/os em alvos de suspeita, perseguição, vigilância, encarceramento e morte.

Os estereótipos atribuídos às masculinidades negras refletem e reproduzem as condições necessárias para o estabelecimento de políticas orientadas pelo confinamento e descartabilidade. Nos anos imediatamente após a dita abolição formal da escravidão no Brasil, o pânico e o medo branco (Azevedo 2004) tomou conta da elite brasileira, que passa a investir em políticas de branqueamento através

da imigração europeia e de confinamento psiquiátrico e carcerário de sujeitas/os negras/os. Recém-saídas/os da condição de escravizadas/os, as/os sujeitas/os negras/os continuaram a ser submetidas/os a várias formas de violências física e simbólica, orientadas para fazê-las/os permanecer numa posição subordinada, para as/os conter ou eliminar (Souza 2013). Afinal, como destaca Maria Aparecida Silva Bento (2002 19), essa condição na qual se encontravam, em contraposição aos privilégios gozados pela elite, era fruto da apropriação indébita e de forma forçada dos seus bens concretos e simbólicos por parte desta elite, durante quase 400 dos 500 anos do Brasil, e continua até hoje nas mais variadas formas de expropriação.

Neste contexto, meninos e homens negros foram sistematicamente tachados como alvos privilegiados da violência estatal, através de representações raciais-genderizadas de criminosos, delinquentes, vagabundos e estupradores em potencial (Pinho 2019). Os estereótipos atribuídos às masculinidades negras, baseados na força física, mas não na força de caráter, seja entendida como intelectual ou moral, contribuíram para a ideia de que homens negros deveriam ter a sua mobilidade, força e vitalidade constantemente abatidas. No imaginário do Brasil pós-colonial, prevaleceu a ideia, ainda hegemônica entre as classes média e alta brancas brasileiras, de que os homens negros são essencialmente perigosos, irracionais, além de dotados de uma sexualidade desenfreada e ameaçadora. Conforme destaca Túlio Augusto Custódio (2019, 138), “ser homem negro envolve um ponto de marcação social que o coloca como alvo da violência estatal em grande parte perpetrada pela polícia”.

Desse modo, as características em geral associadas ao gênero masculino, forjadas na lógica cisheteronormativa da branquitude, como poderosos, racionais, fortes, intelectuais, honrosos, não são extensivas nem aceitáveis para todos os homens, mas são aplicáveis apenas a um grupo particular, a elite masculina branca (Collins 2013). Homens negros, entre outros colocados como desviantes do padrão, são tidos como perigosos e não poderosos e penalizados quando exibem as ditas características masculinas (Collins 2013). Também são negadas, aos homens negros, as qualidades ditas masculinas de liderança, competência intelectual e racionalidade humana (Collins 2013). Fanon (2008) ajuda-nos a entender por que a sexualidade masculina negra não pode ser entendida no mesmo registo da masculinidade branca, supostamente universal (Collins 2013), considerando as implicações para a sustentação da supremacia branca. Na medida em que o negro não é tido como um homem, mas um sujeito macho (Lugones 2014), desumanizado, ele encontra-se impossibilitado de “exercer um lugar imagético e simbólico de Homem” (Custódio 2019, 143), o que revela as especificidades das dinâmicas de gênero na *América Latina* (Gonzalez 1988; Lugones 2014; Vigoya 2018).

Assim, o sujeito negro é representado como truculento e brutal quando desestabiliza as fronteiras geográficas e simbólicas da cidade e como dócil e subserviente quando útil e servil aos interesses das classes privilegiadas (Vigoya 2018). De facto, as/os residentes das periferias do Rio de Janeiro só são toleradas/os

quando atravessam os espaços da cidade de forma atomizada para trabalhar como empregadas domésticas, porteiros, motoristas e trabalhadores da construção civil para as classes abastadas. No entanto, os seus corpos são criminalizados, violados, contidos ou privados de liberdade sempre que os seus movimentos transgridem os limites da integração subalterna na cidade.

Abundam exemplos de moradoras/es de favelas cujos movimentos não são autorizados por aqueles que produzem e radicalizam as fronteiras de uma cidade partida. Todos os verões, os policiais militares param os carros e transporte dito público e revistam violentamente jovens com um perfil específico – negros e pobres – que vão dos bairros das zonas norte e oeste do Rio para o espaço dito o “mais democrático” da cidade, as praias da zona sul (Moura, Fernández e Page 2020). De facto, para jovens negros, muito antes da pandemia de COVID-19, as aglomerações já eram cerceadas, entendidas como suspeitas e explosivas, seja nos autocarros, nos bailes funk ou nos centros comerciais.

Tendo em vista este padrão de contenção e disciplinamento dos corpos das/os residentes nas periferias, numerosas atividades culturais e artísticas tornam-se alvo de controle, vigilância e repressão do Estado. Este foi o caso dos bailes funk, historicamente criminalizados e excessivamente associados ao tráfico de droga, à pornografia e à violência, deixando de lado inúmeros outros aspectos centrais do funk, como as suas dimensões estéticas, lúdicas e de sociabilidade (Sá 2014).

Outra instância da deslegitimação de vozes subalternas é oferecida por Osmundo Pinho (2019, 117) quando analisa o pagodão, um estilo musical que demoniza jovens negros desfavorecidos como “predadores bárbaros, com apetite sexual desmedido e perigoso, em vez de criadores e apreciadores de um gênero musical específico e o mais importante, como vítimas potenciais de um genocídio terrível, sancionado e promovido pelo Estado” (Pinho 2019, 125).

Todavia, o mesmo corpo atacado pelo Estado, seja na sua fisicalidade seja na sua subjetividade, arrisca-se em ações decoloniais (Rufino 2016). No território corporal, por meio dos seus saberes textualizados em performances diversas, emergem as possibilidades de novas inscrições que transgridem e rasuram os regimes de poder vigentes (Rufino 2016). Mesmo em contextos onde o Estado não fornece amparo para educação básica, saúde, transportes, saneamento, lazer e serviços culturais, os territórios periféricos abrigam novas formas de vida cotidiana, produzindo deslocamentos subjetivos desafiando a forma hegemónica de existência (Lacaz *et al.* 2015). Como argumenta Alessandra Lacaz *et al.* (2015, 63), “a miséria dá origem, não só a uma experiência de falta e necessidade, mas também a um método de produção que encontra outras formas materiais e imateriais de sustentação e reinvenção”. E se tivermos qualquer possibilidade concreta de lidar com dinâmicas de violência doméstica que atinge desproporcionalmente mulheres e crianças, é preciso primeiro situar os determinantes da violência como linguagem imposta pelo Estado para mediar relações em territórios periféricos e as formas de enfrentamento forjadas a partir deste lugar.

Através da arte, sujeitas/os negras/os interpelam o olhar que as/os fetichiza, exotiza e fixa num determinado lugar, constituindo-se em corpos que questionam e perturbam os regimes de visibilidade/invisibilidade vigentes (Rancière 2005; Fanon 2008; Vigoya 2018). Através da arte, residentes das favelas e periferias vêm alterando os regimes de visibilidade e invisibilidade que compõem a imaginação coletiva hegemônica. Ao fazê-lo, conferem e ampliam os significados políticos da estética, pois perturbam as fronteiras dominantes entre o invisível/irrelevante e o visível/relevante (Rancière 2005). A arte tem o potencial de, assim, contribuir para assegurar que as/os sujeitas/os periféricas/os tratadas/os como inexistentes possam afirmar-se e interferir nas representações dominantes de gênero e raça e abrir fraturas nas estruturas sociais (SupGaleano 2015). Enquanto o olhar branco categoriza o corpo negro a partir de um imaginário racista, produz-se arte onde este corpo, por meio de linguagens artísticas diversas, excede os sentidos que lhe são atribuídos, não se deixando capturar ou traduzir pelos estereótipos coloniais sobre seus (não) seres e (não) saberes. Através da arte, torna-se possível desafiar o olhar branco que procura colocá-las/os em estereótipos (Vigoya 2018, 117-8) e imagens controladoras (Collins 2013).

Contra práticas coloniais de desagregação, desenraizamento e ruptura de laços afetivos perseguidas pelos colonizadores e pelas elites pós-coloniais, o fazer artístico que reúne jovens das periferias do Rio de Janeiro reconecta, alimenta a autoestima, reata elos por meio do amor (Emicida 2019), do compartilhamento de vivências e histórias que se cruzam e produz novos *envolvimentos*. Por meio sobretudo da dança e da música, base cultural e forma de comunicação central para a diáspora africana (Glissant 1989; Vigoya 2018), artistas periféricas/os recuperam e reinventam as suas histórias, fazendo da arte, vida diária, o meio pelo qual sobre/vivem e resistem, e fazendo da vida, arte. E quanto mais vinculadas/os estas produções artísticas os/as tornam, mais a arte tem o potencial de desafiar os padrões vigentes de masculinidades violentas criadas no seio de uma sociedade racista e patriarcal.

O passinho¹ como campo de disputa e prática de reinvenção de relações de gênero e padrões de masculinidades

Após a introdução que apresentámos para situar as re/produções de violências raciais-genderizadas no contexto brasileiro, especialmente no que tange à

¹ O passinho é um estilo de dança que tem início nos bailes funk das periferias do Rio de Janeiro e que se caracteriza por coreografias improvisadas que se destacam pelos movimentos acelerados dos pés das/os dançarinas/os. Para mais informações ver: “A História do Passinho e sua chegada às Olimpíadas de 2016”, Disponível no endereço: A História do Passinho e sua chegada às Olimpíadas de 2016 | Combate Racismo Ambiental [Consultado em 27 de março de 2021].

estruturação da linguagem da violência redimensionada a partir da posicionalidade de jovens negros, chegamos ao passinho, movimento, dança, prática cultural e artística produzida em favelas e periferias, como campo potencial para diálogo acerca de desigualdades territoriais, raciais e de gênero – projeto de pesquisa-ação GlobalGRACE, Gênero e Culturas Globais de Igualdade no Brasil.²

O projeto internacional, liderado por uma equipa de pesquisadoras/es de Goldsmiths, University of London, é integrado por académicas/os e organizações de sociedade civil do Bangladesh, Brasil, México, Filipinas e África do Sul, que vêm pesquisando, mobilizando, produzindo e compartilhando diferentes linguagens estéticas, artísticas e curatoriais com potencial para desafiar quotidianamente as relações de poder dominantes e para construir sociabilidades alternativas centradas na afirmação da vida. No Brasil, o projeto é desenvolvido coletivamente através da parceria entre o Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e as organizações não-governamentais UNIperiferias/Instituto Maria e João Aleixo, Instituto Promundo e Observatório de Favelas, incidindo a pesquisa sobre o potencial de experiências artísticas protagonizadas por sujeitos/as periféricos/as no Rio de Janeiro, como o passinho, para produzirem novas masculinidades, transgredindo os padrões hegemônicos de raça e gênero.

Nos imaginários hegemônicos forjados no racismo/sexismo institucional, os territórios periféricos foram concebidos como uma espécie de “estado de natureza” ou espaço de ausências, como teorizado pelos contratualistas. Neste sentido, são lidos como vazios culturais e artísticos, espaços de carências e fatalidades, ou como produtores de uma cultura menor, desviada. Estas representações pautadas convergem para a ideia de que a cidade formal e as suas/seus moradoras/es econômica e socialmente privilegiadas/os são aquelas/es que produzem conhecimento científico e expressões culturais e artísticas legítimas, que devem ser transportadas para as periferias a fim de preencher o vácuo cultural ou mesmo corrigir/salvar as/os sujeita/os periféricas/os das suas culturas tidas como atrasadas e violentas (Moura, Fernandez e Page 2020).

Contra esse imaginário que reduz a ideia de periferia a um espaço homogêneo estereotipado, há um conjunto de expressões artísticas produzidas por sujeitas/os moradoras/es de favelas e periferias que afirmam outros olhares para a arte que é produzida, que circula, que dá sentido à vida e que resiste nas periferias da cidade. As contribuições de Jailson de Souza e Silva e Jorge Barbosa (Fernandes, Silva e Barbosa 2018), fundadores do Observatório de Favelas, sobre o “paradigma da potência” são provocações neste sentido. Enquanto as narrativas hegemônicas olham para os espaços periféricos e suas/seus moradoras/es a partir do “paradigma da ausência”, levando em conta o que eles não têm, as suas ditas precariedades e carências, Silva e Barbosa propõem uma forma alternativa de interpretar

² Ver <https://www.globalgrace.net/>

as práticas sociais presentes nas periferias, que valoriza a sua inventividade e as suas expressões estéticas variadas (*ibid.*). É nesse sentido que Boaventura de Sousa Santos (2002, 249) propõe que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e se tornem presentes, ampliando o campo de experiências credíveis existentes.

Assim, chegamos ao passinho, como expressão artística e estética de favelas e periferias do Rio de Janeiro, que pode ser caminho para discutirmos, produzirmos e visibilizarmos o potencial transformador de práticas artísticas de favelas e periferias a partir das lentes de gênero, em particular as das masculinidades. Como é que a arte produzida nas e pelas periferias vem produzindo subjetividades que rearticulam e subvertem quotidianamente os discursos e práticas da masculinidade hegemônica, branca e cisheteronormativa? Como é que intervenções artísticas e culturais perturbam o regime interseccionado de desigualdade de gênero que nos estrutura e que oprime desproporcionalmente a população negra e periférica? De que forma tais produções artístico-culturais desafiam construções estereotipadas de gênero?

Essas perguntas foram discutidas, sentidas e partilhadas por meio de corpos pulsantes, cada qual em busca da sua *manha*. Essas perguntas inquietaram, (co)moveram e (co)produziram deslocamentos subjetivos e físicos num grupo de dançarinos da Companhia de Dança Passinho Carioca.

O Projeto Passinho Carioca é uma iniciativa articulada por Thiago de Paula, jovem morador do Conjunto de Favelas da Penha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que, desde 2015, tem como objetivo formar jovens de favelas e periferias em expressões artísticas diversas, como dança, teatro e canto, com foco especial no movimento do passinho. Se há uma estrutura social racista e sexista que insiste em desqualificar jovens de territórios periféricos e que apresenta poucas alternativas formativas e profissionais emancipadoras, o Passinho Carioca, assim como muitos projetos culturais e sociais de favelas e periferias, cria alternativas a partir das artes para as vulnerabilidades impostas e, ao passo que profissionalizam e ampliam as possibilidades econômicas dos seus participantes, garantem espaços de diálogo sobre os processos que mobilizam a cidade e as suas estruturas.

No caso do Passinho Carioca, foram já registrados/as cerca de 30 jovens como artistas ao longo dos últimos 5 anos, passo importante para a inserção no universo do trabalho digno em opção aos subempregos. Além de uma companhia de dança homônima, o projeto atende em média 2.000 jovens através de oficinas e eventos regulares, como a Rabisca Battles, ambos realizados no equipamento público cultural Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira – Dicro³ sob gestão do Observatório de Favelas. Com 6 anos de vida, a companhia já se apresentou em palcos como Rio Parada Funk, Rock in Rio e Theatro Municipal, e conta no seu currículo com o

³ <https://arenacariocadicro.org.br/>

espetáculo autoral “Resistência: Um Sonho se Realiza!”, que circulou na Rede SESC Rio. Recentemente, uma parte das/os bailarinas/os viajou para a Grécia, para ensinar os movimentos do Passinho a bailarinas/os do espetáculo “The Birds” do Diretor Nikos Karathanos, através da Onassis Foundation.

Com a direção geral do coletivo de dança do Conjunto de Favelas da Maré, Mulheres ao Vento, liderado por Andreza Jorge e Simonne Alves, que também assinam a direção cênica e de movimento, a Companhia Passinho Carioca construiu, durante o ano de 2020, no contexto das ações brasileiras do projeto GlobalGRACE, o espetáculo *Na Manha*. A experiência é fruto de uma residência formativa sobre masculinidades, facilitada pelas próprias diretoras e por pesquisadoras/es do Instituto Promundo, Linda Cerdeira, Rafaela Cotta e Luciano Ramos, e que envolveu espaços interligados de reflexões de natureza teórica e prática.

Perante o desafio, percebemos a prática artística, nos espaços de preparações, ensaios corporais e diálogos gerais sobre texto e estética, como um campo fértil de rearticulação e desestabilização de termos e lugares (ou não lugares) que, em geral, a sociedade racista patriarcal capitalista atribui incessantemente a jovens moradoras/es de favelas e periferias, na sua maioria negra. Os laboratórios de criação foram atravessados pelos desafios da pandemia global do novo coronavírus, que rearticularam a produção e gravação do espetáculo em formato de videodança, encenando diálogos através de cenas gravadas de forma independente, dadas as restrições do distanciamento social. Assim, *Na Manha* permanece como uma obra-testemunha da potência inovadora das periferias, tanto em termos tecnológicos, quanto artísticos, conceptuais e políticos. O espetáculo online estreou, no âmbito do projeto GlobalGRACE, nos dias 18 e 19 de setembro de 2020 no canal oficial da Arena Carioca Dicro⁴, onde a residência foi localizada.

Na manha: o que é falar de masculinidades?

Mas, afinal, o que é *na manha*? As/os dançarinas/os da Cia. Passinho Carioca explicam que, na gramática do passinho, *manha* faz referência à possibilidade de cada pessoa ter a sua “onda”, uma forma própria de se expressar e dançar.⁵ Ao reivindicarem as suas manhas, as/os dançarinas/os apresentam, no desenrolar do espetáculo, reivindicações das suas identidades, a possibilidade de dançarem, se vestirem e se comportarem como bem entenderem, posicionando-se, dessa forma, na contramão de uma sociedade que insiste em disciplinar e regular expressões, percepções e identidades, inclusive as de gênero.

⁴ <https://www.youtube.com/c/ArenaCariocaDicro>

⁵ Bate-papo com os artistas disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u-8fuW71sO0&list=PLi7fSptgAgeasIXNDNm8o0RBYjkAtJ0g&index=3> [Consultado em 27 de março de 2021].

Ao reivindicarem as suas manhas, essas/es jovens artistas expressam, por meio das suas performances,⁶ formas de transgredir as fronteiras de gênero e padrões de masculinidades internalizadas, até mesmo no universo do passinho; falam de formas de desafiar as fronteiras geográficas e simbólicas de uma cidade que diz como e por onde os seus corpos devem transitar e como devem performar; questionam os limites classistas, racistas e sexistas da cidade que lhes reserva empregos precarizados e uma integração subalterna voltada para a reprodução dos interesses das classes hegemônicas. Em suma, ao performarem livremente as suas manhas, esse jovem grupo de dançarinas/os em diálogo com duas jovens diretoras, mulheres negras e de origem periférica, reivindicam, na produção do *Na Manha*, um projeto de vida, de humanização, que resiste ao projeto de morte e desumanização em curso na sociedade brasileira há mais de 500 anos.

Na leitura do *Na Manha*, percebemos nomeada uma potente criação coletiva: ela expressa singularidades, uma forma única do corpo se expressar, ela dá nomes próprios a cada um/a das/os dançarinas/os – Ayesca Mayara Souza, Daniel Henrique Costa Rocha, Mayra de Farias Lima, Nayara Costa da Silva, Richard Silva dos Santos e Walcir Silva De Oliveira. Nesse processo, as/os dançarinas/os resistem aos lugares e papéis social e violentamente construídos para os seus corpos habitarem. Corpos atravessados por marcadores de gênero, sexualidade, raça, classe, idade e território, que têm sido historicamente criminalizados, desumanizados, despersonalizados, folclorizados, contidos e enclausurados, desestabilizam, através dos seus saberes e fazeres, esses rótulos e caixas que os aprisionam, genderizam e racializam. E assim, abrem a possibilidade de afirmar a dignidade plena de cada pessoa, entendendo que essa dignidade só tem como ser vivida em relação.

Meninos e homens negros que foram socializados, como bem nos ensina bell hooks (2004), numa cultura racista e sexista que não lhes permite sentir ou expor as suas vulnerabilidades e dos quais se exige uma masculinidade violenta e autoritária; por meio de *Na Manha*, como síntese de práticas e propostas artísticas diversas, expressam uma complexidade de emoções que é da natureza humana em sociedade. Considerando, como reiteramos na introdução, a política dominante que assassina e criminaliza jovens negras/os moradoras/es de favelas e periferias no contexto de práticas genocidas e de representações hegemônicas degradantes e estigmatizantes, que negam direitos fundamentais – inclusive, em muitos casos, a vida – o projeto coletivo *Na Manha* manifesta possibilidades para esses corpos serem colocados disponíveis para uma cultura própria, centrada na afirmação da vida.

⁶ Empregamos a palavra “performance” para nos referirmos, de um modo geral, ao ato de dar forma, de criar, tal como utilizado no campo das artes e conforme apontado por Carla Rodrigues em “Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida”, *Sexualidad, Salud y Sociedad* 10, 2012.

O que entendemos dessa experiência é que esse grupo de jovens, enquanto dança, faz política, teoriza, questiona, vive, sente e altera os regimes de visibilidade e invisibilidade que conformam o nosso senso comum e as hierarquias colocadas, em particular no que concerne às masculinidades hegemônicas pautadas no exercício da violência e na subordinação do feminizado. O espetáculo, que dura cerca de 19 minutos, manifesta um desafio ao que Mara Viveros Vigoya chama de “a ideia de uma masculinidade abstrata, universal e desencarnada” (Vigoya 2018, 24), mobilizando reflexões e provocando fissuras em padrões dominantes, transmitindo, a partir das escolhas estéticas que configuraram a sua linguagem artística, mensagens dissonantes que apresentam alternativas para o pensar e atuar cidades, gêneros, masculinidades e juventudes, partindo de perspectivas racializadas e territorialmente informadas.

O resultado, apresentado nas cenas gravadas do *Na Manha*, é uma assertiva afirmação da “diversidade e heterogeneidade das masculinidades, mas também as desigualdades, tensões, ambiguidades e contradições que caracterizam” (Vigoya 2018, 24) o existir, do nascimento à vida em coletividade, uma vez que as masculinidades se constituem em relações sociais – de classe, idade, território, raça, sexualidade, em formas imbricadas com o gênero. Neste sentido, o grupo sugere, a quem o assiste, caminhos para a mobilização de reflexões sobre hegemonias, exercícios de tensionamento de normas, especialmente de gênero, que situam as suas corporeidades em contextos diversos, inclusive na dança, procurando incluírem-se ou confrontando o que está posto.

Na Manha reflete sobre padrões, normas e pactos imbricados de gênero que as/os jovens dançarinas/os da Cia. Passinho Carioca redimensionam através dos movimentos dos seus corpos. Na reflexão do urbanista David Harvey,

Na qualidade de ‘máquina desejante’ capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior, mas também em seu entorno, o corpo humano é ativo transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem. Logo, pessoas corporificadas dotadas de capacidades semióticas e vontade moral tornam seu corpo um elemento fundacional naquilo que há muito chamamos de “corpo político”. (Harvey 2012, 138)

Neste sentido, temos oportunidade de dialogar com as proposições políticas apresentadas no *Na Manha* – tido de extrema alteridade em relação às curiosidades fetichizantes que há séculos se direcionam para periferias e suas sujeitas e sujeitos e as/os desqualificam como lugares e pessoas produtores de conhecimento no contexto do projeto colonial de ciência. Se, por um lado, o corpo se constitui enquanto território moldado por práticas representacionais que operam a sociedade, já que “nenhum corpo humano é isento de processos sociais de determinação” (Harvey 2012, 140), ele é, ao mesmo tempo, solo fértil de processos transformadores e questionadores, chão de resistências, desejos de mudanças, rebeliões e revoluções.

Em seu curso, somos convidadas/os a questionamentos sobre como pessoas in-corporam papéis e relações sociais de gênero, classe, territorialidade, etários e raciais e que brechas e tensões podem ser acessadas no processo permanente pela descolonização das nossas formas de ser, poder, saber, sentir, performar, dançar e viver. E, assim, há oportunidade de mapearmos transgressões, no sentido das suas potências políticas de transformação na sociedade (Balbi 2018), que desautorizam os muitos exercícios de dominação violenta que nos estruturam e que atingem de forma imbricada as juventudes moradoras de favelas e periferias. Nesse sentido, pensar masculinidades implica necessariamente repensar os termos através dos quais os instrumentos de poder são forjados e ativados e os seus efeitos desproporcionais em todas/os nós. Não se pode enfrentar a opressão sem conceber o que a sustenta: o privilegiar de formas de ser e estar no mundo condizentes com projetos de sociedade erguidos pela estrutura escravocrata da modernidade colonial. Compreender a genderização da violência a partir da posicionalidade de meninos e homens negros é ampliar a nossa perspectiva sobre as suas condições de possibilidade e instrumentalizações diversas.

Considerações finais

Historicamente, em territórios periferizados, a cultura e a arte são caminhos para invenção de estratégias comunitárias para garantia de direitos fundamentais. O que se observa são elementos da prática cultural e artística atuando como instrumento “político, econômico, social e territorial, confirmando o papel da arte como central na ampliação das possibilidades existenciais de múltiplos grupos sociais” (Silva e Santos 2020, 74). As periferias, como Silva (2015, 14) defende,

criam experiências que podem ser centrais para a democratização da cidade, na superação das formas de reprodução da desigualdade, das hierarquias e de processos de subjetivação que levam o indivíduo ao encapsulamento e, muitas vezes, à depressão e aniquilação social.

Jovens periferizadas/os instituem a arte como possibilidade de criação de novos reais para si, suas corporeidades, suas identidades (raciais, de gênero, de classe, etárias, de sexualidade e territoriais) e suas condições materiais e simbólicas de vida – e, portanto, também trabalho.

Nossa breve jornada neste artigo, diante do contexto introdutório e do diálogo com a experiência singular da Companhia Passinho Carioca, aponta para a força do trabalho artístico desenvolvido por moradoras/es de favelas e periferias como campo de aprendizagens para trilharmos socialmente a transformação das desigualdades e o alargamento das práticas democráticas, mesmo diante de tantas violências ampliadas e institucionalizadas. Fica registrado aqui o convite para

assistirem ao espetáculo *Na Manha* em forma de videodança, que estará disponível com acesso aberto a partir de junho 2021 no canal oficial do GlobalGRACE Brasil.⁷ *Na Manha*, assim como um conjunto grande e ainda pouco re/conhecido de iniciativas artístico-culturais protagonizadas por pessoas oriundas de favelas e territórios periferizados, representa uma

aposta política no sentido de articulações e ações estéticas efetivas possíveis, pautadas por uma diversidade de sujeitos/as e territórios historicamente invisibilizados/as, os/as quais a maior parte dos espaços institucionais, sejam eles da arte ou não, ignoram, rejeitam e/ou reservam um lugar menor. (Silva e Santos 2020, 80)

Neste sentido, consideramos que este espetáculo se apresenta como mais um movimento de resistência e criação diante da complexidade de um país marcado por um contínuo genocídio e epistemicídio e, nas palavras da Lélia Gonzalez (1988, 69), “cuja formação do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas”. Re/conhecer e redimensionar as heranças indígenas e africanas que constituíram esse território é afirmar a possibilidade de uma efetiva descolonização e democratização do nosso país, que movimentos indígenas e negros vêm mantendo vivo, das mais diversas formas, através de uma luta plurissecular por liberdade.

Pensar as relações de gênero neste contexto é pensar as múltiplas formas em que as hierarquizações da nossa humanidade são articuladas e renovadas diariamente. Os padrões de masculinidades valem-se precisamente nesse campo, estruturando os termos e pactos que reproduzem o sistema de gênero binário forjado na lógica da branquitude, da cisheteronormatividade, entre outras heranças do projeto moderno colonial. Questionando a sua in-corporação, é possível implicarmos na permanente disputa pela sua transformação, abrindo caminhos para um mundo em que a humanidade das pessoas não sirva como moeda de troca em sistemas de exploração, opressão, expropriação e violências institucionais e intersubjetivas que negam a possibilidade de viver em relações de respeito.

Referências bibliográficas

- Acayaba, Cintia, e Tiago Reis. 2020. “Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública.” *G1*. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoos-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml> [Consultado em 09 de janeiro de 2021].
- Azevedo, Celia Maria Marinho. 2004. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Annablume.

⁷ Vem em: <https://www.youtube.com/channel/UCWNQ1l6lhn3nd0isK-gggdg>.

- Balbi, Dani. 2018. "Gênero e sexualidade: sujeitos periféricos em sua dimensão corpóreo-política" [vídeo]. In *Significações da periferia: representações, confluências e transgressões*, organizado por UNIPeriferias, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ey5KyG32Jtk>
- Bento, Maria Aparecida Silva. 2002. "Branqueamento e branquitude no Brasil." In *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, organizado por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, 25-58. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bento, Berenice. 2018. "Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?" *Cadernos Pagu* 53. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Disponível em <https://periodicus.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511> [Consultado em 9 de janeiro de 2021].
- Collins, Patricia Hill. 2013. *On Intellectual Activism*, Philadelphia: Temple University Press.
- Custódio, Túlio Augusto. 2019. "Per-vertido Homem Negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição." In *Diálogos Contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades*, organizado por Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza, 131-162. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial.
- Emicida. 2019. *AmarElo – É Tudo pra Ontem*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FQ9hCN0ZYsg>. [Consultado em 09 de janeiro de 2021]
- Fanon, Frantz. 2008. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- _____. 2004. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- Flasco. 2016. Mapa da Violência. Disponível em <http://flasco.org.br/?p=16029>. [Consultado em 09 de janeiro de 2021].
- Fernandes, Fernando, e Jailson Souza e Silva e Jorge Barbosa. 2018. "O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência." *Revista Periferias* 1: Editorial. Disponível em <https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>. [Consultado em 09 de janeiro de 2021].
- Glissant, Edouard. 1989. *Discourse. Selected Essays*. Charlottesville VA: University Press of Virginia.
- Gonzalez, Léila. 1988. "A categoria político-cultural de amefricanidade." *Tempo Brasileiro*, 92 (93): 69-82.
- Harvey, David. 2012. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas.
- hooks, bell. 2004. *We Real Cool: Black Men and Masculinity*. New York: Routledge.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2020. Atlas da Violência. Disponível em www.ipea.gov.br. [Consultado em 27/03/2021].
- Lacaz, Alessandra Speranza, Silvana Mendes Lima, e Ana Lúcia Coelho Heckert. 2015. "Juventudes Periféricas: Arte e Resistências no Contemporâneo." *Psicologia e Sociedade*, 27(1): 58-67. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p058>.
- Lugones, Maria. 2014. "Rumo a um feminismo descolonial." *Revista Estudos Feministas* 22(3): 935-952. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Mbembe, Achille. 2011. *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.
- Moura, Tatiana, Marta Fernández, e Victoria Page. 2020. "Power from the Peripheries. Art, Culture and Masculinities in Rio de Janeiro." In *Theorising Cultures of Equality*, organizado por Suzanne Clisby, Mark Johnson e Jimmy Turner, 158-170. London: Routledge.
- Pinho, Osmundo. 2019. "O corpo do homem negro e a guerra dos sexos no Brasil." In *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*, organizado por Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza, 105-130. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial.

- Rancière, Jacques. 2005. *A partilha do sensível – Estética e Política*. São Paulo: EXO Experimental org./ Editora 34.
- Rufino, Luiz. 2016. "Performances afro-diaspóricas e decolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas." *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 40:54-80. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.1i40.a451>
- Sá, Simone Pereira. 2014. "Apropriações low-tech no funk carioca: a Batalha do Passinho e a rede de música popular de periferia." *Fronteiras – estudos midiáticos* 16(1): 28-37. DOI: 10.4013/fem.2014.161.04
- Santos, Boaventura de Sousa. 2002. "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63: 237-280. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>
- Silva, Isabela Souza, e Jean Carlos de Souza Santos. 2020. "Galpão Bela Maré: sentidos e práticas curatoriais urgentes." *Revista Poiésis* 21(35): 71-86. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v21i35.40411>
- Silva, Jailson de Souza. 2015. "As práticas culturais das periferias mobilizando a cidade." In *40 vozes do Rio: avaliações e propostas culturais para uma cidade única*, organizado por Carlos Alberto Masser e Carla Branco, 142-146. Rio de Janeiro: E-papers.
- Souza, Rolf Malungo de. 2013. "Falomaquia. Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente." *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia* 34: 35-52. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2013.0i34.a168>
- SupGaleano. 2015. "El Muro y la Grieta. Primer Apunte sobre el Método Zapatista." *Enlace Zapatista*. Disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2015/05/03/el-muro-y-la-grieta-primer-apunte-sobre-el-metodo-zapatista-supgaleano-3-de-mayo/>. [Consultado em 09 de janeiro de 2021].
- Vigoya, Mara Viveros. 2018. *As Cores da Masculinidade. Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens.

Andréa Gill. Professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Ciência Política e Pensamento Cultural, Social e Político pela University of Victoria (Canadá) e pesquisadora pós-doutora da rede GlobalGRACE. Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente e pesquisadora docente da UNiPeriferias.

Endereço eletrônico: andrea.b.gill@gmail.com

Isabela Souza da Silva. Doutoranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nasceu e cresceu na Maré, e desde 2011 é parte da equipe do Observatório de Favelas.

Endereço eletrônico: isabela@observatoriodefavelas.org.br

Marta Fernández. Professora Adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pesquisadora do

Projeto Internacional GlobalGRACE (Global Gender and Cultures of Equality). Suas principais áreas de interesse se centram em estudos pós-coloniais e decoloniais, estética, violência e resolução de conflitos.

Endereço eletrônico: martafygarcia@gmail.com

Tatiana Moura. Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coordenadora do Promundo Portugal e Diretora Associada do Instituto Maria e João Aleixo (Maré, Rio de Janeiro, Brasil). Entre 2011 e 2019 foi Diretora Executiva do Instituto Promundo (Rio de Janeiro, Brasil).

Endereço eletrônico: t.moura@promundoglobal.org

Artigo recebido a 14 de janeiro e aceite para publicação a 08 de março de 2021.

HOMOSOCIALIDAD Y SECRETISMO EN LA EXPERIENCIA DE LOS HOMBRES QUE CONSUMEN PROSTITUCIÓN EN ESPAÑA

 Beatriz Ranea Triviño*

Resumen

El consumo de prostitución es una práctica masculina que trasciende la individualidad de los sujetos que la llevan a cabo, ya que ha de ser conectada con la construcción de la masculinidad y los rituales de confraternización sobre los que se articulan estas experiencias. El consumo de prostitución para muchos hombres se constituye como un ritual grupal de la masculinidad y, para otros, adquiere carácter colectivo cuando la experiencia es compartida a través de la narración vinculada al secretismo del *pacto entre caballeros*. Para dar cuenta de la homosocialidad y del secretismo que gira en torno las experiencias de los hombres que consumen prostitución, se presentan resultados de investigación cualitativa en la que se han realizado entrevistas en profundidad a hombres que han consumido prostitución femenina en España.

Palabras clave: Masculinidad, prostitución, homosocialidad, secreto.

Resumo

Homossocialidade e sigilo na experiência de homens que usam a prostituição em Espanha

O consumo da prostituição é uma prática masculina que transcende a individualidade dos sujeitos que a praticam, devendo ser associada à construção da masculinidade e aos rituais de confraternização nos quais essas vivências se articulam. O consumo da prostituição para muitos homens constitui-se como um ritual grupal de masculinidade e, para outros, adquire um caráter coletivo quando a experiência é compartilhada por meio da narração vinculada ao sigilo do *acordo de cavalheiros*. Para dar conta da homossocialidade e do sigilo que giram em torno das experiências de homens que usam a prostituição, são apresentados resultados de investigação qualitativa na qual foram realizadas entrevistas em profundidade com homens que usaram a prostituição feminina em Espanha.

Palavras-chave: Masculinidade, prostituição, homossocialidade, segredo.

* Universidad Complutense de Madrid, 28040 Madrid, España.

Dirección postal: Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, Sección Departamental de Sociología Aplicada – Av. Complutense, 3, 28040 Madrid, España.

Correo electrónico: b.ranea@ucm.es

Abstract

Homosociality and Secrecy in the Experience of Men who Pay for Prostitution in Spain

Paying for prostitution is a male practice that transcends the individuality of the subjects who carry it out, since it has to be connected with the construction of masculinity and the fraternization rituals in the context of which these experiences occur. The consumption of prostitution for many men is a group ritual of masculinity and, for others, it acquires a collective dimension when the experience is shared through narration linked to the secrecy of the *gentlemen's agreement*. In order to explain the homosociality and secrecy involved in the experiences of men who pay for prostitution, this paper presents the results of a qualitative research study which included in-depth interviews with men who paid for female prostitution in Spain.

Keywords: Masculinity, prostitution, homosociality, secret.

Introducción

Según los datos macrosociales disponibles en España, el 32% de los hombres ha pagado por prostitución alguna vez en su vida, mientras que sólo el 0,1% de las mujeres lo había hecho (CIS, 2009)¹. Por esto, abordaremos la prostitución como una práctica masculina y, en concreto, en este artículo se reflexiona sobre el carácter colectivo de la misma y el secretismo sobre el que se construye.

Así, se analiza la prostitución como una práctica masculina que para muchos hombres adquiere un carácter de ritual grupal, bien porque la práctica prostituyente se lleva a cabo de forma colectiva, o bien porque adquiere ese carácter colectivo cuando es narrada a otros hombres. De esta forma, la práctica cobra un significado grupal tanto cuando se va en grupo como cuando es relatada de unos hombres a otros.

Este carácter grupal nos permite interpretar la prostitución como una experiencia homosocial en la que se representa la masculinidad hegemónica frente al grupo de iguales (Flood 2008). La homosocialidad vertebró el aprendizaje, la construcción y reafirmación de la masculinidad. Los hombres que aparecen en los discursos de los entrevistados, o bien son referentes que les enseñan sobre sexualidad, o bien son pares con los que comparten experiencias narradas o vividas: hablan de prostitución con ellos o bien acuden a prostitución con ellos. Se puede afirmar que existe cierta presión grupal (Banyard 2017) porque si el mandato grupal anima a consumir prostitución, aquel que se niegue no será reconocido como un *auténtico hombre*, ni será reconocido como parte del grupo de iguales. De tal manera que, ante el grupo de pares, uno se comporta como el resto esperan que lo haga. La prostitu-

¹ No contamos con datos al respecto desde 2009 y, por tanto, estos porcentajes pueden estar desactualizados.

ción cumpliría la función de afirmación del grupo de iguales del que, además, se excluye a las mujeres y, como se verá más adelante, el secreto compartido sirve para tejer vínculos entre los hombres, “al crear una dinámica grupal forjada en la clandestinidad, el secreto y la complicidad” (López y Baringo 2006, 18).

Cuando se realiza en compañía, el carácter performativo de la masculinidad adquiere aún mayor relevancia, pues el espacio de prostitución se convierte en un escenario de representación de la masculinidad frente al grupo de iguales, que le reconocen en tanto hombre a través de la práctica colectiva de instrumentalización y subordinación de las mujeres. Por ello, la identidad como clientes de quienes acuden en grupo se construye de forma colectiva. En este sentido, Silvia Chejter (2011) argumenta que la identidad del hombre se diluye en el grupo, en un *nosotros* que realiza la misma práctica.

El carácter grupal que adquiere la prostitución para muchos hombres permite que sea significada como un escenario de confraternización masculina, a través del cual los hombres generan ese sentimiento de *ser parte de* una amistad con otro amigo, un grupo de amigos o de compañeros de trabajo. En esta confraternización, como señala Flood (2008), las relaciones sexuales con mujeres son utilizadas por los hombres heterosexuales para generar lazos entre ellos. Es decir, compartir la experiencia en los espacios de prostitución y/o compartir la narración de la experiencia refuerza los vínculos masculinos heterosexuales. En estos ambientes homosociales se torna imprescindible demostrar la jerarquía respecto a las mujeres para mostrar la heterosexualidad. En la hermandad viril, donde los hombres que se reconocen frente a los otros y que son dotados de sentido de forma colectiva, a su vez necesitan a las mujeres como objetos (no sujetos) para mostrar que se alejan de la homosexualidad (que es representada como menos masculina). En las prácticas masculinas grupales es esencial contar con instrumentos para demostrar la auténtica hombría, como, por ejemplo, la violencia, la experiencia heterosexual o emociones como la rabia, la ira o el enfado. Si esto no sucede, el ambiente homosocial se relaciona con la homosexualidad. De esta manera, estos hombres desean estar con otros hombres, con sus iguales, pero han de hacer explícito que esta confraternización no tiene carácter (homo)sexual entre ellos. De ahí la importancia de los espacios de prostitución como escenarios de poder masculino donde, en principio, ninguno duda de la masculinidad (heterosexual) del otro.

De esta forma, “ir de putas”² es un escenario perfecto para representarse como un *auténtico hombre*, encarnando la masculinidad hegemónica no cuestionada ni por el grupo de iguales que acompaña ni por las mujeres prostituidas. El cuerpo-objeto de las mujeres es representado como un instrumento para que los hombres se comuniquen entre ellos expresando su masculinidad. Es decir, se busca el reconocimiento del estatus de masculinidad hegemónica de los unos a los otros.

² Se utiliza esta expresión tomada de los propios entrevistados y del *argot* de los grupos de hombres.

Como señala Amorós (1992, 53), “[l]a mujer, como objeto transaccional de los pactos entre varones, cumple aquí una función especial en los rituales de confraternización de los pares”. De esta manera, la mujer en prostitución se convierte en una mediadora simbólica entre los hombres, que, a través de su instrumentalización, reafirman su masculinidad a nivel individual y colectivo. El espacio de prostitución es percibido como un espacio homosocial en el que las mujeres aparecen como instrumentos también para sellar pactos entre varones.

Por todo lo expuesto, se puede hacer un paralelismo entre las tesis de René Girard (1983) y el significado de la prostitución en las sociedades contemporáneas, porque la mujer prostituida puede ser considerada una *víctima propiciatoria* en el ritual de la masculinidad. Girard expone que, cuando alguna comunidad entra en crisis, se incrementa la violencia, y aparecen ritos que, a través de *víctimas propiciatorias*, sirven para unir al grupo y establecer de nuevo el orden. De esta manera, ante los avances en igualdad de género y la incertidumbre identitaria masculina³, se necesitan mujeres como víctimas propiciatorias utilizadas en el ritual grupal de la masculinidad prostituyente para reconstruir el orden de género en términos patriarcales.

La prostitución se configura como un escenario en el que la fraternidad masculina representa su poder, a través de la segregación de género, pues las mujeres no vinculadas a la prostitución son vetadas de los espacios de prostitución. Las “afiliaciones horizontales” (Armstrong 1991, 91) masculinas se crean y se recrean en los escenarios de prostitución.

Metodología

Se trata de una investigación cualitativa en la que se llevaron a cabo 15 entrevistas⁴ en profundidad a hombres consumidores de prostitución con diferentes perfiles sociodemográficos residentes en España. Las entrevistas proporcionaron gran cantidad de información sobre sus experiencias y percepciones en torno a la masculinidad en relación a la prostitución de mujeres.

Se considera relevante describir el proceso de búsqueda de entrevistados por la dificultad y complejidad del mismo. Investigar a hombres consumidores de prostitución es una tarea complicada, no sólo por las labores de contacto, sino también para conseguir cooperación por parte de ellos, muchos de los cuales desean permanecer ocultos y anónimos (Monto 2004). Por añadidura, al tratarse el consumo de prostitución de una práctica masculina, hay que tener presente que el género femenino de la investigadora supone una limitación para establecer con-

³ Lo que algunos autores denominan la *crisis de la masculinidad*.

⁴ Anonimizadas.

tacto, aunque también es una oportunidad para indagar sobre la influencia del género en las entrevistas⁵.

La selección de la muestra fue incidental, siguiendo criterios que nos permitieran recoger discursos de perfiles relativamente diversos entre los entrevistados, buscando hombres con diferentes características sociodemográficas (edades, profesiones, niveles de estudios, ingresos económicos, etc.) que acudieran a diferentes espacios de prostitución, con diferente frecuencia y concurrencia. Como investigación cualitativa no se busca la representatividad sino la relevancia de analizar estos discursos con el fin de detectar elementos y factores relevantes para comprender en profundidad los significados atribuidos por los entrevistados a sus experiencias en relación a la construcción de la masculinidad y el consumo de prostitución.

Debido a que los clientes de prostitución forman parte de una población invisible y oculta, con el fin de rentabilizar la obtención de la información, no se centró el estudio geográficamente⁶ en una región específica del territorio estatal, sino que se aceptó la participación de aquellos demandantes que se mostraron dispuestos a participar en las entrevistas.

Para buscar entrevistados se diseñó un cartel-anuncio solicitando participación, donde se recogía la información básica de la investigación, el teléfono y el e-mail de contacto. El cartel se difundió por listas de e-mail, se compartió en redes sociales y en foros de internet de usuarios de prostitución; se imprimió y colgó en zonas como Ciudad Universitaria de Madrid; y fue entregado en mano a hombres que acudieron a hacerse pruebas de VIH y otras ITS a una unidad móvil de una entidad social. El método con resultados más positivos para obtener participantes fue la bola de nieve entre contactos y entre algunos de los propios entrevistados, que compartieron la información a otros hombres potenciales participantes.

Se cerró el trabajo de campo con 15 participantes (que se corresponde con el número mínimo de participantes que se había establecido inicialmente como tamaño de la muestra).

⁵ Para profundizar en esto se recomienda el siguiente texto: Beatriz Ranea Triviño. 2020. "¿Qué hace una chica como tú en un sitio como éste? Mujeres investigando masculinidades: el caso de la demanda de prostitución". En *Hombres, género y patriarcado: reflexiones, cuerpos y representaciones*, coordinado por Anastasia Téllez Infantes, Javier Eloy Martínez Guirao y Joan Sanfélix Albelda. Madrid: Editorial Dykinson.

⁶ En cuanto a la diversidad geográfica, no se han encontrado diferencias significativas entre los discursos de unos entrevistados y otros respecto a las prácticas y las percepciones sobre las mujeres. La única diferencia hallada tiene que ver con la diferencia entre el medio rural y el medio urbano fundamentalmente en la accesibilidad a los contextos de prostitución, como se explicará en el análisis de las entrevistas.

Tabla 1:
Perfiles básicos de los hombres entrevistados

Código entrevista	Edad	Residencia	Nivel estudios	Ocupación
E1	35	Madrid	Formación profesional	Desempleado
E2	34	Jaén	Licenciado	Desempleado
E3	34	Argel y Badajoz	Arquitectura técnica	Aparejador
E4	32	Madrid	Bachillerato	Comercial
E5	30	Barcelona	Diplomatura (no específica)	Comercial
E6	44	Gijón	Diplomatura (no específica)	Recepcionista
E7	29	León	Formación Profesional Grado Superior	Desempleado
E8	29	Madrid	Educación Secundaria Obligatoria	Vigilante de seguridad
E9	40	Madrid	E.G.B.	Camarero
E10	47	Madrid	No contesta	Director y actor empresario de la industria pornográfica
E11	35	Málaga	Licenciado	Estudia oposiciones
E12	48	Madrid	B.U.P.	Consultor
E13	44	Alcorcón	Formación Profesional Grado Superior	Desempleado
E14	28	Pueblo de Ávila	Posgrado (profesorado)	Maestro de educación infantil
E15	38	Madrid	Bachillerato	Conserje

En cuanto a la estructura del guion de las entrevistas, fue diseñado dividido en dos grandes bloques sobre percepciones y comportamientos sobre sexualidad y, por otro lado, percepciones y comportamientos sobre prostitución.

Resultados y discusión

‘Ir de putas’ como ritual grupal masculino

En el caso de las primeras experiencias en prostitución, para varios de los entrevistados, la propuesta de acudir a la prostitución proviene del grupo de igua-

les masculinos o de algún referente masculino de forma individual. Así, hay que destacar la importancia de los referentes masculinos que aparecen en algunas de las narraciones y que son facilitadores que les introducen en los espacios de prostitución. Compartir la experiencia hace que la prostitución se convierta en un escenario ritual de reforzamiento del vínculo masculino. Esto es, se confraterniza mediante las enseñanzas y aprendizajes de otros miembros del grupo en los que mirarse y a los que no se desea defraudar. Estos hombres devienen demandantes de prostitución de forma grupal como herramienta de nexo entre ellos. Además, el consumo de prostitución aparece como un *continuum* en el que unos van introduciendo a otros.

[...] estábamos tomando copas en casa, aburridos la verdad, y fue como, fue otro que dijo ¿nos vamos de putas? Y dijimos pues sí, vámonos, ¡vámonos! ¡Venga, va, va! Que esto es un cachondeo, que no sé qué y no sé cuánto, las típicas cosas que hacemos los tíos absurdas y lo haces, ¿no? Y nos fuimos al Escorpio, llegamos al puticlub. (E3)

Comencé a consumir prostitución cuando trabajaba en una empresa de reparto de publicidad porque mis compañeros iban cada viernes. (E4)

La primera vez, primera, primera fui con amigo que me dijo: “ven, ven, ¿nunca has entrado en un sitio de éstos?” Y le dije: no. “Ven, ven”. Y era un sitio, un bar, donde las tías estaban en bolas, solo con un tanga y las tetas fuera. Yo me quedé loco ¡hostia! Mira, mira que va con la teta fuera, ¿qué es esto? Yo aún conservo esa amistad, hace ya treinta años, y muy buena... Cuando salí de ahí dije: tengo la corazonada de que vamos a ser grandes amigos [se ríe]. (E10)

[...] un buen día, no sé, surgió la cosa, me iba más con un amigo más mayor, tenía coche, a lo mejor tenía él 26 y yo tendría 17 años, sí, era menor de edad y luego mi otro amigo me parece que tenía 18 años, y venga, tal, quedamos y fuimos ahí y lo hice y “oye, ¿qué tal?”, bien, tal... (E8)

[...] me lo recomendó un amigo, me dijo: “vente conmigo, que verás”, y efectivamente... Es una labor social y didáctica la que hicieron conmigo. Tuve suerte, ojo, porque yo también intenté hacer la jugada con otro amigo mío y salió fatal, fatal, fatal... Era una estúpida la tía y una borde y una... Y el pobre chaval salió traumatizado. (E13)

Por esto, la prostitución aparece como un escenario de confraternización de las masculinidades patriarcales. Las mujeres son mediadoras simbólicas entre los hombres:

[...] a lo mejor salía con un amigo y entonces, un día pagas tú, otro pago yo, y así como que te dolía menos. Y salíamos de fiesta, llegaban las tres [mira el reloj como simulando la situación] y decías vámonos [se ríe], y nos íbamos. Y la verdad es que como experiencia estaba muy bien, luego nos contábamos así las cositas y tal y estaba gracioso, ya no sólo por hacerlo sino por los momentos de contarnos las cosas, de colegueo y todo eso. (E8)

Por otro lado, otros entrevistados relatan que tomaron la decisión de acudir a la prostitución tras leer las experiencias de otros hombres en foros de internet donde hombres prostituidores intercambian opiniones, experiencias, recomendaciones, etc. Los foros de internet se constituyen como comunidades virtuales que dotan también de un carácter colectivo a las experiencias de estos hombres, incluso cuando han acudido en solitario a la prostitución. Por ello, hay que destacar la relevancia de estas comunidades virtuales para leer las experiencias de otros demandantes y sentirse parte del grupo:

Internet me ha enganchado al porno, a las putis, a todo. Sí, porque es como que te lo normaliza todo, digamos, estás desde tu casita con tu ordenador pones porno y te sale hay un montón, todos los tipos de porno que existen y las putis pues empecé con una página web esta de uno que es un actor porno o no sé qué, empecé a ver experiencias y esto y me gustó. (E5)

[...] en internet en un foro había una chica que era masajista, no era prostituta si no que era masajista erótica [...] voy a Google, lo pongo a ver eso que era y ver el tipo de masaje que era. Entonces también venían resultados de los típicos foros en los que chicos cuentan su experiencia pues he ido a ver a esta chica y hemos hecho esto y esto, los típicos foros... (E11)

Asimismo, en los siguientes relatos se aprecia esa percepción de “ir de putas” como ocio masculino, vinculado a salir de fiesta con el grupo de amigos, acudir a la prostitución para terminar la fiesta, o con compañeros de trabajo al terminar la jornada laboral:

[...] en esos dos años que estuve sin pareja estuve igual haciendo uso de esto, me junté también con los amigos éstos que a lo mejor salíamos de fiesta y tal...

Entrevistadora: Saláis de fiesta y luego ¿a Casa de Campo?

No, eso ya íbamos a algún piso. Además, ahí ya empezó el declive de casa de Campo, empezaron a cerrarlo y se trasladaron a Marconi. Y ya digo, íbamos a algún piso, íbamos buscando las habichuelas. (E8)

[...] algunas veces voy con los amigos o voy solo. Normalmente en el trabajo, con algunos amigos, te vas con ellos, vas en el coche... Por ejemplo, este que te digo está en la carretera, yo no tengo coche así que me voy con algún amigo, con uno o dos. (E9)

El carácter ritual grupal de la prostitución es fundamental para comprender el significado de la misma en el contexto actual. Los espacios de prostitución se constituyen como masculinos y masculinizantes, donde la fraternidad no es interpelada, sino que se mueve de forma *cómoda* porque mediante el pago se minimiza la posibilidad de rechazo por parte de las mujeres.

El secreto de las experiencias en prostitución

El secreto entre hombres vertebró las experiencias en prostitución porque esta práctica es compartida (casi) exclusivamente con éstos. De los 15 entrevistados, dos de ellos contestaron que no se lo habían contado a nadie; uno de ellos tan solo a una psicóloga; siete de ellos solo lo han compartido con otros hombres (normalmente amigos y/o compañeros de trabajo); tres lo han compartido con hombres y con “algunas amigas”; y dos de ellos se han expuesto públicamente contando sus experiencias (uno como gestor de un foro y personaje público en este sentido; el otro porque concedió una entrevista a un medio de comunicación). Por esto, podemos decir que prácticamente la mayoría de los entrevistados afirma que o no lo sabe nadie o solo tienen conocimiento de su práctica prostitucional otros hombres. Rostagnol (2011) se refiere al *pacto de silencio* entre los hombres en torno a la prostitución, ya que guardan el secreto entre unos y otros. De esta forma, el secreto y ese pacto de silencio entre el grupo de iguales sirve para reforzar los vínculos homosociales en torno a experiencias que no se comparten con mujeres no vinculadas a la prostitución.

En este sentido, es pertinente retomar a Georg Simmel (2014, 389) que destacaba la importancia del secreto en la configuración de las identidades tanto a nivel individual como colectivo. El secreto compartido es un nexo de unión grupal que les diferencia frente a las mujeres y genera un sentimiento de pertenencia a la comunidad masculina, a la fratría (Amorós 1990).

Además, la cuestión de los *equipos* que aborda Martín Criado (2014) es importante en este estudio, porque algunos de los entrevistados comparten experiencias en prostitución dependiendo del “equipo” en el que se encuentren. Si analizamos el caso de la familia, prácticamente ninguno de los entrevistados habla de prostitución en este ámbito, y si alguno lo ha hecho, ha sido siempre con la figura paterna – y, por tanto, con otro hombre – pero nunca con su madre. En cuanto a los amigos, alguno de los entrevistados hizo referencia a grupos de amigos con los que sí comparten estas experiencias, mientras que con otros no, especialmente, aquellos grupos de amigos en los que había mujeres. Todo esto se puede relacionar con el valor de los discursos en el *mercado* de interacción, tal como explica Bourdieu (2008), esto es, dependiendo de la interacción, exponer los discursos sobre sus experiencias en prostitución modifica el valor social de quienes producen ese discurso. Así, frente a otros hombres, compartir la experiencia sobre consumir prostitución puede tener valor en tanto en cuanto aumenta el reconocimiento de su estatus de masculinidad respecto al grupo de pares; sin embargo, frente a las mujeres, como se verá, no tiene ese valor y puede dañar su reputación.

Este secreto va unido al anonimato social, pues como se ha señalado con anterioridad, la mayoría de los entrevistados viven el consumo de prostitución desde el anonimato y se mostraron preocupados en cuanto que la entrevista pudiera quebrar su deseo de permanecer invisible. Como señala Susana Rostagnol

(2011, 70), “[s]e observa entonces que el ‘cliente’ varón no solamente está comprando sexo, también compra certezas relativas fundamentalmente en torno a su no exposición pública, quien es pública es la mujer; nunca el varón”.

La masculinidad no sólo es representada sino que también es discurso y, por tanto, a los entrevistados se les preguntó acerca de las personas de su entorno que tienen conocimiento de su actividad como consumidores de prostitución. Recogemos a continuación extractos de la masculinidad narrada, y de la confraternización que se realiza a través de la narración de las experiencias en prostitución con el grupo de iguales. Otros estudios destacan que la mayoría de los hombres o bien no se lo había contado a nadie, o bien lo comparten solo con otros hombres (Coy *et al.* 2007; Birch 2015).

Sí que es verdad que tengo algunos amigos que cuando hablamos de ello, hablamos con más normalidad que con otros que no van o que no lo cuentan... Pero no sé, es que tampoco me hablan mucho... A lo mejor me dicen: “hoy me he ido de putas”... (E1) [...] este tipo de conversación normalmente la tienen los pibes como un poco para sentirse como hostia, que machote, nos hemos ido de putas. (E3)

Lógicamente con los que más lo hablo es con los del trabajo y tal, si tú hablas muchas veces acaba saliendo por ellos solos. Yo un chaval del gimnasio me lo encontré en *El Conejo*⁷ y ahora ya nos vamos ya por ahí con él, digo: ¿tú qué haces aquí? Todos vamos a lo mismo. (E9)

Tras este fragmento de la entrevista, dudó sobre si alguno de sus amigos acudía a la prostitución y añadió lo siguiente indicando que él inició a otro amigo en el consumo de prostitución. De tal forma que, como se ha señalado previamente, unos hombres inician a otros en el consumo de prostitución:

Tengo a uno que lo enganché hace unos años en el tema.

Entrevistadora: ¿Se lo dijiste tú?

Sí, le dije: pasa ya del tema, déjate de tal, de conquistarlas y que te cuenten su vida, que son muy pesadas y dije, le enseñé el *loquo* y tal y lo probó y le enganché y se metió al tema. Y después se fue a Londres y también probó algunas allí, pero... Ahora hace poco me dijo que se había hecho ya bastante rutinario y este era jovencillo, y normalillo, más o menos normal, la verdad es que no era un Brad Pitt [se ríe], pero bueno, es lo que hay... Mejor así, se lo pasa bien. (E5)

Respecto a si conocían a más hombres que consuman prostitución, todos menos uno de los participantes coinciden en afirmar que sí, es decir, otros hombres también han compartido la experiencia con ellos:

⁷ Nombre de un club de alterne.

Ellos van más... Es diferente, sí que hacen cosas como yo pero sí que a lo mejor van a clubs y a pisos de estos, porque hay pisos en los cuales tú vas a cualquier hora y siempre hay chicas y te las presentan... (E1)

[...] algún amigo sí que lo ha dejado caer un poco así en algún momento sí. (E11)

No, se callan como putas [se ríe], alguno habrá pero... Además, es que yo en el trabajo vivo rodeado de *millennials* entonces supongo que existe algo así como la ficción tácita de que los jóvenes no van de putas porque no lo necesitan, ¿sabes? (E12)

En el contexto español, el dicho popular “callada como una puta” recoge la idea de que el *pacto de silencio* incluye también a las mujeres prostituidas, de las que se espera que no desvelen el secreto masculino.

Sí, esporádicas y alguna relación. Ahora estoy en una relación y vas a decir, ¡que cabrón! Porque sigo... Tengo confianza con las chicas... Una prostituta en un libro decía que ellas son las que más saben de los hombres, y no le falta razón porque a ellas les puedes contar todo, en las relaciones siempre hay cosas que no puedes contar. (E4)

Cuando se les preguntó si compartían la narración de la experiencia con las mujeres de su entorno, la mayoría contestaron que no. Se puede afirmar que este pacto sirve para reproducir la división de las mujeres entre *públicas* y *privadas*; donde las *privadas* no deben conocer lo que ocurre entre los hombres y las mujeres *públicas*. Hay que destacar que en los relatos de los entrevistados aparecen mujeres que fueron mencionadas como amigas, compañeras de trabajo, parejas de amigos o conocidas, y se observa la importancia de la reputación frente a estas mujeres no vinculadas a la prostitución, que son percibidas como posibles parejas sexuales en potencia. Por tanto, para salvaguardar su reputación frente a las mujeres *privadas*, a éstas no se les narra lo que ocurre con las mujeres *públicas*. Así, el hombre sigue manteniendo su reputación con las mujeres *privadas*. Estos hombres transitan entre las *privadas* y las *públicas*, pero excluyen a las mujeres *privadas* de lo que ocurre en la prostitución, de tal forma que actúan como agentes en la perpetuación de la hetero-designación patriarcal, la división entre las *unas* y las *otras*. En esta segregación por género, a una mujer en un clima de cierta confianza también se lo pueden reconocer, sobre todo, si no se trata de una mujer objeto de deseo. Reproducen una visión en la que una amiga, a diferencia de un amigo hombre, no deja de ser vista como una pareja sexual en potencia y, por tanto, protegen esa parte de su identidad porque si lo desvelan ponen en riesgo las posibilidades de mantener relaciones sexuales con esas mujeres. Así lo expresa en el estudio que realizó en Australia Philip Birch (2015), pues algunos de los participantes no comentaban con mujeres que ellos son demandantes de prostitución porque creían que eso influiría en que ellas tuvieran una visión negativa y limitaría sus posibilidades de mantener una relación convencional con ellas. En los siguientes fragmentos los entrevistados explican por qué no comparten la narración de la experiencia prostitucional con las mujeres:

[...] mejor que no sepan nada, ellas me tienen que ver como un chico, tengo que aparentar, como un chico serio, formal, con valores [se ríe]. Luego si no, tú imagínate que traen a una amiga nueva al grupo, y tú quieres algo con ella pero le van a decir “ese es un putero”, que bueno tampoco soy tanto pero... [se ríe] Entonces ya esa idea la tiene preconcebida la nueva chica que entra al grupo, y no va a querer hacer nada, entonces te estás cerrando puertas. Con un amigo no porque él también lo ha hecho y se va a callar porque si dice algo, tú vas a decir: ¡y tú también! [Se ríe]. (E8)

No, es que como yo tengo también el éste de que yo creo que a las chicas, a las mujeres esto no es una cosa que les guste mucho, entonces intento... No le voy a llegar y decir: “he hecho esto...” y van pensar que lo hago siempre y no es una cosa así. Que no es una cosa que diga... A una chica no se lo contaría. (E1)

A las que son amigas muy íntimas no, no lo saben, en general no voy contándolo ahí a todo el mundo porque a las chicas es un poco más delicado el tema, supongo no lo sé.

Entrevistadora: ¿Por qué dices que es más delicado?

Hombre porque [silencio]... Porque se dice de broma con los tíos estas cosas. (E5)

[...] a las amigas está descartado [...] Son gente muy heterogénea y les gusta hablar del tema, pero entre los chicos solo. Con las chicas nunca se habla de... [silencio]. (E7)

[...] digamos que cuando he estado con las compañeras de trabajo, por ejemplo, no lo aceptan, se extrañan que tú te hayas ido con prostitutas [...] o lo viesen como algo malo. Por eso con mujeres no hablo de... (E9)

Además, como señala Sunderland (2004, 28), un discurso existe en tanto que es “socialmente reconocido” al menos por algunas personas que comparten ese marco de significados. Al tratarse de una práctica masculina, es un discurso socialmente reconocido y asociado al género masculino y se estima que no será reconocido ni entendido por las mujeres que son excluidas de estas prácticas y de los relatos sobre las mismas.

[...] aunque un hombre que no haya acudido nunca a estos sitios como que piensas, eres un hombre y me vas a entender de algún modo, eres un hombre y tienes necesidad entre comillas, lo que pasa es que esa necesidad cada uno la gestionará como crea conveniente pero como hombre sí me vas a entender. Pero a lo mejor con una mujer siempre existe esa cosa de no me va a entender, no va a entender esas necesidades masculinas. (E11)

Por otro lado, hay que destacar que los consumidores de prostitución reproducen los discursos normativos sobre la sexualidad masculina heterosexual y reafirman su masculinidad hegemónica en los contextos de prostitución; no obstante, algunos se conciben a sí mismos en tanto oprimidos o se comparan con grupos sociales que se encuentran en situación de desventaja social respecto a ellos. Como afirma Sabine Grenz (2005), los clientes de prostitución no pueden ser comparados

con grupos oprimidos o subordinados socialmente porque el mero hecho de consumir prostitución es posible por la situación de privilegio social en la que se construye su subjetividad. Así, los participantes son hombres heterosexuales con el poder adquisitivo suficiente para materializar su deseo sexual de acceder a relaciones sexuales con mujeres.

Encontramos que algunos producen una inversión de significados en sus relatos, tratando de posicionarse en una situación de desventaja social en la que no se encuentran. Ellos no están en el mismo plano de la estructura social que las mujeres en situación de prostitución y ubicarse al mismo nivel es resultado de la negación de la desigualdad de género y la jerarquía en la que se construye la masculinidad frente a la feminidad. La inversión de significados les permite, de un lado, autopercebirse como parte de un grupo oprimido; y, por otro lado, desplazar la responsabilidad ante sus acciones y prácticas y no se hacen cargo de sí mismos, de su agencia, sus decisiones y sus comportamientos. Algunos se refieren al *estigma* que portan como consumidores de prostitución. No obstante, el estigma social tradicionalmente ha recaído sobre las mujeres. Las prostitutas han sido representadas a lo largo de la historia como *desviadas*, *culpables* de la prostitución, *viciosas*, *pecadoras*, han sido marginadas, estigmatizadas y tratadas como un riesgo para la salud pública y para la moral de la sociedad. Por el contrario, el hombre que deviene cliente de prostitución es percibido como un hombre que manifiesta el deseo sexual *natural* masculino. Además, las prostitutas han sido tradicionalmente quienes han portado la carga visible de la prostitución, mientras ellos han permanecido en el anonimato, como señala Marttila (2008, 38): “[l]os distintos actores en prostitución, no tienen igual acceso a la invisibilidad”, porque los clientes de prostitución sí tienen el *don* de la invisibilidad. Por tanto, no se trata de estigma para ellos, sino de la invisibilización del privilegio masculino. Esa invisibilidad les permite mantener su “reputación” frente a las mujeres privadas, es decir, la invisibilidad les permite mantener la posibilidad de caminar entre las mujeres *privadas* y las mujeres *públicas*. En este sentido, hay autoras como Osborne (2004) y Corso (2004) que hacen referencia al estigma del cliente, pero eso supondría admitir que el cliente está en el mismo plano social que la mujer y que la relación de prostitución se enmarca al margen de la estructura social. Es decir, esos planteamientos invisibilizan la desigualdad estructural de género y las relaciones de poder no sólo en términos de género sino también de clase y etnicidad que se (re)crean en los contextos de prostitución. La sociología ha de desvelar que la relación de prostitución no se produce entre dos individuos aislados, sino que dicha relación es un producto del contexto social desigual y, por ello, está imbricada en la intersección de desigualdades sociales que posibilitan su existencia.

Pero si vieras la persecución social que tenemos, es que me parece absurdo, una tía que tiene un pene en la boca, pues sí, pues sí, ¿qué me estás contando? ¿Hacer una ley porque esto es denigrante? (E2)

Es como una especie de estigma que es sobre todo el cliente, ellas dicen las trabajadoras que también pero al cliente, te crujen vivo. (E2)

[...] si se quiere destruir a alguien en esta sociedad, no hay más que decir que ejerció la prostitución. Un reportaje de hace tiempo de investigación que se demostró que una famosa, Malena Gracia ejercía, y digo, ¿y a mí qué? Pero eso te jode, te destruye. O aquello que fue como muy escándalo, que salió Bisbal... Que a cualquier persona la relacionen aunque sea tangencialmente con esto... Hay gente que no le afecta, futbolistas del Real Madrid, que ya se sabe [se ríe], Benzema, Ribéry y todos estos que estaban, que además eso fue con esta chica que era menor. (E4)

Por último, tres entrevistados afirman que no se lo han contado a nadie de forma directa. Lo viven desde la vergüenza y la humillación de haber fallado de alguna manera al mandato de la masculinidad de encontrar una pareja sexual o porque hay cierta disonancia cognitiva entre sus actos y sus planteamientos a nivel ético, ya que entienden que consumir prostitución es éticamente reprobable.

No, no lo sabe nadie. Ni los amigos ni nada, en eso sí que soy un poco raro y preferiría que no lo supiera nadie [...] vergüenza a lo mejor, que parece que es siempre un tema tabú y que parece que es mejor que no se sepa ¿sabes? Yo por vergüenza y lo que fueran a decir al enterarse la gente, no sé. (E14)

No he sido capaz de contármelo a mí mismo de la forma en que lo hago ahora contigo, como para compartirlo con alguien, sea hombre o mujer. Yo no acepto a las personas que pagan por sexo. No creo que tenga justificación posible. No soy capaz de mirarme en un espejo y de decirme que soy un putero. Me parece un acto cruel, siempre, haya sexo o no. Hablarlo con alguien cara a cara sería... Exigiría más valor del que tengo. (E15)

Conclusión

El carácter colectivo del consumo de prostitución se articula de diferentes maneras: quienes visitan en grupo los espacios de prostitución; quienes leen y/o relatan las experiencias en comunidades virtuales masculinas como los foros para demandantes de prostitución; y para quienes narran las experiencias en prostitución con otros hombres, porque a través del relato también se dota a estas prácticas de un carácter grupal y se confraterniza con otros hombres. A través de los propios discursos de los hombres que han participado en la investigación que aquí se ha presentado, se da cuenta de la importancia del grupo de iguales que convierte la prostitución en una experiencia vivida de forma colectiva masculina. Asimismo, se ha hecho hincapié en el rol que juega el secreto para unificar al grupo ya que la mayoría de los hombres que han participado en este estudio viven el consumo de prostitución desde el anonimato social y el secretismo hacia las mujeres que no están vinculadas a la prostitución.

El análisis del carácter colectivo del consumo de prostitución vinculado al pacto de silencio entre *caballeros* es fundamental para aproximarnos a la importancia del grupo de iguales masculinos en la reafirmación de la masculinidad, ya que será el grupo el que avale dicho estatus de masculinidad de cada uno de los miembros.

Referencias bibliográficas

- Amorós, Celia. 1990. "Violencia contra las mujeres y pactos patriarcales." En *Violencia y sociedad patriarcal*, editado por Virginia Maquieira y Cristina Sánchez, 39-53. Madrid: Editorial Pablo Iglesias.
- . 1992. "Notas para una teoría nominalista del patriarcado." *Asparkia. Investigació feminista* 1: 41-58.
- Armstrong, Nancy. 1991. *Deseo y ficción doméstica: una historia política de la novela*. Madrid: Cátedra.
- Banyard, Kat. 2017. *Pimp State: Sex, Money and the Future of Equality*. Londres: Faber & Faber.
- Birch, Philip. 2015. *Why Men Buy Sex: Examining Sex Worker Clients*. Nueva York: Routledge.
- Bourdieu, Pierre. 2008. *¿Qué significa hablar? Economía de los intercambios lingüísticos*. Madrid: Ediciones Akal.
- Chejter, Silvia. 2011. *Lugar común: la prostitución*. Buenos Aires: Eudeba y Universidad de Buenos Aires.
- CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas. 2009. Encuesta Nacional de Salud Sexual. Madrid: CIS.
- Corso, Carla. 2004. "Desde dentro: los clientes vistos por una prostituta." En *Trabajador@s del sexo. Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*, editado por Raquel Osborne, 121-134. Barcelona: Bellaterra.
- Coy, Maddy, Miranda Horvarth, y Liz Kelly. 2007. 'It's just like going to the supermarket': *Men buying sex in East London*. Londres: Child and Woman Abuse Studies Unit, London Metropolitan University.
- Flood, Michael. 2008. "Men, Sex, and Homosociality: How Bonds between Men Shape Their Sexual Relations with Women." *Men And Masculinities* 10(3): 339-359. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X06287761>
- Girard, René. 1983. *La violencia y lo sagrado*. Barcelona: Anagrama.
- Grenz, Sabine. 2005. "Intersections of Sex and Power in Research on Prostitution: A Female Researcher Interviewing Male Heterosexual Clients." *Signs* 30(4): 2091-2113. DOI: <https://doi.org/10.1086/428418>
- López Insausti, Rafael, y David Baringo. 2006. *Nadie va de putas. El hombre y la prostitución femenina*. Zaragoza: Logi, Organización Editorial.
- Martin Criado, Enrique. 2014. "Mentiras, inconsistencias y ambivalencias. Teoría de la acción y análisis de discurso." *Revista Internacional de Sociología* 72: 115-138. DOI: <https://doi.org/10.3989/ris.2012.07.24>
- Marttila, Anne M. 2008. "Desiring the 'Other': Prostitution Clients on a Transnational Red-Light District in the Border Area of Finland, Estonia and Russia". *Gender, Technology and Development* 12(1): 31-51. DOI: <https://doi.org/10.1177/097185240701200104>
- Monto, Martin A. 2004. "Female Prostitution, Customers, and Violence." *Violence Against Women* 10(2): 160-188. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801203260948>

- Osborne, Raquel. 2004. "Introducción." En *Trabajador@s del sexo. Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*, editado por Raquel Osborne. Barcelona: Bellaterra.
- Rostagnol, Susana. 2011. *Consumidores de sexo. Un estudio sobre masculinidad y explotación sexual comercial en Montevideo y área metropolitana*. Montevideo: RUDA-UNICEF.
- Simmel, Georg. 2014. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Sunderland, Jane. 2004. *Gendered Discourses*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Beatriz Ranea Triviño. Profesora asociada de Sociología y Opinión Pública, Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid. Doctora en Sociología y Antropología por la Universidad Complutense de Madrid con premio extraordinario de doctorado (2018/2019). Realizó el Máster Erasmus Mundus en Estudios de las Mujeres y de Género por la University of Hull (Reino Unido) y la Universidad de Granada. Autora del libro *Desarmar la masculinidad* (2021). Correo electrónico: b.ranea@ucm.es

Artículo recibido el 12 de Septiembre de 2020 y aceptado para su publicación el 05 de Marzo de 2021.

PROSTITUCIÓN Y CONFINAMIENTO: EL PUTERO 2.0

 *Águeda Gómez Suárez**

 *Rosa M^a Verdugo Matés***

Resumen

En este artículo analizamos el comportamiento de los clientes de prostitución o “puteros” durante los meses de confinamiento derivados de la pandemia global que estamos padeciendo. Pese al riesgo para la vida y la salud, en estos meses la demanda de sexo comercial en España no ha cesado, tal y como se desprende de los testimonios de las mujeres en prostitución y de los contenidos de los chats de puteros. Este hecho contradictorio demuestra la fortaleza actual del mandato de masculinidad patriarcal en España – primer país europeo en consumo de prostitución – y la hegemonía de un modelo de masculinidad fallido en su humanidad, incompatible con el momento de vulnerabilidad total que estamos sufriendo como sociedad.

Palabras claves: Masculinidad, cliente de prostitución, prostitución, confinamiento, pandemia.

Resumo

Prostituição e confinamento: o putanheiro 2.0

Neste artigo analisamos o comportamento dos clientes de prostituição ou “puteros” durante os meses de confinamento da pandemia global que estamos a viver. Apesar do risco para a vida e a saúde, nestes meses a procura de sexo comercial em Espanha não cessou, como se pode ver pelos testemunhos de mulheres na prostituição e pelos conteúdos dos chats dos clientes de sexo pago. Este facto contraditório demonstra a força atual do mandato patriarcal da masculinidade em Espanha – o primeiro país europeu em consumo

* Facultad de Ciencias de la Educación (Ourense), Universidad de Vigo, 32004 Ourense, España.
Dirección postal: Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad de Vigo – R/ Doctor Temes, s/n, 32004 Ourense, España.

Correo electrónico: agueda@uvigo.es

** Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais, Universidade de Santiago de Compostela, 15782 Santiago de Compostela, España.

Dirección postal: Facultade de Ciencias Económicas e Empresariais, Universidad de Santiago de Compostela – Avda. do Burgo das Nacións, s/n. Campus Norte – 15782 Santiago de Compostela, España.

Correo electrónico: rosa.verdugo@usc.es

de prostituição – e a hegemonia de um modelo de masculinidade que falhou na sua humanidade, incompatível com o momento de vulnerabilidade total que estamos a sofrer como sociedade.

Palavras-chave: Masculinidade, cliente de prostituição, prostituição, confinamento, pandemia.

Abstract

Prostitution and Confinement: The Whorer 2.0

In this article we analyze the behavior of prostitution clients, or “whorers”, during the months of confinement derived from the global pandemic that we are experiencing. Despite the risk to life and health, the demand for commercial sex in Spain has not ceased in recent months, as can be seen from the testimonies of women in prostitution and the contents of the chat rooms of prostitution clients. This contradictory fact demonstrates the current strength of the patriarchal masculinity mandate in Spain – the first European country in the consumption of prostitution – and the hegemony of a failed model of masculinity in its humanity, incompatible with the moment of total vulnerability that we are suffering as a society.

Keywords: Masculinity, prostitution clients, prostitution, confinement, pandemic.

1. Introducción

La prostitución es una pieza importante del crimen organizado, solo por detrás de la droga en cuanto a su alcance y a la cantidad de dinero que genera. El sitio web *Havocscope* estima que los ingresos mundiales procedentes de la prostitución rondan los 186 billones de dólares estadounidenses al año, ocupando España el segundo puesto con 26,5 billones¹. Lógicamente, este elevado volumen de negocio está asociado a un también elevado consumo de sexo comercial, tal y como evidencian diferentes estudios. Así, según una investigación realizada a finales de la década de 1990 en once países europeos, en España cuatro de cada diez varones mantuvieron alguna vez relaciones sexuales de pago, ocupando este país el primer puesto de Europa en el consumo de prostitución (Hubert *et al.* 1998). En investigaciones realizadas por organismos oficiales españoles también se constata un elevado consumo de sexo en contextos prostitucionales. En concreto, en una encuesta elaborada por el Instituto Nacional de Estadística (INE) y el Ministerio de Sanidad y Consumo se indica que, en el año 2003, el 27,3% de los hombres españoles pagaron alguna vez por servicios de prostitución (INE 2004). Posteriormente, en un estudio realizado por el Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) se señala que, en 2008, un 32,1% de los varones españoles mayores de 16 años recurrió alguna vez al sexo de pago (CIS 2009). Además, España no sólo es el país europeo con mayor consumo de servicios de prostitución, sino que también es el primer

¹ Estos y otros datos relativos a la prostitución en diferentes países del mundo están disponibles en <https://havocscope.com/prostitution-statistics/>

destino tanto de las víctimas destinadas a la explotación sexual (APRAMP 2005; APRAMP 2011; Ranea 2019) como de las víctimas de trata (APRAMP 2016; APRAMP 2018), operando ciertas zonas del territorio español como destinos del turismo sexual.

La prostitución es un fenómeno “generizado” ya que la casi totalidad de los demandantes de sexo comercial son hombres y la inmensa mayoría de las personas en prostitución son mujeres. En este sentido, la prostitución es una realidad en donde se manifiesta una ideología contraria a los principios de igualdad entre hombres y mujeres (Pateman 1995; MacKinnon 1998), y que institucionaliza una de las formas más exacerbadas de violencia de género. En este sentido, Beatriz Gimeno define la prostitución como una institución que estructura el patriarcado con el objetivo principal de mantener u ordenar la desigualdad sexual (Gimeno 2018). Además, la prostitución es una institución histórica que cambia al mismo tiempo que lo hace la sociedad, registrándose importantes modificaciones en esta fase del capitalismo neoliberal (García Massagué 2009; Gimeno 2012; Cobo 2017). De hecho, el “capital sexual” se ha convertido en una mercancía donde los individuos, principalmente las mujeres, transforman en mercancía su apariencia y sus atributos para integrarse y sobrevivir. Asistimos la denominada “pornificación de la cultura” en el mundo (Illouz 2020; Illouz y Kaplan 2020), ya que la pornografía se convierte en una narrativa social generalizada.

En el actual contexto pandémico, el confinamiento domiciliario severo o parcial, la distancia de seguridad, el fin de las aglomeraciones en espacios de ocio, etc., están suponiendo un punto de inflexión en las relaciones humanas. Sin embargo, y pese al riesgo para la salud y para la vida de las personas implicadas, la demanda de prostitución en España no cesó, tal y como se desprende de los testimonios de las mujeres en prostitución y de los contenidos de los *chats* de puteros. De hecho, a raíz de la pandemia del COVID-19, una de las temáticas de la agenda mediática fue la situación de la industria sexual “confinada” y de los riesgos de los espacios prostitucionales para la salud pública.

En este artículo analizamos la masculinidad patriarcal, y más específicamente la masculinidad patriarcal confinada, ya que resulta una pieza clave en la reproducción del patriarcado y de la violencia contra las mujeres. En concreto, el centro de nuestro análisis se reduce a uno de los actores fundamentales del fenómeno de la prostitución: los clientes, puteros o prostituidores, figura que, a pesar de su importancia en el mundo de la prostitución, sólo es tratada en el 1% de la producción científica al respecto (Ranea 2019). Pero antes de llevar a cabo este estudio revisamos la literatura académica sobre el cliente de prostitución en España, lo que nos permitirá visualizar las continuidades y las rupturas del comportamiento del putero antes y después de la pandemia.

2. Literatura científica sobre el putero español

El primer trabajo que analizó al cliente de prostitución en España fue elaborado por M^a José Barahona y Luis Mariano García. A partir de la información recopilada en 15 entrevistas a clientes de prostitución de las calles de Madrid, extrajeron cinco motivos alegados por estos hombres para recurrir al sexo de pago: la insatisfacción de las relaciones sexuales afectivas con sus parejas; la necesidad de obtener una mayor frecuencia y variedad de relaciones sexuales; el poder ejercitado por el hecho de pagar servicios sexuales; el deseo de satisfacer fantasías sexuales; y por último, la búsqueda de diversión, especialmente como experiencia grupal de varones (Barahona y García 2003).

Rafael López y David Baringo realizaron 12 entrevistas a diferentes perfiles de hombres consumidores de prostitución en Zaragoza. A partir de los datos obtenidos establecieron seis categorías de clientes: hombres a los que les costaba relacionarse con mujeres; varones que salían en grupo para divertirse; hombres casados que deseaban tener relaciones extramaritales como infidelidad menor; varones que tenían crisis de pareja y buscaban en el pago de servicios sexuales cierta venganza; hombres para los cuales el pago de servicios sexuales surgían como un elemento del ámbito laboral o de los negocios; y, por último, varones jóvenes que pagaban servicios sexuales porque les suponía una menor complicación y un menor esfuerzo (López y Baringo 2006).

La Asociación Askabide elaboró un estudio para definir el perfil del consumidor de prostitución en Vizcaya, recogiendo la información a través de formularios entregados a 94 clientes. Los resultados indicaron que dentro de los demandantes de sexo de pago predominaban los hombres solteros de entre 30 y 40 años, siendo las principales motivaciones para demandar este servicio la búsqueda de sexo sin compromiso y el deseo de realizar prácticas sexuales diferentes a las que realizaban con sus parejas (Asociación Askabide 2008).

El sociólogo Hilario Sáez y su equipo desarrollaron para la Fundación Iniciativa Social una investigación, aún inédita, titulada *¿Cómo somos los hombres? Masculinidades y consumo de prostitución en Andalucía*. En este trabajo analizan los discursos de hombres andaluces de diferentes clases sociales y edades mediante el uso de la técnica del grupo de discusión, presentando un panorama socioambiental de las actitudes hacia el fenómeno de la prostitución (Sáez *et al.* 2015).

Uno de los pocos trabajos de carácter cuantitativo destacables es el realizado por Carmen Meneses. A partir de una muestra de 138 clientes que cubrieron cuestionarios autogestionados, identificó las principales motivaciones de estos hombres para acudir al sexo de pago y las principales prácticas sexuales solicitadas por ellos. De las catorce razones para consumir prostitución que aparecían en el cuestionario, las tres con las que los clientes estaban en mayor acuerdo fueron: poder elegir a distintas mujeres; pensar que el sexo de pago genera menos problemas; y tener sexo rápido e impersonal (Meneses 2010).

Águeda Gómez y Silvia Pérez publicaron los resultados de una investigación en la que se analizan los relatos de hombres demandantes de sexo comercial en Galicia (Gómez y Pérez 2009)² y, posteriormente, ampliaron este estudio al resto de España (Gómez *et al.* 2015)³. En ambas investigaciones se concluye la inexistencia de un perfil sociológico concreto entre el grupo de hombres que pagaron por tener sexo con mujeres, ya que entre los clientes de prostitución aparecieron representadas todas las edades, clases sociales, etnias, niveles formativos, ocupaciones, ideologías políticas y situaciones sentimentales. Sin embargo, sí que se identificaron distintos acentos discursivos en la narrativa del putero. En concreto, se reconocieron cuatro relatos que en una escala gradual de subhumanización de las mujeres fueron: relato misógino (cosifica a la mujer), relato consumidor (compra lo que se vende), relato amigo (empatiza pero no politiza) y relato crítico (arrepentido) (Gómez *et al.* 2015).

A continuación, en el siguiente sección mostramos algunas continuidades y algunas rupturas que se observan en el comportamiento del putero poscovid.

3. El putero poscovid: continuidades y rupturas

Los perfiles discursivos de los clientes de sexo de pago muestran su continuidad en el putero poscovid, tal y como se desprende de los resultados aproximativos que se obtienen a partir del análisis de los relatos extraídos de los chats de puteros, de las entrevistas informales con clientes de prostitución y de los testimonios de mujeres en prostitución y de las ONGs que las atienden.

Ahora bien, la puesta en marcha del estado de alarma, el confinamiento y la reducción de los aforos en los diferentes negocios modificaron nuestras relaciones sociales. Así, patrones de sociabilidad masculina como las cenas de empresa, las despedidas de soltero o la última copa – que en bastantes ocasiones finalizaban en los clubs nocturnos – han experimentado una reducción considerable, lo que ha disminuido el consumo grupal de sexo comercial en estos locales. Sin embargo, se detecta un incremento del consumo individualizado de sexo de pago en pisos particulares controlados por la industria sexual. También se observa un auge del consumo de sexo virtual, destacando el incremento de las videollamadas con *webcams*

² En esta investigación se realizaron 17 entrevistas a clientes, 5 entrevistas a grupos de discusión de colectivos masculinizados (médicos, sindicalistas del metal y estudiantes de ciclo formativo de electricidad, informática y secundaria), 6 entrevistas a mujeres en prostitución, 2 entrevistas a transexuales en prostitución, 3 a dueños y gerentes de clubes de alterne, 3 a técnicos de servicios sociales que trabajan con mujeres en prostitución y a 1 trabajador de un club.

³ En esta investigación se aplicaron entrevistas en profundidad semidirigidas a 29 clientes, 13 mujeres en prostitución, 3 dueños de clubes y/o pisos, 4 trabajadores de clubes y/o pisos y 23 técnicos sociales, académicas y/o profesionales de los servicios sociales. Además, se llevaron a cabo tres entrevistas grupales a grupos de hombres en nueve comunidades autónomas españolas.

y de la porno-prostitución. En estas nuevas prácticas en *streaming* el putero *on line* paga para que otro individuo materialice sus deseos sexuales con la mujer prostituida. Las nuevas tecnologías permiten que este negocio llegue cada vez más lejos. En efecto, se ha extendido la figura de la *webcamer*, mujer que hace lo que el cliente les pide, a veces acompañada por otra mujer, a veces por un hombre (o más), que actúan a modo de *alter ego* del cliente *on line*. Y el putero puede tener un *show* privado si paga más (Lozano y Conellie 2020). Como señala la investigadora y activista Mabel Lozano,

Un hombre puede entrar en una sala de una mujer de Filipinas y pedir que la violen, que se meta de todo... Los hombres entran en línea y les piden que se metan martillos por el ano y la vagina, que se pongan pinzas en el pecho... Y eso no es virtual, es real. (*ibidem*)

Si bien es cierto que la pornografía siempre actuó a modo de *marketing* del negocio prostitucional, en la actualidad la frontera entre el mundo de la prostitución y el mundo de la pornografía se está desvaneciendo. El consumo de porno-prostitución ha aumentado, y para satisfacer esta creciente demanda se captan a mujeres y niñas para hacer porno *amateur* en internet a través de aplicaciones tan extendidas como *Onlyfans*, *IsMyGirl*, *Manyvids*, *Justforfans*, *Tinder*, *IWantFanClub* y otras similares. Hoy en día muchas mujeres adolescentes y jóvenes hacen uso de estas opciones para ganar algo de dinero y después se ven en una espiral de la que resulta difícil salir: la “ciberdelincuencia” chantajea y “sextorsiona” a estas mujeres con la difusión de sus vídeos ante entornos comprometidos si se niegan a seguir generando contenidos similares. Este es el aparato publicitario de la industria sexual: la pornografía *mainstream* que empresas como *Pornhub* ofertaron gratuitamente al inicio del confinamiento.

Es indudable que el impacto del confinamiento se ha traducido en un incremento de la vulnerabilidad y explotación de las mujeres en prostitución. Estas mujeres han sufrido situaciones de extrema necesidad alimentaria y habitacional y, al mismo tiempo, han visto como se incrementaban sus deudas con tratantes, proxenetas y explotadores, lo que las ha obligado a aceptar prácticas con clientes que en tiempos precovid nunca habrían aceptado. El contraste que se produce entre la banalización de la demanda de sexo comercial y el dramatismo de la situación de las mujeres en prostitución invita a la reflexión en torno al fenómeno de la prostitución, y en dicha reflexión la perspectiva de género, la feminización de la pobreza y la denominada “pedagogía de la crueldad” (Segato 2016) deberían ocupar un papel central.

En España, los estudios que se centran en el análisis de los clientes de prostitución comparten conclusiones muy similares, coincidiendo en señalar el papel hegemónico de la masculinidad patriarcal que pivota en una idea hipersexual de la virilidad (Connell 2003; De Miguel 2015) y que está en contra de la equidad de

género (Granxeiro 2017). Una de las conclusiones de estas investigaciones es que los consumidores de prostitución no buscan placer sexual, sino una motivación político-identitaria para obtener el status de “hombría” o, por lo menos, para parecer “hombres” ante el grupo de pares. El hecho social de ir a un espacio de prostitución se entiende como un acto expresivo dirigido, por un lado, al grupo de pares masculinos que examinan su grado de virilidad y, por otro lado, a las mujeres para recordarles que en el orden patriarcal ellas son las dominadas, explotadas y cosificadas. La subyugación del llamado “tributo femenino” permite al hombre ser reconocido y titulado como “sujeto masculino” (Segato 2014).

Pero, ¿qué ocurre cuando la sensación de vulnerabilidad vital de todas y todos se instala en nuestras vidas debido a una pandemia de dimensiones globales? ¿Qué ocurre con los puteros? En esta situación, la persistencia de estos modelos de masculinidad depredadora se convierte en un síntoma de anomalía social: hombres que siguen consumiendo sexo comercial a pesar de los riesgos para su salud y para su vida (y la de otras personas). La masculinidad patriarcal confinada ha resultado ser temeraria, irresponsable, egoísta e insolidaria, y continúa pivotando en torno a una hipersexualidad denominada por el patrón del “vividor-follador”. Este hecho demuestra la fortaleza actual del mandato de masculinidad tóxica y la hegemonía de un modelo de hombría fallida en su humanidad, incompatible con el momento de vulnerabilidad vital que estamos sufriendo como sociedad.

4. Hombres en busca de identidad

El sociólogo Pierre Bourdieu afirmó que el patriarcado fabrica hombres machistas mediante un sistema de dominación masculina que actúa como ideología hegemónica, que comporta una dimensión simbólica de jerarquías donde el dominador (el hombre) debe conseguir obtener de la dominada (la mujer) una forma de adhesión inconsciente, inmediata y pre-reflexiva de los cuerpos socializados (Bourdieu 2000). En este sentido, las categorías “masculino” y “femenino” se erigen como categorías políticas (Badinter 1993; Castells y Subirats 2007; Cobo 2020).

El contexto neoliberal y la “pedagogía de la crueldad” inoculan la falta de empatía en las relaciones humanas a partir de patrones educativos de carácter sexoafectivo entre los principales agentes de la socialización, caracterizados por una semiótica sexista y una pornografía misógina que atraviesa la cultura *mainstream* globalizada (Gabriel 2017; Alario 2018; Ballester y Orte 2019). Así, según Beatriz Gimeno diversos estudios muestran que las primeras experiencias sexuales de hombres con prostitutas, lejos de ser satisfactorias, son traumáticas, y en ellas el hombre aprende a disciplinar el miedo, el asco, la falta de empatía y a tener una erección sin importar la apetencia, siendo este el camino de la exaltación de la masculinidad (Gimeno 2018).

En la actualidad, gran parte del colectivo masculino ha perdido el poder económico, el poder en el seno de la familia y también el poder sexual. La vieja masculinidad hegemónica construida en base a la idea del padre de familia proveedor y protector está siendo sustituida por el “macho herido”, que se expresa en una hombría agresiva, machista y violenta, y que desdeña la autonomía de las mujeres como si se tratara de un ataque hacia los hombres. En consecuencia, el consumo de servicios de prostitución pervive al abrigo de un emergente modelo de identidad masculina patriarcal, el conocido como “vividor-follador”, que trata de resistirse a la pérdida de otro de los espacios hegemónicos del pasado: el poder sexual. La saña expresada en actos de violencia extrema muestra una hipermasculinidad (hombres-monstruos) que controla, domina y a veces destruye el territorio-cuerpo de la mujer a modo de víctima propiciatoria (Girard 2005). En este sentido, la misoginia del putero hacia las prostitutas, y del que hay constancia en los foros y redes sociales, es un odio contra todas las mujeres que los hombres no pueden expresar en su vida cotidiana (Gimeno 2018). Es así como el patriarcado fabrica hombres machistas, misóginos y puteros.

El acceso al porno, bien de forma intencionada o casual, se hace cada vez a una edad más temprana. La pornografía es más accesible y más agresiva que nunca, por lo que los niños de hoy están siendo moldeados en sus subjetividades y en sus gustos eróticos por esta escuela de sexualidad en la que se ha convertido el porno *maistream*, cuyo mensaje pedagógico principal es el de la crueldad patriarcal y misógina: el hombre es el que manda y el comportamiento de la mujer se adapta a lo que él pide. La pornografía va de poder, no de placer (Cobo 2020). La producción de la masculinidad en el contexto patriarcal y su relación con el consumo de sexo comercial se construye en referencia a los otros hombres y a un mandato de masculinidad cruel, que encuentra en el sexo comercial una oportunidad de realización identitaria. En tiempos de COVID-19, todas estas muestras de virilidad patriarcal (legal, cultural, simbólica y subjetiva) confirman el fallido proyecto de humanización civilizatoria de la masculinidad patriarcal, embrutecida y misógina. El consumo elevado de pornografía *mainstream*, brazo ideológico de esta estrategia de crueldad, resulta un ejemplo de la actual fortaleza del mandato de masculinidad patriarcal destinado a los varones, pese a los empujes sociales civilizatorios de la democracia, los derechos humanos y el feminismo. En este contexto de violencia contra las mujeres, la pornografía *mainstream* oferta mujeres cada vez más vulnerables para ser humilladas y torturadas.

5. Conclusiones

Durante la pandemia que asola al mundo, se ha podido observar como en España – primer país europeo consumidor de sexo comercial – la industria sexual se ha replegado a nuevos espacios más discretos y de mayor clandestinidad para

seguir ofertando sexo de pago. Si bien es cierto que el volumen de actividad sufrió una considerable reducción, también es innegable que la demanda de este tipo de servicios se ha canalizado a través de dos vías principales: por un lado, el consumo intensivo de pornografía *mainstream* y de porno-prostitución y, por otro lado, la organización de fiestas privadas y la ampliación de la oferta desde pisos controlados por la industria sexual.

Pero, ¿cómo es posible que pese al momento de vulnerabilidad vital y sanitaria, continuara la demanda de sexo comercial por parte de un número considerable de hombres? ¿Qué tipo de modelos socioeróticos y de masculinidad sustentan este tipo de actitudes y conductas? Para entender esta contradicción se debe acudir a explicaciones que implican partir del fuerte mandato de masculinidad hegemónica que determina la conducta de estos hombres. La fragilidad de la identidad masculina depende de este tipo de acciones depredadoras y crueles para con otros seres humanos (Girard 2005), en este caso las mujeres en prostitución. Ante la percepción de una virilidad amenazada, se opta por arriesgar la propia salud, la de sus entornos familiares y la de las propias mujeres en prostitución. El mandato expresivo de lo viril se impone frente a la racionalidad de la supervivencia humana y del bien común (Segato 2016).

La poderosa industria patriarcal de la cultura y el ocio (De Miguel 2015; Sáez *et al.* 2015) derivó la centralidad del espectáculo en la cosificación del cuerpo de las mujeres como una diversión más, pero a lo que realmente se asiste es a una tortura. En el actual contexto de neoliberalismo sexual, toda relación humana es susceptible de convertirse en una mercancía: la vida se transforma en cosa (de Miguel 2015, de Miguel *et al.* 2017; Cobo 2018; Segato 2019). En tiempos de COVID-19, las lógicas de la crueldad neoliberal pugnan frente a las lógicas del cuidado derivadas de la situación de fragilidad vital que todas y todos hemos experimentado. En estas circunstancias, la industria sexual se recicla apostando por la porno-prostitución, nuevas prácticas de explotación sexual en *streaming* en las que el putero *on line* paga para ver como otro individuo realiza con la mujer en prostitución las prácticas sexuales que él ordena.

La “pedagogía de la crueldad” y sus brazos ideológicos en esta estrategia de la monstruosidad, como la pornografía *mainstream*, programa a las personas para la baja sensibilidad, para la baja empatía hacia el sufrimiento ajeno, hacia un individualismo y un encapsulamiento muy cercano a lo que Hanah Arendt identifica con el totalitarismo (Arendt 2006), y que permite funcionar adecuadamente en ese orden consumidor y cosificador de vida (Bauman 2015). En efecto, el sistema prostitucional funciona como fórmula totalitaria de disciplinamiento a través de las redes criminales de trata de mujeres y niñas con fines de explotación sexual, y también mediante la organización de los espacios prostitucionales como campos de concentración donde se castiga y disciplina a las mujeres a través de amenazas, multas, sanciones, extorsiones y controles que acaban erosionando su dignidad (Galindo y Sánchez 2007; Atencio 2015; Granxeiro 2017; Tiganus 2017).

Las interacciones sexuales de nuestro tiempo están marcadas por ese sentimiento incierto. A diferencia de lo que sucedía hasta no hace tanto, hoy ya no se sabe cuáles son las normas que regulan esas relaciones, ni cuál es su objetivo preciso. Esta pandemia está generando una nueva forma de socialización más individualista, menos humanizada y menos empática. El reto actual al que se enfrenta la humanidad consiste en instalar otra “gramática de la socialidad” que desmonte el mandato de masculinidad hegemónica cruel y letal para poder iniciar un nuevo contrato sexual a través del camino de los afectos que trabaje a favor de la equidad, la justicia y de los derechos humanos.

Referencias bibliográficas

- Alario Gavilán, Mónica. 2018. “La influencia del imaginario de la pornografía hegemónica en la construcción del deseo sexual masculino prostituyente: un análisis de la demanda de prostitución.” *Asparkia: Investigación feminista* 33: 61-79. DOI: <http://dx.doi.org/10.6035/Asparkia.2018.33.4>
- APRAMP (Asociación para la Prevención y Reinserción de la Mujer Prostituida). 2005. *La prostitución, claves básicas para reflexionar sobre el problema*. APRAMP/Fundación Mujeres. Disponible en http://www.mujeresenred.net/IMG/pdf/prostitucion-claves_basicas.pdf (consultado 04/05/2020).
- APRAMP (Asociación para la Prevención y Reinserción de la Mujer Prostituida). 2011. *La trata con fines de explotación sexual*. [s.l.]: APRAMP. Disponible en http://www.apramp.org/upload/doc166_LATRATA.pdf (consultado 04/05/2020).
- APRAMP (Asociación para la Prevención y Reinserción de la Mujer Prostituida). 2016. *A pie de calle. Actuaciones con menores víctimas de trata*. APRAMP/Fundación Mujeres. Disponible en <https://apramp.org/download/a-pie-de-calle-actuaciones-con-menores-victimas-de-trata/> (consultado 04/05/2020).
- APRAMP (Asociación para la Prevención y Reinserción de la Mujer Prostituida). 2018. *Memoria de actividades*. APRAMP/Fundación Mujeres. Disponible en <https://apramp.org/wp-content/uploads/APRAMP.Memoria.2018.pdf> (consultado 04/05/2020).
- Arendt, Hannah. 2006. *Los orígenes del totalitarismo*. Madrid: Alianza.
- Asociación Askabide. 2008. *Perfil de clientes de prostitución en Bizkaia*. Bilbao: Mensajero.
- Atencio, Graciela. 2015. *Feminicidio*. Madrid: La Catarata.
- Badinter, Élisabeth. 1993. *XY: La identidad masculina*. Madrid: Alianza.
- Ballester Brage, Lluís y Carmen Orte Socías. 2019. *Nueva pornografía y cambios en las relaciones personales*. Barcelona: Editorial Octaedro.
- Barahona Gomariz, M^a José, y Luis Mariano García Vicente. 2003. *Una aproximación al perfil del cliente de prostitución femenina en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Dirección General de la Mujer.
- Bauman, Zygmunt. 2015. *Ceguera moral. La pérdida de sensibilidad en la moral líquida*. Barcelona: Paidós.
- Bourdieu, Pierre. 2000. *La Dominación Masculina*. Barcelona: Anagrama.
- Castells, Manuel, y Marina Subirats. 2007. *Mujeres y hombres: un amor imposible*. Madrid: Alianza.
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). 2009. *Distribuciones marginales. Encuesta nacional de salud sexual*. Estudio n^o 2.780. Noviembre 2008 – Enero 2009. Disponible en http://www.cis.es/cis/opencms/-Archivos/Marginales/2780_2799/2780/ES2780.pdf

- Cobo Bedía, Rosa. 2017. *La prostitución en el corazón del capitalismo*. Madrid: La Catarata.
- Cobo Bedía, Rosa. 2018. "El imaginario pornográfico como pedagogía de la prostitución." *Oñati Socio-legal Series* 9 (S1), S6-S26. DOI: <https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1002>
- Cobo Bedía, Rosa. 2020. *Pornografía: el placer del poder*. Madrid: Ediciones B.
- Connell, Robert. 2003. *Masculinidades*. Trad. Irene M^a Artigas. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- De Miguel, Ana. 2015. *Neoliberalismo sexual*. Madrid: Cátedra.
- De Miguel, Ana, y Laura Nuño Gómez (eds.). 2017. *Elementos para una teoría crítica del sistema prostitucional*. Granada: Comares.
- Gabriel, Karen. 2017. *Power of Porn Cultures* [online]. Disponible en <https://www.tni.org/files/publication-downloads/stateofpower2017-porn-cultures.pdf>
- Galindo, María, y Sonia Sánchez. 2007. *Ninguna mujer nace para puta*. Buenos Aires: Lavaca.
- García Massagué, Mónica. 2009. *Historia de los burdeles*. Barcelona: Editorial Océano.
- Gimeno, Beatriz. 2012. *La prostitución*. Barcelona: Bellaterra.
- Gimeno, Beatriz. 2018. "La nueva utilidad de la prostitución en el neoliberalismo." *Atlánticas: Revista Internacional de Estudios Feministas* 3(1): 13-32. DOI: <https://doi.org/10.17979/arief.2018.3.1.3077>
- Girard, René. 2005. *La violencia y lo sagrado*. Madrid: Editorial Anagrama.
- Gómez Suárez, Águeda, y Silvia Pérez Freire. 2009. *Prostitución: clientes e outros homes*. Vigo: Edicións Xerais.
- Gómez Suárez, Águeda, Silvia Pérez Freire, y Rosa Verdugo Matés. 2015. *El putero español: quiénes son y qué buscan los clientes de prostitución*. Madrid: La Catarata.
- Granxeiro, Carmen. 2017. *Benvindas ao club*. Disponible en <https://vimeo.com/290154154>
- Hubert, Michel, Nathalie Bajos, and Theo Sandfort. 1998. *Sexual Behavior and HIV/AIDS in Europe: Comparisons of National Surveys*. London: UCL Press.
- Illouz, Eva. 2020. *El fin del amor. Una sociología de las relaciones negativas*. Madrid: Editorial Katz.
- Illouz, Eva, y Dana Kaplan. 2020. *El capital sexual en la modernidad tardía*. Barcelona: Herder.
- Instituto Nacional de Estadística (INE) y Ministerio de Sanidad y Consumo. 2004. *Salud y Hábitos sexuales. Las conductas sexuales desde la perspectiva del sida*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística.
- López, Rafael, y David Baringo. 2006. *Nadie va de putas, el hombre y la prostitución femenina*. Zaragoza: Organización Editorial S.L.
- Lozano, Mabel, y Pablo Conellie. 2020. *Pornoexplotación*. Madrid: Editorial AlRevés.
- MacKinnon, Catherine. 1998. *Crímenes de guerra. Crímenes de paz. Los derechos humanos, las conferencias Oxford Amnesty de 1993*. Madrid: Editorial Trotta.
- Meneses, Carmen. 2010. "Factores motivacionales en una muestra de hombres españoles que pagan por servicios sexuales." *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría* 30 (107): 393-407.
- Pateman, Carole. 1995. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos.
- Ranea Triviño, Beatriz. 2019. "Masculinidad (hegemónica) resquebrajada y reconstrucción subjetiva en los espacios de prostitución." *Oñati Socio-legal Series* 9 (extra 1): 61-81. DOI: <https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1005>
- Sáez, Hilario et al. (2015). *Cómo somos los hombres: Masculinidades y consumo de prostitución en Andalucía*. Sevilla: Fundación Iniciativa Social. (Texto inédito).
- Segato, Rita. 2014. "El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad." *Revista de Estudos Feministas* 22(2): 593-616. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000200012>

- Segato, Rita. 2016. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Segato, Rita. *et al.* 2019. "Entrevista a Rita Laura Segato." In *Feminismos a la contra. Entre-vistas al Sur global*, organizado por Luis Martínez Andrade, 71-88. Santander: La Vorágine, editorial crítica (Otramérica).
- Tiganus, Amelia. 2017. "La revuelta de las putas." *Feminicidio.net* – 27/10/2017. Disponible en <https://feminicidio.net/articulo/la-revuelta-las-putas>

Águeda Gómez Suárez. Doctora en Sociología por la Universidad Complutense de Madrid y profesora titular en la Facultad de Ciencias de la Educación de la Universidad de Vigo. Intereses de investigación: prostitución, sistemas sexo/género y etnicidad. Publicaciones recientes: Gómez Suárez, A. (2020). "La <pedagogía de la crueldad> en el relato <putero>." *Oxímora: revista internacional de ética y política* 16: 122-136. Correo electrónico: agueda@uvigo.es

Rosa M^a Verdugo Matés. Doctora en Ciencias Económicas y Empresariales por la Universidad de Santiago de Compostela y profesora en el Departamento de Economía Aplicada de la misma universidad. Intereses de investigación: prostitución, migraciones, desarrollo económico. Publicaciones recientes: Verdugo Matés, R.M. *et al.* (2019). "Determinantes de la participación femenina en el mercado de trabajo en la Galicia rural y urbana de 1924." *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural* 79: 161-186. Correo electrónico: rosa.verdugo@usc.es

Artículo recibido el 04 de Enero y aceptado para su publicación el 22 de Marzo de 2021.

(DES)CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES DE HOMENS TRANS, ENTRE PORTUGAL E BRASIL

 *Matilde Soares**

 *Catarina Moreira***

 *Liliana Rodrigues****

 *Conceição Nogueira*****

Resumo

Neste artigo, pretende-se explorar as formas como homens trans (des)constroem as suas masculinidades enquanto lidam com as imposições para aderir à masculinidade hegemónica. Tendo por base o construcionismo social e a teoria *queer*, procuramos desconstruir modelos dominantes que restringem as suas vivências. Foram entrevistados 12 homens trans, em Portugal e no Brasil, e procedeu-se à análise temática (Braun e Clarke 2006), emergindo cinco temas, dos quais exploramos dois: (i) Negociações com a masculinidade hegemónica; e (ii) Construção de masculinidades alternativas. Estes temas denotam a necessidade de reconhecer a diversidade de formas de “ser homem” e “ser masculino”, contribuindo para a promoção de vidas mais livres e espontâneas.

Palavras-chave: Homens trans, masculinidades, masculinidade hegemónica, análise temática.

* Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Endereço postal: Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: matildesoaresbc@hotmail.com

** Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Endereço postal: Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: catarinamrmoreira@outlook.pt

*** Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Endereço postal: Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

**** Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Endereço postal: Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCEUP, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

Abstract**(De)construction of Masculinities of Trans Men, between Portugal and Brazil**

The present paper aims to explore the ways in which trans men (de)construct their masculinities while having to deal with the impositions to adhere to hegemonic masculinity. Based on social constructionism and queer theory, we seek to deconstruct dominant models that restrict their experiences. We interviewed 12 trans men, in Portugal and Brazil, and then carried out a thematic analysis (Braun and Clarke 2006). From the five themes that emerged, we focus on two here: (i) Negotiations with hegemonic masculinity; and (ii) Construction of alternative masculinities. These themes denote the need to recognize the multiplicity of ways of “being a man” and “being masculine”, contributing to the promotion of freer and more spontaneous lives.

Keywords: Trans men, masculinities, hegemonic masculinity, thematic analysis.

Résumé**(Dé)construction de la masculinité des hommes trans, entre le Portugal et le Brésil**

Cet article se propose d’explorer la manière dont les hommes trans (dé)construisent leurs masculinités tout en faisant face aux impositions d’une masculinité hégémonique. Ayant pour base le constructionnisme social et une perspective *queer*, nous avons cherché à déconstruire les modèles dominants qui limitent leurs expériences de vie. Des entretiens individuels ont été menés avec 12 hommes trans, au Portugal et au Brésil, et on a procédé à une analyse thématique (Braun et Clarke 2006), d’où ont émergé 5 thèmes, deux desquelles nous explorons ici: (i) Négociations avec la masculinité hégémonique; (ii) Construction de masculinités alternatives. Ces thèmes révèlent la nécessité de reconnaître la diversité de formes d’«être un homme» et d’«être masculin», contribuant ainsi à la promotion de vies plus libres et plus spontanées.

Mots clés: Hommes trans, masculinités, masculinité hégémonique, analyse thématique.

1. Introdução

Dando-se a oportunidade de acolher as propostas de pensamento lançadas neste número temático, no presente artigo, debruçamo-nos sobre as experiências de homens trans¹ e as formas como estes (des)constroem as suas masculinidades. Para tal, consideramos como proposta epistémica adequada o recurso às perspetivas do construcionismo social, da teoria *queer* e do feminismo trans – que, embora não homogêneas, servem de base comum de entendimento para os nossos posicionamentos.

Embora comecem a surgir mais estudos sobre homens trans, estes têm sido negligenciados dentro dos estudos de género, que tendem a ver a masculinidade

¹ Homens trans são pessoas a quem foi atribuído o sexo feminino à nascença e que se identificam como homens, independentemente do desejo ou da realização de mudanças corporais. Neste trabalho, vai ser utilizado o termo “trans” com o objetivo de incluir todas as pessoas cujo género não seja congruente com o que lhes foi designado à nascença, assumindo-se o posicionamento da despatologização e o respeito por qualquer existência quanto ao género.

como restrita a experiências de homens cis (Oliveira 2014; Catalano 2015; Jourian 2017). Denota-se assim uma falta de visibilidade de homens trans (e demais pessoas masculinas, independentemente da identidade de gênero), que pode advir de um olhar falocêntrico no que toca ao que é tido como masculino (Almeida 2012).

Existe, na nossa sociedade, a imposição de um binarismo de sexo/gênero, que apenas reconhece a existência de dois sexos/gêneros, e estes como opostos e complementares, determinados biologicamente (Ekins e King 1999). Assim, o sexo é normalmente visto como tendo uma determinante biológica, enquanto o gênero seria uma construção social, aprendida ao longo da vida (Nogueira 2001). Mesmo estabelecida a distinção, este sistema presume uma congruência entre sexo, gênero, expressão de gênero e desejo sexual (Butler 1990; 1999; Louro 2001; Preciado 2019).

Esta matriz é ainda assegurada pela repetição de atos, gestos e símbolos culturalmente estabelecidos, que reforçam a construção de corpos “masculinos” e “femininos”. O gênero pode assim ser visto como *performativo*, como produtor de significados, permitindo a legitimação desta ordem (Butler 1990). Deste modo, abre-se espaço para a desconstrução de concepções essencialistas e mostra-se como não existe uma natureza feminina ou masculina intrínseca (Butler 1990; Preciado 2019).

Consequentemente, e como qualquer lógica binária e dicotômica, isto resulta na determinação da norma e, assim, na determinação de que vidas e corpos podem ser considerados “existíveis” e legítimos ou, por oposição, ilegítimos e abjetos (Butler 1999; Louro 2001; Oliveira 2014; Preciado 2019). No entanto, esta norma poderia ser subvertida através de um processo de desconstrução que viria questionar os processos através dos quais algumas identidades, mais que outras, são vistas como “normais” (Louro 2001). Deste modo, torna-se necessário desconstruir a obrigatoriedade da “congruência” entre sexo, gênero e desejo (Butler 1990), possibilitando o reconhecimento de uma maior diversidade e multiplicidade de identidades e expressões de gênero. Por sua vez, as existências “não-normativas” provam a ineficiência de um modelo binário e cisheteronormativo,² e mostram como este é excludente e discriminador (Oliveira 2014).

Também os discursos biomédicos, apesar de sucessivas mudanças, continuam a basear-se num sistema binário e patologizador, apenas reconhecendo como legítimas pessoas trans que apresentam (ou desejam) uma congruência entre o seu gênero e o que é tido como o sexo correspondente. Assim, estes discursos continuam a não reconhecer vivências não-normativas como legítimas e a enfatizar uma “normalização” dos corpos dissidentes, através de dispositivos cissexistas (Coll-Planas 2010; Catalano 2015; Rodrigues 2016; Preciado 2019). Esta insistên-

² A cisheteronormatividade é a ideologia que determina, através da compulsoriedade, que a “norma” é ser heterossexual e cisgênero, em detrimento de outras existências vistas como abjetas (Mattos e Cidade 2016).

cia na necessidade de “passar”³ por normativo perpetua ainda modelos essencialistas e binários do que é ser homem e mulher, de masculinidade e feminilidade (Amâncio 1994; Rodrigues 2016).

Viver dentro de uma estrutura cissexista pressiona sujeitos não-normativos a adaptarem-se ao que é esperado do seu género, uma vez que muitas vezes lhes é negado um estatuto de humanidade: se estes indivíduos não se moldarem aos comportamentos e forma de se apresentarem, então serão deslegitimados (Oliveira 2014). Assim, podem acabar por incorporar, conforme necessário, uma identidade de género que seja reconhecível (Coll-Planas 2010; Rodrigues 2016).

Para serem reconhecidos como homens em sociedade, homens trans podem sentir que têm de corresponder a determinadas exigências: por um lado, teriam de fazer modificações corporais e, por outro, apresentar-se de um modo hegemonicamente masculino (Catalano 2015). Estas pressões podem originar uma necessidade de provar constantemente as suas identidades, através de expressões normativas de género, o que os pode levar a fazer determinadas negociações com a masculinidade hegemónica.

Esta masculinidade – hegemónica – foi descrita por Raewyn Connell (2005) como a configuração atual de práticas de género que legitima a posição dominante dos homens na sociedade, justificando e garantindo a subordinação das mulheres. É esta a forma de masculinidade que se tornou o modelo a seguir e que estabelece padrões a partir dos quais os outros homens são julgados e avaliados – pressionados por uma ideia do que é ser um “homem de verdade” (Marques 2011; Bento 2015).

A masculinidade hegemónica estaria então relacionada com uma busca incansável por ideais de força, sucesso, confiança, competição e dominação, com a glorificação da virilidade (heterossexual e falocêntrica), da violência, da posse e do poder e, ainda, com a desvalorização das mulheres e das feminilidades (Connell 2005; Bento 2015). No entanto, ninguém se encaixa totalmente nestes requisitos, que indicariam inequivocamente que se alcançou o estatuto de ser masculino, pelo que esta ideologia acaba também subordinando todos os homens – tanto os que não conformam com ela quanto os que tentam alcançá-la sem nunca o conseguir (Marques 2011; Bento 2015).

A masculinidade hegemónica é omnipresente na vida de homens trans, o que influencia a forma como constroem e definem a sua própria expressão de género. Alguns parecem resistir a este modelo, questionando e adotando uma perspetiva crítica em relação aos padrões de género; no entanto, há outros que internalizam estes modelos hegemónicos (Jourian 2017). Para muitos homens trans, a única maneira de se sentirem reconhecidos como “homens de verdade” é seguindo e

³ Com “passar” referimo-nos à “passabilidade”, i.e., à não percepção de alguém ser trans, que “passa” por não-trans e/ou cis.

adotando esses símbolos de uma masculinidade dominante. Porém, reitera-se que esta imposição denota a insistência em apresentar uma identidade reconhecível pelo sistema cissexista e cisnormativo.

Alguns admitem mesmo a adoção de comportamentos compensatórios, que vão ao encontro das expectativas associadas à masculinidade (Jourian 2017). Este aumento de expressões masculinas é geralmente mais observado no início das modificações corporais – quando a passabilidade não é tão grande –, como forma de afirmar a sua identidade. Por oposição, quando o reconhecimento social masculino aumenta, a adesão a performances convencionais de masculinidade diminui (Almeida 2012).

Ainda assim, tanto a presença de indicadores corporais de masculinidade como estas expressões tradicionalmente masculinas continuam a ser tidas como cruciais para a validação de se ser um “verdadeiro” homem no contexto social, o que, por sua vez, contribui para a afirmação das suas identidades (Aboim 2016; Jourian 2017). Assim, a maioria de homens trans tem o desejo de viver e ser percebido como homem, ainda que o ideal de uma masculinidade “normalizada” seja rejeitado (Aboim 2016).

A pressão originada pelos modelos hegemónicos de masculinidade não se nota apenas nos comportamentos e expressões que homens trans adotam ou não, mas também na conciliação com as suas próprias identidades. Segundo Rubin⁴ (2003), a partir de uma comparação com outros homens, e com a preocupação de não serem sexistas e não adotarem uma masculinidade hegemónica, pode-se criar uma barreira para uma identificação despreocupada como homem. No entanto, tem-se notado que para grande parte dos homens trans, a masculinidade não é tida como mandatória para se perceberem como homens, o que lhes permitirá ter uma expressão de género mais livre e fluida, sem sentirem que estão a comprometer a sua identidade de género.

É fundamental, no entanto, reconhecer que estes indivíduos desenvolvem as suas próprias definições de masculinidade enquanto precisam de lidar com as pressões externas da masculinidade hegemónica: homens trans passam por processos de desconstrução e reconstrução, numa renegociação constante das suas identidades (Jourian 2017). Assim, torna-se importante criar pontes entre os estudos trans e os das masculinidades, ampliando a noção de *masculinidade*, e deixando de a ver a partir de perspetivas essencialistas e redutoras. Com este trabalho, pretendemos então compreender processos de construção de masculinidades, desconstruindo, por um lado, modelos hegemónicos de masculinidade e, por outro, denunciando as imposições da cisnormatividade feitas a corpos de homens trans.

⁴ Embora não adotando um posicionamento construcionista, consideramos que Rubin (2003) faz um contributo importante para esta discussão.

2. Método

No presente estudo, pretende-se contribuir para o conhecimento sobre o modo como homens trans constroem e definem as suas masculinidades, procurando compreender qual a influência das imposições da masculinidade dominante nas suas identidades de género e a forma como estes indivíduos lidam com as mesmas. Neste sentido, formularam-se as seguintes questões de investigação: (1) Como é que estes indivíduos concetualizam e vivenciam as suas masculinidades? e (2) Que negociações fazem com a masculinidade hegemónica?

Realizaram-se 12 entrevistas semiestruturadas, 6 em Portugal e 6 no Brasil, entre 2018 e 2020, a pessoas que se autoidentificam como homens trans, com idades compreendidas entre os 18 e os 36 anos. O acesso aos participantes deu-se inicialmente e paralelamente através da rede de contactos das investigadoras e contactos do ativismo trans e, posteriormente, recorreu-se ao método bola-de-neve.

O procedimento utilizado para a análise dos dados recolhidos foi a análise temática,⁵ segundo as propostas de Braun e Clarke (2006), abordagem esta que se mostra congruente com o quadro teórico sobre o qual se baseia este trabalho, permitindo a análise dos discursos e, assim, realçar as especificidades de cada participante.

3. Análise e discussão

Em relação aos objetivos estabelecidos, apresentamos e discutimos alguns dos resultados da análise temática realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado. Neste artigo, focamos apenas em dois dos cinco temas que emergiram na totalidade: (i) Negociações com a Masculinidade Hegemónica; e (ii) Construção de Masculinidades Alternativas. Foi ainda possível identificar um organizador central – “Homens de verdade” – segundo o qual se estabeleceram as relações temáticas e que denota o constante confronto entre homens trans e as noções hegemónicas e essencialistas que insistem em definir o que é “ser homem”.

3.1. *Negociações com a masculinidade hegemónica*

A partir da análise, percebemos que, em contacto com as pressões que sentem para serem reconhecidos como “homens de verdade”, homens trans têm de fazer várias negociações com a masculinidade hegemónica. Como refere Jourian (2017), este tipo de masculinidade é omnipresente, contribuindo, assim, para moldar a

⁵ Ver a explicitação das fases propostas por Braun e Clarke (2006), aqui apenas nomeadas: familiarização com os dados; produção de códigos iniciais; pesquisa dos temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas; e produção do relatório final.

forma como homens trans constroem as suas próprias masculinidades, em confronto com estes ideais.

Todos os participantes, num ou noutro ponto de análise (por exemplo, quanto à violência), procuram distanciar-se da masculinidade hegemónica. Assim, emergiram dois códigos – discutidos de seguida – que formam o subtema *Rejeição*. Muitos referem que se sentem mal consigo mesmos se se aproximam desta forma de masculinidade, surgindo o código *Não querer ser “esse tipo de homem”*. Assim, em concordância com a literatura, muitos homens trans adotam uma perspetiva crítica, questionando este modelo dominante (Jourian 2017). Os participantes rejeitam, então, uma masculinidade hegemónica que procura ter poder sobre “o outro”, que é sexista e homofóbica e, ainda, que prega a violência, o controlo e a intimidação – principalmente no que concerne às mulheres com quem se relacionam:

[...] performar uma masculinidade hegemónica e tóxica, baseada na violência, seria a última coisa assim, é algo que eu evito assim, inclusive tipo se eu me vejo agindo de uma maneira próxima disso, eu fico mal mesmo, tipo não é o homem que eu quero ser. (E3BR)

Eu acho que essa situação da masculinidade vem muito por tentar conter as mulheres ali e isso para mim não faz sentido. (E9PT)

Outro aspeto de uma masculinidade dominante que para muitos é questionado é a restrição de emoções. Assim, rejeitam a noção de que “um homem não chora” e não deve expressar sentimentos, entendendo estas características como fazendo parte das vivências de qualquer ser humano e não exclusivamente das feminilidades:

Se queres chorar, choras, sendo mulher ou sendo homem. (...) “um homem não pode chorar, um homem tem de ser duro, um homem tem que ser não sei o quê”, não... não tem. Lógico que não tem. (E9PT)

Por outro lado, a rejeição da masculinidade hegemónica pode resultar como um entrave ao reconhecimento e aceitação da identidade masculina por parte destes homens, emergindo o código *Masculinidade hegemónica como entrave à identificação*. O constante confronto com a noção do que constitui um “homem de verdade”, e a consequente rejeição destes ideais, pode resultar no retardamento de uma identificação despreocupada como homem (Rubin 2003). Um participante em particular refere que, por ter, por tanto tempo, identificado traços da masculinidade hegemónica como significantes de “ser homem”, não conseguia reconhecer-se como tal. De facto, só a partir da desconstrução destas noções e depois de chegar à conclusão de que não é necessário ser-se sexista para se ser homem e que nem todos os homens são necessariamente sexistas, é que lhe foi possível uma identificação e aceitação da sua identidade sem culpa:

[...] eu rejeito, e isso foi uma das minhas dificuldades em me assumir, eu rejeito muito a masculinidade hegemónica (...) tinha isso como impeditivo de me assumir e de me aceitar. (E3BR)

Já outro participante teve a sua identificação como homem “atrasada” por não sentir atração por mulheres. Sendo a heterossexualidade referida pelos participantes como uma das características do que constitui um “homem de verdade”, homens trans podem sentir que não o são caso tenham outras orientações sexuais. Mais uma vez, foi também através de um processo de desconstrução da heterossexualidade compulsória e do entendimento da possibilidade de existências de homens trans não-heterossexuais que se tornou possível a identificação e a aceitação enquanto homem:

[...] eu tinha aquela ideia bem errónea de que para me identificar como homem trans, (...) eu tinha de passar pela fase de lésbica, (...) eu não entendia como é que eu podia me identificar como homem e não gostar de mulher, e aí foi um processo bem longo e penoso para entender que existiam homens trans que eram gays ou bissexuais. (E4BR)

Embora todos os participantes rejeitem alguns aspetos da masculinidade hegemónica, alguns admitem também a adoção de comportamentos que vão consistentemente ao encontro do que é esperado da masculinidade. Assim, emergiram cinco códigos, abordados de seguida, que compõem o subtema *Comportamentos compensatórios* – comportamentos estes que têm o propósito de reafirmar masculinidades e garantir o reconhecimento como homens em determinadas situações e contextos (Vegter 2013; Jourian 2017). Assim, grande parte dos participantes recorrem, ou já recorreram, a estes comportamentos com o objetivo de serem aceites enquanto homens, surgindo o código *Procura de reconhecimento*. Quando sentem ser necessário, homens trans podem fazer-se valer de estratégias (e.g. o uso de *binder*,⁶ a forma de vestir, de andar e de falar) que garantam que a sua identidade é respeitada:

Eu penso na roupa que vou usar, não saio de casa sem binder, por exemplo (...), nisso eu penso, mas mais por uma questão de evitar maiores constrangimentos assim, de tipo já estar num lugar estranho ao mundo que não me reconhece como um ser masculino e enfim, tentar remediar. (E3BR)

De acordo com a literatura, a análise realizada permitiu também identificar o código *Início das mudanças corporais* e perceber que estes comportamentos são mais observáveis no início das suas trajetórias enquanto pessoas trans, de forma a afirmar as suas identidades masculinas quando estas não são tão reconhecidas social-

⁶ Um *binder* é uma peça de vestuário (ou um tecido) utilizada com o objetivo de encobrir a presença de mamas e tornar o peito perceptivelmente liso.

mente só por si (Vegter 2013). Isto estaria, então, relacionado com a falta de passabilidade que homens trans têm nessas fases e com o desejo de serem lidos no masculino, quando faltam certos marcadores físicos associados à identidade masculina, como a voz grossa, o peito liso e a barba (Jourian 2017):

[...] talvez no início da transição sim, porque eu cheguei a estimular uma coisa para a sociedade me enxergar como tal (...) até porque tu começa, tu não está com os traços muito masculinos e tal, então tu acaba adotando outras formas de poder representar aquilo que não fisicamente. (E7BR)

[...] no início da minha transição, fazia imenso (...) cada vez que andava na rua, tentar ter um ar masculino e estar assim e sentar-me assim nos transportes [pernas abertas, ocupar mais espaço] tipo sabes aquelas coisas associadas aos homens... (E10PT)

Surgiram ainda várias narrativas que evidenciam a adoção destes comportamentos em situações em que existe uma *Perceção de falta de segurança* (Abelson 2014). Deste modo, quando se sentem ameaçados, homens trans podem exacerbar as suas expressões de masculinidade, como forma de proteção face a possíveis agressões verbais e/ou físicas:

[...] já tive de andar na rua muitas vezes e fazer cara feia e inflar o peito, porque eu estava em espaços em que (...) a pessoa não podia imaginar quem eu era senão eu estaria em risco. (...) Então tu acaba adotando algumas coisas para se autodefender. (E7BR)

Por último, estes comportamentos são também notados no *Convívio com outros homens*. Alguns homens trans admitem ter estas preocupações sobre ser “homem suficiente” em situações sociais com homens que tenham masculinidades mais dominantes e adotam comportamentos compensatórios com o propósito de se sentirem aceites:

Talvez um bocado na maneira como interajo com rapazes. (...) coisas que eu nunca faria mas faço só porque pronto, é tipo, é o que se faz. (...) Acho que é mais para ser tipo aceite. (E2PT)

Eu não fazia nada mas pensava sobre isso, tipo (...) demonstrar que eu podia, que nem eles, coisas da vida, tipo “ah eu também sou desejado”, (...) “eu também sei jogar futebol”, coisas assim. (...) e daí eu via “ai contei esta história na real só porque quero ser aceite”. (E3BR)

Finalmente, de acordo com as narrativas obtidas durante as entrevistas, homens trans vão deixando de sentir a necessidade de recorrer a estes comportamentos, surgindo o código *Libertação de comportamentos compensatórios*. Isto aconteceria quando passam a ter uma maior passabilidade, havendo um reconhecimento social deles enquanto homens sem terem de forçar alguma expressão que o garanta.

Ao sentirem-se mais seguros e confiantes nas suas identidades e aparências, sem terem de se provar a si ou aos outros, deixam de precisar de recorrer a estas estratégias ou evitar certas expressões tidas como femininas. Assim, como encontrado na literatura, a adesão a performances associadas a uma masculinidade dominante tende a diminuir conforme avançam nos seus processos de mudanças corporais (Almeida 2012; Vegter 2013):

A cirurgia veio-me ajudar muito. (...) foi o que me veio tirar esse peso todo de tentar provar alguma coisa (...) E tudo isso veio fazer com que me sentisse mais confortável e foi-se tornando cada vez mais fácil eu aceitar-me. (E9PT)

agora, no ponto da transição em que estou, (...) eu acabo por não ter de provar a minha identidade enquanto homem... que eu antes tinha de fazer, porque não tinha uma passabilidade tão masculina. (E10PT)

Também os participantes que ainda se encontram nestas fases iniciais reconhecem os seus comportamentos compensatórios, mas esperam conseguir libertar-se deles no futuro, logo que o seu reconhecimento social como homens aumente:

[...] eu vejo que hoje, se eu tivesse uma barba (...) e eu quisesse passar um batom para ir numa festa, eu super passaria, não me ia importar, sabe, e eu não faço. (E3BR)

Eu me hormonizo, né, eu penso que em algum momento eu vou me sentir mais confortável para me expressar livremente. (E3BR)

Concluindo, a partir da análise realizada, mostra-se como expressões tradicionalmente masculinas continuam a ser cruciais para a legitimação destes homens como “homens de verdade” – resultados que entram em concordância com estudos anteriores (Vegter 2013; Jourian 2017). Para além disto, mostra-se como o género é performado e concretizado em interações sociais, sendo que homens trans adotam diferentes expressões de género em determinadas situações, numa constante (re)negociação com o que é esperado deles, os seus objetivos e a sua agência. No entanto, estas pressões e expectativas podem resultar na necessidade de se provarem constantemente como “homens de verdade”, procurando, assim, (re)afirmar as suas masculinidades persistentemente. Muitas vezes, quando esta afirmação não pode ser feita a partir de símbolos corporais de masculinidade, ainda cruciais para um reconhecimento como seres masculinos (Aboim 2016), homens trans podem acabar por adotar expressões associadas a uma masculinidade hegemónica, passando muitas vezes por contradições consigo mesmos.

3.2. *Construção de masculinidades alternativas*

A partir da análise dos dados recolhidos, notou-se que os homens trans entrevistados concordam com a existência de uma multiplicidade de formas de se ser

masculino. Não só cada um pode ter a sua própria masculinidade, mas também estas podem ser expressas de formas diferentes em determinados contextos. Assim, ainda que em constante negociação com o que é esperado deles enquanto homens, estes indivíduos tentam construir as suas próprias masculinidades.

Embora “masculinidade” possa ter significados diferentes para cada um deles – algo assumido pelos participantes –, acaba por ser expressa através de comportamentos e preocupações com aspetos semelhantes: formas de vestir, de falar ou de se movimentar. Para estes indivíduos, são estas expressões físicas que os faz sentirem-se masculinos e reconhecidos como tal pelos outros – surgindo o código *Desejo de ser reconhecido como homem*. Este reconhecimento revela-se significativo, na medida em que contribui para a afirmação das suas identidades e os faz sentirem-se mais seguros e confortáveis consigo mesmos (Aboim 2016):

Claro que quero ser lido enquanto homem na sociedade. (E5BR)

Eu gosto que tenham a perceção de que eu sou um homem, (...) gosto de ser reconhecido como um homem, porque é isso que me faz sentir confortável. (E9PT)

Ainda que algumas das suas expressões possam coincidir com os estereótipos da masculinidade, não o fazem devido a imposições externas, mas por vontade própria. Deste modo, foi possível identificar o código *Masculinidade como possibilidade de serem quem são*. Assim, as suas masculinidades estariam muito mais relacionadas com a forma como cada um se sente verdadeiro, livre e confortável consigo mesmo, do que com qualquer ideal a que se sintam pressionados a aderir:

É muito mais um feeling de estar bem comigo mesmo e para mim isso é a minha masculinidade (...), é muito aquela coisa construída, de construir a minha masculinidade, de eu olhar assim e me identificar “bom, eu estou bem comigo mesmo”. (E5BR)

Eu não me sigo muito pelas normas, mas eu faço o que faz sentido para mim, o que acaba muitas vezes se alinhar com as normas, mas (...) ser masculino para mim é ser aquilo que eu me sinto confortável em ser, é vestir aquilo que eu me sinto confortável, é ter o cabelo que eu me sinto confortável, é usar expressões que fazem sentido para mim e que são naturais para mim, e não ter que estar a esforçar nada... é tipo ser verdadeiro para mim mesmo. (E10PT)

Indo ao encontro da literatura, denota-se que o grande objetivo destes indivíduos é alcançar um lugar de bem-estar consigo mesmos – o que muitas vezes passa por se expressarem de maneiras lidas como masculinas (Nunes 2016). Deste modo, ainda que correspondam a alguns estereótipos de masculinidade, não é esse o foco das suas vivências, mas antes obter um entendimento das suas existências e expressões como sendo autênticas e espontâneas. Acima de tudo, estes homens trans desejam poder ser quem são, adotando expressões que os façam sentir-se verdadeiros para eles próprios.

Para além disto, a partir da libertação de pressões sentidas sobre o que é ser um “homem de verdade”, da desconstrução e rejeição da masculinidade hegemónica, da libertação dos comportamentos compensatórios, e ainda do reconhecimento de privilégios masculinos, parece dar-se uma construção de masculinidades alternativas, livres e espontâneas, que procuram ser mais justas e igualitárias. Deste modo, emergiram quatro códigos – discutidos de seguida – que deram origem ao subtema *(Des)construção*. Primeiramente, identificamos o código *Construção através da desconstrução* – um processo constante de reconstrução de masculinidades por parte de homens trans (Jourian 2017), através do qual estes se (des)constroem conscientemente, sempre em questionamento sobre que tipo de homem desejam ser:

Eu estou construindo a minha masculinidade, que eu acho que é uma masculinidade interessante. É uma construção que passa primeiro por uma... desconstruir para depois, aos pouquinhos, ir construindo algo. (...) Até para tu quebrar a regra tu tem que saber qual é a regra. (E7BR)

[...] tu na verdade é uma eterna desconstrução para formar alguma coisa. (...) porque não adiantaria de nada passar por tudo o que eu passei e aí tá, mas que tipo de homem eu devo ser? (...) E aí, então é uma construção que na verdade só veio com a desconstrução de muita coisa. (E8BR)

Através da análise, surgiu também o código *Noção de privilégios como fator decisivo* – isto é, para alguns homens trans, o desejo de construir masculinidades mais igualitárias pode emergir do reconhecimento de privilégios masculinos. Ao serem confrontados com uma mudança – por vezes drástica – na forma como são tratados a partir do momento em que são reconhecidos como homens, sentem-se muitas vezes responsáveis por não perpetuar comportamentos e atitudes sexistas de que eles próprios foram vítimas. Assim, é pelas suas vivências e trajetórias enquanto pessoas trans que alguns dos participantes sentem que têm uma maior predisposição para rejeitar comportamentos preconceituosos e discriminantes e, consequentemente, para desejar construir masculinidades mais “justas”:

[...] é o mínimo que eu posso fazer num contexto que me privilegia, (...) o dever de colocar reflexões pontuais (...) e eu me sinto extremamente responsável por isso. (...) porque para mim foram essenciais para a construção da ideia do tipo de homem que eu gostaria de ser. (E8BR)

Talvez a gente tenha uma sensibilidade maior porque talvez a gente estava do outro lado, passou muitas opressões, então para nós acaba sendo mais visceral. (E7BR)

Muitos – principalmente os que têm trajetórias informadas pelo ativismo – referem ainda o desejo de se sentirem livres de categorias impostas de género, surgindo o código *Críticas ao sistema binário de género*. Deste modo, questionam e

problematizam também a compulsoriedade de uma normatividade cisgénera imposta às suas vivências e corpos. Por oposição, defendem a desconstrução destas categorias essencialistas e a criação de novos paradigmas acerca do que é ser homem e do que é ser masculino. Com isto, pretendem a possibilidade de existências mais livres e espontâneas:

[...] chega dessas categorias biomédicas, chega dessas coisas culturais (...) conservadoras, fechadas, preconceituosas, discriminantes. Então vamos construir, vamos discutir as masculinidades, o que é ser homem, (...) e vamos pegar e criar novos paradigmas. (E5BR)

[...] as pessoas reprimem muitas partes da sua identidade que, se calhar noutro contexto, se sentiriam muito mais livres a exprimir e seriam pessoas com muita mais abertura, e muito mais felizes, e muito mais espontâneas, e que não teriam medo de sentir repercussões pelos seus comportamentos que com esta imposição de binarismo de género, acabam por não sentir. (E10PT)

Foi possível ainda identificar o código *Subversão das normas*. Estes mesmos indivíduos, ativistas, não pretendem apenas subverter as categorias binárias de género, como se assumem como a própria transgressão face às mesmas. Assim, a existência de corpos trans pode ser vista como desafiadora de toda e qualquer hegemonia (Oliveira 2014). Os homens trans que adotam esta posição são, assim, consciente e orgulhosamente anti-sistema, revolucionários, transgressores, *queer*⁷ e incomodativos numa sociedade que se quer dentro das normas:

Eu sou, por natureza, um transgressor (...) me identificando como uma pessoa trans. (E7BR)

[...] ao identificar-me como pessoa trans já quebrei imensas regras (...) e sinto que (...) nem é tanto ir contra essas regras, é mais destruir essas regras, fazer com que elas não existam. (E10PT)

Eu quero incomodar, eu quero gritar. (...) Acho que a ideia é fazer as pessoas pensarem, é provocar mesmo. (...) Só o facto de incomodar já está muito bom. (E5BR)

Como conclusão, estes processos continuados de desconstrução podem resultar na construção de “novas” masculinidades que rompem com os modelos hegemónicos de masculinidade: estes sujeitos parecem ocupar um lugar “privilegiado” para criar masculinidades não violentas, mas antes saudáveis, empáticas,

⁷ *Queer* pode ser traduzido por “estranho”, “esquisito” ou “ridículo”. Termo usado de modo pejorativo, que atribuiria um lugar abjeto àqueles a quem é dirigido (Butler 1999; Louro 2001). Foi depois reapropriado por parte dos movimentos LGBT, que o resignificaram como forma de se posicionar contra a heteronormatividade (Preciado 2019). *Queer* passa a representar a diferença que não quer ser assimilada nem mesmo apenas tolerada (Louro 2001).

sensíveis e funcionais – contribuindo, deste modo, para uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, identificamos um último código – *Masculinidades trans como alternativa à masculinidade hegemónica* –, que mostra como estas masculinidades podem então ter potencial para gerar uma mudança de paradigma, ao mostrar alternativas a uma masculinidade hegemónica, dominante e essencialista:

Eu vejo nas transmasculinidades a possibilidade de quebrar com a masculinidade hegemónica e construir novas masculinidades saudáveis, funcionais, para uma sociedade igualitária. (E3BR)

O que é para mim ser homem? (...) não sei a resposta, acho que nunca vou saber (...) estou aprendendo a criar uma masculinidade que a mim me agrada, onde eu não sou violento com as pessoas e, enfim, não reproduzo essas violências. (E7BR)

[...] é isso que faz ser quem eu sou, é isso que promove a construção do tipo de homem que eu quero ser, (...) eu acho que é agir na contramão, tentar também construir masculinidades menos tóxicas, acho que é isso. (E8BR)

Assim, evidencia-se a necessidade de discutir, questionar e desconstruir o que é “a masculinidade”, não apenas de uma perspetiva identitária, mas entendendo as relações de género como cruciais para a possibilidade de uma sociedade mais justa (Connell 2005):

É importante não trabalhar apenas as feminilidades, mas questionar a masculinidade também, porque ela é tóxica, não só para as mulheres, mas para os próprios homens que vivenciam isso e são afetados por isso. (E5BR)

4. Conclusão

Este artigo pretendeu explorar as formas como homens trans constroem as suas masculinidades, enquanto têm de lidar simultaneamente com as imposições para aderir à masculinidade hegemónica. A partir da análise, percebemos que expressões associadas a uma masculinidade dominante continuam a ser fundamentais para a obtenção de reconhecimento social e legitimação destes homens. Assim, ainda que rejeitem estes modelos, muitos acabam por adotar comportamentos que lhes permitam ver as suas identidades validadas, (re)negociando-as constantemente. Por outro lado, podem também ser algumas das expressões que se assemelham a traços desta masculinidade que os fazem sentir-se “verdadeiros consigo próprios”.

No entanto, grande parte dos participantes procura (re)construir masculinidades mais livres e igualitárias, através da desconstrução e da rejeição de modelos hegemónicos – homens trans parecem ter uma maior propensão para criar masculinidades não violentas mas empáticas, que contribuam para uma sociedade mais

justa de relações de género. As masculinidades trans podem, então, apresentar alternativas à masculinidade hegemónica. Não se pretende, com isto, transmitir uma ideia homogénea das masculinidades trans, mas antes assumi-las como possíveis potenciadoras de mudança. De facto, homens trans passam por várias contradições, não sendo necessária e totalmente normativos nem tampouco subversivos ou contrahegemónicos. No entanto, vê-se nas masculinidades construídas por estes indivíduos uma oportunidade para ressignificar o que é ser homem e masculino.

Torna-se necessário, assim, promover um questionamento sobre estas categorias, dismantlar a ideia de “homem de verdade” e problematizar modelos dominantes, discutindo e evidenciando a multiplicidade de formas de construção de masculinidades. Para além disto, denotamos que a masculinidade hegemónica é prejudicial para todos e todas, tanto por perpetuar a submissão de mulheres como por submeter os próprios homens a estes requisitos restritivos de liberdades (Connell 2005; Bento 2015).

Com isto, mostra-se imprescindível discutir as masculinidades, revelando as imposições a que homens trans estão sujeitos e as performances a que muitas vezes têm de aderir para serem legitimados e respeitados como homens em sociedade. Ainda que queiram (ou não) romper com as normas, ao viver numa estrutura binária, muitas vezes torna-se necessário utilizar uma apresentação normativa de forma estratégica. No entanto, é importante reconhecê-los como agentes das suas próprias vidas, capazes de fazer escolhas políticas e críticas que contribuam para um mundo mais justo socialmente.

Enquanto psicólogos/as que fazem investigação sobre identidades trans, é também fundamental priorizar uma busca de conhecimento em co-construção e implicado com as vivências destas pessoas. Quanto a limitações e a investigações futuras, parece essencial valorizar uma perspetiva interseccional – tendo em conta marcadores sociais como a idade, a raça/etnia, a autoidentificação e a localização – de modo a alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre as masculinidades trans e a forma como diferentes pertenças identitárias influenciam as vivências de homens trans.

Em suma, pretende-se visibilizar alternativas aos sistemas opressivos que moldam as vivências de homens trans, e que, no fundo, controlam e restringem a diversidade humana. É necessário, então, um maior e mais inclusivo reconhecimento de identidades trans e de formas de “ser homem” e/ou masculino, sem as negar ou oprimir.

Referências bibliográficas

- Abelson, Miriam J. 2014. “Dangerous privilege: Trans men, masculinities, and changing perceptions of safety.” *Sociological Forum* 29 (3): 549-570. DOI: <https://doi.org/10.1111/socf.12103>

- Aboim, Sofia. 2016. "Trans-masculinities, embodiments and the materiality of gender: Bridging the gap." *NORMA* 11 (4): 225-236. DOI: <https://doi.org/10.1080/18902138.2016.1259848>
- Almeida, Guilherme. 2012. "'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?" *Revista Estudos Feministas* 20 (2): 513-523. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>
- Amâncio, Lígia. 1994. *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Bento, Berenice. 2015. *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. (2ª ed.). Natal, RN: EDUFRN.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2006. "Using thematic analysis in psychology." *Qualitative Research in Psychology* 3 (2): 77-101. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa
- Butler, Judith. 1990. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, NY: Routledge.
- Butler, Judith. 1999. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'." In *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, editado por Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica.
- Catalano, D. Chase James. 2015. "'Trans enough?' The pressures trans men negotiate in higher education." *Transgender Studies Quarterly* 2 (3): 411-430. DOI: <https://doi.org/10.1215/23289252-2926399>
- Coll-Planas, Gerard. 2010. "Introducción." In *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad*, editado por Miquel Missé e Gerard Coll-Planas, 15-25. Barcelona: Egales.
- Connell, Raewyn. W. 2005. *Masculinities* (2nd ed.). Cambridge: Polity Press
- Ekins, Richard, e Dave King. 1999. "Towards a sociology of transgendered bodies." *The Sociological Review* 47(3): 580-602. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-954X.00185>
- Jourian, T. J. 2017. "Trans* forming college masculinities: Carving out trans* masculine pathways through the threshold of dominance." *International Journal of Qualitative Studies in Education* 30(3): 245-265. DOI: <https://doi.org/10.1080/09518398.2016.1257752>
- Louro, Guacira Lopes. 2001. "Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação." *Revista Estudos Feministas* 9(2): 541-553. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Marques, António Manuel. 2011. *Masculinidade e profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- Mattos, Amana Rocha, e Maria Luiza Rovaris Cidade. 2016. "Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo." *Revista Periódicus* 1(5): 132-153.
- Nogueira, Conceição. 2001. "Feminismo e discurso do gênero na psicologia social." *Psicologia & Sociedade: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social* 13(1): 107-128. DOI: <http://hdl.handle.net/1822/4117>
- Nunes, Luís Romano. 2016. "Metamorfoses: identidades e papéis de gênero. Um estudo com Transhomens." Dissertação de mestrado, Universidade de Évora.
- Oliveira, André Lucas. 2014. "Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade." In *Transfeminismo: Teorias e Práticas*, editado por Jaqueline Gomes de Jesus, 87-105. Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Preciado, Paul B. 2019. *Manifesto Contra-Sexual*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Rodrigues, Liliana. 2016. "Viagens trans(gênero) em Portugal e no Brasil: uma aproximação psicológica feminista crítica." Tese de doutoramento, Universidade do Porto.

- Rubin, Henry. 2003. *Self-made Men: Identity and Embodiment Among Transsexual Men*. Nashville, TN: Vanderbilt University Press.
- Vegter, Vanessa. 2013. "Conceptualizing Masculinity in Female-to-Male Trans-identified Individuals: A Qualitative Inquiry." *Canadian Journal of Counselling and Psychotherapy/Revue canadienne de counseling et de psychothérapie* 47(1): 88-108.

Matilde Soares. Mestre em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça pela Universidade do Porto (FPCEUP). No âmbito da dissertação de mestrado, desenvolveu, entre Portugal e Brasil, o estudo qualitativo "'Homens de verdade': (des)construção de masculinidades de homens trans". As suas áreas de interesse e produção científica focam-se nos estudos de género e sexualidades não normativas.

Endereço eletrónico: matildesoaresbc@hotmail.com

Catarina Moreira. Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade do Porto (FPCEUP). No âmbito da dissertação de mestrado, desenvolveu o estudo qualitativo "A caminho da aceitação... Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo". Paralelamente à investigação, integra a equipa da Casa Qui – Associação de Solidariedade Social enquanto psicóloga clínica. As suas áreas temáticas de interesse e produção científica são género, sexualidades e LGBTI.

Endereço eletrónico: catarinammoreira@outlook.pt

Liliana Rodrigues. Investigadora Integrada do Centro de Psicologia da Universidade do Porto. Doutora em Psicologia pela FPCEUP; Mestre em Psicologia da Justiça e Licenciada em Psicologia pela Universidade do Minho. No âmbito do seu doutoramento foi bolsista da FCT, desenvolvendo a tese "Viagens trans(género) em Portugal e no Brasil: uma aproximação psicológica feminista crítica". As suas áreas de interesse e produção científica centram-se nos estudos de género e sexualidades não normativas.

Endereço eletrónico: frodrigues.liliana@gmail.com

Conceição Nogueira. Professora Associada com Agregação da FPCE da Universidade do Porto. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Autora de inúmeras publicações nacionais e internacionais – revistas, livros, capítulos de livro, atas de congressos – sobre Estudos de Género, Feminismos e Sexualidades. Coordenadora/investigadora principal de diversos projetos de investigação com financiamento e apoio da CIG, da FCT e do Fundo Social Europeu nos domínios em que é especialista.

Endereço eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

Artigo recebido a 04 de janeiro e aceite para publicação a 17 de maio de 2021.

Estudos e Ensaaios

LA I REPÚBLICA PORTUGUESA Y LA II REPÚBLICA ESPAÑOLA EN PERSPECTIVA DE GÉNERO. ESTUDIO COMPARADO

 *María de la Paz Pando Ballesteros**

Resumen

Las conexiones entre los procesos políticos experimentados en Portugal y en España, a lo largo de su historia contemporánea, nos han llevado a preguntarnos si tales similitudes se producirían también entre la I República portuguesa y la II República española, en concreto en el tratamiento que dichos regímenes confirieron a las mujeres. Para aclarar esta cuestión hemos utilizado las políticas de género como instrumento de análisis de la naturaleza y las características de las Repúblicas de la Península Ibérica, como se ha realizado para otros periodos, y la historia comparada, para valorar sus respectivas respuestas a las reivindicaciones de los derechos de las mujeres y de la igualdad, llegando a interesantes conclusiones.

Palabras clave: I República portuguesa, II República española, historia de las mujeres, feminismo ibérico, derechos de las mujeres.

Resumo

A I República Portuguesa e a II República Espanhola numa perspetiva de género. Estudo comparativo

As ligações entre os processos políticos vividos em Portugal e na Espanha ao longo da sua história contemporânea levaram-nos a questionar se tais semelhanças ocorreriam também entre a Primeira República Portuguesa e a Segunda República Espanhola, especialmente no tratamento que estes regimes deram às mulheres. Para esclarecer esta questão, utilizamos as políticas de género como instrumento de análise da natureza e características das Repúblicas da Península Ibérica, como tem sido feito para outros períodos, e a história comparada, para avaliar as suas respectivas respostas às reivindicações dos direitos das mulheres e da igualdade, chegando a conclusões interessantes.

Palavras-chave: I República Portuguesa, II República Espanhola, história das mulheres, feminismo ibérico, direitos das mulheres.

* Universidad de Salamanca – C/ Cervantes s/n, 37001, Salamanca, España.
Dirección postal: Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea, Facultad de Geografía e Historia. C/ Cervantes s/n, 37001, Salamanca, España.
Correo electrónico: mpaz@usal.es

Abstract

The I Portuguese Republic and the II Spanish Republic in a Gender Perspective. A comparative study

The connections between the political processes experienced in Portugal and Spain throughout their contemporary history have led us to wonder whether such similarities would also occur between the First Portuguese Republic and the Second Spanish Republic, specifically in the treatment that said regimens accorded to women. To clarify this question, we have used gender policies as an instrument for analyzing the nature and characteristics of the Republics of the Iberian Peninsula, as has been done for other periods, and comparative history to assess their respective responses to the claims of women's rights and equality, reaching interesting conclusions.

Keywords: I Portuguese Republic, II Spanish Republic, women's history, Iberian feminism, women's rights.

Breve estado de la cuestión y contexto

Gran interés ha despertado entre los/as historiadores/as de ambos lados de la frontera peninsular el estudio tanto de la I República portuguesa como de la II República española, ambos periodos cruciales en la historia contemporánea de sus respectivos países.

Disponemos de numerosas publicaciones sobre el citado periodo portugués de las que han dado cuenta algunos estudios historiográficos, caso de los artículos publicados por José Tengarrinha e Hipólito de la Torre, en 1997, en los que repasan la bibliografía portuguesa y española al efecto, así como la actualización de la misma realizada por Francisco de Luis en 2005 (De la Torre 1997, 65-80; Tengarrinha 1997, 19-64; De Luis 2005, 221-248).

Sobre la historia general de dicha época recordamos la obra coordinada en 2010 por Fernando Rosas y Maria Fernanda Rollo y, de esta última, el diccionario sobre la historia de la I República y el republicanismo portugués (Rosas e Rollo 2010; Rollo 2013-2014). En cuanto a determinados aspectos concretos del periodo al que nos referimos, destacamos la tesis doctoral de Alfredo Comesaña relativa a la influencia de los acontecimientos internacionales de 1919 en Portugal (Comesaña 2014). Por su parte, utilizan la perspectiva comparada Juan Carlos Jiménez al estudiar los países ibéricos ante el fin de siglo XIX (Jiménez 2000, 25-40), y Jon Penche al analizar el republicanismo (Penche 2011, 155-170).

La II República española también ha sido uno de los periodos más estudiados en España, tanto de forma general como sobre cuestiones específicas. Citamos el artículo de José Luis Ledesma, de carácter historiográfico, y la monografía de Ángel Luis López Villaverde, publicados ambos en 2017 (Ledesma 2017; López 2017). En relación a la historiografía portuguesa sobre este tema, menos numerosa que la existente sobre la Guerra Civil y la Dictadura, es de destacar la obra del historiador César Oliveira, *Portugal e a IIª República de Espanha (1931-1936)* (Oliveira 1985).

Menos abundantes son las investigaciones realizadas sobre la situación de las mujeres durante esos mismos periodos. Para el caso portugués es obligada la referencia a obras como las publicadas en 2007 por Maria Alice Samara y en 2008 por João Esteves (Samara 2007; Esteves 2008). En 2011 aparecía una monografía de Fátima Mariano y una obra colectiva coordinada por los profesores Zília Osório de Castro, João Esteves y Natividade Monteiro (Mariano 2011; Castro, Esteves e Monteiro 2011), y en fechas más recientes cabe citar la obra de Irene Flunser Pimentel y Helena Pereira de Melo (Pimentel e Melo 2015), además de las obras dedicadas a determinadas mujeres relevantes del momento. Son de destacar del mismo modo los trabajos de la española Rosa M^a. Ballesteros sobre los orígenes del movimiento feminista portugués (Ballesteros 2002).

Entre la numerosa bibliografía relativa a las españolas durante la II República, destacamos los capítulos referidos al periodo en la obra dirigida por Josefina Cuesta (Cuesta 2003), y en la monografía de Guadalupe Gómez-Ferrer Morant (Gómez-Ferrer 2011), así como los que Dolores Ramos dedica al tema, en 2013 y 2014, en diversas obras de carácter colectivo (Ramos 2013, 317-333; Ramos 2014, 21-46). Al año siguiente la *Revista de Historiografía* publicaba otro enriquecedor estado de la cuestión sobre el feminismo español del primer tercio del siglo XX (Branciforte 2015, 235-254).

Las similitudes entre los procesos políticos de ambos países ibéricos a lo largo de su historia han favorecido el interés por una Historia Comparada, útil método de trabajo que permite desentrañar tanto los paralelismos como las diferencias entre ellos. Por nuestra parte, dicho interés ha quedado de manifiesto a través de varias iniciativas. Ha sido muy interesante comparar franquismo y salazarismo desde una perspectiva de género. Como es sabido, no son pocos los investigadores que han propuesto utilizar las políticas de género como herramienta metodológica desde la que analizar la naturaleza o la tipología de las dictaduras occidentales del periodo de entreguerras. Nos preguntábamos, en esta ocasión, si tales similitudes se producirían también entre otros periodos, quizá no coincidentes cronológicamente de forma estricta, pero que habrían compartido regímenes políticos afines – tal sería el caso de la I República portuguesa y de la II República española utilizando, también en ese caso, la perspectiva de género como elemento comparativo.

Aún a riesgo de caer en generalizaciones simplificadoras, por la dificultad para la realización de un análisis profundo debido a la limitación de espacio, encontramos numerosas analogías entre las Repúblicas ibéricas, pese a no transcurrir en contextos internacionales idénticos. El proceso de llegada de ambos regímenes fue semejante, confirmándose en los dos países la presencia de dictaduras con las que los respectivos monarcas llegaron a sentirse muy identificados. Por otro lado, los problemas económicos, motivados por la expansión colonial en el caso luso y por las guerras con Marruecos en el español, así como el crecimiento de las tensiones sociales que desembocaron en el regicidio de D. Carlos y el exilio de su sucesor, Manuel II, tras el éxito de la revolución republicana del 4 de octubre de 1910, o el triunfo de

los partidos republicano-socialistas en las elecciones municipales españolas del 12 de abril de 1931, que provocaron el exilio de Alfonso XIII y la proclamación de la II República, evidencian puntos en común. No solo los comienzos contaron con semejanzas, también compartieron la inestabilidad en su desarrollo, así como su final, marcado por Golpes de Estado que, aunque con características y consecuencias diferentes, terminaron dando paso a las más largas dictaduras conservadoras europeas del periodo de entreguerras. Durante este tiempo, también las mujeres de ambos países experimentaron procesos muy similares como trataremos de reflejar.

Demandas y conquistas de las mujeres en la I República Portuguesa

Fue durante el gobierno provisional de la I República portuguesa cuando las mujeres vieron reconocidos parte de los derechos que venían reivindicando desde tiempo atrás.

La movilización de las portuguesas arrancó a finales del siglo XIX, caracterizándose por el tono moderado de sus actuaciones al igual que el de sus coetáneas españolas.

En 1899 la escritora Alice Pestana, residente en España desde 1901, fundó la *Liga Portuguesa da Paz*, y dentro de ella, en 1906, la *Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz* desde la que se reivindicó expresamente la igualdad. No obstante, tanto desde ella, como desde otros grupos emergentes, se abogaba por una emancipación femenina a través de la educación y la cultura, y en menor medida por la ciudadanía política, pensamiento compartido, en un primer momento, por no pocos grupos de europeas y españolas. Al igual que ellos, las portuguesas también bebieron de las corrientes ideológicas inspiradas en el librepensamiento, el positivismo, la masonería y el laicismo, este último con mayor peso conforme iba pasando el tiempo (Ballesteros 2002, 169, 173).

La formación de una organización estrictamente feminista se convirtió en una prioridad desde principios del siglo. En 1908 se formó la *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (LRMP), y con la llegada de la República floreció un asociacionismo feminista representado, entre otros grupos, por la *Associação de Propaganda Feminista* (APF), fundada por Carolina Beatriz Ângelo. Desde ellos las reivindicaciones sociales, civiles y educativas de primera hora fueron dejando paso a la lucha por los derechos políticos, así como al impulso de su internacionalización (Esteves 2011b, 38).

Si bien los primeros contactos internacionales de las lusas se realizaron a través del feminismo pacifista, la entrada de la APF en la *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA), en 1911, determinó dicha internacionalización, mientras el *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), creado en 1914 por Adelaide Cabete, se convirtió en una ramificación del *International Council of Women* (ICW) (Esteves 2011a, 163-175; Cova 2011, 27-40).

Resulta pertinente mencionar la *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Iberoamericanas*, fundada en 1922, que vino a integrar en una misma organización a la *Cruzada das Mulheres Portuguesas*, creada en 1916 por Ana de Castro Osório, y a la *Cruzada de Mujeres Españolas*, fundada en 1920 por Carmen de Burgos, a imagen del grupo portugués, con el objetivo de potenciar la influencia de las organizaciones feministas iberoamericanas. La estrecha amistad entre ambas escritoras y sus muchos puntos en común propiciaron un fluido intercambio cultural entre España y Portugal (Núñez 2014).

Previamente a la proclamación de la República sus valedores invitaron a las feministas a que coadyuvaran a su advenimiento. Las portuguesas conquistaron así el espacio público y la esfera política, hasta entonces exclusivamente masculinos, aunque la Constitución de 1911 les negara el derecho al voto. Se cumplía así, también en esta ocasión, la tesis de Celia Amorós, que explica estos comportamientos, frecuentes a lo largo de la Historia, argumentando que en los momentos en los que se producen conflictos o transiciones políticas, cuando distintos grupos ideológicos masculinos compiten por alcanzar el poder, en esos instantes de pugna, las mujeres tienen cierta capacidad para plantear sus reivindicaciones y son llamadas a presentar sus propios modelos de feminidad. Sin embargo, existe el riesgo, proclama la filósofa española, de que, cuando uno de esos grupos en liza se consolide en el poder, plantee su propia política de género, evitando la participación femenina y asignándole a la mujer una identidad y unos roles diferentes a los reivindicados por ellas (Amorós 2009).

Como anticipábamos, durante el gobierno provisional las portuguesas alcanzaron sus más importantes logros. De forma paralela a las medidas de laicización de la sociedad, se produjeron una serie de mejoras en la situación civil y social de las mujeres que habían sido intensamente reivindicadas por las feministas desde principios de siglo.

En este sentido, en noviembre de 1910 era aprobada la Ley del Divorcio, cuyo debate social y político había abierto un artículo de Ana de Castro Osório publicado en 1908 en el *Jornal da Mulher* (Castro 2011, 85). La Ley establecía que el divorcio podía ser solicitado por uno de los cónyuges o de forma conjunta, pudiendo contraer posteriores nupcias. No obstante, a las mujeres se les permitía volver a casarse después de un año de haber obtenido el divorcio mientras que los hombres podían hacerlo después de seis meses (Lei do Divórcio 1910).

Al mes siguiente se aprobaron las Leyes de la Familia que establecían el matrimonio civil, imponían la investigación de la paternidad y la responsabilidad económica del padre sobre los hijos habidos fuera del matrimonio. Además, se derogaron los artículos que estipulaban que la mujer debía obediencia al marido, y la sociedad conyugal pasó a basarse en la libertad y la igualdad (Leis da Família 1910, 13).

Más difícil fue la conquista de los derechos políticos. Tanto para Ana de Castro Osório, como para Carolina Ângelo, el acceso a la ciudadanía política se

convirtió en una prioridad. Aunque su defensa no estuvo exenta de polémica, produciéndose un intenso debate sobre qué mujeres deberían acceder a tal derecho. Esta situación provocó discrepancias entre las feministas y la ruptura de la LRMP, de la que salieron Ana de Castro Osório y algunas seguidoras para fundar, en 1911, la *Associação de Propaganda Feminista* desde la que defendieron el voto solo para las mujeres emancipadas que contaran con un nivel educativo que les ofreciera independencia frente a la Iglesia, o que pagaran impuestos, mientras que Maria Velada, pese a declararse antisufragista, rechazaba tales argumentos por desiguales y aristocráticos.

Finalmente, la primera ley electoral cuyo texto reconocía el derecho al voto a los “ciudadanos portugueses con más de 21 años, que supieran leer y escribir y fueran jefes de familia”¹, eliminando el requisito del censo, impidió el ejercicio de dicho derecho a las mujeres, frustrando las expectativas de las sufragistas.

Lejos de acatar la norma, Carolina Ângelo se resistió a su cumplimiento y, apoyándose en su condición de cabeza de familia, al ser una viuda con una hija menor a su cargo, y en el sentido genérico de la redacción del texto, que no excluía expresamente a las mujeres, reclamó su derecho a votar hasta que el Tribunal de justicia terminó dándole la razón, convirtiéndose en la primera mujer de toda la Europa mediterránea en ejercer el derecho al voto en las elecciones constituyentes el 28 de mayo de 1911 (Tavares 2013).

En poco tiempo se subsanaría el lapsus de redacción de modo que la reforma electoral de 1913 ya especificaba entre los requisitos de los electores el de ser ciudadanos portugueses de sexo masculino, premisa que fue ratificada nuevamente en 1918. Los republicanos incumplían así su compromiso con el reconocimiento del derecho al voto femenino, que no implementarían por miedo a que los votos de las mujeres revirtieran contra la República, o como explica Ramos Palomo para el caso español, por el miedo de determinados grupos gubernamentales a perder su poder (Ramos 1988, 563-573).

Sirvieron de poco las protestas de las feministas que vieron traicionadas sus expectativas y se lamentaban de que pudieran ejercer tal derecho los analfabetos mientras se les negaba a las profesionales portuguesas con solvencia económica (Ballesteros 2002, 210). Argumentos y lamentos compartidos por sus coetáneas españolas, italianas y francesas.

Con el paso del tiempo, las sucesivas reformas electorales de 1931, 1956 y 1968, fueron permitiendo el acceso a las urnas a algunas mujeres con estudios, o cabezas de familia, con propiedades y con la posibilidad de pagar cierto nivel de rentas, siempre con una notable discriminación respecto a los hombres en cuanto a los requisitos exigidos, y no sería hasta la llegada de la democracia cuando las portuguesas tuvieran pleno reconocimiento de la ciudadanía.

¹ La traducción de esta y el resto de las citas literales son responsabilidad de la autora de este artículo.

Para Gisela Bock, el reconocimiento del voto femenino estaría estrechamente relacionado con intereses partidistas, considerando la historiadora alemana que, especialmente en Europa, se habría producido una interacción entre la eliminación de las barreras de clase y las de sexo conforme a la cual la concesión del voto femenino sucedería a la del sufragio universal masculino, premisa que también parece cumplirse en el caso portugués y español (Bock 2001, 172-173).

Se ha dicho con frecuencia que la constitución republicana de 1911 consagró derechos fundamentales como la igualdad. En efecto, en el título II, el de los "Derechos y Garantías individuales", en el artículo 3º, §2º reconocía que "la ley es igual para todos ...". Sin embargo, resulta llamativo que ningún artículo especificara la no discriminación por razón de sexo. Tampoco concretaba, en las disposiciones generales, quienes eran ciudadanos portugueses a efecto de derechos políticos, dejando la puerta abierta a la imprecisión (Constitución portuguesa 1911).

A pesar de los reveses legislativos mencionados, la I República favoreció el acceso de las mujeres a profesiones hasta entonces no permitidas, así como al funcionario público. La propia Ana de Castro Osório fue nombrada Subinspectora de Trabajos Técnicos Femeninos en 1916. Ya en la segunda década del siglo XX las portuguesas accedieron a la docencia universitaria, fueron abogadas y notarias, se revalorizó la instrucción femenina y triunfó la coeducación hasta la dictadura militar de mayo de 1926. Aunque no todos los sectores aceptaron de buen grado esta mayor presencia femenina en el espacio público y en ámbitos de influencia, los conservadores por convicción propia y los republicanos por las suspicacias ante una potencial difusión de ideas contrarias a las republicanas que las mujeres pudieran propiciar.

La II República española y las mujeres

En España la movilización de las mujeres se produjo con un considerable retraso no solo respecto a la de las británicas y norteamericanas, sino también a la de las portuguesas. Para muchas autoras las causas radicarían en el escaso desarrollo que tuvieron las clases medias, germen del origen de la conciencia feminista en otras latitudes, así como por la presencia de unas clases populares que precisaban organizarse para satisfacer necesidades más perentorias (Scanlon 1986).

Resulta llamativo que el discurso sobre la conveniencia de la participación de las mujeres en los asuntos públicos precediera a su movilización. Como en Portugal, las fuerzas conservadoras fueron las que primero intentaran captar, a comienzos del siglo XX, a las mujeres en beneficio de su causa sin pretender emanciparlas, ni cambiar las relaciones de género patriarcales vigentes.

Hasta bien entrado el siglo no aparecieron grupos organizados de mujeres para defender sus derechos como colectivo. Con anterioridad a estas fechas, contamos con figuras aisladas que reivindicaban la emancipación femenina desde diferentes ámbitos, con la preocupación de determinados reformistas que impul-

saron la educación de las mujeres como prerequisite para mejorar su situación, así como con algunas revistas escritas por mujeres y dirigidas a ellas. A partir de 1870 también puede apreciarse la creación de algunas secciones de mujeres dentro del movimiento obrero organizado que fueron radicalizándose, formando, en la década siguiente, grupos anarquistas como “Las Mártires del Trabajo” y “Las Desheredadas”, entre otras, que incentivaban la afiliación anarcosindicalista y la participación femenina en los conflictos, así como la “Sociedad Autónoma de Mujeres”, fundada en Cataluña en 1896 por Teresa Claramunt (Espigado 2002, 51).

Con el cambio de siglo empezaron a abrirse nuevos espacios sociopolíticos de participación ciudadana femenina, emergiendo un importante asociacionismo vinculado al ideario socialista, anarquista y comunista paralelo a la consolidación de grupos de mujeres vinculadas al feminismo laico que habían empezado a aflorar en los años de la intercenturia (Del Moral 2010, 107-138; Aguado e Sanfeliu 2021, 237-263).

No obstante, no fue hasta 1918 cuando aparecieron las dos asociaciones feministas más destacadas. La *Asociación Nacional de Mujeres Españolas* (ANME), auto-definida como interclasista y apartidista, dentro de su moderación evitó toda colaboración con cualquier otro órgano político o religioso y reivindicó derechos civiles y políticos para las mujeres. Por su parte, la *Unión de Mujeres de España* (UME) se fundó como una opción interclasista y aconfesional, aunque con un carácter izquierdista, situándose sus socias próximas al Partido Socialista.

A las puertas de la segunda década del siglo, se multiplicaban las asociaciones de mujeres. En 1919 se creaba el *Consejo Supremo Feminista de España* que reunía a numerosos grupos de mujeres profesionales, mientras la ANME promovía la creación entre las estudiantes universitarias de *Juventud Universitaria Feminista* (JUF), que pretendía atraerse a las jóvenes que accedían a las facultades. Esta organización tuvo una importante conexión con el exterior a través de la *International Federation of University Women* (IFUW). Contactos que favorecieron la internacionalización del feminismo español, que llegaba también de forma más tardía que el portugués, pues no sería hasta 1920 cuando Isabel Oyarzábal participara en el Congreso de IWSA.

Además de los grupos que no manifestaban una ideología política definida, las mujeres también fueron afiliándose a partidos políticos de distinto signo, invitadas por sus líderes. Desde finales del siglo XIX, lo hizo la corriente republicana y posteriormente siguieron su ejemplo socialistas, anarquistas, nacionalistas y católicos, que pretendía contrarrestar el empuje que iban adquiriendo las asociaciones de carácter no confesional (Folguera 1994, 488).

Esta importante minoría de feministas españolas trabajó para que la oportunidad que representaba la llegada de la República beneficiase su causa, poniendo todas sus esperanzas en dicho modelo político, al que defendieron con un convenido compromiso, como muy bien señala Rosario Ruiz (Ruiz Franco 2006, 171-185), pero, ¿fueron correspondidos dichos esfuerzos y expectativas?

Como es sabido, el Gobierno Provisional de la II República permitió, mediante el decreto de 8 de mayo de 1931, que las mujeres pudieran ser elegidas diputadas, aunque ignoró la legislación de 1924, que permitía el voto a algunas mujeres en las elecciones municipales, resistiéndose a dejarlas votar. Pese a ello, en las elecciones a Cortes de junio de 1931 resultaron elegidas tres mujeres de un total de 465 diputados, adquiriendo las abogadas Clara Campoamor, del Partido Radical, y Victoria Kent, del Partido Radical Socialista, un relevante protagonismo en las sesiones parlamentarias.

Clara Campoamor fue la única mujer que formó parte de la Comisión Constitucional de 1931, realizando un ingente trabajo para que el texto recogiera los derechos de las mujeres.

Al igual que la Constitución portuguesa, la española reconocía la igualdad de todos/as los/as españoles/as ante la Ley y además explicitaba, en el artículo 25, que el sexo no podría ser causa de privilegio.

Relevante resulta el artículo 43, que mejoraba la posición de la mujer en la familia, tal y como lo había hecho la legislación portuguesa en 1910. Reconoció la igualdad de derechos para ambos cónyuges en el matrimonio, al tiempo que contemplaba su disolución en caso de desacuerdo, aunque la Ley del divorcio no se promulgaría hasta el 2 de marzo de 1932.

En el mismo artículo se recogían las obligaciones de los padres con los/as descendientes, también con los habidos fuera del matrimonio, y se regulaba la investigación de la paternidad, desapareciendo la procedencia sobre la legitimidad o ilegitimidad de los/as nacidos/as. Se protegía así *no solamente el estatus de los/as hijos/as*, también el de las madres, así como su reputación.

El derecho a la asistencia aparecía asimismo en el artículo citado para proteger la maternidad y la infancia, y trasladar al Estado la responsabilidad del cuidado de los/as dependientes de la familia, liberando a las mujeres de tales tareas tradicionalmente feminizadas (Constitución española 1931).

El reconocimiento del derecho al trabajo también incluía a las mujeres. El artículo 33 recogía la libertad de toda persona a elegir profesión, y el 40 prohibía la discriminación por razón de sexo a la hora de ejercer empleos y cargos públicos, aunque en ambos se señalaba que su aplicación estaría supeditada a las limitaciones que impusieran las leyes, dejando así la puerta abierta a excepciones en el acceso o el ejercicio de determinados trabajos por motivos de insalubridad, peligrosidad, dureza, nocturnidad, o estableciendo una edad de incorporación diferente para hombres que para mujeres. En suma, se mantuvo una política proteccionista, en ocasiones, siguiendo las directrices internacionales y siempre cuestionada por las feministas.

Como en el caso portugués, el reconocimiento de derechos civiles y sociales a las españolas generó menos polémica que el de los políticos. El debate sobre el voto femenino en las Cortes de 1931 fue el más encendido de los que se produjeron.

La cuestión del voto femenino llegó al Parlamento español por primera vez en 1877, pero se desestimó por falta de interés social y no se volvió a plantear hasta 1907, cuando se inició un debate que sucesivamente fue retomado en 1908 y en 1919, aprovechando el apoyo, en este último año, del papa Benedicto XV, que coadyuvó a que los grupos conservadores y católicos abandonaran sus reservas al respecto (Fagoaga 1985).

Como anticipábamos, el *Estatuto Municipal* de 1924, promulgado por el dictador Primo de Rivera, otorgó, por primera vez, el voto a las mujeres emancipadas y mayores de 23 años en las elecciones municipales, aunque estas no llegaron a convocarse. Como afirmaría Clara Campoamor, fue lo mismo que conceder la “igualdad en la nada” (Campoamor 1981 [1ª ed. 1935], 21).

En las Cortes de 1931 muchos fueron los argumentos de los diputados contrarios al voto femenino, como evidencian las sesiones de las Cortes de los días 1, 2 y 30 de septiembre, que iban desde la perturbación de la tranquilidad de los hogares a razones biológicas, o consideraciones sobre un supuesto comportamiento femenino condicionado por el histerismo o la irracionalidad (Diario de Sesiones de las Cortes 1931, 30, 693-703; Diario de Sesiones de las Cortes 1931, 31, 728-729; Diario de Sesiones de las Cortes 1931, 47, 1337-1342). No obstante, el interés del debate se centró en las posturas encontradas de las dos diputadas allí presentes, Clara Campoamor y Victoria Kent, reflejadas en las intervenciones del día 1 de octubre, pese a que ambas pertenecían a partidos que abogaban por la concesión del voto más adelante, cuando la mujer tuviera una formación política sólida.

Victoria Kent mantuvo la disciplina de partido y, tras dudar entre restringir el voto femenino a universitarias y obreras o posponerlo en el tiempo, optó por la segunda opción al parecerle menos injusta. Nuevamente hacía acto de presencia el miedo a que la influencia de la Iglesia, la poca formación política de las mujeres o su escasa independencia de criterio pudieran condicionar un resultado electoral que comprometiera el futuro de la República.

Clara Campoamor, sin embargo, se opuso a la tendencia segregacionista de su partido y entre las mofas, risas y burlas de los diputados, argumentó que no podía negarse el voto a las mujeres por el principio jurídico de igualdad recogido en la propia Constitución. Rebatíó, con datos estadísticos sobre el analfabetismo en España, a quienes acusaban a las mujeres de ignorantes, y frente a quienes apuntaban a la histórica incapacidad de la naturaleza femenina apeló a Unamuno para recordarles que todos/as somos producto de dos seres y recibimos por igual las dos partes de nuestro ser por lo que no habría incapacidad posible, y que los que negaban esta evidencia solo podían hacerlo en virtud de un derecho que habían detentado porque fueron los hombres los que elaboraban las leyes no por un derecho natural que relegara a las mujeres (Diario de Sesiones de las Cortes 1931, 48. 1349-1361).

Finalmente, las votaciones de la Cámara arrojaron un resultado favorable al sufragio femenino, aunque sus detractores trataron de impedirlo presentando dis-

posiciones adicionales transitorias antes de la votación general de la Constitución (Diario de Sesiones de las Cortes 1931, 83, 2736-2752).

Las dos diputadas protagonistas de la polémica pagaron muy caro sus respectivas posturas parlamentarias (Campoamor 1981 [1ª Edición 1935]). No obstante, el reconocimiento igualitario del sufragio, así como del derecho de asociación, en los artículos 36 y 39 de la Constitución, impulsaron tanto el asociacionismo femenino de toda ideología, como la presencia femenina en la política. Se incrementó el número de diputadas en las Cortes y, en 1937, fue nombrada ministra Federica Montseny, primera mujer en desempeñar tal cargo en toda Europa occidental.

Pese a las dificultades, durante esta época las españolas gozaron de una serie de derechos fundamentales sin parangón hasta entonces. Entre 1931 y 1936 se legisló a partir del esquema de la Constitución, aunque los avances legislativos, en muchos ámbitos, hubieron de enfrentarse a importantes dificultades en su aplicación.

Conclusiones

Como ha podido verse, son muchas las similitudes que compartieron las mujeres ibéricas durante los gobiernos republicanos comparados.

Los movimientos de mujeres portuguesas y españolas aparecieron con cierto retraso respecto a los de las anglosajonas y con una gran diferencia en cuanto a sus estrategias de actuación, caracterizándose el feminismo peninsular por el tono moderado de sus acciones, una pluralidad de discursos, enmarcados entre la línea burguesa más moderada y la vertiente socialista, y su prioritaria preocupación inicial por la igualdad jurídica y la promoción de la educación. No obstante, aunque ambos movimientos no se caracterizaron por una temprana reivindicación del sufragio, las feministas mantuvieron destacadas implicaciones políticas como la militancia en los partidos republicanos y su compromiso en pro de la instauración de la república en sus respectivos países.

Sin embargo, pese a dicha entrega, la desconfianza de los políticos republicanos ante el destinatario del voto femenino, aunque con desenlaces diferentes, fue compartida por las repúblicas peninsulares. En Portugal, lejos de reconocer los esfuerzos de las mujeres en el advenimiento de la República, los políticos traicionaron sus iniciales promesas de reconocimiento de ciudadanía política a las mujeres, mientras que las españolas pudieron revertir tal pretensión, debido al arrojo y el tesón de una feminista que consiguió imponer en la Cámara el sentir de las sufragistas españolas, cuya movilización no era desdeñable en ese momento, y a una serie de intereses políticos de los grupos que apoyaron el voto femenino. Por otro lado, el tiempo jugó a favor de la causa española, al aprobarse la Constitución de 1931 en un contexto internacional favorable al sufragio universal.

El miedo a la derechización de las repúblicas o directamente a su fracaso retrasó también el reconocimiento del voto a las francesas en 1919, 1922, 1932, 1935. Aunque ese mismo temor llevó también a que algunas feministas, en ambos países ibéricos, defendieran un voto femenino restringido solo a unas determinadas mujeres. Fue el caso de Victoria Kent y, en un primer momento, de Carmen de Burgos en España, pero también de Ana de Castro Osório y Carolina Ângelo en Portugal. No obstante, a ambos lados de la frontera hispano-portuguesa destacaron mujeres excepcionales que demostraron no replegarse fácilmente ante los inconvenientes, como Beatriz Ângelo o Clara Campoamor, que defendieron apasionadamente su derecho y el de sus congéneres a votar.

En ambos países resultó menos difícil ver reconocidos la igualdad jurídica y determinados derechos sociales que los políticos. En ese sentido, las respectivas constituciones reconocieron derechos muy similares a las mujeres, aunque con veinte años de diferencia a favor de las portuguesas, salvo en el caso del sufragio. No obstante, esto no es óbice para que persista, como parece, en el imaginario colectivo portugués la idea de cierto retraso de su feminismo respecto al español. Lejos de ser así, según los episodios señalados, las más destacadas asociaciones de portuguesas, así como su internacionalización, se organizaron con anterioridad a las españolas.

Las feministas de ambos lados de “la raya”, en muchos casos republicanas y masonas, compartieron reivindicaciones, experiencias y amistad, incentivando el ambiente cultural y creando redes que les permitieran trabajar conjuntamente en pro de sus derechos. Es el caso de Carmen de Burgos y Ana de Castro Osório, Maria Veleza y Belén Sárraga, o la propia Alice Pestana, que difundían sus respectivas actividades para visibilizarlas, organizaban congresos feministas y generaban ideas y modelos, impulsando un movimiento feminista peninsular.

Subrayamos, por tanto, los numerosos puntos en común entre los movimientos de mujeres españoles y portugueses, las semejanzas en los procesos de lucha y de conquista de sus derechos, los paralelismos entre las propias feministas y especialmente su compromiso con el advenimiento de la república en sus respectivos países como la coyuntura propicia para conseguir la igualdad. Dichos regímenes brindaron a las mujeres oportunidades inéditas y representaron las épocas de mayor reconocimiento de sus derechos, especialmente en las primeras etapas de los mismos. Sin embargo, en ambos persistió el temor masculino a que se cuestionaran los papeles tradicionales asignados a cada sexo y trataron de primarse los intereses políticos generales frente al reconocimiento de la plena igualdad entre los sexos.

Referencias bibliográficas y fuentes

- Aguado, Ana, e Luz Sanfeliu. 2021. "El camino de la liberación. Asociacionismo femenino y culturas obreras en la Segunda República (1931-1936)." *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea* (22): 237-263. DOI: <https://doi.org/10.14198/PASADO2021.22.08>
- Amorós, Celia. 2009. *Vetas de Ilustración. Reflexiones sobre feminismo e islam*. Madrid: Cátedra.
- Ballesteros, Rosa M^a. 2002. "El despertar de un movimiento social: el feminismo en Portugal." In *Discursos, realidades, utopías: la construcción del sujeto femenino en los siglos XIX y XX*, coordinado por Dolores Ramos Palomo e M^a. Teresa Vera Balanza, 165-212. Barcelona: Anthropos.
- Bock, Gisela. 2001. *La mujer en la historia de Europa*. Barcelona: Crítica.
- Branciforte, Laura. 2015. "Experiencias plurales del feminismo español en el primer tercio del siglo pasado: un balance de la historiografía reciente." *Revista de Historiografía* 22: 235-254.
- Campoamor, Clara. 1981. *El voto femenino y yo. Mi pecado mortal* [1^a ed. 1935]. Barcelona: Saavedra.
- Castro, Zília Osório de, João Esteves, e Natividade Monteiro (dirs.). 2011. *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas*. Lisboa: Edições Colibri.
- Castro, Zília Osório de. 2011. "As intelectuais". In *Mulheres na I República. Percursos, Conquistas e derrotas*, coordinado por Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, 79-107. Lisboa: Edições Colibri.
- Comesaña, Alfredo. 2014. "1919 Portugal en el laberinto." Tesis Doctoral. Madrid: UNED.
- Cortes españolas. 1931. "Debate sobre el voto femenino". *Diario de Sesiones de las Cortes* 1 de octubre de 1931 (48): 1349-1361. Disponible en <https://app.congreso.es/est_sesiones/> [Consultado 4 de agosto de 2020].
- Cortes españolas. 1931. "Debate sobre el voto femenino". *Diario de Sesiones de las Cortes* 1 de septiembre de 1931 (30): 693-703. Disponible en <https://app.congreso.es/est_sesiones/> [Consultado 20 de julio de 2020].
- Cortes españolas. 1931. "Debate sobre el voto femenino". *Diario de Sesiones de las Cortes* 2 de septiembre de 1931 (31): 728-729. Disponible en <https://app.congreso.es/est_sesiones/> [Consultado 20 de julio de 2020].
- Cortes españolas. 1931. "Debate sobre el voto femenino". *Diario de Sesiones de las Cortes* 30 de septiembre de 1931 (47): 1337-1342. Disponible en <https://app.congreso.es/est_sesiones/> [Consultado 3 de agosto de 2020].
- Cortes españolas. 1931. "Debate sobre el voto femenino". *Diario de Sesiones de las Cortes* 1 de diciembre de 1931 (83): 2736-2752. Disponible en <https://app.congreso.es/est_sesiones/> [Consultado 3 de agosto de 2020].
- Cova, Anne. 2011. "O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres, 1914-1947." In *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, coordinado por Irene Tomé, M^a. Emilia Stone e M^a. Teresa Santos, 27-40. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Cuesta, Josefina (dir.). 2003. *Historia de las mujeres en España. Siglo XX*. Madrid: Instituto de la Mujer.
- De la Torre Gómez, Hipólito. 1997. "Historiografía española del Portugal contemporáneo." *Ayer* 26: 65-80.
- De Luis Martín, Francisco. 2005. "El fracaso de la primera república portuguesa (1910-1926): razones de una crisis." *Studia Historica. Historia Contemporánea* 23: 221-248.

- Del Moral Vargas, Marta. 2010. "En los márgenes del poder, en primera línea de las manifestaciones obreras: la representación de la militancia femenina en el Partido Socialista (1906-1927)." *Feminismo/s* 16: 107-138. DOI: <http://dx.doi.org/10.14198/fem.2010.16.06>
- Espigado Tocino, Gloria. 2002. "Las mujeres en el anarquismo español (1869-1939)." *Ayer* 45: 39-72.
- Esteves, João. 2008. *Mulheres e republicanismo (1908-1928)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Esteves, João. 2011a. "Contactos internacionais do Feminismo Português (1906-1928)." In *Olhares sobre as Mulheres. Homenagem a Zília Osório de Castro*, coordinado por Irene Tomé, M^a. Emilia Stone e M^a. Teresa Santos, 163-175. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Esteves, João. 2011b. "Feminismo, feminismos e sufrágismo na 1^a República." In *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas*, coordinado por Zília Osório de Castro, João Esteves e Natividade Monteiro, 19-46. Lisboa: Edições Colibri.
- Fagoaga, Concepción. 1985. *La voz y el voto de las mujeres. El sufrágismo en España 1877-1931*. Barcelona: Icaria.
- Folguera, Pilar. 1994. "La II República. Entre lo público y lo privado, 1931-1939." In *Historia de las Mujeres en España*, coordinado por Pilar Folguera et al., 493-514. Madrid: Síntesis.
- Gobierno de la República Española. 1931. *Constitución*. Disponible en <http://www.congreso.es/docu/constituciones/1931/1931_cd.pdf> [Consultado el 2 de agosto de 2020].
- Gobierno de la República Portuguesa. 1910 *Leis da Família*. Disponible en <<http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/3-61>> [Consultado el 5 de agosto de 2020].
- Gobierno de la República Portuguesa. 1910. "Lei do Divórcio". *Diário do Governo*, 4 de Noviembre. Disponible en <http://purl.pt/30055/4/sc-10740-3-p_PDF/sc-10740-3-p_PDF_24-C-R0150/sc-10740-3-p_0000_1-32_t24-C-R0150.pdf> [Consultado el 5 de agosto de 2020].
- Gobierno de la República Portuguesa. 1911. *Constitución*. Disponible en <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>> [Consultado el 5 de agosto de 2020].
- Gómez-Ferrer Morant, Guadalupe. 2011. *Historia de las mujeres en España: siglos XIX y XX*. Madrid: Arco Libros.
- Jiménez, Juan Carlos. 2000. "Portugal-España, 1890-1898. Una perspectiva comparada." In *Portugal y España en la crisis de entresiglos (1890-1918)*, coordinado por Hipólito de la Torre e Juan Carlos Jiménez, 25-40. Madrid: UNED.
- Ledesma, José Luis. 2017. "Los años treinta y cuarenta desde abajo: La Historia Social y la Historiografía reciente sobre la Segunda República, la Guerra Civil y la primera posguerra." *Studia Historica. Historia Contemporánea* 35: 25-40.
- López Villaverde, Ángel Luis. 2017. *La Segunda República (1931-1936). Las claves para la primera democracia española del siglo XX*. Madrid: Sílex.
- Mariano, Fátima. 2011. *As Mulheres e a I República*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Núñez Rey, Concepción. 2014. "Un puente entre España y Portugal: Carmen de Burgos y su amistad con Ana de Castro Osório." *Arbor* 190(766) a115: 7-12. DOI: <https://doi.org/10.3989/arbor.2014.766n2007>
- Oliveira, César. 1985. *Portugal e a II^a República de Espanha (1931-1936)*. Lisboa: Perspectivas & Realidades.
- Penche González, Jon. 2011. "Republicanism in Spain and Portugal (1876-1890/91). Una perspectiva comparada." *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 1(1): 155-170.

- Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres portuguesas*. Lisboa: Clube do Autor.
- Ramos Palomo, M^a Dolores. 1988. "Luces y sombras en torno a una polémica: la concesión del voto femenino en España (1931-1933)." *Baetica* 11: 563-573.
- Ramos Palomo, M^a Dolores. 2013. "Notas históricas e historiográficas sobre las mujeres en el republicanismo español." In *Historia(s) de mujeres en homenaje a M^a Teresa López Beltrán*, coordinado por Pilar Pezzi Cristóbal, 317-333. Málaga: Asociación de Estudios Históricos sobre la Mujer.
- Ramos Palomo, M^a Dolores. 2014. "La construcción cultural de la feminidad en España: desde el fin del siglo XIX a los locos y politizados años veinte y treinta." In *Feminidades y masculinidades: arquetipos y prácticas de género*, coordinado por Mary Nash, 21-46. Madrid: Alianza.
- Rollo, Maria Fernanda (coord.). 2013-14. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República.
- Rosas, Fernando, e Maria Fernanda Rollo (coords.). 2010. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- Ruiz Franco, Rosario. 2006. "La República de las mujeres." *Espacio Tiempo y Forma* 18: 171-185.
- Samara, Maria Alice. 2007. *Operárias e Burguesas: as mulheres no tempo da República*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Scanlon, Geraldin. 1986. *La polémica feminista en la España contemporánea, 1868-1974*. Madrid: Akal.
- Tavares da Silva, Maria Regina. 2013. *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Tengarrinha, José. 1997. "La historiografía portuguesa en los últimos 20 años." *Ayer* 26: 19-64.

María de la Paz Pando Ballesteros. Profesora de Historia Contemporánea, periodo sobre el que imparte docencia. Miembro del Centro de Estudios de la Mujer y Directora del Seminario Internacional de Historia Contemporánea de los Derechos Humanos de la Universidad de Salamanca. El análisis de la Democracia Cristiana española desde la dictadura franquista a la democracia a través de la *Revista Cuadernos para el Diálogo*, así como la Historia de los Derechos Humanos, incluidos los de las mujeres, representan sus líneas de investigación.
Correo electrónico: mpaz@usal.es

Artículo recibido el 03 de Octubre de 2020 y aceptado para su publicación el 31 de Marzo de 2021.

SALUD Y POBLACIÓN LGBTI+ EN CHILE: DESDE LA INVISIBILIDAD A UN ENFOQUE IDENTITARIO

 *Caterine Galaz**

 *Catalina Álvarez Martínez-Conde***

 *Rodolfo Morrison****

Resumen

Las políticas públicas sobre las sexualidades LGBTI+ no heterosexuales en Chile han pasado de una invisibilización intencionada hasta un reciente posicionamiento identitario. Luego de la dictadura, la categoría de la “diversidad sexual” en salud se ha ido posicionando como un derecho, a la vez que estableciendo regulaciones respecto a cuáles son las prácticas legitimadas de ser/hacer de las personas LGBTI+. A través de un análisis discursivo de normativas, planes y directrices de salud, se analiza históricamente cómo se han ido sedimentando en esta área las visiones sobre la orientación sexual e identidad de género desde el fin de la dictadura (1990) hasta la actualidad. Se condensan tres formas de actuación en el tiempo: a) la invisibilidad como norma o la “política de la no política”; b) una construcción problemática de la orientación sexual e identidad de género; y c) la sobre-especificación identitaria de la política pública en salud.

Palabras clave: Identidad de género, conducta sexual, política pública, salud, diversidad sexual.

* Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile, Comuna de Ñuñoa, Santiago de Chile, Chile.

Dirección postal: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Av. Capitán Ignacio Carrera Pinto N°1045, Ñuñoa, Santiago de Chile, Chile.

Correo electrónico: cgalazvalderrama@uchile.cl

** Universidad Autónoma de Barcelona; Departamento de Psicología Social – 08193 Bellaterra, Barcelona, España.

Dirección postal: Edificio B, 08193 Bellaterra, Barcelona, España.

Correo electrónico: cata.alvarezmc@gmail.com

*** Universidad de Chile, Independencia, Santiago de Chile.

Dirección postal: Depto. de Terapia Ocupacional y Ciencia de la Ocupación, Facultad de Medicina, Universidad de Chile, Independencia 1027, Independencia, Santiago de Chile.

Correo electrónico: rodolfo.morrison@uchile.cl

Resumo

Saúde e população LGBTI+ no Chile: da invisibilidade a uma abordagem identitária

As políticas públicas sobre sexualidades não heterossexuais no Chile passaram de uma invisibilidade intencional a um posicionamento identitário recente. Após a ditadura, a categoria “diversidade sexual” em saúde foi-se estabelecendo como um direito, ao mesmo tempo que se regulamentaram as práticas legítimas de ser/fazer das pessoas LGBTI+. Por meio de uma análise discursiva das normas, planos e diretrizes de saúde, analisa-se historicamente como se foram sedimentando nesta área as visões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Chile desde o fim da ditadura (1990) até o presente momento. Emergem três formas de ação ao longo do tempo: a) a invisibilidade como norma ou a “política da não política”; b) uma construção problemática da orientação sexual e identidade de gênero; e c) a sobre-especificação identitária nas políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: Identidade de gênero, comportamento sexual, políticas públicas, saúde, diversidade sexual.

Abstract

Health and LGBTI+ People in Chile: From invisibility to an identity-based approach

Public policies on non-heterosexual sexualities in Chile have shifted from an intentional invisibility to a recent focus on the identity of LGBTI+ people. After the dictatorship, the category of “sexual diversity” in health became gradually acknowledged as a right, at the same time that regulations were established about legitimate practices of making/being for LGBTI+ people. Through a discourse analysis of health regulations, plans and guidelines, we present an historical analysis of the way in which views about sexual orientation and gender identity have evolved in this area from the end of the dictatorship (1990) to the present. Three forms of action have emerged over time: a) invisibility as a norm or “policy of non-policy”; b) a problematic construction of sexual orientation and gender identity; c) identity overspecification of public health policies.

Keywords: Gender identity, sexual behaviour, public policy, health, sexual diversity.

1. Introducción y antecedentes

Las políticas públicas sobre sexualidades LGBTI+¹ en Chile han pasado de una invisibilización intencionada hasta un reciente posicionamiento identitario. Esto se relaciona con las luchas de diferentes colectivos sociales en el país y con el avance de las discusiones sobre derechos sexuales en la región latinoamericana (Galaz *et al.* 2018). Esta situación es relevante, pues la persecución histórica hacia

¹ Sobre esta categoría existe discusión (Pecheny 2005; Iosa y Rabbia 2011; Esguerra y Bello 2014). Adoptamos esta forma, que incluye el signo más (+) como guiño de apertura, para ubicar al lector/a en el campo temático, considerando las diversas orientaciones e identidades sexuales que las personas pueden adscribirse. En ocasiones hablaremos de personas no heterossexuales para aludir a una problemática central que atraviesa a estas subjetividades. Finalmente utilizaremos el término “diversidad sexual” cuando hablemos de las políticas públicas en Chile porque ha sido el concepto aglutinante con que se ha trabajado (Galaz *et al.* 2018).

el colectivo de personas LGBTI+ en dictadura fue una práctica habitual, ya que atentaba contra el *orden* y una idea de ciudadanía heterosexual (Garrido 2016). El área de salud fue una de las primeras en generar acciones públicas en la materia (Galaz *et al.* 2018). Así, la categoría de *diversidad sexual* se ha ido posicionando como un derecho, pero a la vez, ha ido estableciendo regulaciones respecto de cuáles son las prácticas legitimadas de ser/hacer de las personas LGBTI+. Los últimos estudios que han analizado la cuestión de la salud en personas no heterosexuales han criticado la ausencia de formación de profesionales, junto con la escasez de participación de colectivos LGBTI+ en el diseño de políticas públicas (Cabezas 2020; Estay, Valenzuela y Cartes 2020). Además, se ha señalado la vulneración persistente del principio de igualdad y no discriminación en la atención en salud (Basualto 2020) y cómo, en el diseño de políticas públicas, se mantiene un paradigma biomédico, lo que repercute negativamente en esta población (Cristi 2021). Otras investigaciones (Barrientos *et al.* 2019; Montecinos y Silva 2019; Morrison *et al.* 2019; Muñoz 2019) dan cuenta del impacto negativo de ello en la salud mental en esta población.

Este artículo se centra en el análisis de las políticas públicas de salud, de carácter universal, para visualizar la construcción del sujeto de esa política, sin incluir las normativas aplicadas a nivel local que se han ido desarrollando a través de los años².

Durante los años de transición a la democracia en Chile (1990-2005), la retórica del consenso tuvo como uno de sus efectos la neutralización de la diferencia, obligando a la diversidad a ser *no-contradicción* (Richard 2010). Este panorama definirá la década de 1990 en torno a la postergación de las demandas LGBTI+ (Rivas 2011). Esto debido a que se planteaba que el país aún no se encontraba preparado para un cambio cultural de esa naturaleza (Garrido 2016). El mantenimiento de la *sodomía* como delito a través del artículo 365 del Código Penal, y la persecución a las personas trans bajo el amparo del artículo 373 de la Ley del Pudor, Moral y Buenas Costumbres, muestra cómo fueron criminalizadas durante los primeros años de la transición.

² El “Programa de Identidad de Género” del Hospital Sotero del Río desde 2018; el “Policlínico de Identidad de Género” del Hospital El Pino desde 2018; el “Policlínico de Identidad de Género” del Hospital Carlos Van Buren desde 2015; “Casa Trans” perteneciente al sindicato Amanda Jofré (Pinto 2019). El Hospital Las Higueras desde 2012, a través de la “Mesa de Participación en Salud para Mujeres Lesbianas y Bisexuales del Servicio de Salud Talcahuano”; el “Policlínico Trans” y el “Protocolo de Atención y Derivación Para Usuarios/as Trans” (SST s/a, 5). Prestan apoyo entidades Todo Mejora, Acción Gay, Juntos Contigo Centro de Salud amigable de MUMS, área de salud de Organizando Transdiversidades (OTD) (La Tinta 2019). También se han desarrollado guías en el ámbito de atención primaria de la salud (Montero y González 2017) y en disciplinas como la medicina (Valenzuela y Cartes 2019), la psicología (Martínez *et al.* 2018) y la terapia ocupacional (Morrison *et al.* [en prensa]).

Posteriormente los gobiernos se ven interpelados no sólo por los movimientos LGBTI+, sino también por la necesidad del Estado de visibilizarse como una nación moderna y respetuosa de los DDHH, buscando estrategias para atender la *agenda progresista internacional* que comenzaba a instalarse (Galaz *et al.* 2018). Esta presión internacional se ha intensificado en los últimos años con nuevas consideraciones en torno a la identidad de género a partir de los cambios en la clasificación diagnóstica de manuales como el DSM IV y el CIE-10 (Robles y Ayuso-Mateos 2019). Como menciona Amigo-Ventureira (2019), la despatologización de las identidades trans es uno de los principales focos de lucha en relación con el ámbito de la salud actual. Se menciona que las modificaciones en las legislaciones han tensionado a la labor médica *tradicional* ya que las personas piden un mayor involucramiento en lo que respecta a la atención (Farji 2018). Meske y Antoniucci (2021) recalcan que esto abre nuevos sentidos a las categorías de *sexo* y *género* dentro de las legislaciones. Cox y Carrasco (2020) mencionan que el concepto de identidad de género y la forma que se entiende la relación sexo-género dentro de un equipo médico-terapéutico está resultando fundamental en relación con la atención de niños/as y adolescentes.

2. Saberes dominantes en salud

El campo de las sexualidades emerge como problemático, pues los saberes dominantes psi, médicos, jurídicos y religiosos han contribuido a la consolidación de categorías dicotómicas que van desde lo normal/anormal, hetero/homo, masculino/femenino, patológico/sano. Las sexualidades van reglándose por medio de una serie de discursos públicos, explícitos y sutiles (Wittig 1992). Muchas de estas construcciones sociales se basan en saberes biológicos reduccionistas que eliminan las posibilidades de pensar a *los cuerpos sexuados* como productos de contextos sociohistóricos específicos (Romero, García y Bagueiras 2005).

Desde esas disciplinas se fundamentaron comprensiones y teorías psiquiátricas que establecieron a la homosexualidad como enfermedad mental: desde 1952, con la publicación del *Manual Diagnóstico y Estadístico de los Trastornos Mentales* (DSM), de la Asociación Estadounidense de Psiquiatría (APA), se le clasificó como una enfermedad psiquiátrica (APA 1952). Dejó de ser considerada como una patología en 1973, con la segunda versión del DSM, reemplazándose por “perturbaciones en la orientación sexual” en el DSM-II y posteriormente por “homosexualidad egodistónica” en el DSM-III, que se eliminaría en 1986. La OMS eliminó a la homosexualidad como patología en 1990, producto de la presión social de organizaciones civiles, y en el año 2018 señaló que las personas trans no responden a una patología (Cáceres, Talavera y Reynoso 2013). La OMS en 2018 pasó la transexualidad del capítulo de “trastornos” al de “condiciones relativas a la salud sexual”, pasando a llamarse *incongruencia de género*. Parte del argumento sobre la manten-

ción de un criterio diagnóstico para las personas trans radica en el desarrollo de políticas públicas sanitarias que permitirían la intervención médica desde una evaluación *ad hoc* con características biológicas y psicológicas. De esta manera, el diagnóstico se plantea como una forma de asegurar un derecho (Borraz 2017). De ahí la importancia de auscultar los saberes médicos, pues no se constituyen exclusivamente en la especialización de sus conocimientos, sino que toman posición en un conjunto de relaciones sociales que implican acciones sobre ciertos sujetos. A pesar de ello, se constituyen maniobras de resistencia o estrategias de construcción/deconstrucción crítica (Lorente 2002). Así, emergen diversos colectivos exigiendo derechos sexuales (Preciado 2002), generando resistencias a saberes dominantes que buscan la regulación de sus prácticas y cuerpos (Foucault 1977).

3. Marco metodológico

Siguiendo a Carrasco, López y Estay (2012), empleamos el análisis documental para identificar, dentro de los textos, categorías discursivas que fuesen significativas para ver cómo se construye la noción de *diversidad sexual* en diferentes políticas públicas en relación con la salud. En una primera etapa, se desarrolló una sistematización de las normas generales aplicadas en el Estado chileno en materia de educación y salud en relación con género y sexualidad. De este catastro inicial que concitó 70 documentos, se seleccionaron 11 de las carteras ministeriales de salud y educación que resultarán más pertinentes en relación a la inclusión en salud de personas LGBTI+ bajo tres criterios: a) rescatando aquellos que fueron difundidos a nivel nacional en relación a la educación sexual; b) algunos que explícitamente nominaran a las personas no heterosexuales como parte de la norma; y c) que fueran de carácter normativo o propositivo a nivel general del país y no programas de implementación. En una segunda etapa, se sistematizó la información, considerando el tipo de sujeto-objeto de la política que subyacía a la norma y la forma de nominación y visibilización de las personas no heterosexuales en dichos documentos. Siguiendo un análisis discursivo, construimos categorías en base a la articulación temática del discurso (Sayago 2014).

Tabla 1.
Corpus de análisis: programas y guías sobre salud y sexualidad

Tipo	Nombre	Unidad
Informe	Adolescentes, sexualidad y embarazo: Perspectivas desde la atención primaria de salud	Ministerio de Salud
Informe	Programa Sexualidad Responsable	Ministerio de Salud
Guía	Hacia una sexualidad responsable: modelo de gestión local	Ministerio de Educación de Salud, de la Mujer
Ley	Ley n° 20.418. normas sobre información, orientación y prestaciones en materia de regulación de la fertilidad	Ministerio de Salud
Via Clínica	Via clínica para la adecuación corporal en personas con incongruencia entre sexo físico e identidad de género	Ministerio de Salud
Circular	Circular n.° 34 sobre la atención corporal en personas trans y fortalecimiento de la estrategia de Hospital Amigo a personas de la Diversidad Sexual	Ministerio de Salud
Programa	Programa Nacional de Salud Integral de Adolescentes y Jóvens	Ministerio de Educación
Circular	Circular n° 21. instrucción sobre la atención de personas trans en la red asistencial	Ministerio de Salud
Circular	Circular n° 18. sobre ciertos aspectos de la atención de salud a niños y niñas intersex	Ministerio de Salud
Circular	Complementa circular n° 18. sobre ciertos aspectos de la atención de salud a niños y niñas intersex	Ministerio de Salud
Guía	Consejería en salud sexual y reproductiva para adolescentes	Ministerio de Salud

Fuente: Elaboración propia

4. Resultados y discusión

Se rastrearon tres formas en que se condensa la actuación del Estado en materia de salud hacia la población LGBTI+ desde el fin de la dictadura: en un primer momento, una cierta *invisibilidad como norma*; en un segundo momento, una *construcción problemática de la orientación sexual e identidad de género*; y por último, en los últimos años, la *sobre-especificación identitaria de la política pública en salud*.

4.1. La invisibilidad como norma o la “política de la no política”

En este primer apartado vemos cómo la invisibilidad de las personas LGBTI+ en políticas públicas no es algo considerado inocuo porque esa propia opacidad es una política en sí misma. Es decir, en más de 10 años de políticas de salud en democracia, las personas LGBTI+ fueron invisibles, pese a la consolidación de los diversos movimientos sociales en el país.

En el año 1992, en el estudio “Adolescentes, sexualidad y embarazo: Perspectivas desde la atención primaria de salud” (Marshall 1992), se plantea esta situación y se visualiza cómo los equipos de salud de la atención primaria, enfocados en la población adolescente, no consideran las experiencias de personas LGBTI+. En dicho informe se destaca que sólo se concibe en salud sexual elementos como embarazo, prevención de enfermedades de transmisión sexual y anticoncepción (Marshall 1992). Esta perspectiva heterosexual y de riesgo de la intervención en salud se mantiene durante todo el primer tramo de democracia. Así se evidencia también en el “Programa de sexualidad responsable” (MINSAL 2002), donde el foco está en la prevención del embarazo adolescente y de infecciones de transmisión sexual entre parejas heterosexuales.

Esta invisibilización de las experiencias LGBTI+ vuelve a emerger en el informe “Chile: Situación de la salud y los derechos sexuales y reproductivos”. En dicho documento se omite información sobre las problemáticas, necesidades y experiencias asociadas a las personas LGBTI+ en los centros de salud. Esta invisibilidad vuelve a presentarse en el documento orientativo interministerial “Hacia una sexualidad responsable: modelo de gestión local”. Este modelo nace con

[...] la tarea de abordar la sexualidad de sus usuarios, focalizando su accionar en la salud sexual, entendida como el proceso centrado en el desarrollo humano y en las relaciones interpersonales, y no solamente en la atención al ámbito reproductivo, las enfermedades de transmisión sexual y la prevención de riesgos. (MINEDUC, MINSAL y Ministerio de la Mujer 2004)

Se refuerza la idea de los derechos y deberes en sexualidad, como la entrega de información, confidencialidad y estilos de vida saludables. Sin embargo, siempre el enfoque es desde un posicionamiento binario y heterosexual y no se especifican acciones u orientaciones en salud mental, ginecología o infecciones de transmisión sexual respecto de personas que no sean heterosexuales.

Esta consideración del ideal heterosexual como sujeto universal de la política pública se basa en lo que Mulé *et al.* (2009) han llamado una “ideología de la heterosexualidad”. Esta ideología promovería una “no especificidad”, lo que permite que las necesidades de las personas no heterosexuales queden invisibilizadas, a la vez que desde las políticas públicas pareciera que discursivamente se incluye a toda la ciudadanía. Así, las normativas en torno a la salud sexual naturalizan la heterosexualidad, institucionalizando la discriminación como fundamento de la política.

4.2. *La construcción problemática de la orientación sexual e identidad de género*

Entre los años 2000 y 2015, los movimientos LGBTI+ logran visibilizar la dimensión política de la sexualidad, transitando desde el ámbito privado hacia lo público (Schenck 2018). Las políticas públicas en esta materia se centran en la salud sexual, pero poniendo un acento en el control de ciertas enfermedades. Aunque en este periodo se posibilitan medidas antidiscriminatorias, derechos colectivos no considerados hasta la fecha para personas LGBTI+ y hacer más pertinentes algunos servicios, a la vez se configura un dispositivo de regulación fundamentado en la consideración de las comunidades LGBTI+ como “población de riesgo”. Esto se lleva a cabo por cómo se vinculan las vivencias no heterosexuales y los cuidados respecto de enfermedades sexuales, contribuyendo no solo al despliegue de servicios, protocolos y atenciones en esta línea, sino también a la concreción de un imaginario estereotipado de cuerpos LGBTI+ y la propagación de enfermedades. Por ejemplo, en el “Reglamento sobre Infección de Transmisión Sexual” (MINSAL 2011a), que establece instancias de educación en la materia, se da cuenta de la diversidad sexual y de género como uno de los aspectos importantes a tener en consideración. Asimismo, se crea el “Programa Nacional de prevención y control de VIH/SIDA y las ITS” (MINSAL 2011b) que destaca, dentro de la noción de “vulnerabilidad”, explícitamente a la población LGBTI+, señalando que:

[...] en un análisis de vulnerabilidad frente al VIH y las ITS no solo tendrá relevancia la discriminación por orientación sexual o actividad (discriminación a hombres homo-bisexuales, hombres que tienen sexo con hombres o a mujeres que tienen sexo con mujeres, personas que ejercen el comercio sexual), sino también las discriminaciones de género, de etnia, de nivel socioeconómico. (MINSAL 2011b, 8)

En varias oportunidades se menciona en esta disposición que los programas de salud van especialmente dirigidos a la comunidad no heterosexual, lo que, siendo una posibilidad de atención para estas personas, contribuye indirectamente a que sea vista la transmisión de enfermedades sexuales como una problemática casi exclusiva de estos colectivos. Esta asociación negativa intenta ser moderada a partir del año 2013, cuando se elimina la norma general técnica n° 0146 que prohibía a homosexuales ser donantes de sangre (MINSAL 2013). Este hecho intenta desnaturalizar el vínculo entre enfermedades de transmisión sexual y personas no heterosexuales.

En el Programa Nacional de Salud Integral de Adolescentes y Jóvenes de 2012 se amplía a otras experiencias de la población juvenil (MINSAL 2011a). Se destaca en el documento que: “falta abrir la discusión a temas como aborto, homosexualidad y equidad de género”, agregando que se requiere “abrir discusión a temas tabú (aborto terapéutico, homosexualidad, transgénero)” (MINEDUC 2012, 149). Si bien emerge como un nuevo campo que requiere una intervención de

salud desde un punto de vista integral, no se especifican propuestas específicas respecto de las experiencias LGBTI+.

Asimismo, se crea la “Consejería en Salud Sexual y Reproductiva para Adolescentes” (MINSAL 2015b), la cual entrega lineamientos para profesionales de atención primaria que trabajan con adolescentes LGBTI+ y heterosexuales. Dicha guía nace en respuesta al programa Nacional de Salud para Adolescentes y Jóvenes del año 1995 (MINSAL 1995). En el apartado de conceptualizaciones, se señalan elementos relacionados con personas LGBTI+, pero no se profundiza mayormente en elementos constitutivos de la identidad de género, ni de problemáticas asociadas a cada grupo en particular.

Solo en el año 2015 emerge una visión pública donde se consideran espacios específicos en salud, respecto de la orientación sexual e identidad de género. En la “Guía Práctica: Consejería en Salud Sexual y Reproductiva para Adolescentes” (MINSAL 2015b), se incluyen conceptos como: salud sexual y reproductiva; consejería para la prevención del embarazo y enfermedades de transmisión sexual; uso de preservativos; abordaje de distintas orientaciones sexuales e identidades de género. En esta guía se ponen en relevancia los conceptos asociados a las experiencias LGBTI+ en relación con la salud sexual, abriendo consejerías específicas. Pero el documento enfatiza que entre su público objetivo se sitúan usuarios/as “adolescentes que presentan dudas o confusión en la orientación sexual, en su identidad de género o adolescentes que se definan gay, lesbianas, bisexuales o trans” (MINSAL 2015b, 13). Dentro de los temas que se proponen para las consejerías están:

[...] explorar la conducta sexual y clasificar grados de Petting, que señalan el tipo de intimidad sexual (...). Cuando pregunte por la orientación sexual incluya las opciones: “heterosexual”, “homosexual”, “bisexual”, “prefiero identificarme como...”, de esta manera se trabaja con un enfoque inclusivo de la diversidad sexual (...). No asuma que es heterosexual, homosexual o bisexual. (MINSAL 2015b, 21)

Asimismo, se plantea el libre ejercicio de la personalidad de los/as adolescentes, enfatizando su derecho a la sexualidad, sin ser discriminados por su orientación sexual. También los mecanismos de protección como preservativo femenino y masculino emergen como claves en las consejerías “en todas las prácticas sexuales, considerando a la diversidad sexual” (MINSAL 2015b, 33).

En dicho documento existe un apartado específico para enfrentar dudas sobre orientación sexual e identidad de género, entre las que se destacan: el conocimiento de creencias y actitudes frente a personas LGBTI+; no asumir la heterosexualidad como base; la importancia de no señalar la homosexualidad como enfermedad; que las dudas sobre orientación sexual no requieren tratamiento médico; las formas de acompañamiento más directo; material educativo; la importancia de la derivación cuando el/la profesional considere que tiene prejuicios sobre personas LGBTI+, entre otras. Finalmente, dicho texto culmina con un glosario referente a las concep-

tualizaciones que deben comprenderse para la atención de personas no heterosexuales. Al respecto, es interesante mencionar que se aborda la noción de *diversidad sexual* como un todo aglutinante sin especificar las necesidades específicas de personas lesbianas, bisexuales, homosexuales, trans o intersex. No obstante, se aclara que pertenecer a este conglomerado no implica obligatoriamente una necesidad de tratamiento médico específico y se hace un llamado de atención a considerar la *homofobia*, *transfobia* y *heterosexismo* como elementos dentro de las prácticas de atención en salud que pueden producir vivencias conflictivas en las personas.

4.3. La sobre-especificación identitaria de la política pública

Finalmente, en los últimos años se ha dado una cierta hipervisibilización desde la intervención pública sobre ciertos cuerpos no heterosexuales, especialmente de las personas trans. Por un lado, esto resulta positivo porque posibilita que este colectivo pueda acceder al ámbito de salud, después de muchos años de invisibilización. Pero, por otro, se corre el riesgo de una sobre-intervención basada en nuevos estereotipos sobre estos cuerpos, nuevos procesos de psicologización y patologización y distinciones en la atención respecto de otros colectivos no heterosexuales.

En los últimos años, han emergido circulares y normativas institucionales específicas sobre las personas trans e intersex. En el año 2010 se crea la “Vía Clínica para la adecuación corporal en personas con incongruencia entre sexo físico e identidad de género” (MINSAL 2010). En dicho documento se especifican las intervenciones pertinentes, sus objetivos, criterios de elegibilidad y disposición para su preinscripción. Para poder acceder a este tipo de prestación, el ministerio señala una problemática que debe ser atendida, definiéndola como “la persistencia de un sentimiento de incongruencia entre sexo físico e identidad de género que cause incomodidad, estrés o impedimento significativo en cualquier área de su funcionamiento personal” (MINSAL 2010, 5).

Es relevante señalar que las personas que deseen realizar este procedimiento deben ser mayores de 18 años. El proceso formal que estipula la norma considera tres factores: salud mental, adecuación hormonal y adecuación quirúrgica. El documento establece una evaluación inicial de un psicólogo/a, el posible desarrollo de una psicoterapia, seguimiento y confirmación por parte del especialista-médico para otro tipo de intervenciones. Luego, en el proceso de adecuación hormonal se explican los factores asociados al consumo de estos medicamentos y sus efectos primarios y secundarios. Finalmente, el proceso puede – o no – terminar en una adecuación quirúrgica. Para esto se establece que se debe cumplir con ciertos criterios de elegibilidad: haber realizado una psicoterapia, tratamiento hormonal, conocimiento demostrado de riesgos de la operación (MINSAL 2010).

En el documento quedan pendientes temas relevantes como la dificultad en el acceso de personas menores de 18 años, y también el deseo de personas que no

quieran efectivamente llevar a cabo el proceso completo de tratamiento. Esto evidencia cierta visión normativa y adultocéntrica respecto de los márgenes aceptables para definir la identidad de género y el sexo congruente con esta misma. Por otra parte, la continuidad del acompañamiento post operatorio es inexistente.

En ese sentido, el dispositivo sanitario opera principalmente para personas mayores que supuestamente son “conscientes” de la incongruencia que implica la experiencia trans y desean un cambio corporal completo. Así, mientras más consciencia, mayor será el nivel de cambio al que se le permitirá acceder. En este documento el concepto de incongruencia opera como marco de referencia de lo *trans*, regulando a nivel nacional los procedimientos de adecuación corporal según este principio. Esto aunque en la Vía Clínica se plantea que “la psicoterapia no intenta ‘curar’ la incongruencia (...) la psicoterapia es un criterio de elegibilidad para la intervención hormonal y quirúrgica” (MINSAL 2010, 5).

Mientras que se abandona una mirada tradicional de la “cura”, ya que no se intenta cambiar de parecer a la persona, sino que lograr que la persona acepte la identidad de género y sexo físico “congruente”, se establece una nueva noción que es la “aceptación de la discordancia”, reafirmando que lo normal es la correspondencia entre identidad y sexo físico. Bajo la advertencia de “irreversibilidad” de la intervención biológica final, que pasaría a ser la culminación del tránsito, se insta al sujeto a asumir responsabilidad a propósito de su propia identidad. De esta forma, implícitamente se establece que el abanico de posibilidades de vivencias trans se encuentran erradas, por lo que sería necesario cierto sistema de intervención y normalización que elimina la posibilidad de inestabilidad e incoherencia en las categorías (Echeverría y Maturana 2016).

En tanto, para las personas intersexuales se lanza una circular del año 2015 con la que se instruye cierto freno a las intervenciones quirúrgicas a recién nacidos/as y niños/as intersex (MINSAL 2015a, 2016), la cual se ampara en las recomendaciones de la OMS y la Declaración Internacional de los Derechos del Niño. A pesar de ser un aporte contra los casos de intervención temprana, no cuestiona la asignación de sexo registral, la cual se lleva a cabo bajo una lectura médica respecto de “las mejores expectativas” que se proyecten para el desarrollo del cuerpo, a través de exámenes interdisciplinarios. En ese sentido, se obvian los riesgos y daños que esta decisión realizada desde la mirada experta puede provocar en la persona en términos del desarrollo de su identidad de género.

5. Conclusiones

La gestión pública de salud en torno a las personas LGBTI+ durante la postdictadura ha cruzado cambios significativos asociados a la transformación de la sociedad en relación con la mayor apertura cultural sobre estas vivencias. Este camino ha implicado un cierto desplazamiento de la noción aglutinante de “diver-

sidad sexual” como problema y amenaza – relacionada a regulaciones sobre esos cuerpos – a una concepción más abierta y de reconocimiento. Pero las principales acciones se han enfocado en base a la mantención de imaginarios normativos de los cuerpos y vinculados a valores liberales como el derecho individual a la salud, la responsabilidad individual y la instauración de procesos psico-médicos – a partir de diagnósticos físicos y psicológicos – que garantizan el acceso a ciertos derechos. Por tanto, más allá de transformar los marcos de sentido con los que opera el ámbito de la salud, reifican cierto disciplinamiento de los sujetos a costa de su inclusión. Asimismo, en general se puede trazar una acción del Estado que ha tenido un carácter sectorial y parcial, sin plantearse una política pública transversal que ampare los derechos de las personas LGBTI+.

Es relevante mencionar que, en los últimos cinco años, se ha producido un proceso incipiente de institucionalización en torno a la identidad de género en distintos niveles administrativos (espacios clínicos o unidades de identidad de género y también circulares y normas específicas). No obstante, la implementación de disposiciones, circulares y normativas quedan al arbitrio de las instituciones por las que circulan, sin implementar necesariamente mecanismos para su ejecución. Es importante mantener la mirada crítica, a propósito de esta institucionalización, de cómo operan los discursos de la *diversidad sexual*, ya que puede generar nuevos dispositivos de normalización y regulación, los que, si bien pueden garantizar el acceso a salud, no necesariamente consideran a las personas LGBTI+ como sujetos plenos de derecho. En ello, los procesos de “reflexividad crítica” sobre las propias prácticas y discursos de los/as agentes de la salud como la “vigilancia epistemológica” referida a los preconceptos que se tienen de la *diversidad sexual* en la atención (Galaz y Rubilar 2019) resultan fundamentales para poder cumplir con el principio de no dañar a las personas usuarias y buscar los mejores caminos de resolución médica frente a los/as pacientes, independiente de su orientación o identidad de género. En ese sentido, es importante integrar a la misma población LGBTI+ en el proceso del diseño de políticas públicas (Cabezas 2020; Cristi 2021), además de ir de la mano de la formación de funcionarios/as que trabajan con esta población. Pero para ello se requiere a la vez cuestionar la mirada individualista, asistencialista y biologicista, integrando lógicas participativas que consideren las necesidades manifestadas desde los propios colectivos LGBTI+, y no sólo a partir del saber experto.

Agradecimientos

Proyecto Fondecyt N° 1170417 “Acción pública y diversidad sexual en Chile: Construcciones sociales en democracia (1990-2016)” (CONICYT-Chile).

Referencias bibliográficas

- APA – American Psychiatric Association. 1952. *Mental Disorders. Diagnostic and Statistical Manual*. Washington: APA.
- Amigo-Ventureira, Ana. 2019. “Un recorrido por la historia trans*: desde el ámbito biomédico al movimiento activista-social.” *Cadernos Pagu* 57: 1-26. DOI:10.1590/18094449201900570
- Barrientos, Jaime, José Saiz, Fabiola Gómez, Mónica Guzmán-González, Ricardo Espinoza-Tapia, Manuel Cárdenas, y Joaquín Bahamondes. 2019. “La Investigación Psicosocial Actual Referida a la Salud Mental de las Personas Transgénero: Una Mirada Desde Chile.” *Psyke* 28: 1-13. DOI:10.7764/psyke.28.2.1482
- Basualto, Marcelo. 2020. “Libertad religiosa y no discriminación en prestación de servicios a personas LGBTI. Hacia algunos criterios de solución en Chile que cumplan estándares de derecho internacional de derechos humanos.” Tesis Magíster, Universidad Diego Portales.
- Borraz, Marta. 2017. “La OMS deja de considerar la transexualidad un trastorno mental.” *El Diario*, 31 enero. Disponible en https://www.eldiario.es/sociedad/OMS-considerar-transexualidad-enfermedad-incongruencia_0_783572396.html
- Cabezas, Yasna. 2020. “Características de la atención de salud efectiva para la población que se identifica con el colectivo LGBTI.” Tesis Magíster, Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Cáceres, Carlos, Víctor Talavera, y Rafael Reynoso. 2013. “Diversidad sexual, salud y ciudadanía.” *Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública* 30(4): 698-704. DOI:10.17843/rpmesp.2013.304.255
- Carrasco, Claudia, Verónica López, y Camilo Estay. 2012. “Análisis crítico de la Ley de Violencia Escolar de Chile.” *Psicoperspectivas* 11(2): 31-55. DOI: 10.5027/psicoperspectivas-Vol11-Issue2-fulltext-228
- Cox, Paula, y María Carrasco. 2020. “Disforia de género en niños y controversias en su tratamiento: dos concepciones distintas sobre la identidad de género.” *Persona y bioética* 24: 57-76. DOI: 10.5294/pebi.2020.24.1.5
- Cristi, Daniela. 2021. “Políticas de identidad y gestión sexual de los cuerpos: un análisis de los discursos legislativos acerca de la gestión estatal del conflicto trans en Chile.” *La ventana. Revista de estudios de género* 6(53), 276-312. DOI:10.32870/lv.v6i53.7192.
- Echeverría, Genoveva, y José Maturana. 2016. “Análisis crítico del discurso de políticas públicas en diversidad sexual en Chile.” *Universitas Psychologica* 14(4): 1485-1498. DOI: 10.11144/Javeriana.up14-4.acdp
- Esguerra, Camilla, y Jaison Bello. 2014. “Interseccionalidad y políticas públicas LGBTI en Colombia: usos y desplazamientos de una noción crítica.” *Revista de Estudios Sociales* 49: 19-32. DOI:10.7440/res49.2014.02
- Estay, Fernanda, Amanda Valenzuela, y Ricardo Cartes. 2020. “Atención en salud de personas LGBT+: Perspectivas desde la comunidad local penquista.” *Revista Chilena de Obstetricia y Ginecología* 85: 351-357. DOI: 10.4067/S0717-75262020000400351
- Farji, Anahí. 2018. “Los/as profesionales de la salud frente a la Ley de Identidad de Género argentina. Tensiones entre el saber experto y el cuidado integral.” *Physis: Revista de Saúde Coletiva* 3(28): 1-18. DOI: 10.1590/s0103-73312018280318
- Foucault, Michel. 1977. *Historia de la sexualidad I: La voluntad de saber*. Madrid: Siglo XXI.
- Galaz, Catherine, Mauricio Sepúlveda, Rolando Poblete, Lelya Troncoso, y Rodolfo Morrison. 2018. “Derechos LGBTI en Chile: tensiones en la constitución de otredades

- sexualizadas." *Psicoperspectivas*. 17 (1): 6-16. DOI: 10.5027/psicoperspectivas-vol17-issue1-fulltext1165
- Galaz, Caterine, y Graciela Rubilar. 2019. "Experiencias profesionales en intervención psicosocial: el ejercicio narrativo como metodología de reflexividad y vigilancia epistemológica." *RELMECS* 9(1), e050. DOI: 10.24215/18537863e050
- Garrido, Juan. 2016. "Memoria colectiva, discursos y violencia homo-lesbotransfóbica en la dictadura militar y transición democrática en Chile." Documento de Trabajo N°24, Santiago: ICSO, Universidad Diego Portales. Disponible en https://www.researchgate.net/publication/316993668_Memoria_colectiva_discursos_y_violencia_homo-lesbotransfobica_en_la_dictadura_militar_y_transicion_democratica_en_Chile
- Iosa, Tomás, y Hugo Rabbia. 2011. "Definiciones divergentes de la estrategia de visibilidad en el movimiento LGTB cordobés." *Íconos. Revista de Ciencias Sociales* 39: 61-77. DOI: 10.17141/iconos.39.2011.743
- La Tinta. 2019. "El avance de consultorios inclusivos." *La Tinta*, 6 noviembre. Disponible en <https://latinta.com.ar/2019/11/el-avance-de-consultorios-inclusivos/>
- Lorente, Belén. 2002. "Trabajo social y ciencias sociales. Poder, funcionalización y subalternidad de saberes." *Trabajo Social* 4: 41-60. Disponible en <https://revistas.unal.edu.co/index.php/tsocial/article/view/32516>
- Marshall, Teresa. 1992. *Adolescentes, sexualidad y embarazo: Perspectivas desde la atención primaria de salud*. Santiago: Iberoamericana.
- Martínez, Claudio, Alemka Tomicic, Constanza Gálvez, Juliana Rodríguez, Catalina Rosenbaum y Francisco Aguayo. 2018. *Psicoterapia culturalmente competente para el trabajo con pacientes LGBT+: una guía para psicoterapeutas y profesionales de la salud mental*. Santiago: Universidad Diego Portales.
- Meske, Verónica, y Melina Antoniucci. 2021. "El sexo en disputa: regulación y materialización corporal del género en un contexto de despatologización de la identidad." *Historia y Sociedad* 40: 198-223. DOI: 10.15446/hys.n40.86873
- Mesa de Participación en Salud para Mujeres Lesbianas y Bisexuales. (s/a). *Servicio de Salud Talcahuano*. Disponible en <https://sstalcahuano.cl/salud-y-diversidad-sexual/#1529678576814-31ef86a3-6682>
- Ministerio de Educación [MINEDUC]. 2012. *Programa Nacional de Salud Integral de Adolescentes y Jóvenes*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Educación, Ministerio de Salud [MINSAL] y Ministerio de la Mujer. 2004. *Hacia una sexualidad responsable: modelo de gestión local*. Santiago: Ed. Ikastola.
- Ministerio de Salud. 1995. *Programa Nacional de Salud para Adolescentes y Jóvenes*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2002. *Programa Sexualidad Responsable*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2010. *Vía clínica para la adecuación corporal en personas con incongruencia entre sexo físico e identidad de género*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2011a. *Reglamento sobre infecciones de transmisión sexual*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2011b. *Programa Nacional de prevención y control de VIH/SIDA y las ITS*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2013. *Aprueba Norma General Técnica N° 0146, Nominada "Norma que regula el procedimiento de atención de donantes de sangre (en sitio fijo o móvil)."»* Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2015a. *Circular no 18. Instruye sobre ciertos aspectos de la atención de salud a niños y niñas intersex*. Gobierno de Chile.

- Ministerio de Salud. 2015b. *Guía práctica: Consejería en salud sexual y reproductiva para adolescentes. Orientaciones para los equipos de Atención Primaria*. Gobierno de Chile.
- Ministerio de Salud. 2016. *Complementa circular no 18 que instruye sobre ciertos aspectos de la atención de salud a niños y niñas intersex*. Gobierno de Chile.
- Montecinos, María José, y Ana María Silva. 2019. "Percepción de personas de orientación homosexual respecto del enfoque hacia la diversidad sexual utilizado en Atención Primaria de Salud." *Revista Chilena de Salud Pública* 23(1): 60-67. DOI: 10.5354/0719-5281.2019.55050
- Montero, Adela, y María Isabel González. 2017. *Guía de orientaciones y recomendaciones para la atención de adolescentes y jóvenes gays, lesbianas y bisexuales en el nivel primario de salud*. Universidad de Chile.
- Morrison, Rodolfo, Lilian Araya, Tamara Palomino, y José Manuel Graus. 2019. "Situación de las niñas y niños trans en Chile: derechos humanos y políticas públicas." *RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades* 1: 26-48. Disponible en <https://www.upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/3842>
- Morrison, Rodolfo, Tamara Palomino-Araneda, Pía Muñoz-Coronado, y Nicole Tapia-Henríquez. [en prensa]. "Experiencia de formación con comunidades educativas para la inclusión de estudiantes LGBTIQ+ desde un enfoque de derechos humanos." En *Niñez, juventudes y derechos: Reflexiones a partir de prácticas de terapia ocupacional en ámbitos de salud mental*, editado por M. J. Poblete, S. Jones, D. Grandón y P. Olivares, 1-24. Santiago: Editorial Universitaria.
- Mulé, Nick, Lori Ross, Barry Deepro, Beth Jackson, Andrea Daley, Ana Travers, y Dick Moore. 2009. "Promoting LGBT health and wellbeing through inclusive policy development." *International Journal for Equity in Health* 8(18). DOI: 10.1186/1475-9276-8-18
- Muñoz, Carmen. 2019. *La salud en Chile: Una historia de movimientos, organización y participación social*. Valdivia: Ediciones Universidad Austral de Chile.
- Pecheny, Mario. 2005. "Identidades discretas." En *Identidades, sujetos y subjetividades*, compilado por Leonor Arfuch, 131-153. Buenos Aires: Prometeo.
- Pinto, Camilo. 2019. "Inauguran primera Casa Trans de Chile." *El Desconcierto*, 13 abril. Disponible en <https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2019/04/13/inauguran-primera-casa-trans-de-chile.html>
- Preciado, Paul B. 2002. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Opera Prima.
- Richard, Nelly. 2010. *Crítica de la Memoria (1990-2010)*. Santiago: Univ. Diego Portales.
- Rivas, Felipe. 2011. *De la homosexualidad de Estado a la Disidencia Sexual*. Santiago: CUDS.
- Robles, Reveca, y Jose Ayuso-Mateos. 2019. "CIE-11 y la despatologización de la condición transgénero." *Revista de Psiquiatría y Salud Mental* 12(2): 65-67. DOI: 10.1016/j.rpsm.2019.01.002
- Romero, Carmen, Silvia García, y Carlos Bagueiras. 2005. *El eje del mal es heterosexual: figuras, movimientos y prácticas feministas «queer»*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Sayago, Sebastián. 2014. "El análisis del discurso como técnica de investigación cualitativa y cuantitativa en las ciencias sociales." *Cinta Moebio* 49: 1-10. DOI:10.4067/S0717-554X2014000100001
- Schenck, Marcela. 2018. "Incorporación de la diversidad genérico-sexual en salud: claves teóricas para un modelo analítico." *Revista de la Facultad de Derecho* 45: 318-343. DOI: 10.22187/rfd2018n45a12
- Servicio Nacional de la Mujer. 2003. *Chile: Situación de la salud y los derechos sexuales y reproductivos*. Gobierno de Chile.

- Valenzuela, Amanda, y Ricardo Cartes. 2019. "Perspectiva de género en la educación médica: Incorporación, intervenciones y desafíos por superar." *Revista Chilena de Obstetricia y Ginecología* 84(1): 82-88. DOI: 10.4067/S0717-75262019000100082
- Wittig, Monique. 1992. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid: Egales.

Caterine Galaz V. Académica de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Chile. Coordinadora del Núcleo Diversidad y Género: abordajes feministas interseccionales.

Correo electrónico: cgalazvalderrama@uchile.cl

Catalina Martínez-Conde. MScs, psicóloga. Estudiante de Doctorado, Universidad Autónoma de Barcelona y Universidad de Chile.

Correo electrónico: cata.alvarezmc@gmail.com

Rodolfo Morrison. Terapeuta Ocupacional. Doctor en Lógica y Filosofía de la Ciencia, Universidad de Chile.

Correo electrónico: rodolfo.morrison@uchile.cl

Artículo recibido el 27 de Octubre de 2020 y aceptado para su publicación el 31 de Marzo de 2021.

JOANA SEMIÃO, *HOMO ÆCONOMICUS* E *HOMO POLITICUS*: URDINDO UMA EPISTEMOLOGIA “TOLERANTE” MOÇAMBICANA

 Dulce Maria Passades Pereira *

Que histórias continuam esquecidas no roteiro narrativo moçambicano? A história, como tenho argumentado, é em grande parte a história dos seres humanos e das suas ações e opções no domínio da política, silenciando e excluindo a presença de mulheres.

(Meneses 2017, 51)

Resumo

Tendências globais sobre o neoliberalismo colocaram Moçambique (mais) exposto aos jargões, às correntes teóricas e às práticas das ideologias dominantes. Discursos sobre movimentos de mulheres, feminismo, género e mulher, de uma forma geral associados aos palcos das decisões, às mesas do poder e aos meandros políticos, são localmente propostos como sistemas cosmológicos de parâmetros de estruturação da sociedade, propondo uma teoria e prática *glocal*, num contexto enfraquecido pela sua condição de país em vias de desenvolvimento. Com o pretexto de pensar o processo de emancipação da mulher moçambicana a partir da cultura do silenciamento da trajetória da moçambicana Joana Semião, neste artigo, o objetivo é compreender a “representação” da ausência da mulher na sociedade moçambicana no contexto dos fantasmas: *homo Æconomicus* e *homo politicus*.

Palavras-chave: Ausências, silêncios, *homo Æconomicus* e *homo politicus*.

* Docente na Universidade Licungo, Av. Julius Nyerere, Campus Murrópuè, Quelimane, Moçambique; Doutoranda em Psicologia Social, da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, 3000-115 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Beco da Boa União 12 14, 3000-077, Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: uc2013114850@student.uc.pt; dhulcinha@gmail.com

Abstract

Joana Semião, *homo Æconomicus* and *homo politicus*: weaving a Mozambican ‘tolerant’ epistemology

Global trends on neoliberalism have placed Mozambique (more) exposed to jargon, theoretical currents, and the practices of dominant ideologies. Speeches about women’s movements, feminism, gender and women, in general associated with the places of decisions, tables of power, and political intricacies, are locally proposed as cosmological systems of parameters for structuring society, proposing a *glocal* theory and practice, in a context weakened by its condition as a developing country. With the pretext of thinking about the process of emancipation of Mozambican women, based on the culture of silencing the trajectory of the Mozambican Joana Semião, this article aims to understand the ‘representation’ of the absence of women in Mozambican society, in the context of *homo Æconomicus* and *homo politicus* ghosts.

Keywords: absences, silences, *homo Æconomicus* and *homo politicus*.

Resumen

Joana Semião, *homo Æconomicus* y *homo politicus*: urdiendo una epistemología “tolerante” mozambiqueña

Las tendencias mundiales del neoliberalismo han expuesto (más) a Mozambique a la jerga, corrientes teóricas y prácticas de las ideologías dominantes. Los discursos sobre los movimientos de mujeres, feminismo, género y mujeres, en general asociados a los escenarios de decisión, a las mesas de poder y a los meandros políticos, se proponen localmente como sistemas cosmológicos de parámetros para estructurar la sociedad, proponiendo una teoría y una práctica *glocal*, en un contexto debilitado por su condición de país en desarrollo. Con el pretexto de pensar el proceso de emancipación de la mujer mozambiqueña desde la cultura de silenciar la trayectoria de la mozambiqueña Joana Semião, en este artículo se pretende comprender la “representación” de la ausencia de la mujer en la sociedad mozambiqueña en el contexto de los fantasmas: *homo Æconomicus* y *homo politicus*.

Palabras clave: Ausencias, silencios, *homo Æconomicus* y *homo politicus*.

Joana Semião (1939-?), “reacionária”

Mulher moçambicana, macua, professora de francês do ensino secundário, e sobretudo uma ativista e mulher engajada, em prol de um Moçambique tolerante, inclusivo e democrático. A sua *capulana* de militante cívica sempre teve como valores um Moçambique justo, plural, “multiétnico”, multirracial, um Moçambique não sexista, um país com consultas e auscultações para todas e todos. Para ela, utópica ou surreal, a democracia e tolerância entre mulheres e homens, interdependente das suas ideologias ou cores partidárias, eram o caminho e o futuro que valia a pena percorrer com gosto.

Mulher que surge no cerne dos média nacionais e internacionais na década 1970 (1973 e 1974), com ideologias claras sobre o projeto da *moçambicanização* de um país que se encontrava no meio de uma guerra colonial, racial, de segregação e de alienação, em busca da sua independência. Como colocaria Meneses (2017),

uma moçambicana macua que surge no meio dos homens “libertadores”, com um pensamento político e governamental para o país. Assim, Joana Semião foi a *capulana* (mulher) que apareceu e ousou partilhar o espaço com um grupo de calças (homens), que, nas décadas de 1960 e 1970, abraçaram o sonho de libertar os seus países da exploração e alienação colonial.

Na sociedade moçambicana, as narrativas sobre ela não são consensuais, pois, para uns “poucos”, ela é uma referência política e intelectual precípua, para outros, alicerçados no discurso do sistema em função das estruturas de poder de outrora e da atualidade, ela é uma reacionária, inimiga da independência, amiga dos inimigos, ou seja, dos colonos, dos *Xiconhocas*¹ (todo aquele que era “inimigo” da causa da libertação nacional das garras do colono). De entre as justificativas está o facto de Joana Semião ter uma visão que, na década 1960-1970, era vista como um ultraje, ou melhor, uma forma de pensar um projeto de libertação e independência tolerante e inclusivo, um projeto que seria retomado como bandeira por Nelson Mandela na África de Sul na década de 1990.

Para outros, uns em silêncio, e poucos em público, ela foi uma figura que merece todo o destaque na narrativa oficial sobre o processo de pensar Moçambique e pelo facto de ela ter sido uma mulher que não se vergou ou não se confinou à sua condição feminina.

Semião tinha ideias muito claras sobre os grupos sociais existentes em Moçambique, a quem ela designava por “etnia”, onde ela pensava não só na “etnia” negra, como também na “etnia” mestiça, na etnia “branca”, na “etnia” asiática, ou seja, chinesa e indiana. Os grupos sociais ou comunidades existentes em Moçambique faziam parte do pensamento dela.

Para ela, o processo de libertação e independência tinha, acima de tudo, de ser feito com base no diálogo, na democracia, onde as partes deveriam ser ouvidas, sem donos do processo, pois ela percebia a diversidade e complexidade “étnica” e cultural do país². Pensar assim ainda representa um mito das cavernas, imaginar a dimensão e o impacto deste pensamento, quer para o governo colonial, quer para os movimentos de libertação.

O típico caso de “*dinner with the enemy*”, ou seja, a visão dela sobre libertação, era inclusiva, onde os vários grupos sociais que coabitavam o território moçambi-

¹ Em Moçambique, durante o primeiro ano de independência, o inimigo foi representado como Xiconhoca, num contexto monopartidário, onde se pretendia criar uma nova nação sem inimigo, onde o foco era a construção do Homem Novo, que encontrou na figura propagandista do Xiconhoca (inimigo interno) o ponto de partida para moralizar a sociedade. O Xiconhoca ou Chico Feio (agente da PIDE), literalmente significa: Xico, atribuído a um agente a PIDE, tido como feio, e nhoca, na língua local significa cobra (traidor). É de frisar que este jargão ainda faz parte das narrativas moçambicanas. O pensar diferente ainda é associado à figura do Xiconhoca.

² Parte desta secção é construída com base nas entrevistas que Joana Semião deu ao canal RTP1 em 1974 (Semião 1974).

cano, deviam fazer parte deste processo. Este pensamento humanista e tolerante dela, pode ter sido o seu “calvário”. A inclusão e o pensar diferente ainda fazem parte de dogmas e mitos no Moçambique atual. Ainda há que enfrentar o fantasma da “reconciliação” com o passado.

A trajetória ativista, cívica e política de Joana Semião está associada ao Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) e ao Grupo Unido de Moçambique (GUMO), do qual foi vice-presidente (1974).

O GUMO era constituído por Máximo Dias (presidente), Joana Semião (Vice-presidente), Jorge Abreu, Lisete Simões, Cassamo Daúde e Isaías Marrão.

O GUMO foi uma ideia do doutor Máximo Dias, advogado na Beira, que pensou que a solução do problema moçambicano seria uma força criada dentro de Moçambique, dentro da legalidade, no pacifismo, para a construção de uma sociedade multirracial, da qual, infelizmente, não temos ainda no mundo uma verdadeira cópia, e portanto é um trabalho que temos que iniciar de novo, para que a África Austral possa realmente ter um futuro em que todos nós possamos viver em boa harmonia. (Arquivo Histórico de Moçambique *apud* Meneses *et al.* s.d., 30)

Segundo um relatório da Delegação de Moçambique da Direcção-Geral de Segurança de 12.3.1974, o GUMO tinha as seguintes aspirações:

- a. Constituição de uma associação de carácter cultural, onde seriam admitidas todas as etnias de Moçambique, sem distinção.
- b. Promoção sociocultural dos grupos sociais “étnicos”, com vista à independência desta Província³ por meios pacíficos e de modo a proteger qualquer cedência desonrosa para Portugal, no campo militar, tendo em conta a força real representada pela “FRELIMO”.
- c. Independência total de influências provenientes de qualquer outra facção política portuguesa, aceitando, contudo, todas as adesões insusceptíveis de desvirtuar a essência dos métodos e objectivos que o “GRUPO” pretende usar e alcançar. (Arquivo da Torre do Tombo *apud* Meneses *et al.* s.d., 30)

Para Semião,

o GUMO é o fruto natural de injustiças sociais incidentes, particular e predominantemente, à população negra ou mestiça moçambicana. Alguns elementos desses estratos sociais [...] decidiram constituir-se numa instituição capaz de criar condições propícias para um diálogo sério, tendente à obtenção da paz através da supressão das causas geradoras da guerra. Para reagir contra esta situação sociopolítica pediu autorização para se constituir um Partido. (Arquivo Histórico de Moçambique *apud* Meneses *et al.* s.d., 33)

³ Designação colonial da época.

Porém, para o regime então vigente, esta hipótese foi imediatamente afastada, mas admitiu-se a possibilidade de criação de uma associação cívica à semelhança da SEDES (Sociedade de Estudo para o Desenvolvimento Económico e Social)⁴. «O GUMO encontrou no governo-geral, e entre alguns governantes, cautelosos simpatizantes. Isto em atenção ao circunstancialismo político vigente, avesso a qualquer modificação significativa da estrutura sociopolítica favorável à real emancipação do negro» (Arquivo Histórico de Moçambique *apud* Meneses *et al.* s.d., 33).

Semião tinha dois conceitos interessantes. O primeiro era o conceito de *moçambicanização*, segundo o qual seria «a constituição de uma frente interna, formada por elementos lúcidos e calmos» (Semião 1974, s. p.), que iria estabelecer pontes com as várias etnias existentes no país.

Para ela, a independência do país não deveria ser feita para defender os interesses das superpotências (Portugal) mas, sim, para os moçambicanos poderem decidir sobre o seu próprio destino. Mas sempre em diálogo com o então “colono”, através do Doutor Baltazar Rebelo de Sousa, Governador-Geral de Moçambique e do Professor Marcelo Caetano, Ministro da Presidência e das Colónias. Semião almejava por «um Moçambique não catastrófico, sem pânico e traumas» (Semião 1974), ou seja, acreditava num processo de reestruturação político-administrativa ou num processo de transição com base em diálogo entre as partes, a que o regime português chamaria de Transição Progressiva e Participativa (mesmo não encontrando consenso na metrópole).

Neste processo de *moçambicanização*, a vice-presidente do GUMO⁵ não olhava para o movimento local e moçambicano como seu inimigo, ou seja, para ela, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tinha todo direito e liberdade de participar no comício do GUMO, como foi o caso do comício de Xipamanine, em Maputo⁶, onde ela olhou para as bandeiras da FRELIMO como um processo normal e natural, que, até então, era aquela força política que a consciência coletiva conhecia.

Na sequência da proposta de constituição do GUMO Joana Simeão constitui uma equipa de ‘animação comunitária’, que integrava várias senhoras (incluindo a esposa do cônsul norte-americano em Lourenço Marques), procurando promover a Mulher Negra Moçambicana e, através desta, no ambiente familiar, “procurar que o Homem Negro deixe de ser atraído pelos movimentos ‘terroristas’ e assegure a paz”. (Meneses *et al.* s.d., 34).

⁴ A sugestão foi de Marcello Caetano, visto que o multipartidarismo ainda não fazia parte da realidade da metrópole.

⁵ Legalizado em 1974. Vide Meneses (2017).

⁶ O comício foi organizado pelo GUMO e teve Joana Semião como oradora. Nele foram anunciados os objetivos do GUMO, entre aplausos e desconfiança, 1974.

Outro conceito usado por Semião era o *moçambicanismo*, o que se poderia chamar de tolerância. Para ela, acima de tudo, sem divisionismo, existia um espírito de fraternidade no seio dos moçambicanos, independentemente da localização geográfica e ideológica, dos “fantasmas” das divergências. Ela acreditava que era importante o espírito do *moçambicanismo*, como uma característica democrática, onde as moçambicanas e os moçambicanos tinham todo o direito de saber e participar na agenda e no projeto da libertação e independência do país.

Dentro do *moçambicanismo*, ela pretendia colocar as seguintes questões ao delegado político da FRELIMO, em Paris, em 1974, aquando do vigésimo aniversário do congresso mundial da paz. Do encontro, que Semião adjetivou de fraterno, eis a transcrição de algumas das questões, presentes no pensamento intelectual desta, na época:

- Comportamentos e atitudes de *moçambicanismo*;
- Definição da posição do GUMO;
- Apresentação de problemas concretos sobre a agenda comum que “uma independência soleia, e que devem ser resolvidos calmamente numa mesa redonda, quadrada ou retangular”;
- Queria saber qual era o pensamento da FRELIMO sobre os problemas e desafios;
- Qual seria o sistema económico que iria vigorar em Moçambique;
- Qual seria o sistema político que iria vigorar em Moçambique;
- Qual seria a posição dos grupos étnicos (não para fomentar o debate tribal, mas para perceber e antecipar os passos num país rico pela sua diversidade cultural);
- Qual seria a política estrangeira;
- Como se iriam resolver os problemas financeiros e económicos perante uma balança de pagamento deficitária;
- A questão do equipamento industrial;
- Defesa das prováveis fronteiras políticas no país;
- A prevenção dos cenários políticos seria possível através do diálogo;
- Armistício entre a FRELIMO e as outras forças políticas;
- O GUMO era uma força cívica lúcida preocupada com o processo de paz em Moçambique, numa fase inicial, e, numa fase posterior, acreditava que as várias etnias existentes no país tinham direito a serem consultadas sobre o projeto pensar Moçambique;
- Sempre preocupada com a paz, pensava, em nome do GUMO, na realização de um referendo.

Em suma, pode assumir-se o pensamento desta intelectual em quatro passos, a saber, paz para Moçambique; realização de um referendo; diálogo e negociação com a ex-colónia; e, o ponto transversal nas suas ações, a visibilidade da mulher

negra, visibilidade da mulher africana e visibilidade das mulheres nos espaços de tomada de decisão, sendo ela um exemplo incontornável desta trajetória.

Nestas quatro fases, nas entrelinhas, estão sempre patentes atitudes como pensar o outro, a relação do eu com o outro, a relação social e económica para o país, empatia, alteridade, tolerância, diversidade cultural e étnica, e a não negação do papel do colono e da metrópole no processo de diálogo.

Estas questões eram, segundo Semião, questões que não deviam ser reféns da ideologia das pessoas, pois todos tinham o direito de sabê-las, ou, como ela afirmaria, “o futuro concerne a todos”. Como frisa Meneses:

Uma oposição negra despontava na cena política, onde uma mulher vai conhecer, num curto espaço de tempo, um forte protagonismo. Esta mulher, Joana Semião, ao contrário de outros elementos nacionalistas, que haviam virado as costas à luta e regressado a Moçambique, e se vergavam à política, fortemente discriminatória, da administração portuguesa, mostrava garra. (Meneses 2017, 59)

Semião era vista, pelo sistema colonial, como a única mulher moçambicana intelectual, impactante, com consciência política e como sendo uma mulher nacionalista.

Na verdade, Semião foi reconhecida pelo movimento de libertação como sendo uma reacionária, uma Xiconhoca, uma traidora, uma inimiga do projeto da independência e amiga dos inimigos, pois ela foi vítima da sua consciência tolerante e *moçambicanismo*.

Sobre Semião, só se sabe o pouco que é possível encontrar. Não é fácil encontrar material sobre ela, tendo ela sido exposta no espaço público como uma traidora, inimiga interna, ou seja, uma reacionária. Também não é comum o seu nome ser citado nos espaços formais que constroem a narrativa da independência moçambicana. Este assunto faz parte dos tabus, dos mitos que uma possível ou provável reconciliação precisa de abordar.

O desaparecimento físico desta pensadora, assim como de outros moçambicanos percebidos como “terroristas”, reacionários e traidores, é um mistério, pois não existem pronunciamentos oficiais. Mas, nos espaços informais, no senso comum, assume-se que este grupo tenha sido “fuzilado”, com os corpos em parte “incerta”⁷.

Hoje, em Moçambique, nas redes sociais, circulam discursos de Joana Semião, vídeos da entrevista feita pela RTP na década de 1970, assim como alguns documentos que carecem de autenticidade. As gerações mais jovens vibram perante

⁷ A FRELIMO enviou-a, na companhia de outros, para o centro de “reeducação” na província de Niassa (norte de Moçambique), e de lá existem narrativas sobre o seu “desaparecimento” nos finais da década de 1970 e início da década de 1980, sem ainda um posicionamento formal do sistema.

uma mulher forte e impactante, uma mulher macua, com seu turbante, com uma fala impecável e única, com uma narrativa e retórica sobre um Moçambique tolerante e inclusivo (o calcanhar de Aquiles atual do país)⁸.

O feminismo moçambicano, africano e global, precisa de conhecer o pensamento político ideológico desta pensadora. Os cursos de feminismo e gênero precisam de equacionar os discursos da Semião nos debates sobre “emancipação das mulheres”. Pois, com Joana, pensamos que a narrativa da emancipação fez falta aos homens e não às mulheres.

Nada melhor para descrever o espírito da Joana Semião, quando ela ia terminar a sábia entrevista na RTP a 2 de maio de 1974, quando o jornalista lhe disse o seguinte:

pois, para terminarmos esta nossa boa conversa queria-lhe dar uma boa notícia, tenho aqui na mão um telegrama de Dar es Salaam que diz que a Frente de Libertação de Moçambique iniciará amanhã negociações em Lusaka com representantes do governo portugueses. Foi hoje anunciado em Dar es Salaam por Samora Machel.

A reação espontânea de Joana Semião foi: “Bravo”.

Feminismo como um *continuum*

O pano de fundo neste artigo é também repensar a crise ideológica sobre o debate em torno da questão do feminismo e gênero num contexto que se pretende inflexível, universalista e absolutista, “ignorando” o olhar por e para dentro da cultura, das normas, dos valores, das atitudes, ou melhor, do contexto e da narrativa histórica das mulheres na significação da “emancipação e da liberdade”.

O ressignificar ou desconstruir com base na abordagem da pós-modernidade passa necessariamente pelos pressupostos de uma psicologia culturalista, que estuda a relação entre a mente e o corpo, a relação entre o comportamento humano e a cultura, como é que nas “paredes” grupais se percebem e significam os fenómenos, como é que a cultura dá forma às relações intergrupais e sobretudo como é que o senso comum flui nas relações e dinâmicas sociais (Berry *et al.* 2011).

O denominador comum na agenda crítica nas questões de feminismo é a “descolonização” da agenda das mulheres, do feminismo, e do gênero. Como frisa Mama, o continente africano é constituído por milhões de mulheres anónimas e sem “nome”, que lutaram e lutam para ter o seu nome nas narrativas africanas (Mama 2013).

⁸ As questões que ela levantara na década de 1970 fazem parte das questões que o país hoje enfrenta. Ainda se fala e busca a paz para as moçambicanas e os moçambicanos, o que torna esta intelectual intemporal para a realidade do país.

A construção global da mulher africana como pobre, grávida e espancada contém um germe de verdade. As mulheres trabalham mais do que nunca, mas continuam mais pobres do que nunca. Mas também continuamos a lutar por economias mais justas, que possam apoiar as mulheres para lá da mera sobrevivência – para aproveitar a forma como as mulheres improvisam e inovam, inventam e criam continuamente novas formas de fazer as coisas. (Mama 2013, s. p.)

O olhar global ou a ocidentalização das mulheres coloca as mulheres não ocidentais numa posição de desvantagem, pois os produtos culturais são feitos mediante a comparação do modelo e do significado de ser mulher no contexto ocidental, que não serve de exemplo ou referência obrigatória para outros contextos. A partir de Mama, pode inferir-se que, à luz das lentes do ocidente, as mulheres de forma global são colocadas numa única panela e analisadas com base em metanarrativas. O contexto africano é ainda caracterizado por uma economia e agricultura doméstica, informal e de subsistência, com o rosto das mulheres. Desta economia, 70% é movimentada por mulheres, são elas que alimentam as suas famílias. Mas, o sistema formal da economia, a do modelo dos doadores, acaba por ser um fator excludente para estas mulheres. É que, para alimentar as famílias, não precisam saber ler e escrever, mas, para ter acesso a fundos de apoio, precisam de certo nível de literacia⁹.

Mama e Barnes defendem que as feministas africanas, assim como as universidades africanas¹⁰, precisam mais do que nunca de se apropriar do processo de criação de suas narrativas ou “teorias” sobre o papel das mulheres no movimento pan-africanista, das narrativas das mulheres escravas que lutaram contra os seus “donos”, da teorização e valorização do saber local, da ausência das mulheres na política (Mama e Barnes 2007). Tendo em conta que as mulheres são o rosto da pobreza em África, as universidades e as feministas devem questionar o porquê do “*crescimento sem desenvolvimento*” (Abbas e Mama 2014, 1).

Pensar a temática do feminismo fora do paradigma dominante é uma forma de quebrar com o silêncio das periferias, é o questionar as narrativas dominantes num mundo tão rico em diversidades “cultural”, é quebrar com certas estruturas que preexistem como formas críticas dentro da periferia. A periferia é vista como acrítica e o ocidente como crítico, pois a característica periférica funciona como sendo “culturalista”, na sua condição acrítica, onde o universalismo e o absolutismo “tornam” invisível e silenciado o relativismo epistémico.

⁹ Não estou a defender uma fasquia baixa para as mulheres, mas a ilustrar como por vezes a formalidade dos processos mata a dinâmica informal. No lugar de perceber a informalidade, têm-se criado regras e normas no informal à luz do formal.

¹⁰ É preciso ter autonomia na criação dos milagres locais, assim como no processo de escolha dos “santos” de casa. Precisa ser um processo de dentro para fora, sem ignorar outros contextos.

Desde os anos 1980 até ao presente, é constante e insistente nos textos de feministas africanas a denúncia do imperialismo, racismo ou etnocentrismo do feminismo do Norte, bem como da sua tentativa de colonização das lutas das mulheres africanas através da imposição de programas, conceitos e debates alheios e culturalmente cegos (Martins 2016, 252).

Este debate sobre o significado da cultura na episteme assume posições diferentes, ou seja, existe um *continuum* entre o paradigma ocidental e o paradigma periférico: quando colocamos o nosso comportamento no paradigma ocidental, ficamos próximos da noção de cultura como sinónimo de “civilização”, mais próximo da lógica herdada do iluminismo francês; quando nos colocamos na lógica do paradigma periférico, ficamos na acultura, de onde partimos do particular para o geral. Por conseguinte, nas questões de feminismo, é importante que exista uma tolerância entre o lugar do local e o lugar global, criando assim uma abordagem *glocal* que funcionaria como sendo uma possibilidade tolerante nesta temática.

Cultura no geral e neste campo específico (feminismo) não deve funcionar como uma condição acrítica ou uma condição pré-lógica – e muito menos a sua polarização (quando os símbolos ou produtos culturais, são diferentes dos “nossos”, perdem o valor), ou seja, contexto ocidental e contexto não ocidental –, mas, sim, como uma mudança cultural como terapia, cultura como superação, cultura como o bem-estar e bem-ser, cultura como statu quo na ciência, cultura como ética, cultura como empatia, cultura como alteridade e cultura como *glocalidade*.

Como é que em 2020 ainda estamos a participar em seminários e conferências onde os académicos euro-americanos passam uma hora a reutilizar argumentos simplistas e desacreditados pelos académicos do Sul global há décadas? As ideias neo-malthusianas – o principal problema de África é o excesso de população, associado a teorias de “descolagem” do desenvolvimento faseado e do “choque de civilizações” – ainda abundam. Faz tudo parte da colonialidade ocidental, hegemonia e domínio na produção de conhecimento. (Tamale 2020, 21).

Para um debate ético e justo sobre a questão do feminismo, são precisos paradigmas não sobrestimados, não de cultura como legitimadora do poder, pois estas formas de cultura como justificação podem levar a comportamentos tóxicos e podem ser bastantes nocivos num mundo que se quer cada vez mais categorizado nas “paredes” grupais.

As feministas africanas criticam o feminismo ocidental pela sua epistemologia homogénea nas questões de feminismo e pela sua posição “*all-knowing*” acerca das mulheres africanas. Sabem mais das mulheres africanas do que as próprias (Atanga *et al.* 2013). Outra crítica está associada ao facto de o feminismo ocidental estar superfocalizado nos privilégios dos homens e na subordinação das mulheres,

transformando esta batalha em batalha das mulheres africanas, mesmo que este foco esteja ou não desenquadrado.¹¹

Ainda sobre a crítica da ocidentalização do feminismo em contextos não ocidentais, encontra-se a reflexão da feminista nigeriana Oyèwùmí (2017), sobre como o ocidente “alienou” a sociedade Yorùbá nas questões de género.

A afirmação de que “mulher” não existia nas comunidades iorubás como uma categoria social não deve ser interpretada como uma hermenêutica antimaterialista, uma espécie de desconstrução pós-estruturalista sobre a desintegração do corpo. Nada disto – o corpo era (e ainda é) muito material nas comunidades iorubás. Mas antes da difusão das ideias ocidentais na cultura iorubá, o corpo não era a base dos papéis sociais, nem das suas inclusões ou exclusões, não era o fundamento da identidade nem do pensamento social. No entanto, a maioria dos estudos académicos sobre os iorubá assumiram que o “raciocínio corporal” estava presente na cultura indígena. Assumiram a universalidade dos constructos ocidentais, o que levou à utilização acrítica destas categorias com base no corpo para a interpretação da antiga sociedade iorubá e durante o período contemporâneo. (Oyèwùmí 2017, 16).

A crítica ao feminismo ocidental não deve ser percebida como um antiocidentalismo, mas, sim, como uma porta que possibilita o vencer de ignorâncias erróneas sobre outras realidades, nas questões do feminismo, como forma de iluminar a curiosidade em preconceitos face às outras realidades, como uma possibilidade de romper as pontes entre nós (ocidente) e eles (a figura dos outros). Assim, é possível ter a possibilidade de criar uma alteridade, um *continuum* do feminismo entre estes espaços de produção de saber sobre o feminismo. Onde o nós e os outros cria pontes flexíveis e elásticas, sem dogmas.

As mulheres africanas sofreram o impacto do período colonial, ora perdendo privilégios, estatuto social e poderes materiais e simbólicos, ora transformando e reinventando os papéis que lhes estavam atribuídos; transgrediram fronteiras e linhas de diferenciação sexual; adquiriram novas e outras competências; enfim, reformularam as suas subjetividades individuais e coletivas (Cunha 2006).

Em Moçambique, em nome do desenvolvimento, em nome da modernidade¹², os discursos e narrativas sobre feminismo que perpassam o imaginário moçambicano estão amplamente carregados de abordagens pré-críticas centradas em aspirações transformistas e progressistas. Aspirações de transformar a sociedade, de converter valores e dar novos sentidos às relações entre mulheres e

¹¹ Transformando cada vez mais a agenda do feminismo numa agenda global, perdendo oportunidades de percebê-lo na sua glocalidade.

¹² «A ideologia que mistura os interesses capitalistas com o colonialismo e a colonialidade, sob o pressuposto errado de que só existe uma forma global de prosseguir o desenvolvimento» (Tamale 2020).

homens. O mais comum nos discursos é apelar às práticas ditas retrógradas, como os ritos de iniciação, educação informal, medicina tradicional, nas suas múltiplas facetas, os desequilíbrios de poder e iniquidade de género.

Em nome do projeto “unidade nacional”, assente num prisma ocidental, ainda carente de epistemologias pós-críticas alternativas e quiçá mais das ditas “periféricas”, surgem práticas quotidianas ligadas à falta de coesão e união entre o diversificado e rico campo de saberes locais, conhecimentos locais, línguas locais e as posturas identitárias locais. Urge a necessidade de não só ficar atento ao projeto “moderno” mas também a outras formas de conhecimentos e saberes, ou seja, a multiplicidade de saberes, pois, caso contrário, seríamos nós ainda vítimas da “colonização”, mas desta vez uma colonização mais profunda, colonização do saber e do conhecimento (Grosfoguel 2002).

Aqui, penso nas mulheres numa lógica da pós-modernidade, ou seja, numa lógica não totalizante, metanarrativa sobre as mulheres no contexto local (Joana Semião), a construção da episteme a partir do local de construção e consolidação do discurso, da fala, da palavra, sem ignorar o mundo ao redor. É de frisar que pensar nas mulheres localmente não deve ser visto como pré-desenvolvimento, como algo oposto ao campo científico mas, sim, como uma das várias alternativas de desconstruir ou ressignificar o rótulo “*one size fits all*”.

Porque o pano de fundo é o feminismo **local**, e depois **glocal**, sem ignorar o global, forjo o conceito de *feminismo como continuum*, que estaria mais próximo na ideologia social, cultural, política, académica e espiritual, na igualdade e equidade entre as mulheres e homens dentro de um determinado evento e contexto social, que é caracterizado pelas falas, narrativas, discursos, preconceitos, formas de pensamento e formas de comunicação sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Ou seja, um conjunto de representações sociais e culturais sobre a cidadania, a identidade, os valores das mulheres e dos homens, sem a obrigatoriedade de uma ordem mundial sobre os significados de ser mulher e de ser homem.

Forjar o conceito feminismo como *continuum* seria uma forma de enriquecimento do debate, independentemente do GPS¹³ ou da geografia da fala. Seria a possibilidade de pensar Simone de Beauvoir, assim como a possibilidade de pensar em “anónimas” como Joana Semião, que em Moçambique não é conhecida propriamente pela bandeira do feminismo, mas como aquela que pensava ideologicamente e politicamente o país na década de 1970 (Meneses 2017).

O *continuum* no feminismo é a possibilidade de perceber a geografia da construção social e cultural nas questões de mulheres e homens, sem ignorar a geografia global da fala.

¹³ Global Positioning System.

Discurso neoliberal

O discurso neoliberal encontra “pano para mangas” nos discursos e escritos dos académicos, alicerçados nos média, por um lado, e, por outro, em nome dos projetos de desenvolvimento, nas agências bilaterais, ONG internacionais com o suporte plagiador das ONG locais, na lógica *one size fits all*.

Em nome do desenvolvimento, perdemos a criatividade e a inovação, pois copiamos, plagiamos e reproduzimos muito das culturas e práticas de fora, e esquecemo-nos de perceber o contexto local.

O *homo Æconomicus* e o *homo politicus* moçambicano impactam no comportamento económico das mulheres e dos homens, para poucos, um impacto positivo e, para muitos, um impacto negativo psíquico. O discurso e a prática neoliberal tem influência na saúde mental, no comportamento, e este, por sua vez, na vida das mulheres e dos homens, nos espaços privados e públicos. O neoliberalismo pode ser visto neste contexto como causador de dor e sofrimento psíquico, ou seja, como mal-estar na coletividade social.

Os termos *homo Æconomicus* e *homo politicus* foram forjados por Michel Foucault, nas aulas sobre o neoliberalismo no Collège de France, com bases filosóficas, a começar por Aristóteles. Os eventos económicos trazem novos entendimentos na relação Estado, governo, política, cidadão e economia, relação esta que nem sempre é muito clara. Esta nova forma de relação afeta as relações intraindividuais e intergrupais, e não só, valores como democracia, cidadania, participação, política e cultura passam a ter novo padrão: o poder económico e as regras do mercado. De facto:

o discurso neoliberal reduz toda a legitimação da argumentação política à esfera da argumentação económica; por consequência, toda a acção levada a cabo por actores, por instituições públicas pode ser acolhida como oportuna, racional, ou conforme o objectivo, somente de se deixar interpretar como eficaz, em termos de mercado. (Ngoenha 2013, 68)

Outrossim, «a liberdade económica deixou de ser somente a liberdade fundamental e o alicerce de outros tipos de liberdades (de certa forma o liberalismo já defendia isso, para a sua defesa passa a ser quase a *única* razão de ser do Estado moderno» (Castiano 2018,21)¹⁴.

¹⁴ "Não obstante à promessa de uma nova liberdade que o "monstro" nos vendeu logo desde o início da sua existência, em Moçambique hoje, em África em geral, e mesmo no Ocidente (países como Portugal, Grécia, Espanha e outros estão no centro da produção crítica contra o que chamam por modelo neoliberal de desenvolvimento, estando Alemanha no centro das suas críticas), avolumam-se críticas ao modelo neoliberal de desenvolvimento, Este modelo parece, na retórica de muitos, ser a causa de todos males sociais e económicos dos países da periferia, sejam do dito Norte, sejam do dito Sul" (Castiano, 2018, 16)

A viagem analítica destes dois filósofos *glocais* ilustra as liberdades limitadas em nome do neoliberalismo, a substituição do poder político e social pelo poder económico e pelas regras do mercado. Neste contexto, as questões do feminismo são substituídas também pela lógica da economia do mercado, dando assim espaço para a análise da psicologia económica no contexto moçambicano, pois vivemos com o *homo Economicus* que manda no *homo politicus*.

O *homo Economicus* e o *homo politicus* (re)surgem na conjuntura da sobreposição do económico sobre o social, sobre o político, sobre o cultural e espiritual, sobre o económico e quiçá sobre o próprio Estado. Ou melhor, o posicionamento destes face ao monstro do neoliberalismo, que devemos acreditar que é para o nosso bem-estar, que é para o desenvolvimento, fragiliza as bases sociais e culturais de uma sociedade holística que se justa.

Mas onde colocar a mulher Joana Semião no *homo Economicus* e *homo politicus*? A construção da história e a consolidação da ciência são vistas como uma forma de ausência (ocultação e silenciamento) sobre as narrativas das mulheres no processo das mesmas, até estas, num momento pós-revolução francesa, começarem a reivindicar o seu espaço nos eventos públicos e políticos, além da naturalização do espaço privado.

O *homo Economicus* encontra pano para mangas nos discursos neoliberais em nome do desenvolvimento e da modernidade. Daí a necessidade de perceber o neoliberalismo muito além do conceito simplista de regras do mercado, da visão economicista, da visão do comportamento económico, o económico sobre o político e quiçá moral, do monopólio do mercado sobre o social, acrescento aqui o cultural, que traz consigo toda uma nova realidade para o quotidiano das mulheres e dos homens.

Com o neoliberalismo, precisamos de pensar nas economias fragilizadas como porta de entrada para toda este sistema ou ideologia material, vamos percebê-lo como uma forma de dominação, como forma de colonização. Repare-se que quanto mais abrimos as portas para as agendas ditas de “ajuda”, ou melhor, quanto mais exposto se está a estas formas de ajuda externa, mais se silencia o “*ethos dos locais*”, dando voz ao “*ethos dos vientes*”. As áreas mais frágeis são as agendas das mulheres, a educação e a saúde, onde, no caso das mulheres, dão atenção às lógicas globais e, de forma inconsciente, fragilizam as lógicas locais.

No seio dos académicos, existe uma percepção tácita, naturalizada, e quiçá inconsciente, na memória coletiva destes sobre o papel e o lugar e até sobre o *ethos* da mulher no espaço social e económico. O filósofo moçambicano Ngoenha (2015), na sua obra *Terceira Questão*, que mergulha numa análise sobre o debate eleitoral em Moçambique em 2014, ousa colocar as mulheres moçambicanas, todas elas, na seguinte panela, para não escrever no mesmo saco: «As senhoras em Moçambique sofrem literalmente com o sapato de salto alto brasileiro que invadiu o nosso mercado, e não há uma que se respeite que não tenha uma bolsa cavalinho» (2015, 42).

Este jargão coloca a mulher numa posição de escrava do consumo, escrava dos média e sobretudo veda ao pensador a possibilidade de perceber as mulheres no espaço público. Numa visão mais neoliberal, coloca as mulheres na tecnologia do consumo, na arquitetura não de produtoras, mas, sim, na posição de reprodutoras.

Esta forma de representação social sobre as mulheres no espírito dos debates sobre a conjuntura social, política e económica moçambicana é a mais comum nos comentadores de televisão. Não importa se o tema em análise está ou não associado à mulher, se o assunto é economia, política ou de outra índole, o exemplo é a mulher, se o assunto são os cabeças-de-lista que pulam de um partido para outro, o exemplo são as mulheres, mesmo sabendo que estamos, de novo, num cenário de muitos candidatos homens contra poucas candidatas mulheres nas três principais forças políticas (FRELIMO, MDM e RENAMO).

Os média (noticiários, comentadores e moderadores dos debates), através dos debates televisivos sobre temáticas da desenvolvimento moçambicano no geral, de forma (in)consciente ou não, evocam um imaginário moçambicano, amplamente carregado de abordagens preconcebidas centradas em debates, discursos, narrativas e práticas sobre género (nos espaços privados e públicos). O mais comum nos discursos nestes debates e noticiários televisivos é apelar às práticas ditas “retrógradas”, como, por exemplo, confinar as mulheres ao espaço privado nas suas múltiplas facetas, os desequilíbrios de poder e iniquidade de género.

Ao trazer estes aspetos para o contexto dos debates, as narrativas e discursos sobre género e feminismo omitem e ignoram uma série de pontos, e incluem outros estruturais que se inscrevem na definição e inscrição da noção da cidadania. A qualquerização das mulheres não difere da banalização do mal.

o discurso neoliberal reduz toda a legitimação da argumentação política à esfera da argumentação económica; por consequência, toda a acção levada a cabo por actores, por instituições públicas pode ser acolhida como oportuna, racional, ou conforme o objectivo, somente de se deixar interpretar como eficaz, em termos de mercado. (Ngoenha 2013)

O que o totalitarismo, a psicologia da ditadura e a psicologia do silêncio interessam ao *homo Economicus* e ao *homo politicus* moçambicano no processo de pensar o país com os silêncios e as ausências das mulheres?

Considerações Finais

O processo ideológico e político de silenciar a intelectual Joana Semião do espaço formal moçambicano não a tornou invisível. As suas entrevistas, as suas imagens monumentais e a sua firmeza criam um duplo sentimento, por um lado,

a curiosidade e, por outro, o questionamento do porquê do “desconhecimento” dela nos espaços formais.

Um país, um continente, um contexto “global” que ainda luta com as feridas narcísicas masculinas, ou seja, um contexto dominado, na sua maioria, pelos homens nos espaços públicos, independentemente da conjuntura, Moçambique não se pode dar ao luxo de ter esta figura hercúlea em “parte incerta”. Não podemos continuar a reproduzir uma narrativa de falta de mulheres nos espaços de tomada de decisão, associada ao jargão da “capacidade”, ou melhor, a célebre frase dos média moçambicanos, “não basta ser mulher, deve ser capaz”, quando “tivemos” uma verdadeira guerreira com recurso ao poder da palavra, uma crente de valores democráticos, mesmo estando num contexto de “timocracia”.

Os monstros que assolam a dupla *homo Economicus* e *homo politicus* já eram esmiuçados pela intelectual Semião. O que nos falta como país é a tão necessária “reconciliação” com os nossos fantasmas, com os nossos inimigos, com os nossos traidores, com os nossos Xiconhocas, rumo a um Moçambique tolerante e quiçá inclusivo, onde o pensar diferente deixará de ser visto como um “crime”.

As universidades precisam de sair da caverna para ir ao encontro dos Xiconhocas, dos terroristas. Pois elas, as universidades, também têm um grande papel a desempenhar no processo da reconciliação. Qual seria o lugar da Joana Semião na academia moçambicana?

Referências bibliográficas

- Abbas, Hakima, and Amina Mama. 2014. “Editorial: Feminism and pan-Africanism”. *Feminist Africa* 19: 1-6. Disponível em <http://www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/19>.
- Arnfred, Signe. 2011. *Sexuality and Gender Politics in Mozambique: Rethinking gender in Africa*. Woodbridge, Surrey: James Currey.
- Atanga, Liliam Lem et al. 2013. *Gender and Language in Sub-Saharan Africa. Tradition, Struggles and Change*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Berry, John et al. 2011. *Cross-Cultural Psychology: Research and Applications*. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Castiano, José. 2018. *A “Liberdade” do Neoliberalismo: Leituras Críticas*. Maputo: Educar.
- Cunha, Teresa. 2006. “As Mulheres Africanas no âmago do seu Continente. Para além da subjugação e da raiva”. Comunicação apresentada no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Luanda, 28 a 30 de novembro de 2006. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/89050>.
- Grosfoguel, Ramón. 2002. “Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System”. *Review (Fernand Braudel Center)* 25 (3): 203-224. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40241548>.
- Mama, Amina. 2013. Pan-Africanism: beyond survival to renaissance? Disponível em <https://www.opendemocracy.net/en/5050/pan-africanism-beyond-survival-to-renaissance>. [Consultado em 11 de outubro de 2020].
- Mama, Amina; Barnes, Teresa. 2007. Editorial: Rethinking Universities I. *Feminist Africa* 8: 1-7. Disponível em <http://www.agi.ac.za/agi/feminist-africa/08>.

- Martins, Catarina. 2016. "Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África". In *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais*, organizado por António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro, 252-277. Porto: Edições Afrontamento.
- Meneses, Maria Paula. 2017. "Autodeterminação em Moçambique, Joana Semião, entre a memória oficial e as histórias de luta". In *Discursos Memorialistas Africanos e a Construção da História*, coordenado por Inocência Mata, 49-78. Lisboa: Edições Colibri. Disponível em https://www.academia.edu/38380393/Autodetermina%C3%A7%C3%A3o_em_Mo%C3%A7ambique_Joana_Semi%C3%A3o_entre_a_hist%C3%B3ria_oficial_e_as_mem%C3%B3rias_de_luta.
- Meneses, Maria Paula et al. s.d. Anexo 3. Os Comprometidos: Questionando o Futuro do Passado em Moçambique. Disponível em https://www.ces.uc.pt/estilacos_do_imperio/comprometidos/media/documentos/Cronologia%20Mo%C3%A7ambique%201972-1973.pdf [Consultado em 8 de outubro de 2020].
- Ngoenha, Severino. 2013. *Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?* Maputo: PubliFix.
- Ngoenha, Severino. 2015. *Terceira Questão: que leitura se pode fazer das recentes Eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: PubliFix.
- Oyèwùmí, Oyèronké. 2017. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Bogotá: en la frontera. Disponível em <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2019/06/a-invencao-das-mulheres-oyc3a8ronke-oyewumi.pdf>.
- Semião, Joana. 1974. "Entrevista a Joana Semião" por Francisco Soares, 2 de maio de 1974. Lisboa: Arquivos RTP. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-joana-simeao>.
- Tamale, Sylvia. 2020. *Decolonization and Afro-Feminism*. Ottawa: Daraja Press.

Dulce Maria Passades Pereira. Docente da Universidade Licungo, Moçambique. Doutoranda em Psicologia Social na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra; Mestre em Dinâmica de Saúde e Bem-estar na Universidade de Évora e Universidade Autónoma de Barcelona; Mestre em Saúde e Sociedade na Linköping University, Suécia. Academicamente, de forma *glocal*, cruza os estudos de género com a psicologia social, particularmente com a Teoria das Representações Sociais, com interesse na informalidade e no senso comum dos bastidores dos espaços políticos.

Endereço eletrónico: uc2013114850@student.uc.pt / dhulcinha@gmail.com

Artigo recebido em 16 de julho e aceite para publicação em 22 de outubro de 2020.

Recensões

***Problemas de género*, de Judith Butler. Lisboa: Orfeu Negro, 2017, 319 pp.**

 Ermelinda Liberato

Professora Auxiliar da Universidade Agostinho Neto, Angola

Mulher, feminismo, género, sexualidade, identidade, são palavras e conceitos que imperam nos discursos político, ideológico, académico, e que estruturam, na atualidade, as relações sociais em todas as suas dimensões. Amplamente debatidas nas diferentes áreas do saber, têm seguido uma evolução e constante atualização, permitindo-nos conhecer melhor fatos e acontecimentos desde sempre camuflados e dissimulados bem como, o caminho trilhado ao longo dos séculos com o objetivo alterar essa realidade, mostrando deste modo, os desafios que ainda temos pela frente. São estas conceptualizações que continuam a orientar a luta das mulheres pelo reconhecimento da sua condição enquanto mulheres. E são igualmente estes, os conceitos centrais, a par de outros defendidos pela autora, norteadores de *Problemas de Género*, de Judith Butler.

A autora dispensa qualquer tipo de apresentação. Considerada uma das mais importantes teóricas contemporâneas do feminismo e da teoria *queer*, bem como uma das filósofas mais emblemáticas da atualidade, o seu trabalho em torno da desconstrução de um processo histórico que alheou as mulheres dos espaços públicos e dos direitos civis, fazem desta uma das referências intelectuais mais importantes da contemporaneidade.

Originalmente publicada em 1990, a obra continua tão atual como aquelas que foram sendo editadas nos anos que se lhe seguiram, até ao presente, constituindo assim uma referência incontornável na área dos estudos sobre as mulheres, do género/feminismo/sexualidade, daí a importância da sua tradução e publicação em Portugal, 27 anos depois da sua 1ª edição. O debate filosófico tecido em torno dos conceitos identificados, mas sobretudo, da inter-relação entre os mesmos,

fazem deste um documento indispensável de consulta e um “dos textos mais importantes da teoria feminista, dos estudos do gênero, da teoria *queer*” (p. 5). Tendo como ponto central a forma como a identidade de gênero é construída no e pelo discurso, Judith Butler estabelece uma teoria do gênero não identitária, caracterizada pela análise das relações complexas entre gênero e sexualidade, despertando no/a leitor/a a necessidade de repensar a ação política e os seus limites.

Dividida em três capítulos, todos eles densos e assentes num debate teórico complexo que “implica uma imersão na filosofia, na literatura, na psicanálise, na teoria social e cultural” (p. 9), é antecedida pelo prefácio de João Manuel de Oliveira “Dançar primeiro e pensar depois” (pp. 5-15), assim como o prefácio de Judith Butler da edição lançada em 1999 (pp. 17-42) onde a autora reconhece que a obra foi produzida “não apenas para a academia, mas a partir de movimentos sociais convergentes” (p. 29) de que faz parte, ou seja, igualmente autobiográfico, bem como o prefácio de 1990, data da publicação e primeira apresentação de *Problemas de Género*. O destaque vai para a forte influência de Jacques Derrida (1930-2004), que Butler reconhece (p. 26), mas igualmente de outros intelectuais franceses como Jacques Lacan (1901-1981), Monique Wittig (1935-2003), Simone de Beauvoir (1908-1986), Michel Foucault (1926-1984), Herculine Barbin (1838-1868), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Julia Kristeva (1941-), bem como Sigmund Freud (1856-1939), constituindo aquilo que a própria classifica de “promiscuidade intelectual” (p. 21).

O capítulo I “Sujeitos de sexo/gênero/desejo” (pp. 53-106) tem como ponto de partida o entendimento sobre quem são e quem podem ser as mulheres. Segundo Butler, trata-se de um “termo problemático, um lugar de disputa, uma causa de ansiedade” (p. 57), daí a necessidade imperiosa da sua desconstrução. Uma das preocupações da autora diz respeito às assimetrias instituídas entre sexo e gênero, questionando se, a partir dessa diferença, o gênero como resultado de uma “construção cultural” (p. 62) poderia ser estruturado de outra forma. Defende, de igual modo, que o sexo “seja tão culturalmente construído quanto o gênero; talvez sempre fosse o próprio gênero” (p. 63), ou seja, sexo e gênero são construídos socialmente e instituídos culturalmente, sendo gênero imposto de “forma performativa, pelas práticas da coerência de gênero” (p. 91) e sexo uma categoria genderizada, definindo, os dois, o corpo.

E aqui a autora introduz o conceito de performatividade, que a própria assume dificuldades em definir dado que, “os (seus) pontos de vista mudaram ao longo do tempo” (p. 26), mas trata-se, sobretudo, de um processo em construção, não estável, complexo. O próprio conceito de identidade de gênero é, de igual modo, performativamente construído. Butler chama assim a atenção para a necessidade de desconstrução de concepções e ideias historicamente delimitadas que levam à imposição de conceitos que acabam assumidos como “ideal normativo” (p. 79), constituindo deste modo, “uma estratégia epistemológica colonizadora” (p. 108), redutora, de apropriação e opressão sobre o Outro.

No capítulo II “proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual” (pp. 107-176), adotando uma perspectiva interdisciplinar (antropologia, antropologia estruturalista, filosofia, psicanálise) e assente em diferentes correntes de pensamento, a autora pretende analisar “como se constroem e naturalizam os dualismos sexo/gênero e natureza/cultura em si e através do outro?” (p. 111). Para o efeito, reflete em torno de definições previamente formuladas como masculino/feminino (e outros conceitos que giram em torno destes, nomeadamente, patriarcal, patrilinear), sexualidade (homo e hétero), masculinidade “se for o Falo ou ter o Falo denotam posições sexuais divergentes” (p. 121), feminilidade, sendo que masculinidade e feminilidade são conceitos socialmente construídos que concorrem para a formação da identidade e estruturam a construção do Outro, ancorados pelas “instituições culturais (a família, as formas residuais de intercâmbio de mulheres, a heterossexualidade obrigatória) e simultaneamente incutidas pelas leis que estruturam e impulsionam o desenvolvimento psíquico individual” (p. 168).

A autora continua o seu debate em torno da relação cultura/natureza na construção dos conceitos no capítulo III “Actos corporais subversivos” (pp. 177-280). Para o efeito, recorre-se de três autores para reforçar a sua posição, nomeadamente: a) Julia Kristeva e a política do corpo. “Kristeva descreve o corpo materno como portador de um conjunto de significados anteriores à cultura em si” (p. 179); b) Michel Foucault e Hercule e a política de descontinuidade sexual. “Foucault pensa a sexualidade enquanto produtora de *sexo* como conceito artificial que alarga e dissimula as relações de poder responsáveis pela sua génese” (p. 198); c) Monique Wittig e a desintegração corporal e sexo fictício. Para Wittig, “masculino” e “feminino”, “macho” e “fêmea” existem apenas dentro da matriz heterossexual” (p. 228).

Depois de lermos este livro deixamos seguramente de ser indiferentes a essas categorizações em torno das mulheres. Numa tentativa de compreender os *Problemas de Género*, são levantadas outras problemáticas que alargam o seu campo de estudo para uma interdisciplinaridade enriquecedora e ao mesmo tempo profunda e complexa. É ponto assente todas as vicissitudes que estas têm enfrentado bem como o seu caminho de uma luta que, apesar de longa, ainda vai no início, para alteração da sua condição de dominação, subjugação, opressão... estamos assim em presença de mais um contributo para esse processo reivindicativo.

A compreensão do que significa ser e sentir-se mulher, a estruturação da sua identidade e a definição da sua sexualidade é um processo individual e que abarca uma grande heterogeneidade de significados que importa analisar e compreender. *Problemas de Género* são assim problemas que cada um/a de nós enfrenta no seu quotidiano, em determinado momento da sua vida. O género afigura-se como um problema na medida em que se “constitui como um instrumento de sujeição, que resiste à própria noção de unidade” (p. 241). Não são apenas “problemas” individuais e biológicos, mas também resultado de um contexto social, cultural, histórico, político, religioso. Abordar a questão da sexualidade significa desconstruir esse “ideal de pureza” que foi discursivamente edificado em torno da mulher,

responsabilizada pela reprodução biológica, social e moral, apenas para a manter dominada, condicionando assim a sua elevação cultural

É merecedora de todo o reconhecimento a Orfeu Negro Editora pelo esforço, trabalho, dedicação e investimento. Um agradecimento especial vai para o tradutor Nuno Quintas que, 27 anos depois da sua publicação original e dos debates suscitados, empreendeu um trabalho digno de aplaudir, isento de influências e de interferências, responsabilidade assumida e muito bem conseguida. Se o presente documento despertar a reflexão, a inquietação, a crítica, então cumpre com o seu propósito.

Mulheres Invisíveis. Como os dados configuram o mundo feito para os homens,
de Caroline Criado Perez. Lisboa: Relógio D'Água, 2020, 392 pp.

 Rosa Loureiro

Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia
e de Ciências da Educação

É um facto: este planeta é habitado por quase oito mil milhões de pessoas e mais de metade são mulheres. Todavia, o espaço público não faz eco desta maioria.

Sabemos que existe disparidade salarial entre homens e mulheres, que as mulheres são mais frequentemente vítimas de violência sexual, são elas que, na maioria, arcam com a responsabilidade do trabalho não renumerado e que, com maior frequência, assumem o papel de cuidadoras. Em *Mulheres Invisíveis*, Caroline Criado Perez analisa estes aspetos e muitos outros, e verte-os em exemplos palpáveis, com dados a sublinhar a falta de representatividade das mulheres, documentando, assim, um problema de longa data. A ausência de dados que inclua as mulheres, o défice informacional de género, aliado ao universal masculino, potencia o silêncio e torna mais de metade da população mundial invisível, apagando conquistas, experiências e necessidades do dia-a-dia. Neste livro expõe-se as lacunas em torno da informação que é colidida e faz-se uso dos dados que estão acessíveis para mostrar os efeitos reais e profundos do défice informacional de género na vida das mulheres, quer seja no local de trabalho, no meio académico, na investigação médica, na esfera privada ou na vida pública.

O volume de dados sobre os homens, *Big Data*, torna-se a referência para toda a humanidade, uma consequência da ausência de dados desagregados por sexo, perpetuando o mito da universalidade masculina, nem sempre maliciosa ou deliberada, mas produto de um pensamento que existe há milénios. Porém, esta abordagem tem permitido às pessoas com responsabilidades sociais e políticas, siste-

maticamente ignorar e negligenciar as mulheres e as suas necessidades, postura que este livro pretende contrariar e alterar, basta para tal, envolver as mulheres na discussão, dando voz às suas inquietações. As mulheres e o déficit informacional de género são centrais a este livro, e Caroline Criado Perez adiciona ainda as camadas interseccionais de etnia, identidade de género, deficiência e pertenças várias que são ampliadas pela ausência de dados, criando-se um efeito pernicioso cumulativo ainda maior.

O livro centra-se em seis temas, com um número irregular de capítulos por tema, num total de dezasseis, cuja abrangência vai desde o quotidiano (capítulos 1 e 2), passando pelo local de trabalho (capítulos 3, 4, 5 e 6), pela conceção de espaços e ferramentas (capítulos 7, 8 e 9), pela ida aos serviços de saúde (capítulos 10 e 11), pela vida pública (capítulos 12, 13 e 14) até desaguar na gestão de conflitos, pandemias e catástrofes naturais (capítulos 15 e 16). Cada capítulo compreende uma revisão abrangente dos dados existentes para mostrar que as mulheres são sistematicamente excluídas na recolha desses dados e na tomada de decisões.

No que concerne ao quotidiano, as mulheres fazem 75% do trabalho não remunerado em todo o mundo, e isso afeta as suas necessidades de deslocação. Ir às compras, levar as crianças à escola, cuidar de pessoas idosas, todas estas responsabilidades exigem que as mulheres se desloquem em padrões diferentes dos dos homens, recorrendo com maior frequência aos transportes e à via pública. Ter estes aspetos em consideração fez com que em Karlskoga, uma cidade na Suécia, se baixasse drasticamente o número de internamentos de mulheres por quedas, simplesmente por se priorizar a limpeza de neve em passeios e não em estradas, estas mais frequentemente usadas pelos homens que se deslocam em viatura própria até ao local de trabalho.

Também o planeamento urbano e o acesso aos espaços públicos se tornam “masculinos por defeito” (p. 84), quando não há preocupações de género e não se tem em linha de conta a socialização das mulheres, pois estas enfrentam uma imensidão de comportamentos sexuais intimidatórios em diferentes espaços públicos, nos ginásios, nas paragens dos autocarros, nos parques de estacionamento.

Em média, 61% do trabalho doméstico diário é assumido pelas mulheres, o que se traduz em mais horas de trabalho. Mesmo quando os homens aumentam o seu volume de trabalho não remunerado é pouco provável que desempenhem tarefas embaraçosas e emocionalmente desgastantes. O trabalho das mulheres, remunerado e não remunerado, é a espinha dorsal da sociedade e da economia, logo as conceções do mundo do trabalho devem ser reconsideradas, por forma a assentarem na informação sobre os corpos e as vidas das mulheres.

Na conceção de espaços e ferramentas, os dados mostram que os fabricantes se regem pelo “tamanho único para homens” (p. 178), criando assim produtos que são difíceis de usar pela outra metade da população mundial. Das ferramentas agrícolas aos *smartphones*, dos instrumentos musicais ao *software* de reconhecimento de voz, o *design* do produto é baseado no padrão masculino, sendo que as

mulheres se devem adaptar a esse padrão. No caso da segurança rodoviária, esta premissa pode ser fatal, considerando o equipamento de segurança nos automóveis – os encostos de cabeça, os cintos de segurança e os *airbags*. Os manequins de teste de colisão baseiam-se no percentil 50 masculino, com cerca de 1,77 metros de altura e 76 quilos de peso. O facto de o equipamento de segurança não ter em consideração que as mulheres são, em média, mais baixas e mais leves, contribui para a chocante estatística de que, quando uma mulher se vê envolvida num acidente, tem mais 47% de probabilidade de se ferir gravemente do que um homem. A situação agrava-se se tivermos em consideração as grávidas, muito embora um manequim de grávida tenha sido criado em 1996, mas o seu uso em testes não é obrigatório por lei.

Também a ida aos serviços de saúde se reveste de discriminação para as mulheres, permitindo que estas sejam cronicamente incompreendidas, maltratadas e mal diagnosticadas. A área da saúde baseia-se geralmente em dados recolhidos sobre os homens, sendo as mulheres apresentadas como uma variante da humanidade padrão. Os corpos femininos são demasiado complexos, demasiado variáveis, demasiado dispendiosos para serem testados, e a ausência de dados organizados por sexo afeta a capacidade de oferecer às mulheres aconselhamento médico fiável. A grande maioria dos medicamentos tem instruções de dosagem de ‘sexo neutro’ determinadas pela taxa metabólica, percentagem de gordura corporal e outras características biológicas de um homem branco médio. Também neste campo, a gravidez é vista como um caso raro e especial. Os tratamentos para doenças comuns, como a gripe, são virtualmente desconhecidos para mulheres grávidas, porque estas são excluídas de todos os ensaios clínicos.

No âmbito da vida pública e da economia, a incapacidade de medir o trabalho doméstico não remunerado talvez seja o maior dos défices informacionais de género, com estimativas a apontar para a contribuição dos cuidados domésticos para 50% do PIB nos países ricos e 80% nos países pobres. Ao que parece, “o PIB tem um problema com as mulheres” (p. 257). O trabalho não remunerado não é simplesmente trabalho de mulheres. É uma atividade que beneficia toda a sociedade e impulsiona a economia. No entanto, também impede as mulheres de dedicarem esse tempo ao trabalho remunerado, este sim, com impacto significativo no PIB. A baixa percentagem de participação na força de trabalho remunerada acarreta disparidades salariais entre homens e mulheres, o que, por sua vez, permitiu que se desenvolvesse um sistema tributário que desincentiva as mulheres de ingressarem em empregos remunerados.

Também em política e em democracia não há igualdade de condições, sendo que há um preconceito contra a eleição de mulheres. A prática de excluir as mulheres da tomada de decisões é generalizada e basta prestar atenção a reuniões de estado e de governo, para contar o número de homens sentados à mesa em comparação com as mulheres na mesma sala. Ainda que as democracias deste mundo tenham o que se chama um código de conduta, pondo de parte atitudes sexistas e

misóginas, a maior parte dos países age como se as mulheres na política não lidassem com uma desvantagem estrutural. A tónica deve ser a diversidade, diferentes pontos de vista que beneficiam toda a população.

A última parte do livro centra-se nos contextos de guerra, conflitos, desastres naturais e pandemias, e nos esforços pós-desastre vedados às mulheres. Se quando as coisas correm bem há reticência em incluir a perspetiva das mulheres, em contexto de calamidade o preconceito serve como desculpa para não as envolver. Os responsáveis pela gestão pós-calamidade são quase exclusivamente homens, homens que apresentam uma série de desculpas para atrasar ou ignorar as preocupações das mulheres, como foi o caso com o tremor de terra de 2001 em Gurajat, na Índia, o tsunami de 2006, no Sri Lanka, ou o furacão *Katrina*, em 2005, nos EUA. A verdadeira razão pela qual foram excluídas as mulheres é porque encararam os direitos de 50% da população como um interesse de uma minoria.

Quando as mulheres conseguem escapar à violência masculina e ao conflito, as coisas não melhoram com o estatuto de refugiadas. O que devia ser uma simples ida à casa de banho torna-se uma atividade de alto risco para as mulheres nos campos para pessoas refugiadas, onde algumas passaram a usar fraldas para adultos, tentando escapar à violência sexualizada. O apelo para que possam ser disponibilizados artigos de cuidados obstétricos e de contraceção para as mulheres refugiadas tem sido ignorado pelos responsáveis, relegando esses itens essenciais para o final da lista de prioridades.

Este é um livro sobre como o conhecimento é criado, partilhado e (re)produzido. Evidencia uma pesquisa sólida dos assuntos apresentados, permitindo o aprofundamento de conteúdos a quem os queira investigar por conta própria, recorrendo, para tal, às notas que se estendem ao longo de quarenta e nove páginas.

A autora doseia equilibradamente dados, números e percentagens com ironia e apartes, a juntar aos títulos pouco comuns dos capítulos, sem preocupações de maior com os cânones académicos, tornando a leitura fluida. Não deixa de ter, por isso, uma perspetiva incisiva, perspicaz e escorreita acerca dos assuntos apresentados e da realidade que os dados transmitem. Diminuir o défice informacional de sexo e de género está estreitamente ligado à representação feminina, pois onde há mulheres envolvidas nas tomadas de decisões, estas tendem a não esquecer as outras mulheres. Esta peça jornalística extensa, esclarecedora e envolvente, cuja leitura recomendo, será um “abrir de olhos” para pessoas dos vários quadrantes da vida pública. É uma leitura fundamental se quisermos ter em linha de conta os desafios que metade da população mundial enfrenta.

Bisexuality in Europe: Sexual Citizenship, Romantic Relationships, and Bi+ Identities, editado por Emiel Maliepaard e Renate Baumgartner. London: Routledge, 2020, 222 pp.

 Mafalda Esteves

Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, Cis-IUL, Lisboa, Portugal
Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES),
Coimbra, Portugal.

O presente livro, organizado por Emiel Maliepaard e Renate Baumgartner e publicado recentemente em 2020 pela editora Routledge, é a resposta a um convite lançado pelos editores a um conjunto de investigadoras/es que se debruçam sobre a investigação no tema da(s) bissexualidade(s). As contribuições que encontramos nesta obra são sobretudo na área dos estudos das sexualidades críticas que muito tem contribuído para a fundação e desenvolvimento dos designados Estudos das Bissexualidades no contexto europeu. Esta obra revela-se de suma importância para pensar a partir das margens (epistemológicas, teóricas, temáticas e disciplinares) que constituem o campo dos estudos de género e das sexualidades, abrindo ao desenvolvimento e reconfiguração do campo.

Dividido em três partes – “Cidadania Sexual”, “Relações Românticas” e “Identidades Bi+”, a obra reúne contributos de investigadoras/es com trabalho desenvolvido em diferentes contextos geográficos europeus. Cada seção inclui 4 capítulos, encerrando com um capítulo de considerações finais.

No capítulo introdutório é apresentada a aproximação epistemológica e conceptual ao tema da bissexualidade, bem como os objetivos e estrutura do livro. Neste capítulo é apresentado o estado atual da investigação sobre bissexualidade e pessoas que desejam mais do que um sexo ou género na Europa. Segue-se uma discussão sobre a investigação europeia com incidência em três temas principais – cidadania sexual, relações românticas e identidades bi+ –, seguida de uma reflexão sobre a terminologia na investigação sobre bissexualidade. Maliepaard e Baumgartner sublinham a importância destes contributos para a investigação em bissexualidade a partir de diferentes contextos, admitindo, no entanto, a dificuldade em conhecer na íntegra a investigação sobre bissexualidade na Europa visto que as/os académicas/os publicam nas suas próprias línguas. Apesar disso, resulta evidente que a maioria do trabalho em bissexualidade tem sido conduzido a partir do Reino Unido, sugerindo uma maior institucionalização da investigação sobre bissexualidade nesse país (Maliepaard, 2018).

Iniciada a primeira seção, no segundo capítulo, Zeynab Peyghambarzadeh reflete sobre a cidadania sexual a partir de um debate sobre a posicionalidade da bissexualidade no contexto dos procedimentos de conceção de asilo e a invisibili-

dade que lhe é subjacente enquanto identidade sexual, centrando-se para tal tanto no contexto europeu, como no contexto canadiano.

Em vez de o foco incidir na relação entre o sujeito sexualizado e o Estado, o capítulo 3 centra-se na relação entre sujeito sexualizado e a sociedade. Emiel Maliepaard, a partir das experiências dos ativistas bissexuais na Holanda desde a década de 1990, discute os desenvolvimentos históricos, a organização das comunidades (e riscos do seu colapso) e como as pessoas bissexuais aceitam, resistem ou veem impostos *habitus* específicos.

No quarto capítulo, Carol Shepard contribui com uma discussão teórica sobre as razões pelas quais os sujeitos bissexuais são regularmente ignorados das comunidades cristãs pela Europa. Fatores como a opressão horizontal, ignorância sobre a bissexualidade e a presença de erotofobia e da supremacia da “santíssima conjugalidade”, acarretam implicações em termos de saúde mental junto dos membros jovens destas comunidades.

Christian Klesse é o autor do quinto capítulo, trazendo uma reflexão teórica sobre a relação entre o pensamento bifeminista e a não-monogamia desde a década de 1970. Partindo de textos chave de vozes feministas do ativismo bissexual, Klesse evidencia a autonomia (sobretudo erótica) como um dos argumentos a favor de uma bissexualidade não monogâmica e destaca o distanciamento entre pensamento bifeministas e pensamento produzido por feministas lésbicas.

A segunda seção está focada nas “relações românticas”. Annukka Lahti, influenciada pelos trabalhos de Deleuze e Guattari, analisa as identidades e relações bissexuais como emergentes em *assemblages*, entre corpos humanos e não humanos, e não como realidades fixas. Além disso, Lahti abre um novo campo de investigação com um enfoque nas interações entre as pessoas bissexuais, sua(s) companheira/o(s) e suas relações sociais, para dar sentido às experiências vividas por pessoas bissexuais na Finlândia.

Segue-se o capítulo de Sarah Jane Daly que explora a relação entre mulheres bissexuais e monogamia. Este contributo discute a interseção entre a literatura empírica e teórica, antes de chamar a atenção para a invisibilidade da bissexualidade nas relações monogâmicas.

No capítulo oito, Renate Baumgartner explora as experiências das mulheres bissexuais que vivem relações não-monogâmicas na Áustria. Para isso, centra-se na compreensão da posição da bissexualidade no contexto das relações românticas. A centralidade da bi-negatividade (de ex-companheiros/as ou internalizada) que é discutida neste texto lança pistas sobre os impactos dos estereótipos em torno da bissexualidade nas escolhas relacionais, negociações e experiências. Também a agência na escolha das relações não monogâmicas é explorada no capítulo.

Nicole Braid, no capítulo nove, discute a interseção entre bissexualidade e não-monogamia nas vidas de pessoas em Itália que se identificam com a plurissexualidade. Partindo de trabalho empírico, a autora reflete sobre a interseção entre

bissexualidade e não monogamia, salientando o modo como a binormatividade e a polinormatividade é negociada no quotidiano das vidas sexuais e românticas.

A terceira seção abre com o capítulo 10, onde Robin Rose Breetveld parte de uma abordagem epistemológica em torno das identidades bissexuais e suas experiências. O conceito de injustiça epistémica é introduzido na teorização sobre bissexualidade onde a difícil posição da bissexualidade é denunciada e onde é possível identificar o apagamento dentro dos discursos de sexualidade existentes.

No capítulo 11, Jenny Kangasvuo apresenta o desenvolvimento da compreensão histórica da bissexualidade e da identidade bissexual na Finlândia e países vizinhos ao focar-se em políticas, publicações populares e experiências de indivíduos bissexuais.

Seguidamente, Nikki Hayfield faz uma análise a existência de investigação em Psicologia Social a nível internacional centrada no reconhecimento dos indivíduos bissexuais e pansexuais. Hayfield discute como os homens *gays* são vistos como afeminados e as mulheres lésbicas como masculinizadas perguntando-se, partindo da pesquisa experimental existente se os indivíduos bissexuais e pansexuais serão reconhecidos com base na sua aparência ou identidade visual e se, à semelhança de um *gaydar*, haverá a existência de um *bidar* ou um *pandar*.

A seção encerra com contributos teóricos por Emiel Maliepaard e Renate Baumgartnen onde é apresentado o atual panorama da investigação em bissexualidade na Europa, ao mesmo tempo que são identificados um conjunto de desafios e oportunidades para a investigação futura. Em concreto, é feito um apelo ao estudo e teorização académica que permita a legitimação da bissexualidade enquanto tema relevante de investigação. Para isso é preciso considerar as diferentes realidades que as pessoas bissexuais apresentam. Por outro lado, existe a necessidade de superar aquilo que designam de estudos reparativos, procurando explorar as experiências das pessoas bissexuais e outras plurissexuais que favoreçam maior envolvimento nas teorias sociais existentes, demonstrando contribuições teóricas para pensar a partir do lugar das bissexualidades.

Com esta variedade de contribuições, este livro oferece uma visão global de um conjunto de tópicos relacionados com a bissexualidade que, enquanto conceito teórico, tem sido imaginado de muitas formas. Traz igualmente vozes que contrariam a produção anglo-saxónica e norte-americana que domina a investigação e a teorização da bissexualidade e das vidas das pessoas que desejam mais do que um sexo ou género, valorizando e tornando acessíveis trabalhos produzidos na Europa, vindos de contextos descartados com frequência por serem considerados periféricos.

Apesar do inquestionável contributo deste livro, o tema do bem-estar psicossocial na bissexualidade encontra-se relativamente ausente, parecendo-me essencial que se continue a discuti-lo em relação aos aspetos ligados à orientação sexual, práticas sexuais e sexualidade. Aprofundar os temas ligados ao bem-estar desde uma vertente psicossocial potenciará a institucionalização de práticas promotoras

de diversidade, que beneficiará as pessoas bissexuais e terá expressão nos diferentes domínios da vida em sociedade.

Este livro merece toda a nossa atenção. Ao denunciar a ausência de investigação sobre bissexualidade no campo de estudos das sexualidades, bem como ao nível das ciências sociais, responde ao apelo lançado por Monro e Hines (2017), e mostra-nos, uma vez mais, a importância de continuar a pensar o modo como a heteronormatividade e a mononormatividade continuam presentes no controlo e regulação dos corpos e das intimidades. Em suma, as reflexões reunidas nesta obra dão um contributo fundamental para a produção científica, ao mesmo tempo que se constituem como ferramentas para informar as políticas públicas, beneficiando não somente as pessoas bissexuais, como a sociedade em geral, visando um mundo mais diverso, livre e inclusivo.

Nota: Este livro encontra-se disponível em acesso aberto no formato de e-book

Referências

- Maliepaard, Emiel. 2018. "Disclosing bisexuality or coming out? Two different realities for bisexual people in the Netherlands". *Journal of Bisexuality*, 18(2), 145-67. <https://doi.org/10.1080/15299716.2018.1452816>
- Monro, Surya, Hines, Sally, and Osborne, Antony. 2017. "Is bisexuality invisible? A review of sexualities scholarship 1970–2015". *The Sociological Review*, 65(4), 663-681. <https://doi.org/10.1177/0038026117695488>

NÚMEROS JÁ PUBLICADOS

ex æquo n.º 1

REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMININO

ex æquo n.º 2/3

POLÍTICAS DE IGUALDADE

ex æquo n.º 4

MULHERES E DESPORTO

ex æquo n.º 5

A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EM PORTUGAL

ex æquo n.º 6

A CONSTRUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES EM PORTUGAL II

ex æquo n.º 7

OUTROS SENTIDOS PARA NOVAS CIDADANIAS

ex æquo n.º 8

**RECONCEPTUALIZAÇÕES FILOSÓFICAS E DE TEORIA POLÍTICA.
PERSPECTIVAS FEMINISTAS**

ex æquo n.º 9

FILOSOFIA E LITERATURA EM TEXTOS DE MULHERES

ex æquo n.º 10

DIREITO DA IGUALDADE DE GÉNERO

ex æquo n.º 11

**POLIFONIAS NA INVESTIGAÇÃO EM TORNO
DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES**

ex æquo n.º 12

**UM LEGADO DE CIDADANIA:
HOMENAGEM A MARIA DE LOURDES PINTASILGO**

ex æquo n.º 13

MULHERES, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

ex æquo n.º 14

REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DE MULHERES

ex æquo n.º 15

GÉNERO, PROBLEMÁTICAS E CONTEXTOS EDUCACIONAIS

ex æquo n.º 16

**GÉNERO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA.
VOLUNTARIADO E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL**

ex æquo n.º 17

VOZES DE MULHERES DO SUL

ex æquo n.º 18

GÉNERO E MERCADO DE TRABALHO

ex æquo n.º 19

**OS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES, DE GÉNERO E FEMINISTAS
EM REVISTA**

ex æquo n.º 20

FAZER O GÉNERO: PERFORMATIVIDADES E ABORDAGENS *QUEER*

ex æquo n.º 21

**MARIA DE LOURDES PINTASILGO, CINCO ANOS DEPOIS.
ECOS DE PALAVRAS DADAS**

ex æquo n.º 22

HABITAR

ex æquo n.º 23

GÉNERO E IDENTIDADES

ex æquo n.º 24

GÉNERO E MIGRAÇÕES

ex æquo n.º 25

**POLÍTICAS DE IGUALDADE SEXUAL EM PORTUGAL:
EVOLUÇÕES, INSTRUMENTOS E PROTAGONISTAS**

ex æquo n.º 26

**GÉNERO E ENVELHECIMENTO: INDICADORES, PROBLEMÁTICAS
E DESAFIOS PARA A INTERVENÇÃO**

ex æquo n.º 27

POLÍTICAS FEMINISTAS NAS ARTES VISUAIS E PERFORMATIVAS

ex æquo n.º 28

PERSPETIVAS FEMINISTAS EM COMPORTAMENTO DESVIANTE

ex æquo n.º 29

**PERSPETIVAS FEMINISTAS SOBRE METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA:
DEBATES, DESAFIOS E DILEMAS**

ex æquo n.º 30

**HISTÓRIA, HISTÓRIA DAS MULHERES, HISTÓRIA DO GÉNERO.
PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

ex æquo n.º 31

VIOLÊNCIAS DE GÉNERO E DIREITO(S): DIÁLOGOS FEMINISTAS

ex æquo n.º 32

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género*

Coordenação: Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Introdução – Austeridade e Regimes de Bem-estar e de Sexo/Género, *Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro*

Women and austerity in Italy, *Maria Luigia Segnana and Paola Villa*

Las políticas de género en España: Retrocesos y resistencias en tiempos de austeridad, *Alba Alonso*

Austeridade, emprego e regime de bem-estar em Portugal: Em processo de refamiliarização?, *Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro*

Unemployment and gender equality within the family in Portugal, *Raquel Ribeiro, Lina Coelho and Alexandra Ferreira-Valente*

Portugal's Masculinities Crisis: Gender equality in the era of flagging economies, *Tatiana Moura, Esther Spindler and Alice Taylor*

Experiências de Conciliação: Analisando as relações de género durante a atual crise económica, *Cláudia Múrias*

Las mujeres jóvenes en España. (Nuevas) precariedades y (viejas) desigualdades, *Mercedes Alcañiz, Vicent Querol y Ana Martí*

Estudos e Ensaios

Preservando a relação com os/as descendentes menores: padrões de comunicação na maternidade e paternidade em reclusão, *Catarina Vieira, Luísa Saavedra e Alexandra M. Araújo*

The pathologisation of sexual diversity – a critical scrutiny of the DSM, *Rita Alcaire*

The Inclusion of Lesbian and Gay Populations in Health Research: A systematic literature review, *Mónica José Abreu Sousa and Carla Moleiro*

Home-Based Sex Education. The Case of Family Intergenerational Relations in Poland, *Joanna Ostrouch-Kamińska and Iwona Chmura-Rutkowska*

Recensões

Simas, Rosa M. Neves (coord.), (2014), *A Vez e a Voz da Mulher. Relações e Migrações*, Lisboa, Colibri, 340 pp., *Maria Beatriz Rocha Trindade*

Ferreira, Virgínia; Monteiro, Rosa (2013), *Trabalho, igualdade e diálogo social: Estratégias e desafios de um percurso*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, *Hermes Costa*

Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) (2014), *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book, *Orlando César*

Karamessini, Maria; Rubery, Jill (org.) (2014), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, New York, Routledge, *Carina Jordão*

ex æquo n.º 33

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Género, Profissões e Carreiras: Oportunidades, Constrangimentos e Desafios*

Coordenação: Gina Gaio Santos e Teresa Carvalho

- Género, profissões e carreiras: oportunidades, constrangimentos e desafios: uma nota introdutória, *Gina Gaio Santos e Teresa Carvalho*
- The university environment: opportunities, constraints and challenges for senior women, *Jenny Neale and Kate White*
- «As mulheres tentam compensar. O verbo ‘compensar’ é terrível, não é?» Género e jornalismo em tempos de mudança, *Maria João Silveirinha e Rita Basílio de Simões*
- A contabilidade, o acesso e o exercício da profissão de contabilista certificado/a na perspetiva das mulheres, *Vera Fernandes, Delfina Gomes e João Leite Ribeiro*
- Questões de género em arquitetura. História(s), espaço(s) e experiências profissionais e arquitetónicas, *Lia Antunes*
- Gender and atypical academic careers, *Kate White and Maria de Lourdes Machado-Taylor*
- Entre mulheres: o ensino doméstico e a profissão, *Álvaro Ribeiro*
- Processos de discriminação de profissionais imigrantes e qualificadas em contextos laborais tipicamente masculinos, *Ana Filipa Carvalho e Emília Fernandes*

Estudos e Ensaios

- O género no jornalismo em tempos de recessão: como se dá a representação mediática das mulheres num contexto de crise em Portugal, *Juliana Souza*
- Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios, *Arlene Ricoldi e Amélia Artes*

Recensões

- Ollagnier, Edmée (2014), *Femmes et défis pour la formation des adultes. Un regard critique non-conformiste*, Paris, L'Harmattan, 258 pp., *Teresa Pinto*
- Ostrouch-Kaminska, Joanna; Vieira, Cristina C. (Eds.) (2015), *Private world(s). Gender and Informal learning of adults*, Rotterdam, Sense Publishers, 194 pp., *Edmée Ollagnier*
- Neves, Sofia; Duarte, Vera; Barbosa, Regina Célia; Formiga, Nilton (Eds.), (2015), *Violências na Contemporaneidade no Brasil e em Portugal*, Maia, Edições ISMAI, 214 pp., *Sílvia Gomes e Luís Fernandes*
- Meihy, José Carlos S. B. (2015), *Prostituição à brasileira – cinco histórias*, São Paulo, Editorial Contexto, 240 pp., *Camila Craveiro*

ex æquo n.º 34

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Perspetivas Interdisciplinares sobre o Femicídio*

Coordenação do Dossier: *Sofia Neves*

Femicídio: o fim da linha da violência de género, *Sofia Neves*

Feminicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista, *Tânia Teixeira Laky de Sousa*

Femicide of girls in contemporary India, *Shalva Weil and Nishi Mitra vom Berg*

- O feminicídio de Juárez: alterações económicas, narrativas sociais e discursos coloniais na fronteira dos EUA e México, *Patrícia Alves Lobo*
- Análisis psicosocial de las barreras que dificultan la denuncia: el caso de los femicidios íntimos en España, *Victoria A. Ferrer Pérez y Esperanza Bosch Fiol*
- Narrativas mediáticas sobre o feminicídio na intimidade: análise de um jornal popular português, *Sofia Neves, Sílvia Gomes e Dirceleena Martins*
- Changing representations of intimate partner femicides by a Portuguese newspaper (2006 and 2014): from episodic to thematic frames, *Carolina Magalhães-Dias e Soraia Lobo*

Estudos e Ensaios

- Reconciling work and family in the context of boundaryless careers: academic careers in social sciences and humanities, *Debbie Millard*
- Gênero, autoginografia e performatividade em Margaret Skinnider, *Raimundo Sousa*
- Boys' and girls' cyberbullying behaviours in Portugal: Exploring sex differences in adolescence using gender lenses, *Cristina C. Vieira, Armanda Matos, João Amado, Isabel Freire and Ana Margarida Veiga Simão*

Recensões

- Estudos de Género numa perspectiva interdisciplinar*, organizado por Anália Torres, Helena Sant'Ana e Diana Maciel. Lisboa: Mundos Sociais, 2015, 134 pp., *Joana Zózimo*
- Ecología y género en diálogo interdisciplinar*, editado por Alicia H. Puleo. Madrid: Plaza y Valdés Editores, 2015, 415 pp., *Rosana Albuquerque*
- The Men's Shed Movement. The Company of Men*, edited by Barry Golding. Champaign, Illinois: Common Ground, 2015, 433 pp., *Cristina C. Vieira*
- Gender in Focus: (new) trends in media*, edited by Carla Cerqueira, Rosa Cabecinhas e Sara Isabel Magalhães. Universidade do Minho, Braga: CECS, 2016, 240 pp., *Roberto Martinez Pecino*
- Marginalidade e alternativa. Vinte e seis filósofas para o século XXI*, coordenado por Maria Luísa Ferreira e Fernanda Henriques. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 321 pp., *Isabel Roldán Gómez*

ex æquo n.º 35

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Interseccionalidade, Comunicação e Cultura: (Entre)Cruzamentos de Matrizes de Opressão e Privilégio*

Coordenação do Dossier: Carla Cerqueira e Sara I. Magalhães

Ensaio sobre Cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos *media*, *Carla Cerqueira e Sara I. Magalhães*

Feminist Intersectionality Research in Communications: Origins, Contributions and Tensions, *Carolyn M. Byerly*

Mulher jovem e a cibercultura: liberdade, subordinação e reminiscências patriarcais no meio virtual, *Mariana Risério Chaves de Menezes e Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti*

Género, Sexualidade e Ativismo Online: Um olhar interseccional para o papel da participação cívica na internet por jovens portugueses, *Daniel Cardoso e Cristina Ponte*

Poder, resistência e interseccionalidade: as disputas discursivas por identidade no seriado brasileiro 'Sexo e as Negras', *Nelson Rosário de Souza, Virítiana Aparecida de Almeida e Daniela Rocha Drummond*

Das margens para o ecrã: mulheres na ficção cinematográfica moçambicana, *Ana Cristina Pereira*

La construcción mediática del estigma de prostituta en España, *Ana Belén Puñal Rama e Ana Tamarit*

O cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos, *Alexandra Figueiredo e Carla Martins*

Estudos e Ensaios

O Pecado da Carne: neomaterialismo e a (re)descoberta do corpo, *Caynnã de Camargo Santos*

El uso del subtexto como propaganda machista en el personaje de Lois Lane en *Man of Steel* (Zack Snyder, 2013), *Alfonso M. Rodríguez de Austria Giménez de Aragón*

Uma sabedoria no desespero. Há que gritar aos ouvidos da aparente surdez: *Somos todas Carolina!*, *Elaine Santos*

Recensões

Rethinking Gender in Revolutions and Resistance. Lessons from the Arab World, edited by Maha El Said, Lena Meari, & Nicola Pratt. London: Zed Books, 2015, 262 pp., *Verónica Ferreira*

Introdução às Teorias Feministas do Direito, de Rita Mota Sousa. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 96 pp., *Madalena Duarte*

Nas Filigranas do Discurso jurídico, a (des)construção de sentidos na Lei Maria da Penha, de William Diego de Almeida. Campo Grande: Editora UFMS, 2015, 163 pp., *Icléia Caires Moreira*

Rewriting Academia. The development of the Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe, edited by Renate Haas. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015, 442 pp.

Contemporary issues and perspectives on gender research in adult education, edited by Maja Maksimovic, Joanna Ostrouch-Kaminska, Katarina Popovic, & Aleksandar Bulajic. Belgrade: Institute for Pedagogy and Andragogy, Faculty of Philosophy, University of Belgrade; ESREA – European Society for Research on the Education of Adults; Adult Education Society, 2016, 284 pp., *Shirley Walters*

ex æquo n.º 36

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Género, educação e cidadania: conhecimento, ausências e (in)visibilidades*

Coordenação do Dossier: *Cristina C. Vieira e Teresa Alvarez*

- Género, educação e cidadania: que «agenda» para a investigação científica e para o ensino e a formação?, *Teresa Alvarez, Cristina C. Vieira e Joanna Ostrouch-Kamińska*
- Género e (in)sucesso escolar: perspetivas de professoras/es do ensino básico sobre possíveis consequências da feminização do ensino, *Maria Helena Santos*
- La perspectiva de género en la formación inicial del profesorado de educación infantil. Notas sobre una investigación realizada entre el alumnado del grado de magisterio de educación infantil de la universidad de Cantabria (España), *Marta García Lastra*
- Jovens estudantes universitários/as perante a futura vida profissional e familiar: a marca do género, *Sofia Coelho e Sara Falcão Casaca*
- Violência no namoro na Escola Superior de Educação de Lisboa, *Ana Gama, Ana Veríssimo e Catarina Tomás*
- Armarios de papel: el heterosexismo en los manuales de Español como Lengua Extranjera, *Maria Salvia Rodríguez*
- Para uma visão complexa do *bullying* homofóbico: Desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas, *Hugo M. Santos, Sofia Marques da Silva e Isabel Menezes*
- Gender in contemporary Italian context. A focus on informal education and proposals for a gender sensitive approach through intergenerational and intercultural dimensions, *Lisa Brambilla, Giulia Pozzebon and Marialisa Rizzo*
- Diversidade de género na infância e na educação: contributos para uma escola sensível ao (trans) género, *Sandra Saleiro*
- Brincar ao género: socialização e igualdade na educação pré-escolar, *Catarina Sales Oliveira e Andreia Mendes*

Estudos e ensaios

- A inexpressiva representação feminina nas academias científicas brasileiras e no prêmio nobel, *Marcel de Almeida Freitas e Eduardo Godinho Pereira*
- Que horas ela volta?:* Percepções do discurso fílmico por blogueiras feministas do Brasil, *Denise Castilhos de Araújo e Poliana Lopes*

Recensões

- Sexualidades, gravidez e juventude: relações sociais e educativas*, organizado por Laura Fonseca e Sofia Santos. Porto: Edições Afrontamento, 2015, 312 pp., *Preciosa Fernandes*
- Filosofia e Género. Outras narrativas sobre a tradição ocidental*, de Fernanda Henriques. Lisboa: Edições Colibri, 2016, 256 pp., *Maria do Céu Pires*
- Como ser uma Ragazza: Discursos de sexualidade numa revista para raparigas adolescentes*, de Sara Isabel Magalhães. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, 353 pp., *Nuno Santos Carneiro*
- La comunicación en clave de igualdad de género*, coordenado por Virgínia Martín Jiménez y Dunia Etura. Madrid: Editorial Fragua, 2016, 134 pp., *Carla Cerqueira*
- Géneros e sexualidades: interseções e tangentes*, editado por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017, 222 pp., *Mara Pieri*

ex æquo n.º 37

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *A «Ideologia de Género» e a Religião*

Coordenação do Dossier: **Carmen Bernabé Ubieta** – Facultad de Teología, Universidad Deusto, España.

Fernanda Henriques – Universidade de Évora (Professora Emérita), Portugal.

Teresa Toldy – Universidade Fernando Pessoa, Porto/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciências e transexualidades A «Ideologia de Género» da Igreja Católica, *Carmen Bernabé Ubieta, Fernanda Henriques e Teresa Toldy*

Las falacias discursivas en torno a la ideología de género, *Maricel Mena-López y Fidel Mauricio Ramírez Aristizábal*

‘Ideologia de gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo, *Priscila Freire*

La disputa del género en el Estado español desde el análisis del activismo católico, *Maribel Blázquez-Rodríguez, Mónica Cornejo-Valle y José Ignacio Pichardo-Galán*

Salvando las Ánimas. Discursos de Género y Religión en las Revistas de la Acción Católica Española, *Sara Martín Gutiérrez y Gabriela de Lima Grecco*

Represión sexual y de género en la confesión: los manuales de confesores de la Edad Moderna (siglos XVI-XVII), *Andrea Arcuri*

Intimidación humana: ciencias de la vida, neuroteología fundamental y ciberfeminismo, *Montserrat Escribano-Cárcel*

Estudos e ensaios

Ordem Patriarcal de Género, Mediação e Serviço Social, *Taynara Fitz Patriarcha e Sandra Lourenço de Andrade Fortuna*

Percepciones de equidad de género en las/os futuras/os profesoras/es, *Ilsa Mendoza Mendoza y Susan Sanhueza Henríquez*

Violência sexual e consumo de substâncias psicoativas: podem os contextos festivos ser educativos?, *Cristiana do Vale Pires, Raquel Pereira, Helena Valente e Helena Moura*

Recensões

Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an ethnography of academia, de Maria do Mar Pereira. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2017, 228 pp., *Ana Oliveira*

Handbook on Gender and Organizational Change, de Sara Falcão Casaca e Johanne Lortie, Turin, Italy: International Training Centre of the International Labour Organization, 2017, 117 pp., *Maria Helena Santos*

Cómo informar sobre la violencia machista, de José María Calleja, Madrid: Signo e Imagen, 2016, 168 pp., *Pedro Saraiva*

ex æquo n.º 38

Editorial: *Cristina Vieira e Virgínia Ferreira*

Dossier: *Trans-ações de género: ressonâncias e saberes trans**

Coordenação do Dossier: **João Manuel de Oliveira** (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil/ISCTE-IUL)

Trans-ações de género, operando contra o sistema, *João Manuel de Oliveira*

As engrenagens do poder: sobre alguns encaixes entre direito, ciências e transexualidades no Brasil, *Thiago Coacci*

Heróis no armário: homens trans* e pessoas não binárias prestadoras de cuidado, *Ana Cristina Santos*

Memorias posibles para el Movimiento Trans* en Ecuador, *Fernando I. Sancho Ordoñez y R. Lucas Platero*

La voluntad de existir: historias de violencia en una colectividad de mujeres trans, *Mar Fournier Pereira*

Tecnologias de género e magia: hormonioterapia e as experiências de vida de mulheres trans*, *André Filipe dos Santos Leite e Claudiene Santos*

Resistências e rejeições nas vivências de pessoas trans no Candomblé da Bahia, *Claudenilson Dias e Leandro Colling*

¡Faltan palabras! Las personas no binarias en el Estado español, *Isabel López Gómez y R. Lucas Platero*

Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género, *Teresa Teixeira e Nuno Santos Carneiro*

Estudos e ensaios

Quando a moda é política: as mulheres negras e a Revista Afro Brasil, *Larissa Adams Braga, Magna Lima Magalhães e Claudia Schemes*

Dinâmicas interacionais do bullying entre meninas: explorando as tramas do aprendizado de género, *Jamile Guimarães*

Recensões

Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937, editado por Rebecca Rogers e Myriam Boussahba-Bravard. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2018, 286 pp. *Júlia Garraio*

A New History of Iberian Feminisms, editado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson. Toronto: University of Toronto Press, 2018, 544 pp. *Macarena García-Avello*

- L'Europe des Femmes. XVIIIe-XXIe siècle, coordenado por Julie Le Gac e Fabrice Virgílio, Paris: Perrin, 2017, 351 pp. *Teresa Pinto*
- Medusa no Palácio da Justiça ou uma história da violação sexual, de Isabel Ventura, Lisboa: Tinta da China, 2018, 480 pp. *Maria Clara Sottomayor*

ex æquo n.º 39

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Mulheres na imprensa periódica colonial: discursos e representações*

- Entre silêncios e interferências: mulheres na imprensa colonial, *Jessica Falconi e Doris Wieser*
- A Esperança: A leitura e a escrita de e para mulheres em Cabo Verde, *Ricarda Musser*
- Domingas Lazary Amaral – «uma querelada pela liberdade de imprensa», *Sílvia Espírito Santo*
- Silêncios no feminino no Boletim da Agência Geral das Colónias/do Ultramar, *Sandra Sousa*
- A construção da identidade da Mulher em revistas do Estado Novo, *Aldina Marques, Isabel Margarida Duarte, Alexandra Guedes Pinto e Catarina Pinho*
- Maria Archer: uma etnógrafa amadora na imprensa colonial, *Gemma Nadal*
- Beatriz da Conceição de Ataíde Lobo e Faria: um rosário de contos para a coluna «Leituras para Senhoras», *Cielo G. Festino*
- Sofia Pomba Guerra: uma feminista na Imprensa Moçambicana dos anos 1930, *Pamela Peres Cabreira e Luís Carvalho*
- Irene Gil e Sofia Pomba Guerra: vozes de mulher es portuguesas em Moçambique nas páginas de Itinerário, *Ada Milani*
- Maria Firmina dos Reis, decolonialidade e escrita abolicionista na imprensa maranhense oitocentista, *Cristiane Navarrete Tolomei*

Estudos e ensaios

- «You can feel the exhaustion in the air around you»: The Mood of Contemporary Universities and its Impact on Feminist Scholarship, *Maria do Mar Pereira*
- «Cada um no seu canto!»: Olhares de jovens do ensino profissional sobre homossexualidade e masculinidade, *Nicolas Martins da Silva e Sofia Marques da Silva*

Recensões

- Women's Activisms in Africa. Struggles for Rights and Representation, editado por Balghis Badri e Aili Tripp, Londres: Edição Zed Books, 2017, 250 pp. 209. *Sara Vidal*
- Barbarismos queer y otras esdrújulas, editado por R. Lucas Platero, María Rosón y Esther Ortega. Barcelona: Editorial Bellaterra, 2017, 431 pp. *María Teresa Márquez*
- Género, Direitos Humanos e Desigualdades, coordenado por Anália Torres, Paula Pinto e Cláudia Casimiro, Lisboa, Edições ISCSP, 2018, 337 pp. *Helena Pereira de Melo*

ex æquo n.º 40

Editorial: *Cristina C. Vieira*

Dossier: *Género e status em política internacional: Dinâmicas de cooperações, conflitos e ativismos*

As múltiplas inter-relações entre questões de género e a aquisição de status na arena internacional

Vânia Carvalho-Pinto e Andrea Fleschenberg

Os Elos Perdidos: A atuação feminina na diplomacia luso-brasileira, 1780-1822

Rogério Frias

Gender quotas in Indonesia: Re-examining the role of international NGO(s)

Ella Syafputri Prihatini e Wahidah Zein Br Siregar

Driving in the middle of the road: Paradoxes of women's role under the New Saudi Arabian Nationalism

Luiza Cerioli

Estudos e ensaios

A distant finish line for women: gender and the sports press in Portugal (1996-2016)

Pedro Saraiva, Virgínia Ferreira, Maria João Silveirinha

Desidentificações de género: performances subversivas

Rita Grave, João Manuel de Oliveira, Conceição Nogueira

The lookism of a senior citizen's ageing body – utopia or reality? The perspective of Polish elderly women and elderly men

Emilia Kramkowska

Maré de Mulheres: reflexões sobre a justiça para mulheres em situação de violência numa favela carioca

Marisa Antunes Santiago, Hebe Signorini Gonçalves, Cristiane Brandão Augusto

Necropolítica, políticas públicas interseccionales y ciudadanía trans*

Claudia Lazcano Vázquez, Maria Juracy Filgueiras Toneli, João Manuel de Oliveira

Recensões

Violências de Género, coordenado por Sofia Neves e Dália Costa. Lisboa: CIEG/ISCSP-UL. Coleção Estudos de Género, 2017, 337 pp.

Elza Pais

Ecos de Freire e o Pensamento Feminista: Diálogos e Esclarecimentos, coordenado por Eunice Macedo. Porto: IPFP, CRPF e CIE-FPCEUP, 2017, 239 pp.

Alexandra Carvalho

Arquitectas: Modos de (R) Existir. Reflexões a partir de um ciclo de conversas, editado por Patrícia Santos Pedrosa, Joana Pestana Lages e Lia Antunes. Lisboa: Mulheres na Arquitectura, 2018, 100 pp

Isabella Noronha Rusconi

Women's ILO: Transnational networks, global labour standards and gender equity, 1919 to Present, edited by Eileen Boris, Dorothea Hoehtker e Susan Zimmerman. ILO e BRILL, 2018, 412 pp.

Albertina Jordão

Nuevos horizontes en la literatura latina de Estados Unidos: Transnacionalismos, resistencias queer y sus manifestaciones en la web, editado por Macarena García-Avello. Palma: Edicions Universitat de les Illes Balears, 2018, 196 pp.

Andrea Fernández-García

Gender – Diversity – Intersectionality (New) Perspectives in Adult Education, edited by Martina Endepohls-Ulpe and Joanna Ostouch-Kamińska. Munster: Waxmann, 2019, 214 pp.

Lidia Bielini

ex æquo n.º 41

Editorial: *Virgínia Ferreira*

Dossier: *Epistemologias, metodologias e produção de conhecimento crítico de matriz qualitativa em Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas*

Nota Prévia: A abordagem qualitativa para compreensão das questões de género

Lucimara Fabiana Fornari e António Pedro Costa

Do pessoal ao político: as metodologias de investigação qualitativa como aliadas da ação

Sofia Bergano e Cristina C. Vieira

A construção do pânico moral a partir das questões de género e sexualidades nos discursos ultraconservadores no Brasil

Cleide Ester de Oliveira, Nadir de Fátima B. Bittencourt, Veralúcia G. de Souza, Paulo Sesar Pimentel, Kátia Terezinha P. Ormond e Isabel Cristina Silva

Violación de adolescentes en situación de calle en Medellín, Colombia

Anghie Phamela López Mejía, Constanza Forero Pulido e Álvaro Giraldo Pineda

Mulheres idosas vítimas de violência: o protagonismo nas denúncias

Daniela Garcia Damaceno, Miriam Fernanda Sanches Alarcon, Viviane Boacnin Yoneda Sponchiado, Mara Quaglio Chirelli, Maria José Sanches Marin e Joyce Fernanda Soares Albino Ghezzi

Struggling for the dignity of women with Relapsing-Remitting Multiple Sclerosis: An interpretative phenomenological single case study analysis

Michaela Miertová, Juraj Čáp e Katarína Žiaková

Maternidade Tardia: da consciencialização do desejo à decisão de ser mãe

Maria Anabela Ferreira dos Santos, Maria dos Anjos Pereira Lopes e Maria Antónia Rebelo Botelho

Perspectivas y experiencias sobre el consumo de bebidas alcohólicas durante el embarazo: estudio cualitativo con embarazadas de España, Francia y Portugal

Renata Franco, Belén Charro e Maria Raul Xavier

Estudos e ensaios

La misoginia popular como contramovimiento: estudio de la resemiotización y los discursos manipulativos como desafíos contra el feminismo

Sonia Núñez Puente e Diana Fernández Romero

La invisibilidad normativa de los riesgos psicosociales que afectan a las mujeres trabajadoras. El caso español en perspectiva europea

Raúl Payá Castiblanque

Reclusão feminina: As implicações da visita íntima na adaptação à prisão

Rita Pinto e Alexandra Oliveira

Mães cuidadoras, pais imperfeitos: Diferenças de género numa revista portuguesa para mães e pais

Filipa César, Alexandra Oliveira e Anne Marie Fontaine

(Des)Construção da Parentalidade Trans*: Homens que Engravidam

Ana R. Pinho, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira

Recensões

Feeling Academic in the Neoliberal University. Feminist Flights, Fights and Failures, edited by Yvette Taylor and Kinneret Lahad. London: Palgrave/ Macmillan, 2018, 368 pp.

Adriana Bebiano

Re-writing Women as Victims: From Theory to Practice, edited by María José Gámez Fuentes, Sonia Núñez Puente, & Emma Gómez Nicolau. London: Routledge, 2019, 230 pp.

Elizângela Costa de Carvalho Noronha

Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil, de Adriana Ramos de Mello. Lisboa: GZ Europa, 2020, 3.^a edição, 254 pp.

Tiago Rolino

Próximos números

ex æquo n.º 44

Dossier: *Desigualdades sociais e medidas de ação afirmativa*

Coordenação: Carla Cerqueira (Universidade Lusófona – CICANT)

Maria Helena Santos (Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL)

Renísia C. Garcia Filice (Universidade de Brasília /UnB/Brasil)

A igualdade, diversidade e inclusão social tornaram-se objetivos legítimos das sociedades ocidentais, formalizados por diversas convenções e legislações. As desigualdades persistem, no entanto, e as ideologias dominantes têm-se mantido relativamente bem instaladas, contribuindo para a manutenção do sexismo, racismo, classismo e outras formas de dominação.

Em diferentes contextos geográficos, os grupos intitulados por «minorias» têm-se organizado e constituído ações políticas importantes com vista a serem contemplados na formulação de políticas públicas. A segregação de género na esfera do trabalho é um exemplo disso, persistindo desigualdades no mundo educativo, político, associativo e empresarial que colocam as mulheres em desvantagem, em comparação com os homens, particularmente no que diz respeito aos lugares de poder e tomada de decisão (Santos e Amâncio 2014), complexificando ainda mais quando ao género e à classe, se soma a raça e a etnia, por exemplo (Garcia-Filice 2011).

Partindo de um olhar sobre a segregação de género existente, de facto, após a implementação da democracia e da igualdade formal, rapidamente se começou a perceber que persistiam barreiras informais e invisíveis ligadas ao género que continuavam a dificultar o acesso das mulheres a certos cargos e a progressão nas carreiras (Santos 2011; Santos e Amâncio 2012). Esta realidade é bem patente em diversas esferas e complexifica-se à medida que outros marcadores sociais como a raça, a etnia, a classe, a idade, a orientação sexual e a diversidade funcional são vistos de forma interseccional (Crenshaw 1989; Cerqueira e Magalhães 2017; Collins e Bilge 2018; Akotirene 2019).

O reconhecimento destas múltiplas assimetrias, fruto de reivindicações dos movimentos sociais, feministas e antirracistas (Krook e O'Brien 2010) e das instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e o Conselho Europeu (Procacci e Rossilli 1997), nas últimas décadas, a perceção das desigualdades nos resultados, que incide de diferentes formas sobre mulheres, mulheres negras e outras minorias, tem levado países de diversas partes do mundo a implementar várias medidas de ação afirmativa. Ou seja, mais do que seguir a tradicional e lenta “via incremental”, percebe-se que medidas como as quotas, por exemplo, se tornaram uma estratégia da “via rápida” (Dahlerup e Freidenvall, 2005) com o objetivo de aumentar a representação das mulheres, nomeadamente, na política. Outros grupos sociais foram também objeto de legislação de quotas, incluindo os baseados na língua, religião, etnia, nacionalidade, raça, casta, idade, expatriação, profissão, domicílio e diversidade funcional (Krook e O'Brien 2010).

No geral, as ações afirmativas resultam de intensas disputas entre movimentos sociais, estados, empresas, uma variada rede de atores num complexo jogo de poder de natureza social, económica e cultural. Embora as medidas de ação afirmativa sejam um mecanismo crucial para redinamizar o progresso no sentido da igualdade, a sua implementação é diversa, nem sempre é uma condição necessária, como se verifica pelos casos da Finlândia e da Dinamarca, mas também não é uma condição suficiente, como ilustram os casos da França e do Brasil (IPU 2020). Além disso, há outras estratégias paralelas e alternativas, para além das quotas, que podem ser desenvolvidas, por exemplo, pela sociedade civil, pelos partidos políticos, pelos parlamentos e/ou pelos órgãos do Estado (Krook e Norris 2014).

Apesar da rápida difusão das medidas de ação afirmativa em várias regiões do mundo e tipos de sistemas políticos, assim como do sucesso registado, as quotas são uma das medidas mais críticas das últimas duas décadas (Krook e Zetterberg 2014), gerando fortes controvérsias sociais (Dahlerup 2008; Maggie e Fry 2002). Não obstante, tal fenómeno tem suscitado interesse, tanto por parte da população em geral, como da academia, conduzindo

a um amplo debate e crescente desenvolvimento da investigação sobre os seus impactos na educação, na saúde, no mercado de trabalho, na esfera associativa e política a nível nacional e internacional. Compreender as variadas e complexas formas de rejeição às políticas afirmativas em contextos de extrema desigualdade de classe, género, raça, etnia e outros marcadores sociais motiva-nos a propor este Dossiê.

Assim, para colmatar as lacunas existentes na investigação nesta área, este dossiê especial convida a contribuições teóricas, metodológicas e empíricas, com dados nacionais ou internacionais, ou comparativos que se debrucem sobre os seguintes temas:

- Medidas de ação afirmativa numa perspetiva de género, e/ou de raça, e/ou étnica, e/ou de classe, e/ou idade, e/ou orientação sexual, e/ou diversidade funcional;
- Análises de medidas de ação afirmativa centradas no mundo educativo, político, associativo e empresarial, entre outros;
- Abordagens interseccionais em género, raça, classe, e/ou outros marcadores identitários, e medidas de ação afirmativa;
- Mediatização e estratégias de comunicação em torno das medidas de ação afirmativa em diversas esferas;
- Políticas afirmativas, ações políticas e movimentos sociais;
- Entre outras.

Referências

- Akotirene, Carla. 2019. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Cerqueira, Carla, e Sara I. Magalhães. 2017. «Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in) visibilidades nos media.» *ex æquo* 35, 9-20. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01>
- Crenshaw, Kimberle. 1989. «Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and Antiracist Politics.» *University of Chicago Legal Forum* 14: 57-80.
- Collins, Patricia Hill, and Sirma Bilge. 2018. *Intersectionality*. UK: Polity Press.
- Dahlerup, Drude. 2008. «Gender quotas: Controversial but trendy.» *International Feminist Journal of Politics* 10: 322-328.
- Dahlerup, Drude, and Lenita Freidenvall. 2005. «Quotas as a “fast track” to equal representation for women.» *International Feminist Journal of Politics* 7: 26-48.
- Garcia-Filice, Renísia Cristina. 2011. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas: Autores Associados.
- IPU. 2020. Monthly ranking of women in national parliaments. Disponível em <https://data.ipu.org/women-ranking>
- Krook, Mona Lena, and Pippa Norris. 2014. «Beyond quotas: Strategies to promote gender equality in elected office.» *Political Studies* 62: 2-20.
- Krook, Mona Lena, and Diana O'Brien. 2010. «The politics of group representation: Quotas for women and minorities worldwide.» *Comparative Politics* 42 (3): 253-272.
- Krook, Mona Lena, and Pär Zetterberg. 2014. «Electoral quotas and political representation: Comparative perspectives.» *International Political Science Review* 35 (1): 3-11.
- Maggie, Ivone, e Peter Fry. 2002. «Enfoque». *Revista Eletrônica* 1: 93-117.

- Procacci, Giovanna, et Maria Grazia Rossilli. 1997. « La construction de l'égalité dans l'action des organisations internationales. » In *Encyclopédie politique et historique des femmes*, organisée par Christine Fauré, 827-859. Paris: PUF.
- Santos, Maria Helena. 2011. *Do déficit de cidadania à paridade política: Testemunhos de deputadas e deputados*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Maria Helena, e Lígia Amâncio. 2012a. «Resistências à igualdade de gênero na política.» *ex æquo* 25: 45-58.
- Santos, Maria Helena, e Lígia Amâncio. 2014. «Sobremínorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações.» *Análise Social* 212: 700-726.

Além das submissões para os dossiers temáticos, a *ex æquo* aceita permanentemente contributos para as secções de Estudos e Ensaio e Recensões.

ESTATUTO EDITORIAL

- A ***ex æquo*** é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.
- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da ***ex æquo*** contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A ***ex æquo***, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.
- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas.
A ***ex æquo*** publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, resenhas sobre obras publicadas nos referidos domínios.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

- Pareceres por duas pessoas, *double blind peer review*, especialistas na respetiva área em que o texto se enquadra ou referencia. Os textos são enviados sob anonimato aos/às referees, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta, de acordo com a ficha de avaliação: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista ***ex æquo***; a sua qualidade científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação, atualidade e cumprimento das normas consagradas da bibliografia; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).
- A revista destina-se a investigadoras/es e a estudantes nas áreas de interesse da revista, procurando também dirigir-se ao público em geral, com vista à sua sensibilização para os mesmos campos do saber.

NORMAS PARA SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DE ARTIGOS

Todos os originais devem conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de gralhas, e, quando incluírem materiais gráficos ou icónicos, estes devem ter uma boa definição, com indicação clara dos locais do texto onde devem ser inseridos.

1. O texto informático (em ficheiro WORD) deve ser enviado por correio eletrónico para apem1991@gmail.com
2. Os artigos não devem exceder 40.000 caracteres, incluindo espaços, notas e referências bibliográficas e excluindo os resumos.
3. As resenhas não devem exceder os 10.000 caracteres (espaços incluídos).
4. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo, com o máximo de 750 caracteres, traduzido para três línguas, sendo o português e o inglês OBRIGATÓRIOS, e espanhol ou francês.
5. O título do artigo deve ser traduzido nas mesmas línguas dos resumos.
6. Devem preceder o texto, situando-se após o título, autoria e filiação institucional da(s) autora(s) ou autor(es).
7. A seguir a cada resumo, devem ser indicadas 4 ou 5 palavras-chave, traduzidos nas mesmas línguas dos resumos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.^a da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.
8. A *ex æquo* segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 – em caso de dúvida consultar: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince>
9. Cada autor/a deve enviar uma breve nota biobibliográfica, que não exceda 500 caracteres, e o endereço postal e eletrónico.
10. Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado.
11. Todos os originais devem:
 - a) vir acompanhados de um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado aos cabeçalhos;
 - b) Para além do endereço de correio eletrónico, deve ser fornecida a filiação institucional das/os autoras/es, cuja identificação deve conter os seguintes elementos:
 - Nome por extenso e por sigla da(s) instituição(ões) de pertença (máximo duas);
 - Código postal e cidade em que se situa(m);
 - Nome do(s) País(es);
 - endereço eletrónico de todas as pessoas autoras;
12. Na composição e formatação dos textos devem ser tidas em conta as seguintes orientações:
 - a) sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe;
 - b) as transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras; no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico;
 - c) os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em itálico;
 - d) os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicada a respetiva fonte;
 - e) nas chamadas de notas devem utilizar-se apenas números sem parênteses;

As referências bibliográficas devem ser indicadas entre parênteses no corpo do texto, de acordo com o seguinte padrão: (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).

No texto, quando se citam autores/as diferentes e obras diferentes sobre uma mesma ideia deve respeitar-se a ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente (e a ordem alfabética dos Apelidos, quando se trata de obras com a mesma data).

Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso *et al.* 2011; Riska 2011)

No final do artigo deve incluir-se a lista de obras citadas, apresentada segundo a norma **Chicago (17ª edição)**:

Livro com um/a autor/a: Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.

Ex: Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuália Lda.

Livro com duas/ois ou três autoras/es: Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

Ex: Pimentel, Irene Flunser e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.

Livro com quatro ou mais autoras/es: Apelido, Nome próprio (da/o 1.ª/º) *et al.* Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

Capítulo ou parte de livro – Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do capítulo.» In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Nome de Família, Nome Próprio Nome de Família, e Nome Próprio Nome de Família, número das páginas. Local de edição: editora.

Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. «Gênero: a história de um conceito.» In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.

Artigo de revista: Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do artigo entre aspas.» *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas apresentados com travessão.

Ex: Guimarães, Elina. 1986. «A mulher portuguesa na legislação civil.» *Análise Social* XXII (92-93): 557-577.

Ou no caso de indicação de volume e número da revista e no caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser assim apresentada:

Crenshaw, Kimberle. 1993. «Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color». *Stanford Law Review* 43 (6): 1241-1299. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>

Artigo com duas/ois ou três autoras/es: Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. «Título do artigo entre aspas.» *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por travessão.

Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo acima.

– **Documento na Internet:** Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço ... [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]

– **Publicações em revistas na Internet:** Apelido, Nome próprio. Ano. «Título do Artigo (entre aspas)». *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por travessão. Disponível em **Acrescente o DOI** (se não estiver disponível, acrescente o URL).

– **Locais na Internet** e páginas pessoais ou de instituições **sem data:** Nome. Título do Documento. Disponível em [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].

Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências, consultar: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

NOTA: ANTES DE SEREM ENVIADOS PARA A ARBITRAGEM CIENTÍFICA, OS TEXTOS SÃO OBJETO DE UMA PRIMEIRA TRIAGEM PARA VERIFICAÇÃO DE QUE CUMPREM TODAS AS REGRAS AQUI APRESENTADAS

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA *EX ÆQUO*

A Revista *ex æquo* é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A *ex æquo* é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista *ex æquo* são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em <http://publicationethics.org/>).

RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS e EDITORAS DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da *ex æquo*, disponíveis em <http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos>) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (*double-blind peer review*), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expreso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em <http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf>;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

Boas práticas a observar pela equipa editorial

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista *ex æquo*.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da *ex æquo* à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da *ex æquo*.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista;

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [*referees*] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista *ex æquo*;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

RESPONSABILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [*peer review*]

Contribuição para a decisão editorial

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

Prontidão

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que antevêa a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

Confidencialidade

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

Padrões de objetividade

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

Conhecimento das fontes

Devem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

Conflito de interesses

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existe conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A*Autoria do manuscrito*

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cada autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

Padrões de apresentação

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

Originalidade e plágio

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outros autores e autores ser objeto da devida citação ou referência.

Declarações e conflito de interesses

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

Publicação múltipla, redundante ou concorrente

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

Erros fundamentais em obras publicadas

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

Remoção

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA

Autonomia editorial

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

Propriedade intelectual e direitos autorais

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

Má conduta científica

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

- Louise ACKERS (U. Salford, UK)
 Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA)
 Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT)
 Lígia AMÂNCIO (ISCTE – IUL, PRT)
 Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT)
 Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT)
 Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK)
 Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT)
 Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale ‘Amedeo Avogadro’, ITA)
 Josefa BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU)
 Carolyn BYERLY (Howard U., USA)
 Erica BURMAN (U. Manchester, UK)
 Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT)
 Pat CARLEN (U. Leicester, UK)
 Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP)
 Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT)
 Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT)
 Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK)
 Zowie DAVY (U. Lincoln, UK)
 Jonathan DEAN (U. Leeds, UK)
 Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP)
 Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP)
 Juana GALLEGU (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA)
 Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA)
 Jeff HEARN (U. Örebro, SWE)
 Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR)
 Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT)
 María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP)
 Celia JENKINS (U. Westminster, UK)
 Jane JENSON (U. Montreal, CAN)
 Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT)
 Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)
 Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT)
 Barbara MERRILL (U. Warwick, UK)
 Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT)
 Áine Ní LÉIME (National U. Ireland, IRL)
 Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT)
 Karen OFFEN (U. Stanford, USA)
 João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT)
 Joanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL)
 Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT)
 Teresa PINTO (U. Aberta, PRT)
 Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, BRA)
 Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA)
 Lucas PLATERO (U. Rey Juan Carlos, ESP)
 Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT),
 Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA)
 Alicia PULEO (U. Valladolid, ESP)
 Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA)
 Karen ROSS (U. Northumbria, UK),
 Jill RUBERY (U. Manchester, UK)
 Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT)
 Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT)
 Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study – Princeton, USA)
 Lynne SEGAL (U. London, UK)
 Paula SILVA (U. Porto, PRT)
 Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT)
 Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnico Coimbra, PRT)
 Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT)
 Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA)
 Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT)
 Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE – IUL, PRT)
 Paola VILLA (U. Trento, ITA)
 Karin WALL (U. Lisboa, PRT)
 Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)
 Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1, FRA)

PROPOSTA DE ASSINATURA

Se deseja assinar a **ex æquo** recorte este talão e envie-o, devidamente preenchido,
para edições afrontamento,
Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

✂< -----

- ☐ Assino a revista **ex æquo**
(n.º 41, 42)

Continente	35 €	<input type="checkbox"/>
Regiões autónomas	40 €	<input type="checkbox"/>
Europa	55 €	<input type="checkbox"/>
Extra-Europa	60 €	<input type="checkbox"/>

[Estes preços incluem IVA à taxa de 5% e portes]

Pagamento

Junto envio o cheque n.º _____ à ordem de
Edições Afrontamento, no valor de _____
Número de identificação fiscal _____
Assinatura _____

Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____

E-mail _____

Visite o sítio na internet das Edições Afrontamento em www.edicoesafrontamento.pt

DOSSIER: DIÁLOGOS FEMINISTAS SOBRE MASCULINIDADES: EXPERIÊNCIAS, DESAFIOS E HORIZONTES

APRESENTAÇÃO. MASCULINIDADES EM DEBATE. *Bakea Alonso Fernández de Avilés e Tatiana Moura*

ANTROPOCENO PATRIARCAL, PETRO-MASCULINIDADES E MASCULINIDADES INDUSTRIAIS: DIÁLOGOS FEMINISTAS SOBRE A CRISE CLIMÁTICA. *Mariana Riquito*

A EVOLUCIÓN DE LA MASCULINIDAD EN DISNEY A TRAVÉS DE LA BELLA Y LA BESTIA: DE LA VERSIÓN ANIMADA DE KIRK WISE Y GARY TROUSDALE (1991) A LA DE ACCIÓN REAL DE BILL CONDON (2017). *Nerea Cuenca Orellana e Natalia Martínez Pérez*

ANÁLISIS DE LA INCORPORACIÓN DE LOS HOMBRES Y LAS MASCULINIDADES EN LOS PLANES ESTRATÉGICOS DE IGUALDAD EN ESPAÑA. *Bakea Alonso Fernández de Avilés*

REIMAGINANDO OS CONTORNOS DE GÊNERO: INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS NO CAMPO DAS MASCULINIDADES. *Andréa Gill, Isabela Souza da Silva, Marta Fernández e Tatiana Moura*

HOMOSOCIALIDAD Y SECRETISMO EN LA EXPERIENCIA DE LOS HOMBRES QUE CONSUMEN PROSTITUCIÓN EN ESPAÑA *Beatriz Ranea Triviño*

PROSTITUCIÓN Y CONFINAMIENTO: EL PUTERO 2.0. *Águeda Gómez Suárez e Rosa Mª Verdugo Matés*

(DES)CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES DE HOMENS TRANS, ENTRE PORTUGAL E BRASIL. *Matilde Soares, Catarina Moreira, Liliana Rodrigues e Conceição Nogueira*

ESTUDOS E ENSAIOS

LA I REPÚBLICA PORTUGUESA Y LA II REPÚBLICA ESPAÑOLA EN PERSPECTIVA DE GÉNERO. ESTUDIO COMPARADO. *María de la Paz Pando Ballesteros*

SALUD Y POBLACIÓN LGBTI+ EN CHILE: DESDE LA INVISIBILIDAD A UN ENFOQUE IDENTITARIO. *Caterine Galaz, Catalina Álvarez Martínez-Conde e Rodolfo Morrison*

JOANA SEMIÃO, HOMO OECONOMICUS E HOMO POLITICUS: URDINDO UMA EPISTEMOLOGIA "TOLERANTE" MOÇAMBICANA. *Dulce Maria Passades Pereira*

RECENSÕES

Problemas de género, de Judith Butler. Lisboa: Orfeu Negro, 2017, 319 pp. Ermelinda Liberato
The Positioning and Making of Female Professors. Pushing Career Advancement Open, edited by Rowena Murray & Denise Mifsud. Palgrave Studies in Gender and Education. Palgrave Macmillan, 2019, 241 pp. Sofia Castanheira Pais

Mulheres Invisíveis. Como os dados configuram o mundo feito para os homens, ede Caroline Criado Perez. Lisboa: Relógio D'Água, 2020, 392 pp. Rosa Loureiro

Bisexuality in Europe: Sexual Citizenship, Romantic Relationships, and Bi+ Identities, editado por Emiel Maliepaard e Renate Baumgartner. London: Routledge, 2020, 222 pp. Mafalda Esteves

15€

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

ISSN 0874-5560

